

Aline Vieira de Carvalho

Entre ilhas e correntes:

*A criação do ambiente em Angra dos Reis e
Paraty, Brasil.*

(Tese de Doutorado)

Fevereiro de 2009

Aline Vieira de Carvalho

Entre ilhas e correntes:

A criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil.

Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Titular Pedro Paulo A. Funari e co-orientação da Profa. Titular Leila da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 16/02/09

Banca:

Prof. Titular. Pedro Paulo A. Funari (orientador)

Profa. Titular Leila da Costa Ferreira (co-orientadora)

Profa. Titular Lúcia da Costa Ferreira

Profa. Dra. Erika Marion Robrahn-González

Prof. Dr. Gilson Rambelli

Prof. Dr. Mateus Batistela

Prof. Dr. Glaydson José da Silva (suplente)

Prof. Dr. Leandro Karnal (suplente)

Prof. Dr. Lúcio Menezes (suplente)

FEVEREIRO DE 2009

Aline Vieira de Carvalho

Entre ilhas e correntes:

A criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil.

Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Titular Pedro Paulo A. Funari e co-orientação da Profa. Titular Leila da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em ___/___/___

Banca:

Prof. Titular. Pedro Paulo A. Funari (orientador)

Profa. Titular Leila da Costa Ferreira (co-orientadora)

Profa. Titular Lúcia da Costa Ferreira

Profa. Dra. Erika Marion Robrahn-González

Prof. Dr. Gilson Rambelli

Prof. Dr. Mateus Batistela

Prof. Dr. Glaydson José da Silva (suplente)

Prof. Dr. Leandro Karnal (suplente)

Prof. Dr. Lúcio Menezes (suplente)

FEVEREIRO DE 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C253e **Carvalho, Aline Vieira de**
Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil / Aline Vieira de Carvalho. - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Análise do discurso. 2. Memória. 3. Arqueologia.
4. Angra dos Reis - História. 5. Paraty - História. I. Funari, Pedro Paulo Abreu. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Between islands and chains: the creation of environment at Angra dos Reis and Paraty, Brazil

Palavras chaves em inglês (keywords) : **Discourse analysis**
Memory
Archaeology
Angra dos Reis – History
Paraty – History

Área de Concentração: Dinâmicas sociais, demográficas, políticas, territoriais e econômicas da sustentabilidade

Titulação: Doutor em Ambiente e Sociedade

Banca examinadora: Pedro Paulo de Abreu Funari, Gilson Rambelli, Mateus Batistela, Érika Marion Robrahn-González, Lúcia da Costa Ferreira

Data da defesa: 16-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Ambiente e Sociedade - NEPAM

Ao Duda, pelo imenso amor.

AGRADECIMENTOS

Há tantas pessoas que devo agradecer! E como é difícil fazer jus a real importância que as pessoas aqui mencionadas tiveram não apenas para minha pesquisa de doutorado, mas em minha vida. Espero conseguir demonstrar pelo menos uma parcela da importância de cada um.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao professor Pedro Paulo A. Funari por orientar não apenas o presente trabalho, mas toda a minha jovem vida acadêmica. Desde 1999, o professor esteve ao meu lado, incentivando os meus acertos e corrigindo os meus erros. De forma íntegra e ética, ajudou-me a escolher caminhos tanto na vida pessoal como na vida profissional. Sua dedicação à pesquisa e ao ensino serve-me como constante inspiração.

Com muito carinho e admiração, agradeço aos professores Carlos Alfredo Joly, Lúcia da Costa Ferreira e Leila da Costa Ferreira; minha co-orientadora. Os três professores me acolheram no Nepam e me orientaram no tortuoso, mas fascinante, caminho da reflexão acerca do ambiente e da interdisciplinaridade. À professora Leila, em especial, agradeço a participação na minha primeira qualificação. À Lúcia, agradeço pela participação no momento inicial desta pesquisa (elaboração do projeto) e em seu momento de defesa.

Pelo mesmo motivo, agradeço ao professor Gilson Rambelli, grande arqueólogo nos mais diversos sentidos. Defensor da divulgação do conhecimento arqueológico e defensor de nossos patrimônios, Gilson me acompanha desde o mestrado. De Zumbi à ambiente, unidos pelos estudos sobre a memória, o professor tem me mostrado importantes pontos para a pesquisa. Além disso, deixou a Bahia em pleno carnaval para vir à defesa...

Agradeço ao professor Mateus Batistela, por participar da defesa de boneco de tese, mesmo tendo tão pouco tempo para a leitura do texto. E por agora participar da defesa; desta vez com mais tempo para a leitura do texto!

À professora Érika, agradeço por aceitar o convite para participar da minha banca de defesa, ajudando-me a pensar sobre a Arqueologia e o Patrimônio no Brasil.

Aos funcionários do Centro de Informação Turística de Paraty, da Turisangra e do Convento São Bernardino de Sena, agradeço à ajuda prestada, com tanta educação e atenção. Em especial, agradeço ao Paulo Covas, guia do Convento Franciscano, por acreditar de forma poética na importância do centro histórico de Angra dos Reis.

Agradeço a todas as pessoas ligadas ao NEE e com quem pude conviver um pouco mais neste último ano. À professora Silvana Rubino agradeço às indicações de leitura a respeito do patrimônio e das políticas públicas.

Aos meus pais, agradeço por me mostrarem o quanto a loucura pode ser um caminho divertido e uma maneira de amar. Ao meu irmão e a minha cunhada, agradeço por perdoarem as minhas ausências e por me ajudarem a me sentir importante. A Sarah, tão pequenininha, agradeço por me mostrar como é bom ser tia e o quanto pode ser interessante e divertido ter filhos (ou filho)!

Aos meus sogros, agradeço pelo constante apoio. E por me darem a certeza, com simples abraços, de que tudo vai dar certo. Ao meu cunhado, companheiro de São Paulo, agradeço pela sua existência! Ele sabe fazer qualquer pessoa rir.

A Dona Ana, minha mãe postiça em Campinas, agradeço pelas terças-feiras maravilhosas. Com as conversas matinais e os almoços divertidíssimos, mas nem sempre tão saborosos! Ao seu Antônio, pai postiço da Natascha, agradeço pela constante ajuda. Ao Leandro Karnal, agradeço pelos caminhos abertos e pelos conselhos ao casal em momentos de tomadas de decisões tão difíceis.

Aos amigos João e Felipe, agradeço pelo trabalho insano e pela possibilidade de continuarmos amigos mesmo depois de tudo. Ao Marcus, agradeço pelos muitos anos de

convivência e torço para que os silêncios e ausências sejam superados. À amiga Gabi, agradeço pelos almoços e torcidas pelas realizações pessoais e acadêmicas. À amiga Carol, agradeço pelos cinemas e convites para o balé (nem sempre aceitos pela loucura diária).

Às amigas Jacqueline e Marisa, agradeço por esses dois anos e meio de muito trabalho e diversão! Sempre separadas pelas férias, mas juntas na labuta diária.

Ao Du, agradeço pelo amor e pelo companheirismo. Agradeço a ele, e à Nat, por nossa deliciosa vida de comédia romântica.

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo analisar a construção da memória oficial das cidades de Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro, Brasil. Almeja-se compreender como o Humano e o Natural são construídos de forma a compor o passado e o presente dessas cidades como narrativas coesas e pretensamente inquestionáveis, entendidas, na maior parte das vezes, como vocações. Para a análise destas memórias oficiais foram usados como fontes: *Revista Quatro Rodas*, da Editora Abril, entre os anos de 1960 e 1984; discursos produzidos pelas Secretarias de Turismo das respectivas cidades, a partir do final dos anos 1970 (Paraty) até os dias de hoje; e as materialidades das cidades. A História Ambiental, Arqueologia Histórica e Teoria Lingüística fornecem a base interdisciplinar para a compreensão do ambiente não apenas como dotado de existência física, mas como um texto que é narrado de formas intencionais. As escolhas narrativas, os significados e significantes do Homem e da Natureza, geram efeitos reais. A análise destas narrativas nos leva a concluir a necessidade de repensar os discursos oficiais e as materialidades cidadinas. Os novos discursos precisam ser mais plurais e complexos, permitindo a elaboração de uma nova visão ambiental e também do próprio espaço público.

ABSTRACT: This research analyzes the construction of official memories related to Angra dos Reis and Paraty, Rio de Janeiro, Brazil. According to the official discourse, Angra dos Reis is said to be a “city of nature”, while Paraty is known as “city of History”. The main aim of this thesis is then trying to understand how the Human and Natural concepts are elaborated in order to build up the understanding of the past and the present of these cities. Hence, a question is posed: How are these cities’ interpretations built by the narrative of Human and Natural elements? Three types of documents have been investigated in order to answer that question: 1) *Revista Quatro Rodas* (1960 – 1984), a monthly magazine specialized in national and international tourism. 2) The discourses made up by Tourists and Visitors’ Bureau from these

cities; and 3) The material culture of the cities. The research concerns an interdisciplinary field that comprehends, History, Environment History, Archaeology and Literary theory, with which we are able to study the Environment, Nature and Human roles in the composition of memories. The main conclusion in then those narratives' interpretations leads us to rethink the official discourses and the cities' material structure. The new instances of discourses which were to be built should be more plural and complex allowing a new Environmental and public space reading.

ÍNDICE

RESUMO/ABSTRACT	P. 11
INTRODUÇÃO	P. 15
CAPÍTULO 1: AMBIENTES, SUBJETIVIDADES E MEMÓRIAS	P. 21
- O AMBIENTE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	P. 21
- AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DA INTERDISCIPLINARIDADE	P. 34
- ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E OS CONTEXTOS TEXTUALIZADOS	P. 38
CAPÍTULO 2: AS CIDADES DE ANGRA DOS REIS E PARATY: CONSTRUINDO DISCURSOS	P. 55
- AS HISTÓRIAS SOBRE AS CIDADES: AS VALORIZAÇÕES E OS SILÊNCIOS	P. 55
- A CONSOLIDAÇÃO DAS SECRETARIAS DE TURISMO E O EMPENHO PELA DIVULGAÇÃO DAS MEMÓRIAS REGIONAIS	P. 71
CAPÍTULO 3: IMAGINÁRIOS COMPOSTOS PELA <i>REVISTA QUATRO RODAS (RQR)</i> SOBRE O AMBIENTE HISTÓRICO E O AMBIENTE NATURAL DE ANGRA DOS REIS E PARATY	P. 79
- A TRAJETÓRIA DA <i>REVISTA QUATRO RODAS</i>	P. 79
- ANGRA DOS REIS: DA CIDADE DA HISTÓRIA PARA A CIDADE DA NATUREZA	P. 83
- PARATY: A CIDADE ONDE O TEMPO PAROU	P. 105
CAPÍTULO 4: O AMBIENTE HUMANO E O NATURAL ARQUITETADO PELAS SECRETARIAS DE TURISMO: A HISTÓRIA, CULTURA E NATUREZA	P. 117
- ANGRA DOS REIS E SEUS ATRATIVOS HISTÓRICOS E NATURAIS	P. 117
- PARATY E A VOCAÇÃO PARA PATRIMÔNIO	P. 169
CAPÍTULO 5: O AMBIENTE HUMANO E O NATURAL LIDO NAS CIDADES	P. 193
- A MATERIALIDADE, O HISTÓRICO CULTURAL E O NATURAL DE ANGRA DOS REIS	P. 198
- A MATERIALIDADE, O HISTÓRICO CULTURAL E O NATURAL DE PARATY	P. 225
CONCLUSÃO	P. 245
BIBLIOGRAFIA	P. 257
ANEXOS	
1. Questionário Projeto Jovens Cientistas – Angra dos Reis e Parati	P. 265
2. Legenda dos mapas	P. 268
2.1 Corredores Turísticos, Praias e Ilhas de Angra dos Reis	P. 270
2.2 Corredores Turísticos de Angra dos Reis	P. 271
2.3 Centro Histórico de Paraty	P. 272
2.4 Praias e Ilhas de Paraty	P. 273
2.5 Caminho do Ouro de Paraty	P. 274

INTRODUÇÃO

No ano de 2003, como resultado das ações de um grupo formado por setores da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), da Eletronuclear (Instituição responsável pela geração de energia nuclear no Brasil) e do NEE (Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas), alunos da Unicamp, interessados em Arqueologia, puderam participar de diversas etapas de um trabalho de campo. Em um sambaqui¹, na região da Piraquara, em Angra os Reis (RJ), sob a coordenação da arqueóloga Nanci Vieira de Oliveira, durante cerca de um mês, estivemos em contato não apenas com as técnicas de um trabalho arqueológico, como também com diversas pessoas que se aproximavam da escavação, procurando entender o que era aquele amontoado de conchas e ossos que estava sendo revirado por pessoas de fora.

As escavações despertavam a curiosidade, a relação afetiva e até mesmo a imaginação dos moradores locais e de turistas. A presença física de um sambaqui era capaz de estimular moradores locais a abordar as suas “ascendências indígenas” e “identidades mestiças”: homens e mulheres, com suas subjetividades, logo falavam sobre seus antepassados indígenas, muitas vezes percebidos como selvagens, que haviam tido filhos com brancos ou negros.

Essa experiência levou-nos a questionar: que práticas discursivas eram aquelas que, como afirma Margareth Rago, devem deixar de “ser pensadas como vento, leves, transparentes,

¹ “Os sambaquis constituem o resultado do acúmulo progressivo de restos de comunidades pescadoras, de preferência, que se fixaram em lugares os mais diversos da orla marítima ou fluvial, onde havia abundância de peixes e moluscos” In: Paestrini, Luciana e Moraes, José Luiz, *Arqueologia Pré-Histórica Brasileira*, São Paulo, Universidade de São Paulo/Museu Paulista, 1982, p. 13.

sem densidade e sem qualquer importância em si mesmas”²? Como se constrói a relação entre o indivíduo e a cultura material? Qual a importância da cultura material para a memória local?

Dessa proposta inicial de entender como essas perguntas poderiam ser respondidas a partir do contexto de Angra dos Reis, passou-se para questionamentos mais amplos. Até aquele momento, Angra, em nossa imaginação, era apenas um paraíso de ilhas e cenário de revistas de fofocas sobre os ricos e famosos do Brasil. De repente, descobrir, com tanto eco, a possibilidade que as memórias histórica e arqueológica tinham de alterar aquele quadro estático de maravilhas naturais, acrescentando a ele, elementos humanos, parecia surpreendentemente desestabilizador.

Passamos a nos perguntar, então, se na cidade vizinha, Paraty, que era, em tempos coloniais, distrito de Angra, o mesmo também acontecia. Em nossa mente, Paraty era o território da História, com seus casarões, ruas com calçado de pé-de-moleque, festivais de literatura, cozinha internacional etc. A possibilidade de comparação entre as duas cidades tornou-se desejável: como a memória local se constrói? Quais seriam os ambientes valorizados nas ilhas de Angra dos Reis e no centro acorrentado de Paraty? Será que esses ambientes são usados para caracterizar as vocações turísticas das cidades? Quando nasce uma vocação turística e um ambiente vocacional? Essas são algumas das perguntas respondidas na pesquisa *Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil*.

A investigação apresentada tem como objetivo analisar a construção da memória oficial das duas cidades do Rio de Janeiro e, principalmente, do papel do humano e do natural na composição destas memórias. Trata-se de uma análise discursiva não quantitativa. Almeja-se compreender como, dentro de determinadas narrativas, a Natureza e o Homem são expostos

² Rago, Margareth, “A História repensada com ousadia”, in: Jenkins, Keith, *A História Repensada*, Editora Contexto, São Paulo, 2001.

para a composição de um tempo passado e um tempo presente capaz de definir e reforçar sentimentos de identidades.

A premissa é a de que as identidades não são características essenciais. Ao contrário, são arquitetadas por discursos específicos com finalidades distintas. As identidades de Angra dos Reis como um ambiente natural e preservado, e Paraty como um ambiente histórico, possuem datas de nascimento. A criação destas vocações turísticas para as cidades acompanha o surgimento das respectivas secretarias de turismo.

Para a compreensão do nascimento das identidades das cidades foram escolhidas três fontes documentais: a *Revista Quatro Rodas*, da Editora Abril, os textos produzidos pelas secretarias de turismo da cidade e, por último, a própria materialidade das cidades. Para cada uma das fontes analisadas, compreendidas em suas especificidades, foi produzido um capítulo da tese. Ao contrapor as fontes, foram destacadas as rupturas e continuidades discursivas. Pontos que permitiram a compreensão do coser das identidades, junto com suas intencionalidades e efeitos.

Além de se analisar a constituição da memória em cada uma das cidades, com suas singularidades, foram traçadas comparações entre as memórias de Angra dos Reis e Paraty. Tanto os exames das memórias ímpares como as comparações foram realizadas através da olhar da subjetividade. A regra encontrada nas análises é a das narrativas, dos discursos, compondo identidades específicas. Os elementos destacados em cada um dos textos para esta arquitetura da memória dependem das intencionalidades daqueles que a formam.

Para a compreensão da arquitetura da memória, no primeiro capítulo, **Ambientes, subjetividades e memórias**, são apresentadas os arcabouços teóricos da pesquisa. Por se tratar de uma investigação interdisciplinar, que mescla instrumentos teóricos originados em diversos campos disciplinares, cada uma das teorias usadas para a leitura das memórias foi

esmiuçada. A História Ambiental e a Arqueologia Histórica foram apresentadas como formas de leituras de textos contextualizados, entre eles, o próprio ambiente.

Por entender que as ações humanas ocorrem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas ecológicos e culturais, e que são as narrativas que atribuem significados às coisas, destaca-se o ambiente não apenas como uma instituição dotada de mera existência física: ele é uma narrativa composta “tanto de camadas de lembranças como de estratos de rochas” (Schama, 1996: 20). Por se tratar também de um texto contextualizado, o primeiro capítulo apresenta a historicidade do conceito de ambiente e da percepção da humanidade em relação a sua existência.

Da explicação dos instrumentos teóricos da investigação segue-se para a apresentação do histórico das cidades. A partir das narrativas oficiais e dos contextos de surgimento de suas secretarias de turismo, órgão responsável pela elaboração da memória oficial do município, caracteriza-se o nascimento das duas cidades irmãs: Angra dos Reis e Paraty. Estas análises compõem o segundo capítulo da tese: **As cidades de Angra dos Reis e Paraty: construindo discursos.**

Os três capítulos que seguem trazem a investigação de cada uma das fontes documentais escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa. Os discursos produzidos pela *Revista Quatro Rodas*, publicados entre Agosto de 1960 (primeira edição) e Dezembro de 1984 (momento de separação entre a *Revista Quatro Rodas* e o *Guia Abril Quatro Rodas*), formam a base do terceiro capítulo: **Imaginários compostos pela *Revista Quatro Rodas* (RQR) sobre o ambiente histórico e o ambiente natural de Angra dos Reis e Paraty.**

As publicações foram escolhidas para análise por serem entendidas como ancoradas “nas práticas e nas instituições do mundo social” (Chartier, 1999: 9), não constituindo uma janela para “mundo real”, mas símbolos sobre como esse mundo, com suas inúmeras

instituições, é construído. As revistas nos permitem avaliar os imaginários vigentes para as cidades de Angra dos Reis e Paraty. Possibilitam, portanto, a compreensão de como os seres humanos e a natureza são empregados pela instituição para a composição de narrativas coesas sobre seus ambientes.

Com a análise, torna-se pulsante a tese de que, até 1980, a cidade de Angra dos Reis é narrada como um ambiente complexo onde o Humano e o Natural poderiam ser desfrutados em igual medida. Após a construção da BR-101, ou Rodovia Rio-Santos, Angra dos Reis passa a desfrutar de uma memória oficial especializada, composta, apenas, pelo ambiente natural.

Para Paraty, as rupturas são mais suaves. Com uma secretaria de Turismo atuante desde o final da década de 1970, a cidade sai do esquecimento no cenário turístico nacional, confecciona-se o ambiente da História como atrativo e, no início, do século XXI, tenta aliar historicidade à natureza por causa de sua candidatura à Patrimônio da Humanidade (Unesco). Como veremos, a vocação, característica inata, atemporal e de maior destaque de uma localidade, é uma produção das secretarias de turismo.

Os discursos destas secretarias, fundadoras das memórias oficiais das cidades, são os objetos de estudos do quarto capítulo da tese: **O ambiente humano e o natural arquitetado pelas secretarias de turismo: a história, cultura e natureza.** As vocações construídas para Angra dos Reis e Paraty, embasadas na história católica, colonial e branca, e no ambiente natural divulgado como intocado, são esquadrihadas e questionadas. Conclui-se a existência de uma prática das secretarias de turismo de trabalhar com a vocação, carimbo de seus municípios. Mas, por interesses econômicos, essas instituições valorizam outras características das cidades para poderem oferecer um leque maior de lazeres aos turistas.

É importante destacar que o olhar do turista sobre as cidades não constitui objeto de investigação. Almejamos entender a formação das normas discursivas e, no quinto capítulo, **O**

ambiente humano e o natural lido nas cidades, os possíveis diálogos entre estas normas e as materialidades das cidades. Na materialidade, encontramos um ambiente complexo, como não poderia deixar de ser. Visualizamos um esforço das prefeituras locais em destacar aquilo que elas acreditam ter mais valor em suas próprias cidades. Esse esforço permite um casamento intencional entre as estruturas das cidades recomendadas aos turistas e os discursos oficiais produzidos pelas secretarias de turismo. A materialidade, assim como os discursos, é arranjada visando a destacar as vocações das cidades.

Por fim, concluímos a necessidade do repensar os discursos oficiais e as materialidades cidadinas. Nesse novo discurso, torna-se imperativo valorizar ambientes complexos que permitam a compreensão de que o mundo não pode ser dividido entre aquele que pertence ao Homem, portanto à História, e outro formado pela Natureza, pertencente, portanto, a Deus. Ao mesmo tempo, torna-se necessário a inclusão de outros grupos sociais nas memórias oficiais (que são sempre escolhidas). A pluralização das memórias permite o maior envolvimento das comunidades com as cidades e, portanto, a constituição de um novo significado para aquilo que é público.

CAPÍTULO 1

AMBIENTES, SUBJETIVIDADES E MEMÓRIAS.

“(…) O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tâmará, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes (…).”

Calvino, Italo. *As cidades invisíveis*:
São Paulo. Companhia das Letras, 1990. p. 18

O AMBIENTE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Ao escolher uma cidade para visitar, o turista procura algo especial: descanso e conforto, aventura e lazer, novidades ou coisas já conhecidas, entre inúmeras outras motivações e combinações que podem gerar o desejo do deslocamento para outros lugares em um período determinado de tempo. Os destinos escolhidos por um turista surgem como a possibilidade da realização de suas vontades. Para cada vontade, um destino ou vice-versa. Ao decidir conhecer Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, por exemplo, muito provavelmente, este turista procura aventura, contato com a natureza e um pouco de glamour. Se, ao contrário, ele almeja um passeio cultural em um local histórico, com a possibilidade de praias, Paraty, também no Estado do Rio de Janeiro, talvez seja sinalizada como uma boa possibilidade de viagem.

As cidades turísticas possuem identidades oficiais que orientam os viajantes em suas escolhas. Estas identidades não são naturalmente instituídas, ao contrário, elas são arquitetadas como vocações. Neste sentido, Angra dos Reis, cidade litorânea do século XVI, parece ter

nascido como um pedaço do Paraíso na Terra; espaço para a prática do ecoturismo e freqüentada por pessoas chiques e famosas. Sua vizinha, Paraty, também litorânea e datada do século XVI, teria nascido como cidade colonial brasileira a ser preservada pelo tempo.

Para a constituição destas identidades, que, em um primeiro momento, soam como inerentes às existências das próprias cidades, escolhem-se determinados ambientes para serem notabilizados. Ora valoriza-se o ambiente natural e, constrói-se o paraíso ecológico, outrora um ambiente urbano e humano, consolidando o paraíso cultural. A utilização de conceitos específicos de ambiente constitui uma das regras de formação dos discursos sobre as próprias cidades. Mas quais seriam os efeitos destes discursos e, principalmente, da utilização de conceitos de ambientes tão segmentados?

Para responder a questão, escolhemos analisar duas cidades do Rio de Janeiro: Angra dos Reis e Paraty. As cidades nascem de um mesmo “ventre”: afinal, o povoado de Paraty pertencia ao de Angra dos Reis. Mas, escolhendo caminhos discursivos distintos, cada uma das cidades passa a representar um ambiente específico na Terra: Angra dos Reis torna-se a Natureza, presente de Deus, e Paraty, a História, feito de Homens.

Esta divisão Homens x Natureza, simbolizada pelos discursos sobre as cidades, não seria um fenômeno recente. O historiador inglês Keith Thomas afirma que o Homem, formado dentro do contexto das chamadas culturas ocidentais, costuma se sentir superior a tudo aquilo que é classificado como natural ou como relativo à natureza. Em seu livro *O Homem e o Mundo Natural* (1988), o historiador inglês analisa discursos realizados na Inglaterra por diversos estudiosos, que viveram entre os séculos XVI e XIX, sobre a Natureza, o Homem e as relações entre Homem-Natureza. Apesar de se tratar de um estudo bastante específico, as conclusões de Thomas norteiam o entendimento de determinados imaginários que advogam a separação entre o Homem e a Natureza.

Para o historiador, haveria uma fé quase inabalável na divisão do mundo entre o universo humano e o “resto”. Esta “sobra”, não humana, seria um presente de Deus à sua maior criação: o próprio Homem. Neste viés, o não humano seria compreendido como sinônimo de meio ambiente.

A convicção na divisão do mundo entre Humano e Natural seria acompanhada pela crença na possibilidade de superação humana de qualquer obstáculo imposto pelo entorno. Em um mesmo sentido, haveria uma crença na necessidade de transformar aquilo que está ao seu redor em algo que lhe pertencesse. O Natural deveria ser do Homem e a toda sua racionalidade. Para Thomas, essa fé e suposta necessidade de controle estariam relacionadas às próprias religiões cristãs. Já haveria, no livro do Gênesis (I, 25-29), a possibilidade da leitura de uma superioridade da criação humana em relação à natureza; percebida como dádiva divina:

“(…) Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, ou animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra (...) Deus disse: ‘Eu vos dou todas as ervas que dão sementes, que estão sobre toda a superfície da terra, e todas as árvores que dão frutos que dão sementes: isso será vosso alimento. A todas as feras, a todas as aves do céu, a tudo o que rasteja sobre a terra e que é animado de vida, eu dou como alimento toda a verdura das plantas e assim se fez (...)’ (Bíblia de Jerusalém, 2000)

Partindo desse argumento é possível localizar uma de raiz cultural poderosa, capaz de mobilizar o imaginário humano sobre o universo natural. Para Thomas, o Homem estaria convencido, por seu arcabouço religioso, que ele estaria separado da Natureza. Natureza esta criada por Deus para sustentar os Homens e, por isso, que poderia ser “legalmente” explorada. A Natureza, portanto, seria aquilo que serve às necessidades humanas.

O natural pertenceria a um universo que não teria como criador o ser humano, mas sim um ser divino. A sua definição não estaria focada na possibilidade de ser tocada ou não pelos humanos, ao contrário, algo pertencente ao universo natural poderia até ter sido modificado pelo Homem, mas, por ser uma criação divina, nunca deixaria de ser, em sua essência, natural. A natureza se configuraria como uma espécie de cenário para o desenrolar das atividades humanas; ela garantiria a sobrevivência fornecendo alimentos, matérias primas e beleza para a vida dos “civilizados”.

A definição religiosa de natureza poderia ofender aos estudiosos do ambiente ou mesmo seus diferentes defensores dentro e fora das academias. Estreitar o ambiente como sinônimo de natureza e como servidor de um “mundo humano”, além de constituir um conceito extremamente antropocêntrico, seria bastante reducionista. Apagar-se-iam as possibilidades de perceber o ambiente como relacional, ou seja, formado por múltiplas e instáveis relações entre os seres vivos e não vivos. Por isso, pontua-se a natureza como um conceito maleável. Ela exprime uma totalidade que os Homens concretizariam na medida em que elaboram suas visões de mundo. (Carvalho, 1994: 387. Apud: Bruhns; Serrano, 1998).

A separação entre Homens e Natureza, bem como o próprio conceito de ambiente, são dados históricos, ou seja, possuem contextos específicos de surgimento. Se o universo humano e o natural foram transformados em duas esferas estanques no discurso bíblico, que produziu efeitos em toda a civilização ocidental na modernidade e na pós-modernidade, o conceito de meio ambiente adquiriu corpo no século XIX. De acordo com o jurista Édis Milaré, o termo “meio ambiente”, originalmente concebido na língua francesa, *milieu ambiant*, foi empregado pela primeira vez pelo naturalista francês Geoffroy de Saint-Hilaire, em 1835 (Milaré. 2001: 63). Saint-Hilaire era professor de zoologia do recém inaugurado *Muséum national d'histoire naturelle*. Suas definições de meio ambiente referiam-se principalmente à constituição física dos espaços.

Apesar de criado no século XIX, o conceito de meio ambiente era pouco usado dentro das recém inauguradas ciências acadêmicas. Estudiosos das ciências naturais, segundo Teresa Emídio, empregavam-se do conceito de paisagem para descrever a conjunção de fatores naturais e humanos. Para a pesquisadora, que analisa o ambiente e a paisagem sob o viés da arquitetura, o conceito de paisagem teria surgido no século XV, sendo reapropriado pela Geografia no século XIX. A Geografia alemã, em especial, introduziu o conceito *Landschaf* com o objetivo de analisar o “conjunto de fatores naturais e humanos agrupados em unidades espaciais” (Emídio, 2006: 50-56). Simultaneamente, a escola francesa de geografia definiu o termo *paysage* como o relacionamento do homem com o seu espaço físico, imprimindo um certo dinamismo ao conceito.

Ainda de acordo com Emídio, o termo alemão foi hegemônico nas ciências naturais até o início da década de 1960, período no qual pesquisadores norte-americanos, influenciados por teorias marxistas, redefiniram o termo *landscape*. O novo conceito, centrado na idéia de região, valorizava as relações entre a realidade física e a ação humana, “porém concebida pela abordagem marxista (...) como produto territorial da ação entre capital e trabalho” (Emídio, 2006: 50-56).

As mudanças no conceito de paisagem foram simultâneas ao nascimento da concepção de crise ambiental na segunda metade da década de 1950 (Germán, 2002:194). Junto à valorização de um novo modelo de vida baseado no consumo, estimulado pelo contexto mundial de Guerra Fria, passou-se a questionar as consequências e os limites físicos e éticos do consumo. Nos primeiros anos de 1950, a contaminação de rios europeus, como o Tâmbisa, atingiam níveis alarmantes e a poluição do ar gerava graves doenças respiratórias na população (Duarte, 2003:12). Mesmo a produção de alimentos, que parecia ser inquestionável, era colocada em xeque com o livro *Silent Spring* (1962) de Rachel Carson. A obra denunciava os

efeitos do uso de produtos químicos empregados para aumentar o rendimento da produção agrícola. No entanto, para se ter uma crise ambiental, era preciso ter o próprio ambiente.

Se o conceito de meio ambiente havia sido relegado a cantos obscuros de teorias científicas, a partir da década de 1960, ele passou a ser uma bandeira de movimentos sociais, ao lado do movimento pelos direitos civis e do feminismo. A partir de então, multiplicaram-se as definições acerca do que seria o ambiente. Em 1969, por exemplo, o pesquisador britânico James E. Lovelock, junto com a bióloga norte-americana Lynn Margulis, lançaram a *Teoria de Gaia*, que concebia o planeta Terra como um grande ser-vivo, capaz de manter e regular a si próprio.

A Teoria Gaia, que ganhou simpatizantes em alguns movimentos místicos, ambientalistas e entre alguns pesquisadores, permitiu a concepção de ambiente como composto não apenas de recursos naturais, mas também de seres humanos. Dentro desta concepção, o Homem faz parte de um todo planetário capaz de se auto-regular e responder as ações que o agridem. A Terra, nesse sentido, poderia ser definida como a interação entre os seres-vivos e os não-vivos.

Ainda em uma busca holística do ambiente, o geógrafo Yi-Fu Tuan definiu, na década de 1960, o meio ambiente como o conjunto das condições sob as quais qualquer pessoa ou coisa vive ou se desenvolve. Seria, portanto, “a soma total de influências que modificam o desenvolvimento da vida ou do caráter” (Tuan, 1965).

De forma mais pragmática, o meio ambiente também foi compreendido dentro do viés dos recursos naturais, tendência impressa, por exemplo, no relatório *Os limites do Crescimento*, produzido pelo Clube de Roma e publicado em 1972. No relatório analisava-se a sustentabilidade do planeta, pensada a partir da demanda da humanidade por matérias-primas e recursos naturais, assim como resíduos produzidos. O relatório afirmava que o Planeta Terra

não suportaria o crescimento populacional por causa da pressão sobre os recursos naturais e energéticos, conjugado com o aumento da poluição, mesmo considerando o avanço das tecnologias.

A partir da década de 1960, portanto, as definições de ambiente passam a se diferenciar dos conceitos de paisagem. De acordo com Emídio, a paisagem torna-se uma parte integrante de um universo mais amplo denominado ambiente. A paisagem seria como um universo em miniatura que, quando articulada com outros pequenos universos, permitiria a constituição do ambiente (Emídio, 2006: 13-14). Entretanto, mesmo com o ambiente debutando nos movimentos sociais, meios de comunicação e dentro das academias, não haveria e, não há, consensos sobre sua definição.

Pela legislação brasileira, o meio ambiente é considerado um patrimônio público que, obrigatoriamente, precisa ser assegurado e protegido para o bem coletivo. Nessa legislação, o meio ambiente é estabelecido como “o conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Lei Federal 6.938 – art. 2.º 1 – de 31.08.1981). De acordo com Milaré, o conceito jurídico de meio ambiente, impresso na lei, poderia ser dividido em duas principais perspectivas; a estrita e a ampla.

Dentro do primeiro viés, o meio ambiente é compreendido como patrimônio natural. Para o autor, “tal noção (...) despreza tudo aquilo que não diga respeito aos recursos naturais” (Milaré, 2001: 63 - 66). Por outro lado, dentro da visão mais ampla de ambiente, toda o universo natural e artificial, bem como os aspectos culturais correlatos, comporiam o ambiente (Milaré, 2001: 63- 66). Teríamos, deste modo, não apenas o mundo físico, composto pela água, solo, ar, energia, entre outros elementos, mas também os homens, suas ações e construções materializando o conceito.

Em uma clara defesa deste conceito holista, Milaré, citando o estudioso Ávila Coimbra, advoga o conceito de ambiente como:

“o conjunto dos elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos” (Milaré, 2001: 66).

Com múltiplos significados, seja no senso comum, nas academias ou na legislação, o tema ambiente é, sem dúvidas, consagrado no século XX. E, ao lado do conceito de natureza, marcado pela possibilidade da subjetividade e da pluralidade, é o principal tema de um campo de estudos chamado de História Ambiental.

Esse campo disciplinar foi criado na década de 1970, junto com os movimentos ecologistas e os sucessivos encontros internacionais realizados para a reflexão sobre o futuro do planeta Terra e da humanidade. Com as discussões teóricas a respeito da subjetividade e da própria noção de sujeito, levantada por teóricos que viriam a ser conhecidos como pós-modernos, em especial Clifford Geertz, Jacques Derrida, Michel Foucault, Dominick LaCapra, Hayden Whyte, entre outros, a História Ambiental ganhou novos arcabouços conceituais e destaque dentro da academia. Uma década após as primeiras discussões sobre as relações entre o Ambiente e a História, no início de janeiro de 1982, foi realizada a primeira Conferência Internacional sobre História Ambiental, no campo de Irvine, Universidade da Califórnia (Flórez, 2002: 114-115). A partir do encontro, a História Ambiental ampliou seus campos de estudos.

Como qualquer outro campo disciplinar, não há consensos teóricos entre os estudiosos da História Ambiental. Para o historiador e professor associado da Pontifícia Universidade

Javeriana, em Bogotá, Alberto Flórez, o objetivo da História Ambiental centrar-se-ia na intersecção de duas esferas: a natural e a cultural, em seus confrontos e interações (Flórez, 2002: 115). É importante observar que a premissa de Flórez é a da existência de dois universos separados: o natural, que poderia ser compreendido como a natureza de origem não humana, e o cultural, delimitado pelas ações dos Homens. Essas esferas podem se tocar ou mesmo interagir entre si, todavia, continuam sendo duas esferas isoladas: mantêm-se, desse modo, uma dicotomia entre o Homem e o seu entorno natural. As pesquisas desenvolvidas por Flórez, assim como seus pressupostos, são representativas de uma das muitas correntes teóricas existentes dentro do que chamamos de História Ambiental e que podem ser percebidas nos discursos produzidos pela *Revista Quatro Rodas* e mesmo pelas secretarias de turismo.

Como uma alternativa ao binarismo natural x cultural, é possível citar as pesquisas desenvolvidas por William Cronon, professor de História Ambiental do departamento de História da Universidade de Wisconsin (EUA). Para Cronon, a premissa da História Ambiental centra-se na percepção de que as ações humanas ocorrem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão ecológicos quanto culturais (Cronon, 2002: 31). Inserido nos debates teóricos pós-modernos, Cronon afirma que as ações humanas e tudo aquilo que se convencionou classificar como sendo natural, adquirem significados através das construções narrativas. Em outras palavras, são as narrativas que atribuem significados a coisas que, para Cronon, são reais.

Nesse sentido, uma paisagem, por exemplo, já existiria antes de ser denominada como tal³. No entanto, é a forma como ela é explicada que lhe atribui uma determinada importância

³ Também há na tradição bíblica o mesmo raciocínio, quando Deus dá ao homem toda a natureza que deveria servi-lo e pede que ele a nomeie: “Iahweh Deus disse: ‘Não é bom que o homem esteja só. Vou fazer um auxiliar que lhe corresponda’. Iahweh Deus modelou então, do solo, todas as feras selvagens e todas as aves do céu e as conduziu ao homem para ver como ele as chamaria: cada qual deveria levar o nome que o homem lhe desse” (Gn 2-18,19. Bíblia de Jerusalém, 2000).

ou valor. Extrapolando os exemplos citados pelo historiador, podemos voltar à narrativa bíblica. No caso da natureza relatada no Velho Testamento, as aves, répteis, plantas, e outros elementos citados são narrados e explicados como um presente de Deus a sua própria criação. Essa narrativa adquire tanto poder em determinadas culturas que passa a atribuir o significado do universo natural e, com isso, permite a construção de determinadas relações para com esse universo, perpetuando significados estabelecidos. Segundo o historiador, as narrativas possuem tanta força que podem tornam algo natural em artificial ou vice-versa (Cronon, 2002: 31).

As construções das narrativas, dentro dessa perspectiva teórica, geram sempre escolhas que valorizam determinados aspectos daquilo que é narrado e silenciam outros. Para Cronon, os movimentos de silenciar que as narrativas impõem às determinadas porções de realidade confeririam autoridade a essas narrativas. O êxito da narrativa estaria na sua possibilidade de “ocultar as discontinuidades, elipses e experiências contraditórias que dão destaque ao significado pretendido de sua história” (Cronon, 2002: 32-33). Por isso, o autor concluiu que o estudo da narrativa segue sendo imprescindível para a compreensão da história e do lugar do ser humano na natureza (Cronon, 2002: 34). E, poderíamos acrescentar, com essas análises seria possível compreender a história, como afirma o autor, mas também as constituições da natureza e dos lugares do ser humano nessa natureza. A análise das narrativas permite o entendimento do que é concebido como natural, humano e ambiental e as conseqüências de tais definições. Após o mapear dos conceitos e de seus efeitos, é possível propor novas visões de mundo.

Nas narrativas que valorizam as interações entre o que é construído como natural e como humano, encontramos a definição de ambiente que norteia nossa investigação. Já poderíamos afirmar que não é essa narrativa que teve êxito nos discursos oficiais das secretarias de turismo das cidades que analisamos. Todavia, nos dedicaremos aos motivos dos sucessos

ou fracassos dessa visão de ambiente em um outro momento. Por ora, é importante apresentar a nossa premissa de ambiente.

Segundo Omar Bitar, geólogo e professor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, a Geografia trabalha de forma predominante com o conceito de meio ambiente. Dentro de uma visão disciplinar clássica, o meio ambiente seria entendido como o sistema que abriga a vida em geral e, em especial, a vida humana. Nesse sentido, as ciências ambientais teriam como objetivo a compreensão geral do mundo físico em que a humanidade se insere (Bitar, 2004: 19-20). Essa definição embasa-se em premissas específicas do que Bitar denomina de ciências naturais: a defesa da existência de um sistema físico cujo funcionamento independe da visão humana. Não que esse sistema físico estivesse ileso à ação antrópica; pelo contrário, ele existiria de forma independente da ação ou mesmo da imaginação humana.

O meio ambiente seria um objeto de estudos exato e neutro e, por isso, passível de ser traduzido às mentes humanas através de modelos explicativos que, por consequência, também seriam exatos e neutros. Um modelo, nas palavras de Eugene Odum, ecólogo norte-americano, seria “uma formulação que imita um fenômeno do mundo real, e por intermédio do qual se podem fazer previsões” (Odum, 2001:9). O meio ambiente, dentro deste viés interpretativo, poderia ser compreendido e suas leis poderiam se reproduzidas, o que geraria a capacidade para o pesquisador de fazer previsões sobre ele. Como a previsibilidade nem sempre se aplica aos seres humanos, estes só poderiam ser estudados enquanto organismos ou na interação biológica com outros seres.

Compartilhando a premissa da neutralidade do meio ambiente teríamos também algumas correntes teóricas da Biologia que, assim como áreas da Geografia, se utilizariam de modelos para explicar a realidade ambiental. Há uma importante procura, por parte dos pesquisadores, do entendimento de como se estruturam as complexas relações existentes no

meio ambiente e, principalmente, como seria possível estabelecer relações de equilíbrios frente a tantas mudanças impostas pelos Homens ou outros agentes ao próprio ambiente.

Para Sharon Kingsland, professor de História da Biologia da Universidade Johns Hopkins, a preocupação pela tradução de realidades em modelos explicativos advém do próprio século XIX. Um dos pioneiros nessas traduções seria o naturalista britânico Charles Darwin. Em meados do século XIX, Darwin, através de investigações especulativas sobre as taxa de crescimento populacional, afirmou que a luta pela sobrevivência influenciaria no crescimento das populações. Essa luta, usada em sentido metafórico, incluiria desde a competição entre os indivíduos, as relações de dependência entre os organismos até condições externas, e seria pré-requisito para a origem de novas espécies através da ação da seleção natural. Mudanças no ambiente, ou entre as complexas redes de relações entre os organismos, favoreceriam determinadas variações desses organismos e, como resultado da seleção natural, teríamos a adaptação. Nesse processo dinâmico haveria, de forma constante, novos balanços ecológicos. Poderíamos concluir, assim, que a natureza sofreria com um freqüente reajuste tendendo, sempre, ao equilíbrio (Kingsland, 1985:10 -11).

Para Kingsland, esses modelos que foram constituídos no século XIX a partir da observação atenta sobre a realidade, beneficiaram-se com o desenvolvimento de novas técnicas nas áreas das ciências exatas e biológicas. Um caso exemplar seria a pesquisa desenvolvida pelo ganhador do prêmio Nobel, Ronald Ross (1857-1932). Estudioso britânico dedicado à análise dos ciclos da Malária, Ross valeu-se de argumentos matemáticos, e das posteriores observações sobre os hábitos do mosquito transmissor da doença, para advogar o combate à malária através do controle sobre as populações desses mosquitos (Kingsland, 1985:90 -100).

Os exemplos de Darwin e de Ross são apenas algumas ilustrações das contribuições das ciências naturais ao entendimento das dinâmicas ambientais, a partir do pressuposto da

existência de um real passível de ser traduzido. Como afirma Odum, esse entendimento tornou-se crucial para a humanidade, que tende a agir no geral, “como um parasita, tomando o que deseja com pouca atenção pela saúde de seu hospedeiro, isto é, do sistema de sustentação de sua vida” (Odum, 2001:373). Para ele, o conhecimento inteligente acerca da ambiente em que vivemos tornou-se

“condição de sobrevivência da nossa complexa civilização, uma vez que as ‘leis da natureza’ fundamentais não foram revogadas; apenas a sua natureza aparente e as relações quantitativas foram se alterando à medida que a população humana foi aumentando e se expandiu o poder do homem para alterar o ambiente (...)”(Odum, 2001:3).

Em todos esses estudos citados, o meio ambiente pode ser medido, compreendido e previsto. Previsibilidade nem sempre atribuída às ações humanas. O meio ambiente, dentro deste contexto, parece não possuir como elemento constituinte de si o ser humano.

Mas como seria possível analisar o ambiente dentro da perspectiva da História Ambiental? Apesar de persistir no mundo contemporâneo a imaginação de que os problemas ambientais são “propriedades” das ciências exatas ou naturais (Cronon, 2002: P.113), como se os discursos científicos fossem neutros, nossos objetivos centram-se na análise do ambiente como construção narrativa. Entendemos que o ambiente é formado pela interação entre os elementos que são lidos pelas culturas humanas como pertencentes ao universo natural e aqueles que constituiriam as próprias culturas humanas. De acordo com Simon Michael Schama, professor de História e História da Arte na Universidade de Columbia, estamos acostumados a localizar a natureza e a percepção humana em campos distintos, todavia, eles são inseparáveis. A natureza, e aqui podemos expandir para o próprio ambiente, é obra de mente, composta de lembranças e de estratos de rochas (Schama, 1996: 20).

E, distanciando-se de algumas corrente das ciências naturais, tem-se como premissa as subjetividades das construções narrativas bem como das leituras sobre esses textos. Ao longo dos próximos capítulos, analisaremos como as secretarias de turismo das cidades de Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro, constroem, para suas cidades, propagandas da existência de determinados ambientes, muitas vezes divididos em ambientes especificamente históricos e outros estritamente naturais. A investigação é orientada pela busca da compreensão de como as secretarias em questão entendem e constroem os ambientes divulgados. Por outro lado, investigamos a materialidade das cidades para entender as relações entre as narrativas oficiais sobre determinados ambientes citadinos e as narrativas que poderiam ser lidas a partir da cultura material. Para ler essas documentações, narrativa textual e narrativa da própria cultura material, que possuem características próprias, é necessário lançar mãos da interdisciplinaridade.

AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DA INTERDISCIPLINARIDADE.

A História Ambiental permite a observação das ações humanas como integrantes da natureza, ao mesmo tempo, possibilita a compreensão da natureza como parte das idealizações dos Homens. A disciplina, pertencente ao campo das ciências humanas, mantém um foco antropocêntrico sobre o seu objeto de estudos, afinal são as imaginações e produções humanas que constituem seus documentos. A História Ambiental traz de novo, no entanto, a possibilidade de expansão do Homem para o seu entorno, podendo analisar as inúmeras relações existentes entre ambos em determinados contextos espaciais e temporais. Como afirma Gérman Palacio, diretor da Universidade Nacional da Colômbia (sede Letícia), os estudos do

ambiental permitem a condensação das múltiplas pesquisas acerca das relações entre natureza-cultura (Palacio, 2002: 198).

Por ser uma área de estudos relativamente nova, contando com pouco mais de trinta anos, a História Ambiental configura-se como uma disciplina formada a partir de conhecimentos interdisciplinares. É possível afirmar que a História Ambiental nasceu como um campo teórico híbrido. Segundo Claudia Leal, geógrafa pela Universidade Nacional da Colômbia, seria possível mapear três grandes modalidades de pesquisas desenvolvidas pelos historiadores ambientais durante esses primeiros trinta anos de existência da disciplina: às análises das transformações ocorridas no ambiente através das ações humanas; as pesquisas relativas à influência da natureza sobre a vida social e, por último, as investigações sobre as idéias e conceitos sobre a natureza (Leal, 2002: 123).

Para a concretização destes estudos, em qualquer um dos três vieses, são mobilizados conhecimentos que originários na própria História, mas também da Ecologia, Economia, Artes, entre outros. Exatamente pela constituição teórica híbrida da disciplina e pela complexidade dos objetos de estudos é imprescindível analisar as possibilidades e os limites existentes para a prática de um conhecimento interdisciplinar.

A proposta de conhecimento interdisciplinar se apresenta como desafio para a avaliação de sociedades em tempos de alta modernidade. Para o sociólogo Anthony Giddens, a alta modernidade seria marcada pela existência de mundos que “enfrentam a oportunidade e o perigo equilibrados em igual medida” (Beck; Giddens; Lash: 1997:75). As incertezas constantes do presente exigiriam olhares mais complexos sobre as realidades que nos cercam. As leituras sobre essas complexidades só poderiam se originar dos diálogos entre disciplinas distintas. E nestas composições de abordagens surgiriam os desafios. A interdisciplinaridade possuiria três

pré-requisitos para a sua realização: o sólido saber próprio de uma ciência, a coletividade e a abertura para o questionamento do próprio conhecimento.

O entendimento da disciplinaridade, ou seja, das regras próprias que constituem uma disciplina, permite a análise de problemas específicos, dentro de determinados contextos, por conceitos próprios. Assim, o matemático seria capacitado para resolver, a partir de instrumentos teóricos que lhes são familiares, equações de terceiro, quarto ou quintos graus. O mesmo valeria para o físico, para o historiador, para o biólogo entre as outras inúmeras formações e os seus respectivos campos de atuação.

Com formações distintas, autores podem analisar um mesmo material, derivados de um mesmo contexto e chegar a conclusões bastante divergentes (Cronon, 2002: 31). Cada arcabouço teórico permite, portanto, abordagens distintas sobre um mesmo problema. As variações nas abordagens ocorrem tanto dentro de uma disciplina, de pesquisador para pesquisador, como entre disciplinas.

Além disso, o conhecimento produzido dentro de determinado campo da ciência pode ser um elemento constituinte das identidades do pesquisador. A partir de sua formação, o pesquisador pode responder de onde ele investiga determinado objeto de estudos, ou seja, de que local ele avalia as suas realidades complexas. A identidade, neste contexto, não é percebida como única e fixa ou natural ao pesquisador. Assim como a área disciplinar não seria a única responsável pela formação identitária. O conceito, ao contrário, é compreendido como uma conjugação constante de vários discursos teóricos que permitem a emergência de escolhas e práticas culturais. Para a pesquisadora da cultura, Ana Carolina Escosteguy, “a fluidez da identidade torna-se ainda mais complexa pelo entrelaçamento de outras categorias socialmente construídas, além das de classe, raça, nação e gênero” (Escosteguy, 2001: 150).

As formações disciplinares são pequenas parcelas, entre inúmeros elementos, que podem constituir as identidades de um pesquisador e, também, as subjetividades inerentes às leituras que esse investigador faz de seus objetos de estudos.

Se, por um lado a disciplina pode construir identidades ao pesquisador, por outro lado, entrincheirar-se em uma única disciplina poderia resultar em um conhecimento que, de acordo com o sociólogo Edgar Morin, “só sabe separar, rompe o complexo do mundo em fragmentos desunidos, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional. É uma inteligência cada vez mais míope, daltônica e torta (...)” (Morin, 2000: 12).

Um dos caminhos para fugir das limitações disciplinares encontrar-se-ia na coletividade; segundo desafio para a implementação da interdisciplinaridade. Para o antropólogo Claude Raynaut e para socióloga Ângela Duarte Damasceno, a interdisciplinaridade não é possível se for considerada apenas como uma tarefa individual: ela precisa ser construída através da existência de um coletivo de pesquisadores que, juntos, configurariam uma equipe (Raynaut e Damasceno, 2002). A equipe interdisciplinar configurar-se-ia como os olhares múltiplos sobre as realidades complexas. Seria o espaço para o constante debate e uma das maneiras de superar a abordagem, já bastante viciada, de uma única disciplina sobre antigos ou novos objetos de estudos.

Por último, a abertura para questionar o próprio conhecimento viabilizaria ao pesquisador a busca de outras perguntas e respostas direcionadas ao seu objeto de estudos. A dúvida abriria espaços para inclusão de novos elementos nas análises propostas, permitindo a criação de múltiplos olhares sobre as realidades complexas. Para Morin, “um pensamento que reconhece o movimento e a imprecisão é mais potente do que um pensamento que os exclui e os desconsidera” (Morin, Ciurana e Motta, 2003; 53).

As dificuldades da investigação interdisciplinar, portanto, encontrar-se-iam exatamente na concretização seus três pré-requisitos de forma conjugada: obter, simultaneamente, o exigido conhecimento disciplinar do pesquisador, as possibilidades da construção do coletivo interdisciplinar, e a abertura às imprecisões do conhecimento. Somado a isso, a prática interdisciplinar apresenta ao pesquisador o desafio de transitar entre os territórios bastante conhecidos e dominados do campo disciplinar para os desconhecidos e desafiadores dos novos campos e suas possibilidades de atuação. Têm-se, na pesquisa interdisciplinar, as possíveis dificuldades enfrentadas pelo próprio pesquisador ao ser chamado para atribuir para si e para seus trabalhos as novas identidades, que, como as velhas, estão sempre em construção.

A investigação que realizamos sobre as construções dos ambientes nas cidades de Angra dos Reis e Paraty⁴ foi arquitetada sobre os possíveis diálogos entre arcabouços teóricos da Arqueologia e da História.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E OS CONTEXTOS TEXTUALIZADOS.

Uma das identidades dessa pesquisa localiza-se dentro do vasto campo da Arqueologia Histórica e propõe uma leitura do ambiente concebido como textualizado. O olhar arqueológico apresenta, como singularidade, a análise da documentação material, ou seja, a “totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (Funari, 2004:11). Essa

⁴ Destaca-se que a nomenclatura da cidade de Paraty, de acordo com as leis ortográficas vigentes, seria grafada com “i” ao invés de “y”. Mas, nos textos escritos sobre a cidade, o nome do município é grafado com “y” ao invés de “i”. Trata-se de uma opção de memória histórica, já que Parati designaria, em tupi, o nome de um peixe da família das tainhas (*Mugil Brasiliensis*), enquanto Paraty, também em tupi, seria o viveiro de inúmeros outros peixes (Mello: 1992). Como a presente pesquisa dedica-se as análises das construções de memórias “históricas” – “naturais”, adotaremos a nomenclatura escolhida pela própria comunidade.

documentação possibilitaria a análise das vidas cotidianas de pessoas que não necessariamente dominaram a escrita e, por isso, abriria caminhos para o estudo das ações de diferentes homens, mulheres e crianças com identidades variadas. Soma-se a esse aspecto a possibilidade do estudo minucioso das relações sociais e de como elas seriam mantidas e transformadas (Johnson, 1999).

A Arqueologia Histórica, em especial, destaca-se no vasto campo arqueológico por apresentar a mescla de tipos documentais: escritos, iconográficos, cartográficos, produzidos em pequena ou larga-escala, entre outras inúmeras possibilidades. De acordo com Maria Ximena Senatore e Andrés Zarankin, as dificuldades em lidar com as especificidades documentais geraram, na década de 1970, os debates iniciais acerca dos possíveis campos da Arqueologia Histórica e suas conseqüentes definições (Senatore e Zarankin, 1996-1997). Ainda segundo esses estudiosos, dentro dessas discussões, haveria duas vertentes para a Arqueologia Histórica. Por um lado, dentro da perspectiva historicista (Leone e Potter, 1988), consideravam-se as evidências textuais e materiais complementares e dependentes. Assim, os problemas a serem investigados na cultura material eram sugeridos por fontes escritas, cabendo à Arqueologia confirmar ou não as informações contidas nesses relatos. Como conseqüência desta vertente, tinha-se uma relação de prova/verdade entre as fontes: se a Arqueologia confirmasse um documento é porque este conteria uma verdade (Senatore e Zarankin, 1996-1997: 3).

Por outro lado, dentro da segunda perspectiva arqueológica, as evidências documentais e materiais, ainda na divisão proposta pelos arqueólogos argentinos, foram consideradas *corpora* de dados distintos, com estatutos epistemológicos independentes (Senatore e Zarankin, 1996-1997:3). Ao contrário da abordagem chamada de historicista, os problemas definir-se-iam dentro das fontes arqueológicas, e os documentos textuais serviriam para contextualizar o universo em que estavam inseridos os artefatos. A relação prova/verdade dissolver-se-ia na

crença da subjetividade do pesquisador. Este, envolvido em um contexto cultural, poderia atribuir diferentes interpretações tanto à cultura material como aos documentos escritos (Ucko, 1995).

Compartilhando as premissas da segunda perspectiva arqueológica, propõe-se uma investigação que analise o próprio ambiente como cultura material. Ou seja, a pesquisa busca entender o ambiente não em sua acepção tradicional, que, de acordo com o geógrafo Genebaldo Dias, poderia ser definida como “formado apenas pela flora e fauna, água, solo e ar” (Dias, 2004: 7). Também não almejamos concluir uma única definição de ambiente, já que se advoga a existência das múltiplas e subjetivas definições sobre o conceito escolhido. Por um caminho diferente, o objetivo da pesquisa que apresentamos é analisar como determinados setores públicos definem esse ambiente e o usam com objetivos culturais e políticos bastante delimitados.

Ao mesmo tempo, o ambiente como cultura material permite a leitura do conceito como elemento da micro-física do poder. Em outras palavras, o ambiente se torna um elemento de diferenciações sociais e políticas, um diferenciador cultural. Em Angra dos Reis, por exemplo, determinados terrenos na cidade são procurados por estarem mais próximos da natureza “intocável e selvagem” ou por estarem mais distantes, e, como consequência, por serem mais acessíveis financeiramente. Dessa forma, a construção narrativa sobre o ambiente e sua divulgação torna-se um instrumento de poder. Mas como seria possível ler o ambiente?

A proposta teórica de ler o ambiente é inspirada em dois teóricos da História Cultural: Dominick LaCapra, historiador e professor da Universidade de Cornell, e Hayden White, historiador e professor da Universidade da Califórnia. Apesar desses intelectuais nunca terem dissertado sobre o conceito de ambiente, ambos trazem contribuições importantes para a

definição de texto e contexto, que podem ser empregadas na construção conceitual sobre o que seria um ambiente textualizado.

LaCapra afirmou, em 1985, em um artigo sobre o marxismo e a História intelectual, que os “historiadores são treinados profissionalmente para não ler” (LaCapra, 1985: 339). Esta posição do acadêmico frente a seu objeto de estudo estaria enraizada em um clichê que afirma que qualquer coisa pode ser apreendida pelo seu contexto. Os estudiosos ao buscarem o tempo e o espaço em que seus documentos estariam inseridos acabariam presos em categorias abstratas que não necessariamente se expressam no documento analisado (LaCapra, 1985: 14). Criar-se-ia, deste modo, um círculo vicioso onde o intelectual conhecendo o contexto poderia supor o texto.

Para LaCapra, esta leitura reducionista do texto provém do predomínio de uma concepção documentária da compreensão histórica (LaCapra, 1998: 240). O problema se destacaria entre os estudiosos da História Intelectual, em especial, no círculo onde a retórica da contextualização é encorajada com frequência. Nesses círculos, as leituras sobre os documentos seriam realizadas de forma paralela a leitura do próprio contexto e, os problemas encontrados dentro dos documentos seriam respondidos pelos contextos sem que houvesse possíveis dissonâncias entre ambos (LaCapra, 1985: p.14).

Em uma nova História intelectual, defendida por LaCapra, a leitura cega dos textos seria substituída por uma leitura crítica dos documentos. Estes deixam de ser instrumentalizados como meras fontes para divulgar fatos sobre o passado, e passariam a ser percebidos como um suplemento da “realidade”. De acordo com o autor, todas as formas de pesquisa científica poderiam se beneficiar deste modo de leitura crítica que ampliaria a visão de ciência (LaCapra, 1985 b: II).

A proposta de LaCapra entra em consonância com as propostas do arqueólogo Zarankin ao defender análises de documentos considerando suas especificidades narrativas e, principalmente, distanciando-se de posturas que buscam as relações entre provas e verdades. Assim como um documento não deveria ser usado para corrigir outro, o contexto não precisa ser empregado como um determinante explicativo de um texto.

Dentro dessas propostas, questiona-se, nesta pesquisa, o conceito de ambiente como estável e único. Os ambientes que encontramos nos discursos das secretarias de turismo são subjetivos e, por isso, devem ser lidos em suas particularidades. Ao mesmo tempo, eles não encontram, necessariamente, uma correspondência com as construções materiais das cidades.

LaCapra identifica no filósofo alemão Martin Heidegger e no filósofo francês Jacques Derrida suas maiores inspirações para a elaboração de críticas e propostas sobre a História Intelectual. O autor afirma que o que considera especialmente valioso nos enfoques da textualidade elaborados por estes pensadores é a indagação crítica que busca evitar uma reprodução sonâmbula dos excessos de uma tradição histórica. O caminho desta prática seria a reabilitação do que é reprimido pela tradição e a inclusão destes elementos em um debate mais imparcial com tendências que, em suas formas dominantes, são nocivas. Por esta via, o autor valoriza o que Heidegger denomina de “pensar o impensado” da tradição e o que Derrida defende como “desconstrução” (LaCapra, 1998: 245).

A construção desta nova História seria feita a partir de uma análise mais dialógica com o passado (LaCapra, 1985: 313); conceito retirado do lingüista russo Mikhail Bakhtin em referência à “imaginação dialógica” do escritor russo Fiódor Dostoievsky. Os textos, para LaCapra, são repletos de idéias muitas vezes contraditórias, e combinam, internamente, outros textos e contextos que se sobrepõem formando uma teia de complexas relações. As oposições existentes nos documentos, para o autor, revelam como o passado não é simplesmente uma

história acabada que precise ser narrada. Ao contrário, é um processo interligado com cada historiador dentro de seu próprio tempo da narrativa (LaCapra, 1985: 18). Os historiadores estariam envolvidos em um esforço para entender o que algo significou em um determinado período e que o pode significar para nós, no tempo presente. Por isso, o diálogo com o passado deve se tornar inerente ao historiador (LaCapra, 1985 b: II). Nos caminhos propostos por LaCapra, o ambiente como texto também se apresenta como uma combinação de definições conceituais, propostas políticas e leituras subjetivas. Mas, quais seriam os significados desse meio ambiente para nós? Como ele seria percebido em Angra dos Reis e Paraty?

Para pensar a História intelectual, LaCapra propõem a redefinição das relações entre os textos e os contextos. A reflexão, afirma o autor, deve começar pelo conceito que se atribui à linguagem, que passaria a ser entendida como a prática significativa de interligar significados, o que criaria uma cadeia de múltiplas possíveis leituras e atribuiria os sentidos às atividades humanas (LaCapra, 1985: 18). A linguagem sustentaria as definições de texto e contexto justamente por estar entrelaçada a suas existências.

Em princípio, defende LaCapra, o texto pode ser visto como o uso situado da linguagem, marcado por uma tensa interação entre tendências reciprocamente imbricadas, mas que por momentos se contestam (LaCapra, 1985b: .240). Sendo o texto concebido como o uso situado da linguagem, LaCapra aponta para uma outra dificuldade: como delimitar o que é interno e externo a um texto? Como resposta as possíveis angústias em definir os limites entre “dentro e fora” do texto, o autor afirma que mesmo o contexto, ou mundo real, é textualizado de diversas maneiras (LaCapra, 1985b: 241). Nessa perspectiva, o ambiente se configuraria como textualizado.

A noção de textualidade, para LaCapra, torna menos dogmático o conceito de realidade, isto porque tanto o texto como o contexto estão envoltos nas questões referentes ao uso da

linguagem. O historiador que visa à reconstrução de um contexto, ou de uma realidade, deverá passar por restos “textualizados” do passado para alcançar seu objetivo, o que não torna a realidade inexistente ou inacessível, mas sim plural.

O autor não nega, por exemplo, o holocausto, ou que as pessoas sangram quando se cortam (Kramer, 1992: 171). Afirma, no entanto, que todos os fenômenos materiais – como foi o holocausto e que pode ser o ambiente – apresentam significados simbólicos ligados a uma realidade. Em um caminho dinâmico, a forma como apreendemos a realidade também depende dos significados simbólicos que são empregados. Cria-se, assim, uma complexa relação entre os símbolos onde a realidade é existente, mas nunca encontrada em sua plenitude (LaCapra, 1985: 18). Nesse sentido, almejamos analisar quais seriam os significados simbólicos usados para compor determinados ambientes. E, principalmente, quais contradições poderiam ser encontradas na materialidade em relação aos sistemas de signos traçados pelos ambientes construídos por determinadas narrativas.

É interessante destacar que a mesma fluência que LaCapra imprime nas relações entre a realidade e os signos, também pode ser expressada nas relações entre os textos e os contextos. Um texto não corresponderia a um único e estático contexto. Ao contrário, ligar-se-ia a um conjunto de seis contextos que interagem entre si e com o texto: 1) A relação entre as intenções do autor e o texto, 2) A relação entre a vida do autor e o texto, 3) A relação da sociedade com o texto, 4) A relação da cultura com os textos, 5) A relação do texto com a obra do autor, 6) A relação entre modos de discurso e textos (LaCapra, 1985b: 252-292).

Os seis contextos interagiriam com o texto tecendo diálogos que são passíveis de serem acessados pelo pesquisador. Os textos, construídos sobre aspectos documentários, ou seja, em fatos reais do passado, e sobre aspectos imaginativos do autor, que LaCapra denomina como “*worklike*”, permitem reconstruções do passado (LaCapra, 1985b: 245). O trabalho de

reconstrução proposto por LaCapra, no entanto, não ignora a criatividade e o envolvimento do pesquisador com seu próprio trabalho. Ao contrário, a criatividade e o aspecto documental de um texto são analisados como sendo parte de um todo e, junto com os contextos, permitem entender o texto como uma intersecção de uma longa tradição e de um momento específico. Busca-se traçar diálogos entre a tradição e a especificidade, os textos e os contextos, o historiador e o passado. O desejo pela verdade é substituído pelo desejo de estabelecer diálogos entre muitos elementos, o que desmonta com o clichê de que um único contexto é suficiente para explicar o texto.

Os ambientes, analisados dentro dessa perspectiva, passariam a ser concebidos como conceitos subjetivos e criados em determinadas situações, por pessoas específicas com interesses bem delimitados: constitui-se em um casamento entre longas tradições conceituais e conhecimentos localizados, como por exemplo, os de Angra dos Reis e Paraty.

Hayden White, em caminho próximo ao de LaCapra, afirma que o texto como um representante fiel de uma dada época deve ser colocado em dúvida (White, 1985: 282). Antigas autoridades no campo da História intelectual, como Georg Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche, entre outros, ainda presentes na “consciência” dos historiadores, estariam sendo deslocadas por novos nomes, como o de Walter Benjamin e Paul Ricoeur, através de Michel Foucault, Jürgen Habermas e Jacques Derrida (White, 1985: 280). Estas mudanças teriam possibilitado novos olhares sobre o texto, percebendo-o como discurso, e traçando outros caminhos para os estudos sobre o contexto (White, 1985: 280).

A relação entre o texto e o contexto, defende o autor, é crucial para qualquer campo de pesquisa. As incertezas sobre os limites entre os textos e os contextos teriam levado historiadores a uma busca frenética pelos arquivos, gerado uma celebração desta instituição (White, 1985: 281). Para analisar a temática White elege algumas questões guias: O que é um

texto? Quais são suas dimensões e níveis? Onde está a autoridade do contexto? Onde o texto termina e começa o contexto?

Para o autor, a noção de texto serve como um modelo interpretativo especialmente privilegiado. Considerados como uma evidência histórica, de natureza lingüística, os textos são definidos como repletos de elementos ideológicos. Ou seja, as narrativas históricas, arquitetadas pelo historiador sobre dados, “construídas com elementos de uma estrutura verbal, são sempre escritas com um propósito específico (manifesto ou latente)” (White, 1994: 71). Para White, todo relato histórico, independente de seu tema ou profundidade, “pressupõe um conjunto específico de compromissos ideológicos nas próprias noções de ‘ciência’, ‘objetividade’ e explicação que o inspira” (White, 1994: 87).

Assim, a tarefa das pesquisas científicas centrar-se-ia com a identificação dos elementos ideológicos do texto. A ideologia percebida como um processo, e não como um produto (por exemplo, de interesse de um grupo) permitiria identificar diferentes tipos de significados que são produzidos e reproduzidos pelo estabelecimento de um conjunto de idéias sobre o mundo. Nos textos, certos sistemas de signos seriam privilegiados como necessários, enquanto outros seriam suprimidos, ignorados ou escondidos no processo de representação do mundo (White, 1985: 288). Ao historiador caberia determinar as regras de exclusão que sistematicamente operam na construção do texto. Através da análise das regras do texto, o estudioso poderia supor um conjunto de idéias sobre o mundo. Mas quais seriam as regras de exclusão que estariam impressas nos ambientes arquitetado pelas secretarias de turismo de Angra dos Reis e Paraty? Quais os significados da existência dessas regras? E na materialidade das cidades? Quais regras de inclusão e exclusão estariam impressas?

A linguagem desempenha, para White, um papel fundamental nas análises textuais; o próprio texto é definido como um artifício lingüístico (White, 1985: 283). Além disso, o autor

afirma que o instrumento característico do historiador para a codificação, comunicação e intercâmbio de seu trabalho é a linguagem culta habitual. Isto significa que “os únicos instrumentos que ele tem para dar sentido aos seus dados, tornar familiar o estranho e tornar compreensível o passado misterioso são as técnicas de linguagem figurativa” (White, 1994: 87). Os historiadores, portanto, sempre usariam alguma versão da teoria lingüística em seus trabalhos, o que os permitiria atribuir significados aos documentos passando por traduções próprias aos seus contextos e textos (White, 1985: 284). O cerne da questão seria, portanto, a escolha da teoria lingüística pelo historiador.

White entende como teoria lingüística do texto o conjunto específico de categorias gramaticais e léxicas de um modelo analítico que estabelece regras do que seria próprio ou impróprio de usar. (White, 1985: 287). Existiriam quatro caminhos relativos às teorias lingüísticas: 1) a linguagem como uma representação do mundo na forma de ícone ou mimesis; 2) o viés marxista que percebe a linguagem como um index do mundo; 3) o caminho hegeliano no qual a linguagem torna-se um símbolo do mundo; e 4) a escolha de White, inspirada na teoria do lingüista suíço Ferdinand Saussure, que configura a linguagem como um sistema de signos. As três primeiras noções de linguagem pressupõem uma relação imediata entre o mundo e o que o que elas representam, enquanto o quarto caminho presumiria conflitos entre códigos simbólicos.

Os sistemas de signos são analisados pelo autor através da semiologia, ou seja, uma análise cultural baseada nas teorias de Saussure, Roman Jakobson e Émile Benveniste. Dentro da análise semiológica, ganham destaques, dentro de um texto, os sistemas de signos identificados como referenciais, ou seja, que estão nos textos, e as referências a outros sistemas de signos. Almeja-se identificar as hierarquias de códigos que foram estabelecidos no processo

de elaboração da narrativa. Sendo o texto um mediador entre os vários códigos é por ele que a realidade torna-se inteligível (White, 1985: 198).

Dentro da análise semiológica de White, o contexto é acessado apenas por intermédio dos “artefatos verbais” que, em virtude de sua textualidade, são sujeitos as mesmas distorções que os textos. Elementos ideológicos presentes em um texto podem ser estendidos ao seu contexto. O artefato verbal é concebido como aquilo que nos permitiria acessar o sistema de produção de significados operando diretamente em um caminho que outro tipo de artefato não faria (por exemplo, armas, contratos, tratados, entre outros). Inevitavelmente, afirma White, os artefatos aparecem como efeitos destas operações e não como causas delas (White, 1985: 307).

A análise formal do texto basta a White. Nessa pesquisa, porém, ela não se mostrou suficientemente eficaz para à análise dos problemas encontrados nas fontes documentais. O autor preocupa-se com categorias prefigurativas das obras históricas – enredo, argumento, ideologia e tropos –, “pois a estrutura formal de uma narrativa (sua estrutura metahistórica) determina a relevância de qualquer fato específico e a organização de qualquer relato particular” (Kramer, 1994: 146). O contexto, deste modo, é encontrado dentro do próprio texto e está submetido às ideologias do narrador. As ideologias e a própria imaginação do historiador tornam o conceito de realidade diferenciado. Todos os relatos de acontecimentos, independente de sua forma, seriam permeados por uma dimensão fictícia ou imaginária. Nesse sentido, os historiadores construiriam muitas realidades.

Esta perspectiva semiológica providenciaria, de acordo com o autor, um estudo detalhado dos elementos ideológicos da narrativa. Permitiria, também, identificar a natureza da autoridade evocada pelo texto, a perspectiva da realidade representada, as modalidades discursivas usadas para solidificar uma dada mentalidade, o leitor ideal para o texto, além da

análise detalhada dos elementos metalingüísticos de passagens específicas onde um tipo de código social é invocado para validar todos os códigos sociais que estão ao alcance do leitor.

Dentro desses conceitos apresentados, nossa proposta é analisar o ambiente dentro de duas categorias narrativas: 1) os discursos das secretarias de turismo de Angra dos Reis e Paraty e 2) análises da cultura material dos ambientes promovidos ou silenciados pelos discursos das secretarias de turismo. Os municípios de Angra dos Reis e Parati foram escolhidos como estudos de caso por se destacarem no cenário brasileiro como cidades turísticas e, principalmente, por serem reconhecidos por agências de viagens e publicações destinadas à atividade turística, como locais apropriados para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo histórico ou outras atividades relacionadas ao lazer. Essas atividades, em especial o ecoturismo, representariam, de acordo com estimativas realizadas no ano de 1997, o emprego de 10% da população economicamente ativa do país, movimentaria cerca de US\$ 7,9 trilhões até o ano de 2005 e, entre 1997 e 2005, teria uma taxa de crescimento superior a 20% (Serrano, 1997: .7). Os números parecem agradar tanto aos governos estaduais como ao federal que, em busca de crescimento econômico, estimulam as cidades brasileiras a encontrarem seus potenciais turísticos através do “Plano Nacional do Turismo”, “Programa nacional de municipalização do Turismo” e “Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo” (Serrano, 1997: 8).

A valorização cultural do turismo, que envolve seus aspectos políticos, econômicos e sociais, é estimulada pelas secretarias de turismo municipais que são responsáveis, entre outras atividades, pela apresentação da cidade ao turista. Por essa função, parte-se do pressuposto que as secretarias de turismo confeccionam uma auto-imagem de suas cidades, ou seja, escolhem os elementos que acreditam ser atraentes e importantes para o visitante conhecer. Essas imagens oficiais seriam vigorosas o suficiente para estimular “peregrinação, agindo como verdadeiros ímãs que atraem levas de visitantes, todos os dias de todos os anos” (Wainberg, 2001: 11). As

auto-imagens, que denominaremos como “memórias oficiais”, seriam representações das próprias cidades arquitetadas por repartições públicas e que, empregando-se do entendimento da socióloga Kathryn Woodward sobre representações, poderiam ser compreendidas como processos culturais que “estabelecem identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornece possíveis respostas às questões: quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representações constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (Woodward, 2000: 17). Embasando-se nas memórias oficiais, os turistas elaborariam suas próprias memórias acerca dos locais conhecidos.

Através das análises do primeiro grupo documental, procuramos entender como as memórias oficiais das cidades de Angra dos Reis e Paraty se empregam do conceito de ambiente para estimular os imaginários dos viajantes e, como consequência, o turismo no local. Apropriando-se das teses de White, nossa proposta é entender as regras de exclusão ou as de inclusão que são construídas dentro dessas narrativas. Contrariando White, porém, não acreditamos que essas narrativas ou mesmo suas análises formais sejam auto-suficientes para permitir as leituras sobre as possíveis regras de poder. Por isso, escolhemos trabalhar também com o segundo grupo documental, composto pela materialidade das cidades.

Segundo Pedro Paulo A. Funari, a constituição de uma identidade cultural é realizada através da preservação de uma memória dentro de determinada visão de mundo. Os documentos escritos podem ser usados para uma possível reconstrução histórica. Eles são, entretanto, pouco acessíveis a grande parte da população, o que lhes confere “uma significação consideravelmente menor do que a cultura material, cuja presença física atinge diretamente os membros da sociedade” (Funari, 2004: 74). Ponderando a acessibilidade da cultura material, em especial, a constituição física das cidades, nosso objetivo é confrontar os ambientes construídos

pelos discursos das secretarias de turismo com as disposições físicas desses ambientes. Nortearam a análise material do ambiente, perguntas como: dentro do contexto urbano, onde e como estão dispostos os ambientes propagados pelas secretarias de turismo? Esses ambientes são de fácil acesso? Eles se remetem a quais identidades?

O confronto entre as categorias documentais não almeja a correção de dados ou informações. Ao contrário, objetiva destacar as idéias contraditórias presentes em cada um dos textos. Essas contradições, silenciadas por determinadas narrativas, permitem nossas reflexões sobre as regras de inclusão ou exclusão de determinadas memórias e, por consequência, identidades dentro do conceito de ambiente constituído pelas secretarias de turismo. O que percebemos, no entanto, é que os documentos por si só não permitiriam a construção de respostas para as nossas perguntas. Além disso, como defende LaCapra, desejamos pensar os textos como a intersecção entre longas tradições e momentos específicos. Para isso, além dos dois grupos de documentos já apresentados, usamos também publicações da *Revista Quatro Rodas*, realizadas entre os anos de 1960 e 1984, como um terceiro grupo documental.

O recorte temporal sobre as publicações obedeceu a dois critérios: 1) A *Revista Quatro Rodas* foi lançada em Agosto de 1960, por isso, esse é o primeiro ano analisado; 2) Em 1984, a Editora Abril optou por separar a *Revista Quatro Rodas* em dois flancos. Se, de 1960 até 1984, a *Revista Quatro Rodas* conciliava informações sobre automóveis e turismo, a partir de 1984, ela passava a focar principalmente os automóveis. As informações turísticas passaram a ser avaliadas pela publicação *Guia Abril Quatro Rodas*. Essa segunda publicação tinha como objetivo avaliar qualitativamente os mais diversos serviços oferecidos nas áreas turísticas de todo o Brasil. Por seu enfoque mais específico, que não o de apenas divulgar áreas turísticas, nossa investigação encerrou-se com o nascimento do *Guia Abril Quatro Rodas*.

As análises desse corpo documental nos possibilitaram a avaliação de mais de vinte anos ininterruptos, em que imagens foram formadas sobre determinados ambientes. Quais imagens que essas cidades tiveram atribuídas a si? Quais dessas imagens foram entrelaçadas às imagens realizadas pelas secretarias de turismo? Quais imagens permanecem no presente e quais foram esquecidas? Como essas imagens podem ser contrapostas às materialidades das cidades? Nosso objetivo com o embate de fontes documentais não é a busca pela verdade. Almeja-se, ao contrário, destacar as mudanças e continuidades nas memórias regionais para, posteriormente, entender os instrumentos que as secretarias de turismo usam para construir seus conceitos de ambiente.

As memórias regionais e as construções conceituais sobre o ambiente realizadas pelas secretarias de turismo de Angra dos Reis e Paraty são interligadas pela própria definição de memória. Para a socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos, a memória “pode ser compreendida tanto como a ação de re-escrever o passado, quanto como a re-presentação formal deste” por determinados grupos sociais (Santos, 2003:91). Nesse sentido, o passado se configura sempre como uma escolha subjetiva do presente. Poderíamos conceber a memória como narrativas sobre o passado que são desenhadas a partir das perspectivas do tempo de sua construção e, principalmente, dos grupos sociais responsáveis pela sua edificação. A memória torna-se uma representação do grupo social que a construiu ou à que se destina, por isso, é parte constituinte de determinadas identidades.

Ao analisarmos os textos da *Revista Quatro Rodas* (RQR), deparamo-nos com artigos que possuem como objetivo divulgar as potencialidades turísticas de determinadas regiões. Cada artigo se propõe a contar a história da cidade e a destacar os pontos do município que deveriam ser visitados. O artigo divulga uma representação sobre o tempo passado da cidade, bem como sobre o tempo em que ele foi escrito, e, consolida uma memória turística para o município. As

investigações dos artigos da *Revista Quatro Rodas*, nos permitiram perceber que as memórias turísticas das cidades mudam ao longo desses vinte e quatro anos. Mais onde estariam essas mudanças? Em que momento poderíamos localizar as rupturas discursivas sobre as memórias regionais? E, principalmente, como o ambiente seria apresentado nessas narrativas? O conceito de ambiente também teria sofrido mudanças?

As secretarias de turismo de Angra dos Reis e Paraty foram criadas a partir da década de 1970. Suas metas estariam focadas na necessidade de valorizar as potencialidades turísticas de seus municípios para ativar o turismo como uma atividade economicamente rentável. Mas, tendo observado que as memórias regionais das cidades mudaram ao longo do tempo, quais das memórias teriam sido escolhidas pelas secretarias de turismo para serem valorizadas? Quais teriam sido silenciadas? Qual o conceito de ambiente teria sido reaproveitado ou mesmo criticado por essas novas e oficiais representações sobre as cidades de Angra dos Reis e Paraty?

Ao trabalhar com memórias que podem ser compartilhadas por determinados grupos sociais, e, no caso específico da *Revista Quatro Rodas* e das secretarias de turismo de Angra dos Reis e Paraty, por grupos de turistas, podemos defini-las como memórias coletivas. A memória coletiva, texto culturalmente construído, é um elemento formador de identidades, já que se constitui como o referencial para a construção da representação de determinados grupos sociais. Ao silenciar certas representações do passado, a memória coletiva pode gerar processos de exclusão ou inclusão social (Santos, 2003: 25). Assim, o que teria sido excluído do passado e do presente de Paraty e Angra dos Reis? Quais seriam os motivos da exclusão?

Myriam dos Santos retoma a filósofa Hannah Arendt para sopesar os perigos da perda da memória. Ela afirma que para Arendt, o maior perigo que enfrentamos está localizado justamente na perda da capacidade de lembrar. E, como agravante, o esquecimento de que se está esquecendo. A memória, dentro desse viés, seria o elemento crucial que nos daria a

sensação de pertencimento a um universo maior que engloba e constitui os indivíduos. Para ela, citando as teses de Arendt, “a memória é vista como atributo que permite ao homem a percepção de sua finitude” (Santos, 2003: 17-18) . Por isso, a memória seria fundamental para a reflexão sobre as possibilidades da vida pública e, por consequência, da própria política.

CAPÍTULO 2

AS CIDADES DE ANGRA DOS REIS E PARATY: CONSTRUINDO DISCURSOS.

“(…) Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha (...)”

Calvino, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14

AS HISTÓRIAS SOBRE AS CIDADES: AS VALORIZAÇÕES E OS SILÊNCIOS.

Em 2002, a prefeitura de Paraty reeditou o “Roteiro do Visitante de Paraty” escrito por Diuner Mello, sócio fundador do Instituto Histórico e Artístico de Paraty e, declaradamente, um apaixonado por sua cidade. No prefácio dessa edição, Mello afirma que o roteiro não possui como objetivo ser um texto definitivo da história da cidade, ao contrário, visa a informar os visitantes sobre os fatos, monumentos, festas, danças e lendas que ele poderá encontrar no município (Mello, 2002: prefácio). Para o autor, a primeira edição do roteiro, publicada em 1976, continha muitas imprecisões e lacunas que só a pesquisa histórica posterior poderia corrigir. Tratava-se de uma série de trechos de relatos de cronistas do Brasil Colonial reunidos em uma publicação. Entre os trechos estavam escritos do padre jesuíta espanhol José de

Anchieta, o viajante inglês Anthony Knivet e o viajante da região do que seria, posteriormente, a Alemanha, Hans Staden. Na reedição de 2002, acrescentou-se a esses relatos análises produzidas por José Honório de Lima, historiador da cidade de Angra dos Reis, Thalita de Oliveira Casadei, historiadora da região fluminense e membro de diversos Institutos Históricos, entre outras obras, como a *História Geral das Bandeiras*, de Afonso de Taunay.

A “*apresentação da primeira edição*” é reproduzida na publicação de 2002. Mello inicia o texto com uma advertência aos seus leitores:

“(...) para se conhecer Paraty é necessário estar desprevenido de toda a majestade das igrejas suntuosas, como as da Bahia; é necessário esquecer o fausto e a riqueza de Ouro Preto. Aqui nada é suntuoso nem majestático. O importante é o conjunto. A arquitetura singela e singular de cada edificação (...)”.
(Mello, 2002: apresentação).

Com a apresentação, Paraty não precisa concorrer em atenção ou mesmo ser julgada quando comparada com outras cidades brasileiras classificadas como históricas. O leitor, visitante da cidade, fica advertido que encontrará a simplicidade em sua visita. Para Mello, a pouca suntuosidade deriva da própria vocação do município, que, por ser historicamente comercial, teria construções simples e funcionais.

A simplicidade, aliada a funcionalidade, estaria impressa, por exemplo, na existência de casas ou sobrados sem janela, apenas com portas em suas frentes. Isso se daria porque a parte dianteira dessas habitações seria destinada a armazéns, enquanto que os fundos seriam as moradias dos respectivos donos das vendas.

As ruas calçadas com o “pé de moleque” também evocariam a simplicidade e funcionalidade. O plano de constituição da cidade faria com que as ruas horizontais desembocassem nos rios Perequê-açu e Patitiba que cercam Paraty, enquanto as ruas verticais

teriam como destino o mar. O traçado citadino permitiria o escoamento da água das chuvas e a volta da água ao mar após as altas marés. Por outro lado, a sinuosidade do traçado das ruas possibilitaria a defesa da cidade contra os indígenas e piratas que atacavam a região, bem como poderiam permitir que a luminosidade solar e os ventos atingissem o interior das casas, construídas à moda mourisca, como afirma o historiador (Mello, 2002: apresentação). Mas como teria se dado a fundação dessa vila tão simples e funcional?

A história de Paraty estaria vinculada à própria história de Angra dos Reis. E, apesar de serem cidades de fundações intimamente ligadas, à Angra dos Reis não é atribuída à imagem de simplicidade e funcionalidade, ao contrário, lhe é vangloriada uma suposta natureza magistral. Em 2006, quatro anos após a segunda edição do *Roteiro do Visitante de Paraty*, a Fundação de Turismo de Angra dos Reis (Turisangra), uma autarquia que exerce as funções referentes à secretaria de turismo, junto à prefeitura local, encomendou uma pesquisa de demanda Turística para o SEBRAE – RJ. O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é, desde 12 de Abril de 1990, uma organização autônoma com o objetivo de auxiliar a elaboração e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas⁵. No caso, a “empresa” seria a própria Turisangra. Com a pesquisa elaborada pelo SEBRAE sobre as motivações dos turistas e suas opiniões acerca da estrutura do município, seria possível elaborar um plano de desenvolvimento para o turismo local que pudesse tornar Angra dos Reis uma potência turística. A apresentação do documento produzido pelo SEBRAE nos fornece uma amostra da imagem atribuída à cidade:

“Exibindo um dos cenários mais bonitos e exóticos da costa brasileira, onde a Serra do Mar encontra o Atlântico, a região da Costa Verde (onde Angra dos Reis está inserida), localizada no Estado do Rio de Janeiro, tem mais de 2 000

⁵ Em 1972, o Governo Federal criou o *Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa*, CEBRAE, que, em 1990, foi desvinculado da esfera pública, tornando-se uma organização autônoma (SEBRAE).

praias e quase 400 ilhas protegidas pela restinga da Marambaia. Às [Sic] águas, em várias tonalidades de verdes, é ideais [Sic] para a prática de qualquer esporte aquático. A região possui grande número de praias semi-desertas, às quais só é possível o acesso pelo mar (...)" (SEBRAE, 2006. Apresentação)

Apesar do relatório de demanda turística ser um referencial para toda a região denominada de Costa Verde, o que incluiria o município de Paraty, o esplendor natural não será ressaltado como uma qualidade de Paraty. Ao mesmo tempo, o marco histórico não é o ponto focal das imagens atribuídas à Angra dos Reis.

Os dois documentos citados, o *Roteiro do Visitante* e a Pesquisa de Demanda Turística, foram encomendados e impressos pelas próprias prefeituras locais, o que lhes atribui status de oficialidade: foram produzidos a pedido de instituições governamentais ou de organizações subordinadas a essas instituições. Em um primeiro momento, podemos notar uma vinculação quase binária entre histórico e Paraty, e natureza e Angra dos Reis. Mas esse binarismo estaria ligado à fundação das cidades? Ele encontraria eco nas outras narrativas analisadas em nossa pesquisa?

Para responder a primeira pergunta, voltaremos às narrativas oficiais sobre a fundação das duas cidades e mudanças histórias pelas quais teriam passado. De acordo com Mello, em seu *Roteiro do Visitante*, a região da Baía de Ilha Grande teria sido descoberta em 1502, por Gonçalo Coelho, navegador responsável pela segunda viagem de expedição de Portugal ao Brasil. Em um primeiro momento, os navegadores teriam nomeado as novas terras com o objetivo de criar referências para futuros navegadores. O nome Angra dos Reis teria advindo, como seria o costume da época, do santo do dia da descoberta da nova terra: como o dia 06 de Janeiro era o dia dos Reis Magos, a nova terra teria sido batizada de Angra (que significa pequena baía ou enseada) dos Reis.

É muito importante destacar que não há na página da Turisangra⁶ na internet uma descrição do histórico de ocupação da cidade de Angra dos Reis. A única descrição que encontramos e que advém de um documento que classificamos como oficial – produzido por um órgão público ou vinculado ele – foi encontrada em um impresso do PMAR (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis), datado de Maio de 1990 (quatorze anos antes da criação da Turisangra). O impresso é intitulado “Corredor Cultural” e teria sido elaborado pela já extinta Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo da cidade. O documento tinha como objetivo, a princípio, listar os principais pontos históricos da cidade para o próprio o morador de Angra dos Reis.

Isso porque, na época, o turismo na cidade passava por uma mudança. Se até a década de 1980, o centro da cidade concentrava a maior parte dos atrativos turísticos, enquanto as ilhas não tinham infra-estruturada destinada ao setor nem eram maciçamente propagandeadas, nos anos 1990, a situação se inverteu. Com o turismo sendo redirecionado para as ilhas, o centro parece ter morrido para os possíveis visitantes. Uma das conseqüências da fuga de turistas para as Ilhas de Angra dos Reis foi o próprio enfraquecimento das ações públicas de preservação do centro, relegado a um segundo plano, já que o local não atraía visitante. Sua preservação passara a depender do e para o próprio morador da cidade, que precisaria cobrar essas ações políticas.

A mudança vivenciada pelo turismo em Angra dos Reis acompanha transformações no contexto do turismo nacional e internacional. De acordo com a arquiteta Maria Gloria Lanci da Silva, após os anos de 1980, com a crise nos setores industriais, a política cultural passou a ser considerada uma tática econômica para equilibrar a perda de empregos no setor industrial. Nesse sentido, após o período tornava-se possível compreender o turismo também como como

⁶ <http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra>. Última data de consulta: 19/05/2008.

uma “indústria pós-moderna”, adaptada ao novo direcionamento político” (Silva, 204: 178-179). O turismo “pós-moderno” de Angra dos Reis focava nas ilhas do município.

O texto do documento produzido em 1990 afirma que a cidade teria sido descoberta em 06 de Janeiro de 1502 por André Gonçalves e seria uma das mais antigas povoações do Brasil. O passado da cidade, de acordo com o impresso:

“está presente na cidade, que apesar de desfigurada pela ação predatória do progresso ainda conserva o traço urbano original, algumas edificações e diversos monumentos tombados, destacando-se as nossas igrejas e conventos, a maioria remanescente do século XVIII” (Informativo da PMAR – Especial de Turismo, Maio de 1990. p. 4).

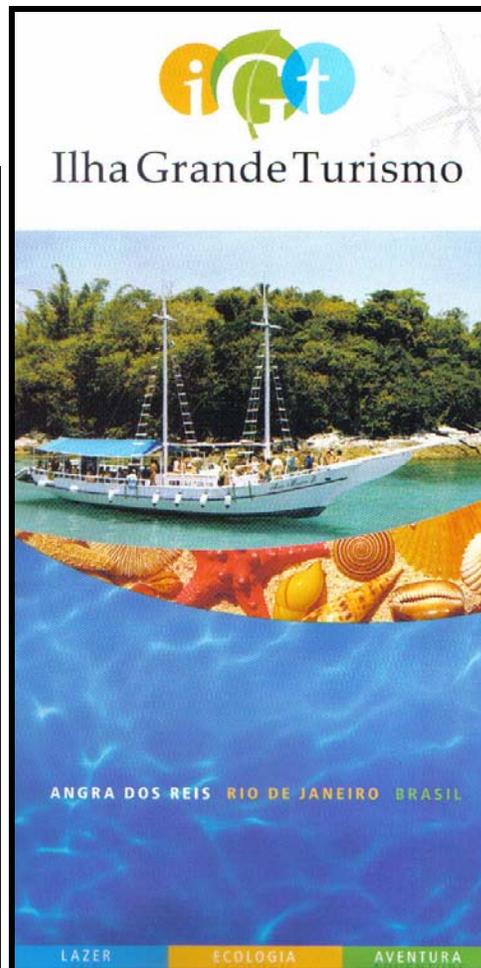
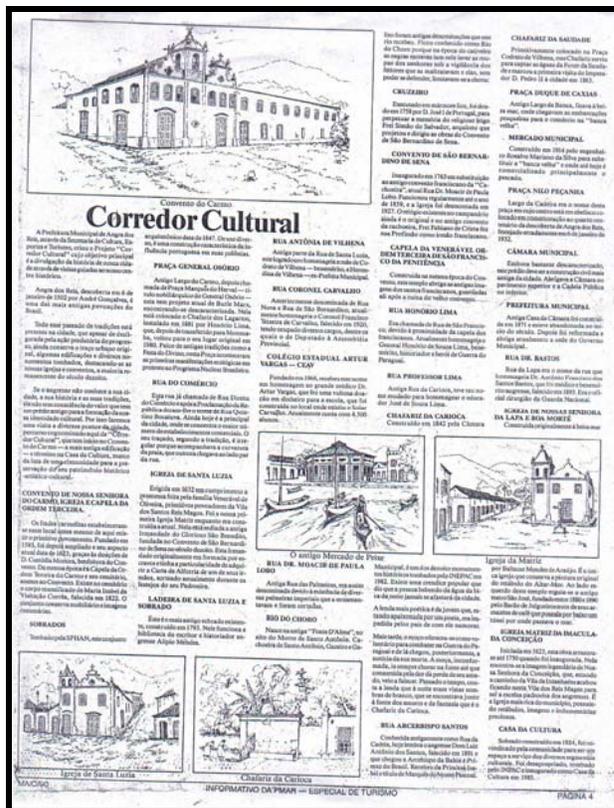
E, além da presença do passado nos traçados e nas construções da cidade, a narrativa reforça a importância do reconhecimento desse passado histórico pelo “povo angrense” o que nos faz supor que o público alvo a quem esse documento se destinava seria o próprio morador de Angra dos Reis:

“Se o angrense não conhece a sua cidade, a sua história e as suas tradições, ele não tem consciência do valor que tem um prédio antigo para a formação de nossa identidade cultural” (Informativo da PMAR – Especial de Turismo, Maio de 1990. p. 4).

O texto não explica o que seria uma identidade cultural, mas recorre ao sentimento de “ser angrense” e incumbe seu cidadão à tarefa de conhecer e, por suposto, preservar o seu passado histórico. Neste sentido, a preservação torna-se uma tarefa exclusiva do próprio cidadão angrense e, não intencionalmente, mas como uma consequência da redação textual, exime o turista de qualquer responsabilidade sobre os pontos visitados. A história a ser preservada é relacionada, em um primeiro momento, às grandes construções do século XVIII, tornando-as universais a todo morador da cidade. A listagem dos pontos históricos será

posteriormente analisada, mas, é importante destacar que a reprodução desse texto, produzido na década de 1990, é distribuída para os visitantes dos pontos históricos da cidade, mesmo dezessete anos após a sua elaboração. Fora essa referência, não há mais informativos impressos em circulação, destinados aos turistas, que destaquem a criação da cidade de Angra dos Reis.

A própria existência de um panfleto xerocado, em papel sulfite comum, em preto e branco, datado da década de 1990 nos mostra o local discursivo do centro de Angra dentro da atividade turística oficial da cidade. Sem haver agentes de turismo ou qualquer outra pessoa responsável, os folhetos ficam à disposição do interessado na entrada dos pontos históricos do centro da cidade. Em contraste, informativos atualizados e impressos coloridos em papéis de alta qualidade mostram as ilhas como paraísos do local. Afinal, Angra dos Reis seria formada por “365 ilhas: uma para cada dia do ano”. As brochuras das ilhas encontram-se em qualquer agência de turismo da cidade e são usadas como propagandas de produtos prontos para serem consumidos pelo turista.



Na primeira imagem, o suporte material fornecido pela Turisangra em que são divulgadas as informações sobre o centro de Angra dos Reis e seus atrativos histórico-culturais. Ao lado, um dos muitos folhetos produzidos por agências de turismo acerca de Ilha Grande. Enquanto o primeiro é feito em folha sulfite e cópia preto e branco, o segundo é impresso em papel de alta qualidade e com cores. Não há impressos produzidos de forma semelhante ao do segundo sobre o histórico cultural da cidade.

Como a história de Angra dos Reis é silenciada em seus panfletos, recorremos às publicações de Paraty para entender o contexto de fundação da cada uma das cidades. Para Mello, o descobrimento da região pelos portugueses, no início do século XVI, não pode ser confundido com o povoamento daquelas terras. A ocupação territorial só teria ocorrido após cinquenta e quatro anos da chegada dos navegadores portugueses. Em 1556, moradores da região de São Vicente teriam chegado à região de Angra dos Reis. Entre eles estariam Antônio

de Oliveira e sua esposa Dona Genebra Leitão de Vasconcelos, que teriam recebido uma sesmaria, ou seja, um pedaço de terra doado com a autorização do Rei de Portugal, na Ilha Grande (Mello, 2002: breve histórico).

A região recebida pelo casal seria palco de inúmeras disputas de interesses: enquanto navios franceses aportavam para fazer comércio com os indígenas tamoios havia, por outro lado, o esforço português para estabelecer seus limites territoriais (Funari e Oliveira, 2005)⁷. Esses conflitos, no entanto, não são enfatizados por Mello. A única informação dada pelo autor é que a região de Ilha Grande “era muito visitada por navios franceses em comércio com os índios tamoios” (Mello, 2002: breve histórico). Informações sobre o que esses indígenas comercializavam com os franceses ou mesmo a construção da defesa da região contra possíveis invasores são amortecidas no texto.

Mello dá continuidade a seu texto citando a presença do padre José de Anchieta e do cronista alemão Hans Staden na região, ambos aprisionados pelos Tamoios. A presença de Anchieta, de Staden e dos Tamoios não é o objetivo central de sua narrativa, apenas uma citação bastante pontual.

O autor procura esclarecer quando, naquela região, teria se originado a povoação de Paraty. Mello afirma ter encontrado duas possíveis respostas: a primeira afirmaria que os povoadores, originados de São Vicente, teriam aportado sobre as novas terras no final do século XVI. Não haveria, contudo, nenhum documento que permitisse o conhecimento das datas dessa movimentação. Por outro lado, apresenta Mello, alguns escritores defenderiam a fundação de Paraty quando da passagem de Martim Afonso de Souza, que viajava do Rio de Janeiro para São Vicente, em 16 de Agosto de 1531 (Mello, 2002: breve histórico).

⁷ Desde o ano 2000, a arqueóloga Nanci Vieira de Oliveira desenvolve pesquisas arqueológicas na Região da Baía de Ilha Grande com o objetivo de mapear os fortes usados pelos portugueses nos séculos XVI e XVII com o objetivo de proteger a região contra invasores estrangeiros. Resultados parciais de sua investigação podem ser encontrados em: Funari. Pedro Paulo Abreu & Oliveira. Nanci Vieira de. *Arqueologia em Angra dos Reis, RJ*. Campinas. Textos didáticos (nº 55). IFCH-Unicamp, 2005.

O nome Paraty só teria sido citado em 1596, quando uma expedição de Martim Corrêa de Sá,

“(…) partindo do Rio de Janeiro (…), com mais de 2.700 homens entre índios e soldados, para a região do Vale do Paraíba buscando aprisionar índios para escravizá-los. Para atingir as terras do vale a expedição utilizou-se de uma antiqüíssima trilha de índios que cortava a Serra do Mar, a “Trilha dos Guaianá” (…). Na descrição de suas aventuras, Anthony Knivet (…) diz que no porto de “Paratec” viviam os índios Guaianá, amigos dos portugueses, com quem faziam negócios” (Mello, 2002: breve histórico).

Apesar de Mello não se deter nos conflitos, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou culturais existentes no período, mesmo porque seu objetivo é traçar um “breve histórico” cronológico de Paraty, o autor elabora para seu leitor um curto panorama sobre as diversidades culturais existentes na região. Intencionalmente, ou não, Mello informa a existência naquele local de franceses, tamoios, guaianás, portugueses, e aventureiros como, por exemplo, Knivet e Staden. Memórias identitárias que não são mencionadas nos informes turísticos da cidade de Angra dos Reis.

É claro que a recepção dos textos é impossível de ser mensurada. Podemos inferir que um leitor pode notar ou não a pluralidade cultural da formação de um local tanto em Angra como em Paraty, independente da forma pela qual o texto foi escrito. De qualquer forma, nos informes produzidos em Angra dos Reis não há menção a grupos que teriam habitado ou passado pela região. Não há referências sobre os indígenas que ali viviam e, para além da menção da fundação da cidade, aquela parece ser uma história sem pessoas!

Paraty, por sua vez, é apresentada, dentro da construção narrativa de Mello, como um ponto de entrada e de passagem obrigatória de todas as pessoas que desejassem adentrar o sertão da colônia. As mercadorias européias chegariam ao Brasil pelo Rio de Janeiro e subiriam

até São Paulo por Paraty. Depois seriam distribuídas para outras localidades do interior. Ao destacar a função de porta de entrada para o interior da colônia, Mello acaba por explicar o que ele considerou como “vocação comercial” para a cidade: Paraty teria nascido para permitir a ligação entre o sertão e a Europa. O trânsito de g neros alimentícios, tecidos e especiarias, teriam enriquecido o povoado (Mello, 2002: breve histórico).

O Morro do Forte, ponto assinalo pelos roteiros turísticos da cidade, teria sido o coração desse primeiro povoado de Paraty. Mais tarde, Maria Jácome de Melo teria doado terras para a construção de um novo povoado, exigindo, em troca, a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios e que não se molestassem os indígenas (Mello, 2002: breve histórico). Com a devoção religiosa católica e a defesa dos indígenas da região, em 1644, Paraty teria alcançado, nas novas terras, o status de vila e, em 1660, teria adquirido, através de revoltas populares, sua independência de Angra dos Reis. Mello reforça o caráter inovador da cidade: “Paraty foi o primeiro município brasileiro a obter sua emancipação política administrativa através de revolta popular” (Mello, 2002: breve histórico). O autor busca no passado o pioneirismo que atribui a sua cidade ainda nos dias de hoje: Paraty seria pioneira na cultura, no turismo, na preservação, na arquitetura simples e funcional etc.

O plantio de cana-de-açúcar e a fabricação de seus derivados, em especial, aguardente e açúcar, teriam acelerado o desenvolvimento comercial da região. Somar-se-ia a essas economias, a descoberta de ouro em Minas Gerais. Para Mello, no final do século XVII, Paraty se transformou em porta de entrada para as pessoas que almejavam se enriquecer no “eldorado brasileiro”. Além disso, seu porto era usado para escoar os minérios para o Rio de Janeiro e Portugal e para a entrada de escravos, g neros alimentícios entre outros produtos no sertão (Mello, 2002: breve histórico). Paraty, dentro dessa argumentação, era um importante centro comercial do Brasil colonial: simples, funcional e enriquecido!

O século XVII teria marcado Paraty por permitir as construções das casas de alvenaria, de novas ruas e fortalezas, o que demonstraria todo o esplendor econômico pelo qual a cidade passava. Em 1720, a Província de São Paulo era criada e separada da província de Minas Gerais. De acordo com Mello, durante seis anos, no período entre 1720 e 1726, Paraty teria pertencido a Província de São Paulo. Apenas após a Carta Régia de 16 de Janeiro de 1726, a vila teria sido incorporada à Província do Rio de Janeiro (Mello, 2002: breve histórico). O autor não explica os motivos dessa mudança, mas, pela descrição que faz da cidade no século XVII, nos parece que a importância estratégica da vila teria sido o motivo da separação de Paraty de São Paulo e sua anexação ao Rio de Janeiro, que se tornou capital do Brasil em 1766.

Para Mello, o progresso de Paraty teria continuado por todo o século XVIII e início do XIX. As novas construções e expansões da vila seriam as maiores provas de seu crescimento econômico:

“Novas ruas foram abertas no centro urbano; continuavam a calçar as existentes com pedras irregulares; surgiram novas construções, mais elegantes; casas térreas se transformavam em sobrados; fizeram-se novos aterros para avançar a vila sobre o mar e derrubaram-se [sic] as construções antigas para um melhor e mais perfeito arruamento” (Mello, 2002: breve histórico).

Com tanta importância, a vila teria recebido, em 1813, um título de nobreza; transformava-se em um condado. No mesmo ano, foi elevada a categoria de cidade. Para Mello, o visitante de Paraty não pode esperar encontrar na cidade as grandes e ricas construções de Ouro Preto e Bahia. Por outro lado, se depararia com uma história de riqueza, materializada nos casarões da cidade e, em especial, no seu calçamento e traçado. Podemos supor que a riqueza de Paraty estaria na narrativa de sua própria história.

Seguindo as argumentações de Mello, Paraty começou a enfrentar problemas quando passou a substituir o plantio de cana-de-açúcar na região pelo café. O produto não teria se mostrado tão rentável para a cidade. E, as despesas com as compras dos escravos, teriam levado muitos donos de terra a serem obrigados a vender suas propriedades ou mesmo abandoná-las. Conjugado com o fracasso do plantio de café na região, Mello afirma que a inauguração, no final do século XIX, da estrada de ferro que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo, isolou Paraty. Esse teria sido o pior golpe que a cidade enfrentara: teriam restado apenas 500 moradores no município, o hospital e outras instituições estavam fechados e o comércio feito com as regiões vizinhas seria insignificante (Mello, 2002: breve histórico). A cidade estava fisicamente isolada: o único contato com o resto do país se dava por meio de embarcações que, a cada dois dias, levavam as pessoas de Paraty para Angra dos Reis.

A cidade teria voltado ao cenário nacional apenas em 1945, quando o Interventor Ernani do Amaral Peixoto, “descendente de raízes paratienses (...), numa visão futurista” (Mello, 2002: breve histórico), teria decretado Paraty Monumento Estadual (Decreto – Lei nº 1.450). Cinco anos depois, teria sido construída uma estrada de rodagem que ligava Paraty à Cunha, rompendo o isolamento físico do município. Por essa estrada, teriam começado a descer os paulistas:

“(...) eternos aventureiros, buscavam o litoral perdido dos sonhos e encontraram nessa cidade abandonada, diferente, com ruas tortas calçadas de pedras irregulares, igrejas simples e despojadas, festas e danças antigas e acima de tudo um povo hospitaleiro e gentil. Apesar dos sérios problemas como a constante quedas [sic] de barreiras, deslizamento da pista e outros menores, eles adquiriram velhas casas, às vezes em ruínas, e as restauraram com capricho e bom gosto e as utilizavam para veraneio. A cada dia aumentava a demanda de turistas (...)” (Mello, 2002: breve histórico).

Apesar da separação física de Paraty da até então Província de São Paulo, em 1726, existe uma tácita afeição das memórias oficiais por São Paulo. Aos turistas paulistas, “eternos aventureiros”, em especial, “aos pioneiros”, é atribuída a graça do renascimento urbano. É interessante destacar que uma expressiva parcela de visitantes de Paraty vem de São Paulo e Minas Gerais, mas poucos do Rio de Janeiro⁸.

E, desde a década de 1950, de acordo com Mello, Paraty teria encontrado no turismo o seu destino. Atividade que foi reforçada pela elevação de Paraty, em 24 de Março de 1966, como Monumento Nacional (Decreto nº 58.077) e, com a construção, na década de 1970, da Estrada Rio-Santos ou BR 101. A BR 101 teria estendido as atividades turísticas de Paraty dos meses de férias para o ano inteiro. Como resultado, a cidade assistia a um novo interesse pelo seu mercado imobiliário.

Destino, Graça, Eternidade, Vocação: todos conceitos religiosos que dão ao texto de Mello a possibilidade de escrever a memória da cidade à luz de um futuro já conhecido e certo. Essa teleologia argumentativa, embora não seja abertamente cristã, apóia-se numa lógica discursiva que também permite ao autor prever que o novo crescimento vivido pela cidade traria implicações ao meio ambiente. Os novos pioneiros de Paraty, antecipando as catástrofes, teriam criado unidades de conservação ambiental. A criação de parques ambientais, dentro da narrativa, não faz parte de um contexto internacional e nacional de estabelecimento de áreas de conservação ambiental. Concentrar-se-ia, ao contrário, nas mãos de um grupo de pessoas, que parecem ter sido eleitas pela Providência, e, por isso mesmo, seriam agentes especiais para a realização de tarefas tão importantes.

O autor defende que toda essa movimentação trazida pelo turismo teria levado ao município uma grande preocupação com o meio ambiente. Por isso, em 1972, teria sido criado

⁸ Sobre os turistas de Paraty: informação fornecida pelo Centro de Informação ao Turista, em 18 de novembro de 2007.

o Parque Nacional da Serra da Bocaina que abrange: “a maior parte do município; as Áreas de Proteção Ambiental do Cairoçu e Tamoios e a Reserva Ecológica da Joatinga (...)” (Mello, 2002: breve histórico). O parque teria como objetivo garantir a “preservação da parte litorânea e insular, além dos santuários de vida marinha lá existente” (Mello, 2002: breve histórico). E, mesmo o ecoturismo praticado na região, seria sempre acompanhado de guias especializados nessa atividade, tudo para garantir a “convivência harmônica do homem com o ambiente que o cerca” (Mello, 2002: breve histórico).

O meio ambiente, dentro da percepção de Mello, pode ser compreendido como tudo aquilo que se refere ao universo natural e, em especial, à natureza que deve ser preservada. Imagens que remetem aos universos urbanos ou constantemente alterados pelos Homens não são compreendidos como pertencentes ao ambiente. Cria-se um imaginário em que é possível manter um ambiente intocado e preservado – mundo natural – ao lado de um “não ambiente”. O não ambiente seria constituído pelo mundo dos Homens. As relações harmônicas entre o Homem e seu entorno compreenderia, portanto, a manutenção de uma “natureza selvagem” ao redor de uma vida humana que segue o seu curso, seja ele qual for.

A separação entre o ambiente e o Homem, que como Thomas situa, pode ser localizada numa tradição argumentativa cristã, é uma constante nos folhetos de divulgação turística tanto da cidade de Paraty como de Angra dos Reis. Os órgãos públicos em questão definem duas categorias de turismo para serem praticadas em suas cidades. O primeiro é o turismo histórico, referente às visitas às construções históricas da cidade ou mesmo com objetivos de apreciar as atividades humanas como, por exemplo, a visitação engenhos da produção de aguardente. Por outro lado, haveria o turismo ambiental, entendido como aquele que almeja o conhecimento e mesmo o aproveitamento do que o ambiente teria a nos fornecer: praias, cachoeiras, trilhas ecológicas entre outros.

O Homem e a Natureza são concebidos como duas estâncias diferenciadas, sendo a última o sinônimo de ambiente. Partindo da análise do texto de Mello, em consonância com as propostas de LaCapra, podemos entender que a história, produzida pelo Homem, e a natureza, constituída por deus, se faz a partir de escolhas de determinados símbolos que compõe as narrativas. O exemplo poderia vir do próprio Mello e sua explicação acerca do nome de Paraty:

“O nome de Paraty, segundo Teodoro Sampaio, ilustre geógrafo e historiador brasileiro, em ‘O Tupi na geografia Nacional’, significa: Jazida do mar, o golfo, lagamar e informa ainda, não confundir com Piriti: peixe da família das tainhas muito comum na região. Alguns historiadores, porém acreditam que o nome da cidade se originaria do nome do Peixe, outros que seria ‘viveiro de peixes’. Melhor a definição de Teodoro Sampaio”. (Mello, 2002: breve histórico).

Com certeza imaginar o nome de Paraty como sinônimo de paisagens geográficas é mais poético do que pensá-lo como originário no nome de um parente de uma tainha ou mesmo um viveiro de peixes. No caso, qualquer uma das possibilidades seria bastante verossímil, mas não conveniente na confecção da imagem de uma cidade cuja maior riqueza estaria na grandeza de seu passado. Passado que poderá ser coroado com a decretação, pela Unesco, de Paraty como “Patrimônio da Humanidade”. A candidatura foi lançada pela cidade, agora é necessário esperar a resposta da Unesco.

Respeitando a escolha de memória realizada pelo *Roteiro do Visitante*, no presente trabalho o nome da cidade de Paraty é grafado com y. Assim, a paisagem geográfica e a herança Tupi podem se perpetuar na história.

Mas e Angra dos Reis? A história de Angra dos Reis não é presente nas publicações da Turisangra: as únicas informações encontradas são aquelas publicadas em Maio de 1990. A ausência dessas informações nos permite analisar que a imagem oficial atribuída ao próprio

município não está relacionada com uma representação da história local. O que não significa que essa história seja inexistente ou de menor valor para os seus moradores ou para os seus turistas. As narrativas oficiais fazem parte da escolha das próprias secretarias de turismo. Essas foram inauguradas em datas diferentes nos municípios de Angra dos Reis e Paraty.

A CONSOLIDAÇÃO DAS SECRETARIAS DE TURISMO E O EMPENHO PELA DIVULGAÇÃO DAS MEMÓRIAS REGIONAIS

Para o historiador Rogerio Proença Leite, existe um marco na política brasileira em relação às gestões dos patrimônios nacionais e mesmo outros recursos específicos dos municípios. Para ele, até a década de 1970, no Brasil, os planos de preservação do patrimônio nacional estavam centrados nas mãos do Governo Federal, em especial, sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A partir dos anos de 1970, porém, o IPHAN mostrava-se financeiramente impossibilitado de gerir, conservar e manter os patrimônios nacionais. Essa incapacidade financeira teria detonado um processo de descentralização das políticas de preservação no Brasil. Como resultado, ter-se-ia uma nova divisão de tarefas entre a União, os Estados e os Municípios. O marco da descentralização teriam sido os *encontros dos governadores* (Brasília, 1970 e Salvador, 1971) que associariam a preservação do patrimônio às políticas de planejamento urbano (Leite, 2007. p. 53).

A criação da secretaria de turismo de Paraty pode ser compreendida como parte dessa descentralização das funções do IPHAN e das novas atribuições do município. A instituição paratiense foi fundada em 1979; paralela à demarcação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, à aceleração do turismo na região através da construção da Rodovia Rio-Santos, bem como à crescente especulação imobiliária no município.

É interessante destacar que a primeira secretária de turismo do município foi a atriz de teatro e televisão Maria Della Costa. Nascida em Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, a atriz teria se apaixonado por Paraty na década de 1960. Em um movimento que teria sido repetido por outros atores (por exemplo, Paulo Autran), a atriz comprou uma residência de veraneio na cidade. De acordo com o *Centro de informação ao turista*, preocupada com a preservação da arquitetura e da história do município, Della Costa participou do movimento de fundação da própria secretaria de turismo e, em sua gestão, fundou, ao lado de seu marido, o empresário Sandro Polloni, o Hotel Coxixo. Após a morte do marido, Della Costa fixou sua residência em Paraty e atualmente administra seu hotel.

Essa história é emblemática de uma situação pitoresca que viria a marcar a conformação da nova Paraty: um grupo de pessoas de fora da comunidade, que vem para a cidade, adquire propriedades no antigo centro e a explora comercialmente. O mais importante é que esse grupo é quem dirigirá as políticas relativas ao turismo, desde então nas mãos do município. Uma observação do centro histórico da cidade revela que poucos são os moradores nascidos em Paraty que moram nessa área. Normalmente, a comunidade local, ligada ao turismo, presta serviços ou trabalha para os proprietários dos estabelecimentos centrais.

A presença de um grande número de artistas do teatro e da televisão na cidade de Paraty, desde a década de 1960 até os dias de hoje, marcou a imagem da cidade como uma cidade da cultura. Imaginário que foi ainda mais fortalecido com a inauguração da “Festa Literária Internacional de Paraty” (FLIP), em agosto de 2003. A FLIP passou a configurar um marco nos eventos literários nacionais e internacionais, integrando-se, de acordo com a própria organização do evento, à “família de importantes festivais literários como Hay-on-Wye,

Adelaide, Harbourfront de Toronto, Festival de Berlim, Edimburgo e Mantua”⁹. O evento já contou com a participação de importantes nomes para a área das humanidades como Julian Barnes, Eric Hobsbawm, Hanif Kureishi, Salman Rushdie, Ariano Suassuna, Ana Maria Machado, Millôr Fernandes, Ruy Castro, Ferreira Gullar, Luis Fernando Verissimo, Zuenir Ventura, Lygia Fagundes Telles, Chico Buarque entre muitas outras personalidades.

A FIIP foi criada a partir da aproximação entre a secretaria de turismo de Paraty e uma organização de moradores da própria cidade, ligados a eventos culturais. Esses moradores fundaram, em 1994, a Associação Casa Azul, responsável por “aproximar as propostas das instituições e o conhecimento de seu corpo técnico com os anseios da população local”¹⁰.

Após a realização da primeira FIIP, a Associação Casa Azul passou a ser reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e tornou-se a única responsável pela Festa Literária. Atualmente, o apoio institucional ao evento advém da secretaria de turismo da cidade, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal, através de leis de incentivo à cultura. Além disso, o evento conta com um único patrocinador privado: a instituição Unibanco¹¹.

A Associação Casa Azul e a realização da Festa Literária Internacional ganharam destaque no Ministério do Turismo (MTur) que acabou por consagrar, em 2007, a cidade como modelo de turismo cultural no país. Em uma notícia publicada no próprio site do MTur, no dia 06 de Dezembro de 2007, Paraty é elogiada como uma cidade do século XVIII que impressiona por sua riqueza arquitetônica. Como a cidade é candidata ao título de Patrimônio da Humanidade, tornou-se alvo do projeto “Destino Referência - Turismo Cultural em

⁹ http://www.flip.org.br/sobre_flip.php3. Acessado em 25/05/2008.

¹⁰ <http://www.flip.org.br/parati.php3?sessao=Casa%20Azul>. Acessado em 25/05/2008.

¹¹ <http://www.flip.org.br/parati.php3?sessao=Casa%20Azul>. Acessado em 25/05/2008.

Paraty”. Serão investidos na cidade, até o ano de 2008, R\$400 mil reais, advindos do Governo Federal, para estruturação do turismo cultural do município. De acordo com a notícia:

“O objetivo (...) é priorizar uma lista de demandas de infra-estrutura, qualificação, promoção e projetos especiais, tendo como foco o Turismo Cultural. A partir da identificação das prioridades, o projeto desenvolverá um Plano de Ação para o ano de 2008. Além de propiciar as condições para que as ações desenvolvidas nas áreas de cultura e turismo sejam planejadas e geridas de forma articulada e estratégica. Isso tudo, conforme o Plano Nacional de Turismo 2007-2010 que aponta a qualificação de 65 destinos indutores do desenvolvimento regional com padrão de qualidade internacional. Paraty é um deles (...) O evento é realizado pelo MTur e a Associação Casa Azul, com o apoio da TURISRIO, da Prefeitura Municipal e do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (...). Com o intuito de aliar cultura e turismo, em 2007, o MTur assinou um Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura e IPHAN, que prevê um Plano de Ação entre os dois ministérios para os próximos cinco anos. O objetivo é criar um ambiente propício à interação entre as duas áreas e ao desenvolvimento do potencial brasileiro no segmento. Uma das metas do acordo é a publicação do documento “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural”, que direcionará políticas públicas na área”¹².

A identidade de Paraty é, hoje, associada ao turismo cultural. Longe de ser um dado natural, essa é uma memória construída por determinados grupos sociais. Paraty, com as ações da Secretaria de Turismo, Associação Casa Azul e Ministério do Turismo, está se consolidando como ícone do turismo cultural. As ações institucionais para a criação desse novo símbolo do turismo são inegáveis: através das instituições, a cidade ganhou destaque no cenário nacional e tornou-se referência a um tipo de segmento de turismo, atraindo verbas para a região.

¹²http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/noticias/arquivos/projeto_do_mtur_promove_turismo_cultural_em_paraty.html. Acessado em 25/05/2008.

Enquanto, na cidade de Paraty, a secretaria de turismo vigente foi fundada em 1979, no contexto de descentralização político-financeira do IPHAN, na cidade de Angra dos Reis ela é um fenômeno ainda mais recente. Na década de 1980, havia sido criada para a cidade a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. A instituição, inaugurada dentro da lógica de descentralização política financeira sobre a gestão dos patrimônios, acumulava funções nas áreas culturais, esportivas e turísticas.

No ano de 2004, contudo, o MTur lançou um programa de regionalização do turismo. A proposta era que cada região pudesse “encontrar uma estratégia de organização do turismo para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as peculiaridades e especificidades de cada região”¹³. Após a descoberta das potencialidades turísticas locais, o MTur e forneceria apoio para a implantação de infraestrutura ao turismo local.

No mesmo ano do lançamento do programa, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR) inaugurou a Fundação de Turismo de Angra dos Reis (Turisangra); órgão responsável pelo turismo e outras atividades relacionadas ao ramo no município. A instituição foi criada através da Lei N° 1.506 de 30 de dezembro de 2004, vinculada Secretaria de Integração Governamental (SIG). Entre os objetivos da instituição está o de “promover, coordenar, executar e fomentar o desenvolvimento do turismo e atividades correlatas, tudo em estrita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Município de Angra dos Reis”¹⁴. De acordo com a página da Turisangra na internet, a instituição se caracteriza como a responsável pela realização e divulgação de eventos de caráter cívico, educativo, cultural ou religioso na cidade, além de se reservar o direito de:

¹³ <http://www.turismo.gov.br/> . Acessado em 25/05/2008.

¹⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. *Plano Diretor*. Manuscrito inédito, 2006.

“(…) Comercializar quaisquer produtos, realizar, agenciar ou intermediar propaganda e divulgação; fomentar, fiscalizar, supervisionar e contratar a execuções de ações, programas e projetos turísticos e/ou lazer, explorar bens e serviços de turismo, promover a adoção de medidas que visem preservar o patrimônio histórico-artístico-cultural e as tradições e manifestações folclóricas peliculares ao Município; executar e operar quaisquer empreendimentos de finalidade ou interesse turístico, assim considerado pelo Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, agindo, em ambos os casos, diretamente em co-participação ou por intermédio de terceiros, inclusive sob a forma de condutores, convênios ou acordo (...)”¹⁵.

Ao atuar em setores relacionados ao turismo, lazer, educação e patrimônio, a instituição se apresenta como a arquiteta das imagens oficiais da cidade de Angra dos Reis. É através dela que o turista pode conhecer, via internet, o município e, já na cidade, pode buscar informações da região na sede da instituição ou com seus funcionários, uniformizados e identificados, responsáveis pela ajuda e orientação ao turista.

A partir de suas funções, a Turisangra elaborou um *Guia do Turista* nas versões virtual¹⁶ e impressa, que indica quais locais devem ser visitados pelo viajante e o que pode ser encontrado nesses locais. Dessa forma, o órgão escolheu memórias oficiais para a cidade. Ou seja, o que de Angra dos Reis deve ser lembrado e incluído na memória do visitante, por consequência, aquilo que não precisa ser visto e, portanto, pode ser esquecido e excluído.

As permanências ou alterações das informações existentes no Guia do Turismo foram repensadas no ano de 2006, após uma pesquisa realizada entre os dias 9 e 11 de Fevereiro do mesmo ano, no município de Angra dos Reis, pelo SEBRAE, Projeto: “Caminhos Singulares do turismo e Artesanato da Costa Verde”, Pesquisa de Demanda Turística, Angra dos Reis, RJ,

¹⁵ http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra/turis_quem.asp. Acessado em 20/05/2007.

¹⁶ http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra/turis_guia.asp. Acessado em 20/05/2007.

2006. De acordo com o relatório da pesquisa, o questionário respondido pelos turistas de Angra dos Reis tinha como objetivos:

- 1) Analisar o perfil dos turistas que visitam Angra dos Reis;
- 2) Estudar a demanda turística do Município, a fim de obter um maior controle sobre o fluxo de turistas, bem como ter um prognóstico sobre o desenvolvimento futuro da localidade;
- 3) Confirmar as características, da área pesquisada, como motivadora da presença de visitantes;
- 4) Dimensionar através do gasto médio diário individual, o fluxo, a permanência e a receita gerada pelo turismo no Município;
- 5) Avaliar os serviços utilizados nos hotéis, restaurantes, pousadas, campings, albergues, agências de viagens e transportadoras turísticas; avaliar os atrativos naturais, culturais, de infraestrutura urbana e turística.

A pesquisa consolidou a divisão de Angra dos Reis em cinco corredores turísticos: Ponta Sul, Contorno, Centro, Ponta Leste, Ilha Grande e Ilhas. Para todas essas áreas foram elaboradas listagens dos serviços oferecidos na região (bancos, shoppings, restaurantes, pousadas, entre outros) e dos atrativos turísticos locais. Estes, por sua vez, foram divididos em dois grupos: Histórico/Cultural e Natural.

Os atrativos Históricos/Culturais foram categorizados pela Turisangra em cinco possíveis tipos: igrejas, casarões, monumentos, festas e danças. Os atrativos naturais, em um caminho semelhante aos históricos, também foram categorizados em cinco grupos, sendo eles: praias, cachoeiras, mergulho, ecoturismo e turismo de aventura.

Os discursos realizados pelas instituições responsáveis pelas imagens oficiais das cidades almejam destacar as vocações de cada um dos municípios. Para a cidade de Paraty encontramos

a uma continuidade no aspecto histórico. Desde 1979, ano de fundação da secretaria de turismo, a cidade é marcada pela sua suposta vocação histórica. Por outro lado, Angra dos Reis espalda seus discursos oficiais em suas belezas naturais. A cidade constrói sua vocação para paraíso terreno.

Simultânea a valorização das vocações cidadinas, responsáveis pelo estabelecimento das identidades locais, é dado destaque, por parte das instituições oficiais, a outras possibilidades turísticas. Angra dos Reis tenta recuperar seus aspectos históricos assim como Paraty busca retomar seus aspectos naturais. A construção da pluralidade de ambiente é uma tendência constatada nas narrativas oficiais dos dois municípios analisados. Como o turismo é entendido como uma ação econômica rentável, por parte destas instituições, torna-se imperativo diversificá-lo para atrair variados tipos de turistas.

Mas como estes discursos, vocacionais e, ao mesmo tempo, plurais, são arquitetados? Como estas ordens discursivas diferem de práticas anteriores expressas, por exemplo, nas Revistas Quatro Rodas? Como as materialidades das cidades dialogam com os discursos oficiais da cidade? Por fim, como os ambientes são narrados em diferentes contextos e para determinadas finalidades? As páginas que se seguem não visam traçar o histórico das cidades de Angra dos Reis e Paraty, ao contrário, esmiúçam como cada fonte documental produz uma cidade diferente composta por ambientes específicos.

CAPÍTULO 3

IMAGINÁRIOS COMPOSTOS PELA *REVISTA QUATRO RODAS (RQR)* SOBRE O AMBIENTE HISTÓRICO E O AMBIENTE NATURAL DE ANGRA DOS REIS E PARATY.

“As cidades são tanto os dados imediatos de suas materialidades, quanto o impalpável dos sonhos, dos desejos. Essas cidades imaginárias são dimensões paralelas, evocadas pela fantasia e, no entanto, tão reais quanto as cidades de pedra e cal, na medida em que são o fermento e o instrumento da transformação, da busca do melhor modo de viver mais solidário e prazeroso”.

Paula, João Antônio de. “As Cidades”. *As cidades da Cidade*. Carlos Antônio Leite Brandão (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.21

A TRAJETÓRIA DA *REVISTA QUATRO RODAS*

A primeira edição da *Revista Quatro Rodas*, da Editora Abril, foi publicada em Agosto de 1960. Inicialmente, era composta por informações sobre o ramo automobilístico, contendo um apêndice curto sobre o turismo no Brasil. A primeira reportagem sobre turismo foi realizada por três jornalistas – Roberto Civita, Mino Carta e Victor Gouveia – responsáveis por um mapeamento da Via Dutra, o mais importante caminho que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo. A matéria foi bem acolhida pelo público, o que fez com que a Editora repensasse, a cada nova publicação, o espaço reservado para o turismo na revista e já rascunhasse o futuro *Guia Abril Quatro Rodas* (publicação especializada em avaliar os serviços turísticos no país, inaugurada apenas nos anos de 1980). A inspiração para as Revistas *Quatro Rodas* e, posteriormente, *Guia*

Quatro Rodas, vinham da publicação francesa *Guide Michelin* (guia patrocinado pela companhia de pneus Michelin).

O turismo ganhava destaque não apenas na Revista, mas também se tornava ponto focal para o Estado Brasileiro. Em 1966, um pouco menos de seis anos após a publicação da Revista *Quatro Rodas*, a Embratur era fundada. Se, no ano de 1969, a Revista apresentou um péssimo desempenho no mercado, não sendo publicada em alguns meses, a partir do ano de 1970, ela se tornou um sucesso de vendas. É interessante observar que justamente na década de 1970, o Brasil foi marcado pelo milagre econômico. Com a construção de rodovias e uma euforia desenvolvimentista típicas do período houve um incremento no turismo. Os editoriais da revistas, durante essa época, passaram, pois, a ser destinados, principalmente aos universitários e suas práticas “mochileiras”, estimulando a venda da revista.

Apenas em 1984, o *Guia Quatro Rodas* foi separado da Revista *Quatro Rodas*. Após 1989, reportagens sobre parques estaduais e nacionais foram incorporados às possibilidades de turismo. De acordo com os editoriais da própria Revista (<http://guia4rodas.abril.com.br/conheca>), nascia uma preocupação ambiental (ou, podemos acrescentar, surgia um novo tipo de turismo lucrativo no Brasil: o ecoturismo). O campo existente para o desenvolvimento dessa atividade permitiu que a Revista lançasse, em 1990, o *Guia Praias*. O problema encontrado com as publicações, segundo a Editora, era o caos financeiro pelo qual o país passava. O Plano Collor teria determinado o fracasso de vendas daquele ano. Cerca de 93.000 exemplares do *Guia Quatro Rodas* teriam sido literalmente triturados. Mesmo assim, a crise propiciou novas possibilidades editoriais. Em 1992, lançava-se o *Viaje bem e barato*.

As tendências nacionais e internacionais de se pensar o ambiente como um possível entrave ou ameaça para o desenvolvimento humano (discussões acerca do aquecimento global,

desastres ambientais e outros), ainda dentro de uma visão clássica sobre o ambiente, impulsionaram a Editora Abril, em 2001, a lançar o *Guia Turismo Ecológico*. A última mudança com as publicações destinadas ao turismo, na Editora Abril, foi em 2004, quando ocorreu a fusão da *Revista Viagem e Turismo* com o *Guia Quatro Rodas*.

Em face do panorama histórico das publicações *Revista Quatro Rodas* e *Guia Quatro Rodas* é possível perceber o diálogo constante entre a Editora e a sociedade brasileira. As mudanças nas publicações sobre o turismo da Abril permitem-nos pensar sobre as próprias alterações e permanências existentes no turismo do país. Não que a *Revista Quatro Rodas*, ou mesmo o *Guia Quatro Rodas*, determinasse essas modificações no turismo. De forma semelhante, não se defende que as transformações na sociedade determinassem a forma, função e conteúdo das revistas citadas. Em concordância com o historiador francês Roger Chartier, não se defende livros, revistas ou mesmos manuscritos como uma janela de acesso ao real.

Segundo Chartier, livros, manuscritos ou impressos, sempre almejam instaurar ordens, sejam elas em relação a sua decifração – seus significados e significantes – ou mesmo relacionadas àqueles que encomendaram ou permitiram sua a publicação. Assim, existe o desejo da imposição de um determinado discurso. Não há garantias, porém, de que esse discurso seja apropriado em sua intencionalidade original. Para o historiador, “a recepção também inventa, desloca e distorce” (Chartier, 1999: 9). As publicações e manuscritos, portanto, estariam ancorados “nas práticas e nas instituições do mundo social” (Chartier, 1999: 9), não constituindo uma janela para “mundo real”, mas símbolos sobre como esse mundo, com suas inúmeras instituições, se constrói.

Sob a ótica das intencionalidades originalmente estabelecidas por autores, editores ou outros e das subjetivações de leituras, as publicações *Revista Quatro Rodas* nos permitem ler as

construções narrativas realizadas acerca do turismo brasileiro e, em especial, sobre as cidades de Angra dos Reis e Paraty, a partir da década de 1960.

As publicações da RQR entre os anos de 1960 e 1984 permitem-nos mapear a construção de um imaginário sobre a cidade de Angra dos Reis e Paraty. Apesar de a Editora Abril ter diversificado suas publicações a respeito do turismo no país, criando, por exemplo, o *Viaje bem e barato* na década de 1990, nossa orientação para análise é a busca por mudanças narrativas dentro da RQR antes de seu desdobramento no Guia Quatro Rodas.

No período escolhido para análise, a *Revista Quatro Rodas* publicou um total de 280 reportagens sobre o turismo nacional e internacional. Deste número, onze reportagens abordavam o turismo em Angra dos Reis, Paraty ou na Rodovia Rio Santos. As matérias a respeito da Rodovia BR-101 se dividem em duas vertentes. A primeira abarca publicações a respeito da construção e dos problemas da própria rodovia e, a segunda, centra-se na divulgação do turismo ao longo da estrada, o que inclui Angra dos Reis e Paraty.

No quadro abaixo, podemos observar a distribuição das publicações sobre Angra dos Reis, Paraty e Rodovia Rio Santos entre os anos de 1960 a 1984:

Tema da Matéria	Mês e Ano da Publicação	
Dedicada à Angra dos Reis	Janeiro de 1961; Julho de 1967.	
Dedicada à Paraty	Janeiro de 1977; Janeiro de 1981; Novembro de 1984.	
Dedicada à Rodovia BR – 1001	Sobre a construção e impactos da rodovia BR – 101	Novembro de 1969; Agosto de 1972; Junho de 1975.
	Sobre o turismo na BR-101	Junho de 1969; Janeiro de 1982; Outubro de 1983.

Distribuição das reportagens acerca do turismo em Angra dos Reis, Paraty e BR-101, entre os anos de 1960 e 1984. Revista Quatro Rodas. Editora Abril.

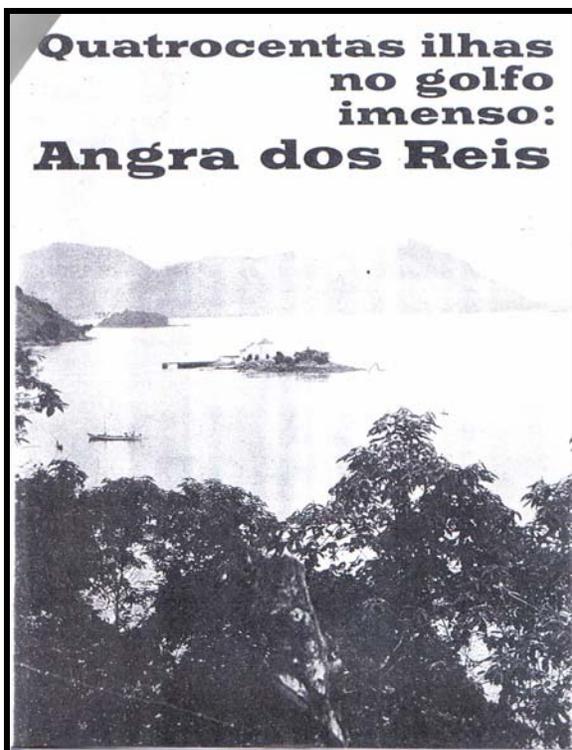
As publicações da RQR não especificam, até a década de 1980, o que seria propriamente um ambiente histórico ou natural. Ao longo de seus primeiros vinte anos, estes ambientes são narradas de forma tão intrínsecas que se consolidam como um todo. É possível

perceber um binarismo entre o ambiente das cidades e das ilhas, mas a natureza ainda não existe como independente da ação humana. A partir da década de 1980, no entanto, a oposição é deslocada das cidades e ilhas para se centrar no Homem e na Natureza. A Natureza é bonita, quando, supostamente, intocada. O novo discurso sobre a Natureza é acompanhado por uma especialização da própria atividade turística: Angra dos Reis se consolida como de vocação para o ecoturismo e Paraty como de talento nato para o turismo histórico.

As rupturas narrativas, bem como as motivações das mudanças, são os principais objetos de análise deste capítulo.

ANGRA DOS REIS: A CIDADE DA HISTÓRIA PARA A CIDADE DA NATUREZA.

Em janeiro de 1961, a RQR inaugurava suas publicações de turismo com a reportagem, não assinada e, por isso, de responsabilidade do editor da revista Victor Civita, “Quatrocentas ilhas no golfo imenso: Angra dos Reis”. A imagem da Igreja do Bonfim abre a reportagem: capela fundada em 03 de Maio de 1780, em uma pequena ilha rodeada pela paisagem natural de Angra dos Reis.



Capa da primeira reportagem turística da RQR. Ao centro, ilha em que se localiza a Igreja do Bonfim. Ao redor da Igreja, o mar, montanhas, árvores e outras ilhas.

Revista Quatro Rodas, Janeiro de 1961, p. 30.

De acordo com a lenda sobre a fundação da Igreja do Bonfim, um pescador chamado Batista Neves teria encontrado um crucifixo em uma pequena ilha. Impressionado com o achado, teria levado o objeto para a Igreja Matriz da cidade. Apesar de tê-lo retirado do local, no dia seguinte à sua descoberta, Neves teria encontrado o mesmo crucifixo na mesma ilha. Intrigado, o pescador teria novamente entregado a relíquia para o clérigo responsável pela Igreja Matriz. No dia seguinte, para a sua surpresa, teria voltado a encontrar o crucifixo na pequena ilha. O pescador abismado teria pedido para que o clérigo verificar onde estava o crucifixo e, para a surpresa de todos, ele não estava na Matriz, mas, uma vez mais, nas mãos do pescador. Por se tratar da imagem do senhor do Bonfim, foi determinado que no local onde foi encontrado o crucifixo seria elevada a capela do Bonfim.

A lenda de fundação da capela do Bonfim faz parte da história da cidade de Angra dos Reis. A escolha da imagem para abrir a reportagem sobre a cidade, no entanto, sinaliza o que será reconhecido como atrativo na própria cidade. A fotografia destaca uma construção

humana, em especial, religiosa, rodeada pelo mar, montanhas e muitas árvores. O casamento entre o humano e o natural é o que tornaria, de acordo com a reportagem, a cidade de Angra dos Reis tão charmosa.

No texto, Angra dos Reis é vangloriada por seu passado, em especial, por ter sido uma possível alternativa de capital do Brasil, em meados do século XVIII, quando da mudança de eixo da capital do nordeste para o sudeste. Teria perdido o título para o Rio de Janeiro, mas não sua majestade. Esquecida no século XIX, ela deveria ser retomada no século XX, sem dúvida nenhuma, por seu imenso potencial turístico (RQR, Janeiro de 1961: 31). Apesar do título da matéria fazer menção às centenas de ilhas da região, a reportagem ressalta o histórico de Angra e aponta o centro da cidade como parada obrigatória aos turistas, muito mais do que as suas belezas naturais.

Essas belezas constituiriam a moldura que tornaria ainda mais esplendorosa as construções humanas. O relato sobre o ambiente natural de Angra dos Reis é feito a partir da descrição da geografia da cidade. De acordo com a reportagem:

“Angra dos Reis é banhada em toda a sua extensão pelo majestoso Golfo da Ilha Grande, que forma diversas baías, que, por sua vez, se retalham em inúmeras enseadas, a cada passa coalhadas de ilhas, sulcadas de pontas, cabos e promontórios, ladeadas de montanhas. Entre ilhas e penedos, existem cerca de 400 (uns dizem que são 368; outros 388; alguns outros mais de quatrocentas) em todo o golfo, entre Sepetiba e Parati. O município tem 800 quilômetros quadrados (200 dos quais são a ilha Grande), dois terços dos quais se constituem em elevações. Angra está no vale à beira mar, situado entre a cadeia marítima (de que fazem parte o Corcovado e o Pão de Açúcar) e a cadeia terrestre da Serra do Mar” (...)(RQR, Jan. de 1961: 32).

Excetuando a imagem de abertura da matéria, todas as outras ilustrações existentes no texto referem-se única e exclusivamente aos pontos históricos da cidade. Quando são destacados os atrativos naturais do município, não há uma sinalização de suas localizações através de mapas ou mesmo de fotografias ilustrativas. Mas quais seriam os atrativos naturais de Angra dos Reis?

A reportagem afirma que a natureza do município é inigualável e que proporciona duas possibilidades de diversão: a caça submarina e os banhos nas praias. A caça submarina seria a captura com fins esportivos de espécimes marinhos, na maioria peixes, em seu próprio habitat. Já os banhos de praia seriam, em sua maioria, programas familiares de diversão tranqüila. De acordo com a revista:

“São diversas as praias (todas pequenas no rendilhado da costa) que Angra exhibe. As melhores, para banho, são as seguintes: do Bonfim, com 300 metros; Grande, com 600; do Anil, com 500; de Vila Velha (onde se fundou a cidade), com várias pequeníssimas praias; Tângua (particular), onde sobre o conjunto de granitos, se admira a pedra oscilenta (Itassucê – pedra que assobia) que emite sons metálicos com o vento; Ribeira e Retiro. Todas no continente. Mais, é claro, das várias ilhas, procuradas não só para banho, como também para a pesca de molinete. E as escarpadas, de grande profundidade – recanto preferido para a caça submarina (praticada em todas as ilhotas da baía (...))” (RQR, Janeiro de 1961: 32).

Deste modo, as belezas naturais de Angra dos Reis possuem suas existências reconhecidas à medida que permitem a diversão humana: o mar e as praias são interessantes por que neles é possível caçar e se banhar. As belas paisagens da cidade, seus atrativos naturais, não apenas seus aspectos geográficos, são reconhecidos de acordo com o lazer que eles podem

proporcionar. A natureza de Angra, assim como no Jardim do Éden, narrado pelo livro da Gênese, teria único fim: servir ao Homem.

A natureza não está desvinculada da humanidade. Ao contrário, dentro da narrativa da RQR, ela só existe a partir da possibilidade de ação do próprio ser humano. Não há, nesse momento, uma ênfase na existência da natureza independente da ação humana. Diverso disso, há uma dependência e até subordinação da Natureza ao próprio Homem, que não seria o responsável pela geografia original do município, mas pela eleição daquilo que seria considerado belo e interessante. É o Homem que constrói a natureza de Angra dos Reis.

Curiosamente, a Natureza da cidade se localiza em suas ilhas e nas praias ao redor da própria cidade (centro e estrada do contorno). Se, daqui algumas edições da RQR, o centro da cidade não terá nenhum atrativo natural, por enquanto, as melhores praias estão nos seus arredores. Os atrativos naturais importantes são, portanto, aqueles que foram transformados pelos Homens. Ou seja, são os atrativos próximos ao lado histórico de Angra dos Reis.

O quadro abaixo traz a localização, de acordo com os corredores turísticos usados atualmente pela Secretaria de Turismo de Angra dos Reis, de cada uma das praias citadas pela reportagem:

Praias	Corredor Turístico
Bonfim	Estrada do Contorno
Grande	Estrada do Contorno
Anil	Centro
Vila Velha	Estrada do Contorno
Tanguá	Estrada do Contorno
Ribeira e Retiro	Estrada do Contorno

Localização das praias assinaladas pela reportagem “Quatrocentas ilhas no golfo imenso: Angra dos Reis” (*Revista Quatro Rodas*, Janeiro de 1961) nos atuais corredores turísticos existentes na cidade de Angra dos Reis.

Citada por suas belezas naturais, mas destacada pelo seu turismo histórico, o visitante de Angra dos Reis deveria conhecer, de acordo com a revista, as seguintes construções: 1) Convento do Carmo; a primeira casa construída na cidade e modificada ao longo dos séculos do período colonial. 2) Convento e Igreja São Bernardino e a Capela anexa da Ordem Terceira; ruínas datadas de 1763, mas que representam “um ponto do mais alto interesse” (RQR, Janeiro de 1961: 31). 3) Igreja Matriz; construída ao longo de mais de cem anos (1625-1750) em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. 4) As “igrejinhas” de Santa Luzia e da Lapa; datadas, respectivamente, de 1632 e 1752. 5) Igreja do Bonfim; erigida em 1780 e descrita como “muito pitoresca e de grande harmonia de proporções (...) combina maravilhosamente com a ilha em que se localiza e com as praias à sua frente” (RQR, Janeiro de 1961: 31). 6) Escola Naval; prédio construído no início do século XX, “antigo, mas de muita propriedade” (RQR, Janeiro de 1961: 34). 7) Estaleiro de Verolme; que poderia construir, assim que pronto:

“(...) navios de até 50 mil toneladas, e suas instalações abrangerão 450 mil metros quadrados. Presentemente, 800 casas estão sendo levantadas para abrigar cerca de um milheiro de operários. Seu cais, com 225 metros de extensão, já recebe navios, enquanto que a oficina de construção naval, com 9 430 metros quadrados, encontra-se quase pronta (...)” (RQR, Janeiro de 1961: 34).

A observação atenta dos pontos assinalados pelo editor da revista como cruciais ao turismo de Angra nos permitem perceber a valorização de três grandes grupos de memórias para a cidade. A primeira delas, em consonância com os estudos sobre o tema do patrimônio até a década de 1960 (Funari e Pelegrini, 2006), é constituída por símbolos referentes à

memória colonial e católica brasileira. A maior parte das atrações assinaladas pela revista (cinco dentre os sete pontos indicados) são formados por construções religiosas dos séculos XVI ao XVIII.

A segunda memória construída para a cidade centra-se na figura da Escola Naval; símbolo de um poderio militar. A reportagem afirma que logo na entrada do prédio é possível encontrar o lema, a alma daquela construção: “*Classis Spes*” (Esperança da Classe, Esperança da Armada) e, em seguida, um código de Honra: “não mentir, não colar, não furto, não ser covarde e não desonrar a farda” (RQR, Janeiro de 1961: 34). Era reservada à escola, naquele momento, a preparação dos oficiais do Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Intendentes da Marinha. A seleção dos candidatos era feita através de uma prova e as 100 a 200 vagas existentes eram disputadas, geralmente, por dois mil candidatos. Ao destacar as informações acima, a reportagem valorizaria a eficiência do próprio colégio e, por consequência, daria destaque a uma formação militar, já que nenhum outro instituto educacional, de qualquer espécie ou ano, é citado.

Por último, valoriza-se o progresso tecnológico ao ressaltar as dimensões e capacidades do estaleiro: “vale a pena visitar as obras, grandiosas” (RQR, Janeiro de 1961: 34). Destacam-se, no texto, as dimensões e futuras capacidades de produção desse estaleiro. Angra dos Reis seria o espaço em que se configuraria o passado, religioso colonial, e o presente promissor, representado pela instalação do estaleiro com suas novas técnicas de grandes construções e seus empregos gerados. No meio desses símbolos de tempos, haveria a ordem militar com o seu lema e código de honra no qual não há espaço para a desonra!

Ainda nessa primeira edição da Revista, Ilha Grande é apenas citada na reportagem, já que é “de grande imponência, onde muitos lamentam a instalação de duas colônias penais” (RQR, Janeiro de 1961: 34). Mas, apesar da beleza da Ilha Grande, ao turista é aconselhável o

centro da cidade, já que na Ilha não haveria suporte ao turismo e o lado voltado para o mar seria bastante perigoso. Novamente, o atrativo natural só valeria a pena se ele estivesse próximo das ações humanas, o que incluiria hotéis, restaurantes e segurança.

Quanto ao suporte ao Turismo, a reportagem afirma que a cidade estava se preparando para o futuro. Os restaurantes e as acomodações seriam modestos e confortáveis e a cidade já contava com “várias bombas de gasolina e um posto de abastecimento com todos os serviços de assistência mecânica” (RQR, Janeiro de 1961: 34). A Estrada é apontada como ruim, mas superável quando se pensasse na cidade de Angra dos Reis, com sua história e belas praias.

Se, em 1961, Ilha Grande não recebeu destaque na reportagem analisada, em Julho de 1967, a RQR preparou um especial sobre ilhas do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, em especial, Ilha de São Sebastião, Ilha Bela e Ilha Grande. Na matéria de responsabilidade do editor Audálio Dantas, Ilha Grande é apontada por suas belezas naturais e, principalmente, por permitir que seu visitante se sentisse como um verdadeiro capitão Cook. A reportagem não explica quem teria sido o capitão James Cook, mas os diários deste navegador inglês do século XVIII, responsável pela chegada dos europeus à Austrália, talvez fossem bastante conhecido do público da revista na década de 1960.

No texto analisado, Ilha Grande, assim como as outras ilhas da matéria, faria com que seus visitantes se rendessem incondicionalmente aos seus encantos. Não haveria como escapar: a ilha transcendia a “simples definição geográfica de ‘porção de terra cercada de águas por todos os lados’” e atingiria “a categoria de jardins encantados rodeados de águas azuis transparentes” (RQR, Julho de 1967: 62).

O jardim encantado materializado na Ilha estaria quase intacto desde sua criação por Deus, afinal, afirma Dantas:

“Quem primeiro viu essas ilhas foi o navegador Américo Vespúcio, no ano da Graça de 1502, a serviço de D. Manuel, o Venturoso. Agora, 465 anos depois, você pode partir para uma nova descoberta, certo de que encontrará quase tudo como Deus criou e Vespúcio inaugurou” (RQR, Julho de 1967: 62).

O visitante de Ilha Grande poderia sentir-se como um grande explorador do século XVI ou mesmo do século XVIII e, teria a certeza que apesar dos muitos séculos passados entre a criação do mundo e a atualidade, tudo estaria da mesma forma que Deus havia criado; nem os indígenas do território, nem os europeus, nem os muitos moradores de Ilha Grande teriam alterado o paraíso encantado.

Na reportagem, o leitor é convidado a partir para novas descobertas na Ilha, mas quais seriam as possíveis experiências que a Ilha proporcionaria?

A narrativa afirma que o caminho para Ilha Grande em si já seria um espetáculo da natureza: o mar límpido e as inúmeras ilhas do caminho encheriam os olhos dos espectadores além de proporcionar excelentes locais para banho e caça submarina. Mesmo na Ilha Grande, o visitante poderia conhecer, por exemplo, a enseada das Estrelas e do Céu, onde haveria excelentes praias, locais de pescas e uma pequena aldeia de pescadores bastante solícitos (RQR, Julho de 1967: 63).

O especial de Ilha Grande, no entanto, estaria em seu próprio coração: a Vila do Abraão. O viajante poderia visitar apenas a vila e compreender tudo aquilo que Ilha Grande significava. Ali o turista encontraria uma pequena aldeia de pessoas, gente pacata e de bem, que teria seus quintais cheios de coqueiros, jaqueiras, pés de fruta-pão... Naquela pequena vila haveria ex-presidiários, ex-soldados, pescadores, todos pescando e criando galinhas. Era por tudo isso que “lugar melhor e mais bonito que este não existe” (RQR, Julho de 1967: 63).

Assim, parece que a maior descoberta possível ao turista não se resumiria às belas paisagens, atividades de lazer como a pesca e o nado, mas a possibilidade de um outro ritmo de vida: muito mais sossegado do que aquele impresso nas grandes cidades. Quando a narrativa afirma a Ilha como transcendente e, principalmente, como o paraíso, não há referências apenas ao “estirão de areia branca e o verde mar” (RQR, Julho de 1967: 63), ao contrário, valoriza-se a rotina tranqüila envolta pela paisagem deslumbrante.

O ambiente natural não é valorizado como algo estanque aos seres humanos, ao contrário, ele é realmente belo na sua intersecção com a vida humana. A soma de uma bela paisagem com um ritmo de vida sem pressas ou pressões gera o paraíso na terra.

No paraíso da Ilha, porém, haveria algumas dificuldades para seus visitantes. A Ilha não oferecia, naquele momento, uma variedade de hospedagem, por isso, era aconselhável ao turista apenas um ou dois dias na região. Ao turista haveria três possibilidades de visitaçao do paraíso insular: 1) hospedar-se no centro da cidade, visitar a Ilha durante o dia e retornar no final da tarde; 2) Tentar reservar um quarto na única pensão local (da Dona Ivete), que tinha sempre hóspedes mensalistas; ou 3) acampar na ilha (RQR, Julho de 1967: 63).

Mas das três opções, nada melhor, de acordo com a revista, do que ficar em Angra dos Reis. Já que “a cidade tem o que mostrar e o que contar, dos tempos antigos e dos tempos de agora” (RQR, Julho de 1967: 63). Por isso, pode-se concluir que se a Ilha apresenta-se como paraíso, a cidade também o faz. Com um adicional, a cidade teria “o que contar e o que mostrar”. A narrativa acaba construindo uma clara oposição não entre homem e natureza, mas de um ambiente das cidades e das ilhas.

Enquanto as ilhas seriam povoadas por gente simples e pacata, onde o tempo do relógio não dita o ritmo cotidiano dos afazeres, o centro seria o local onde tudo poderia acontecer.

Mesmo que de forma mais suave do que a corrida rotina das metrópoles, a cidade de Angra dos Reis poderia “ensinar” muitas coisas, de acordo com o texto, sobre o passado e o presente.

Por isso, apesar de a matéria de Julho de 1967 ser dedicada ao turismo nas ilhas, volta-se a divulgar o próprio centro da cidade de Angra dos Reis e seus habitantes. Além dos pontos históricos assinalados (os mesmos da reportagem anterior), o turista poderia procurar em Angra dos Reis pessoas interessantes, como o Dr. Leo Sabonete, que “pode ser encontrado em qualquer lugar, gordo e simpático, sempre com algumas caixas de sabonete embaixo do braço, artigo que ele mesmo fabrica e vende a preços módicos desde que foi cassado pela Revolução (...). Antes era o Dr. Leo Figueira do Filho, advogado. Agora, além de vender seu sabonete, bate papos (...)” (RQR, Julho de 1967: 65).

Além do Dr. Sabonete, cassado pelo governo militar brasileiro, o turista poderia visitar o “velho marinheiro Fortunato Pereira Caldas, que fez camarão com jerimum e leite de côco para o Rei Alberto da Bélgica e por isso ganhou condecoração e um diploma escrito em francês” (RQR, Julho de 1967: 65). Fortunato era cozinheiro do couraçado São Paulo, que foi buscar o Rei da Bélgica para conhecer o Brasil. O cozinheiro do rei teria passado mal e, por isso, Fortunato teria sido convocado. O Rei Alberto teria ficado tão maravilhado com a cozinha de Fortunato que o condecorou. O mais interessante é que, após a condecoração, Fortunato teria abandonado o serviço militar e aberto uma barraca no Mercado da cidade, onde venderia “cachaça misturada com ervas e batidas” (RQR, Julho de 1967: 65).

É interessante observar a indicação de uma nova possibilidade ao turista de Angra dos Reis; conhecer o seu lado popular, representado, por exemplo, pelo mercado da cidade e o pitoresco, encontrado nos personagens lendários, com histórias quase inacreditáveis, do município. Além disso, se na primeira edição da Revista, em 1961, a Escola Naval representa a

ordem militar, na edição de 1967, são destacados personagens que ou foram cassados pela revolução ou abandonaram o serviço militar.

As histórias da cidade, em especial os pontos turísticos do centro, continuam valorizadas na reportagem de Junho de 1969, assinada pela jornalista Marilda Varejão e fotografada pelos profissionais Hiroto Yoshioka e Oswaldo Maricato: “Na Geografia de Angra, a aventura de um Tesouro”. A paisagem local também tem destaque na publicação, pois é “da mais pura e luminosa, com tantas praias, que nem se pode contar, com ilhas verdes e águas transparentes, mornas e rasas, que se espreguiçam sobre minúsculas e brancas enseadas” (RQR, Junho de 1969: 75).

Como nas reportagens anteriores, o histórico e o natural, constituintes do ambiente citadino, consolidam-se como o maior atrativo possível ao turista. As ilhas transformam-se em atrações menos completas do que o centro de Angra dos Reis, mas, não por isso, feias ou ignoráveis. Afinal, nas ilhas haveria um bom espaço para o banho e a caça submarina.

Em outubro de 1983, a RQR publicou um dossiê assinado por Renato Modernell e fotografado por Cláudio Larangeira sobre turismo na região de Paraty e Angra dos Reis. O título da reportagem era “Das ruas de Parati até as ilhas de Angra”. Sobre Angra dos Reis, há uma matéria especial intitulada: “Em Angra dos Reis o compromisso mais importante é com o mar e suas 370 ilhas”. (RQR, Outubro de 1983: 72).

A matéria inicia-se com a seguinte descrição:

“Seu compromisso mais importante em Angra dos Reis deve ser com o mar. Situada junto ao golfo da ilha Grande, onde há cerca de 370 ilhas, duas mil praias, sete baías e centenas de enseadas, tudo em Angra começa e termina no mar. As praias recortadas junto às encostas ou espalhadas pelas ilhas são pequenas, de águas calmas e limpas. Dificilmente o mar se torna encapelado e perigoso”. (RQR, Outubro de 1983: 72).

A partir desse momento, Angra dos Reis parece ter sido aprisionada pelo mar, afinal, tudo nela começaria e terminaria no grande oceano. O centro da cidade desaparece das indicações turísticas e é substituído por Ilha Grande, apontada como a pedra preciosa do turismo no município que se configura como “o balneário mais sofisticado do último trecho da Rodovia Rio-Santos” (RQR, Outubro de 1983: 163). Angra torna-se símbolo do refúgio de personalidades como Ivo Pitanguy e Chico Buarque. Desaparecem os indivíduos “comuns” ou mesmo “subversivos”, as construções coloniais e católicas, os símbolos militares e tecnológicos em detrimento das grandes personalidades enriquecidas ou celebradas no Brasil.

Se antes havia uma separação entre o ambiente das cidades e o ambiente das ilhas, agora não restava dúvidas: Angra dos Reis tornava-se suas ilhas e destacava-se pelos seus visitantes ilustres. A natureza, junto com personalidades da vida social brasileira, sobrepunha-se a qualquer possibilidade de história ou de personagens do cotidiano.

Se, nesse momento, é possível localizar uma imensa ruptura discursiva (o esquecimento do centro histórico de Angra dos Reis), também é possível perceber uma continuidade: a Natureza existe a partir do momento em que ela serve ao Homem.

De acordo com a reportagem, a caça submarina é uma das maiores atrações esportivas da cidade e pode ser praticada em “encosta, cada ilha ou rochedo” (RQR, Outubro de 1983: 72). Por todas as ilhas da cidade, em todo o mar, seria possível encontrar:

“dezenas de rápidas e pequenas lanchas de caçadores (que podem ser alugadas no porto) cruzam constantemente com baleeiras mais lentas e grandes veleiros que singram o golfo de ilha em ilha. Alguns barcos mais aparelhados seguem adiante em busca de trofeus maiores, numa pesca mais sofisticada. Vão atrás dos valentes peixes de bico que vivem na corrente — um largo rio de águas mornas e azuis no meio

do oceano — e é sempre uma festa quando eles retornam ao porto, cada um deles trazendo orgulhosamente seu trofeu, um grande e valente sailfish”. (RQR, Outubro de 1983: 72).

O que fazer na nova Angra dos Reis? Aventurar-se em atividades que permitem ao Homem relacionar-se com o dito mundo natural de forma supostamente soberana. Resta ao visitante de Angra dos Reis a busca por troféus que consagram a própria ação humana frente ao mar. Outras possibilidades são os lazeres considerados menos excitantes, mas não menos importantes, como os banhos de mar e o encontro com personalidades da sociedade brasileira.

Entre as reportagens que destacam o centro e as belas paisagens de Angra dos Reis como atrativo turístico, das décadas de 1960 e 1970, e a reportagem de 1983, que se centra apenas nas belas paisagens e personalidades famosas do local, há dois textos, publicados em anos diferentes, sobre a construção da Rodovia Rio-Santos. A rodovia e os debates acerca de sua implantação inauguram um novo imaginário sobre a cidade. Havia, durante sua construção, a pretensão de transformar aquela região fluminense e paulista em algo semelhante às áreas turísticas do sul da França. Mas como isso seria feito?

Em “Rio Santos: a hora da decisão”, escrito por Ruy Fernando Barbosa e publicado em Novembro de 1969, afirma-se:

“Em menos de três anos, a estrada estará pronta e a região será ocupada. O Brasil poderá ter então sua Côte d’Azur, com as vantagens da paisagem tropical. Mas, se a improvisação prevalecer, nosso turismo terá perdido sua maior oportunidade” (RQR, Novembro de 1969: 93).

A reportagem foi escrita com base no depoimento de arquitetos vinculados ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), e tinha como objetivo analisar o modelo francês de desenvolvimento do turismo e refletir sobre as possibilidades de construção da Rodovia Rio-Santos. A proposta era a de construção de uma rodovia voltada para o turismo, que preservasse

as paisagens locais e impedisse que a corrida imobiliária tornasse a região altamente povoada e, principalmente, transformada de forma descuidada. A região não deveria se configurar como uma nova Ilha Porchat ou um morro do Maluf, respectivamente localizados em São Vicente e Guarujá (RQR, Novembro de 1969: 93).

Para isso, o IAB assinalava para a necessidade da criação de um plano de controle da urbanização e do turismo. O plano deveria ser desenvolvido pelos municípios, através dos diálogos entre os representantes do Estado e das comunidades locais. De acordo com o IAB, as comunidades locais deveriam ser o centro das preocupações do plano, para que não houvesse a exclusão delas por causa da especulação imobiliária existente na região. Os planejamentos de Languedoc-Roussillon, na França, e Tijuca-Sernambetiba-Jacarepaguá e Praia de Pernambuco, no Brasil, seriam as inspirações para a rodovia Rio-Santos.

A reportagem traz pela primeira vez a afirmação de que o maior potencial turístico da região estaria baseado em suas paisagens naturais, em especial, em suas ilhas, praias, serras, canais, cachoeiras e rios. Ilha Grande é destacada como o espaço no qual se pode ver um dos mais belos arquipélagos do mundo. A única exceção ao paraíso natural seria a cidade de Paraty, cujo principal atrativo seria o turismo histórico. Isto porque, de acordo com a narrativa, a cidade toda é monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RQR, Novembro de 1969: 100-102).

O que gera estranhamento, no entanto, é que o sul francês, em especial a região de Languedoc-Roussillon, não possui apenas atrativos naturais como cerne da atividade turística. Composta por cinco departamentos, é possível encontrar na região o turismo histórico, gastronômico, das festividades culturais e, também, das belas paisagens naturais. Como o próprio IAB reconhece: no sul da França “preserva-se a variedade, para que cada homem,

segundo o seu temperamento, possa isolar-se ou participar do turismo coletivo” (RQR, Novembro de 1969: 100-102).

Apesar da reconhecida variedade turística da região sul da França, que, a princípio, seria o modelo para o Brasil, ao analisar a vocação turística da BR- 101, a AIB encontra apenas as paisagens naturais e um pequeno universo histórico em Paraty. Confrontando Angra dos Reis e Paraty, a AIB afirma: as “praias em Parati são pobres, ao contrário de Angra dos Reis, onde elas são lindíssimas” (RQR, Novembro de 1969: 101). Se antes Angra dos Reis era divulgada como “charmosa” pela junção da natureza e da história, em especial no centro da cidade, a partir de agora ela será apenas o paraíso natural nas suas ilhas. Não há mais variedade.

Como prescrito para a BR-101, os projetos urbanísticos, que, de acordo com a reportagem, deveriam ser criados de forma global entre todas as cidades, deveriam “fazer com que não falte sol, ar, e beleza natural para ninguém”. (RQR, Novembro de 1969: 101). A reportagem, publicada em Novembro de 1969, inaugura uma nova vocação para Angra dos Reis: agora a cidade das belezas naturais e dos *socialites* brasileiros.

Em Junho de 1975, quase seis anos após a primeira reportagem acerca da BR-101, a RQR lançava um editorial assinado por Édson Higo do Prado, Celso Barata e Napoleão Sabóia e um texto de dez páginas lamentando os rumos da construção da Rio-Santos. A rodovia ainda aparece como crucial para o desenvolvimento do turismo na região, mas estaria sendo construída de forma a levar à destruição das paisagens locais, ao desaparecimento de algumas praias e à desestruturação de algumas cidades, como Caraguatatuba (a estrada passa pelo interior da cidade e, por isso, teria alterado a rotina dos moradores).

Para os editores, estava na hora de defender o enorme patrimônio natural destruído, ou em destruição, pela construção da Rodovia; “uma estrada anti-turística por excelência!”(RQR, Junho de 1975: 88). De acordo com o texto, a BR-101 havia se tornado um desastre ambiental

por causa da inoperância de setores estatais, em especial, a incapacidade de produzir um projeto turístico global para a região, atendendo as necessidades de cada uma das localidades envolvidas.

Como exemplo desta inoperância, o texto afirma que até aquele momento cinco construtoras diferentes estiveram envolvidas com construção da BR-101. Cada vez que uma das empresas não cumpria os prazos pré-determinados, outra companhia era chamada para substituí-la. (RQR, Junho de 1975: 88). Neste contexto, seria impossível pensar na execução de um plano coeso para o desenvolvimento turístico local.

Os muitos prejuízos gerados para o ambiente (entendido como paisagem natural) teriam sido causados, principalmente, pela ausência de diálogos entre as concessionárias responsáveis pela construção da BR-101 e os municípios. Exatamente pela imposição do projeto, de forma unilateral, as necessidades de cada localidade não teriam sido consideradas (RQR, Junho de 1975: 83-93). O futuro dos municípios envolvidos na construção da Rio-Santos, afirma a reportagem, estaria nas mãos dos planos de controle da urbanização e do turismo.

O arquiteto francês Georges Candillis, responsável pelo planejamento arquitetônico e turístico da região de Languedoc-Rossillion, entrevistado pela RQR sobre a construção da Rio-Santos, afirmava:

“(...) um plano de desenvolvimento para o turismo de massa não pode ficar somente a cargo da iniciativa privada ou dos que só querem ganhar dinheiro. O Estado deve intervir para proteger o meio natural, disciplinar a urbanização e zelar pelo interesse da coletividade turística, pois estamos diante de um problema social por excelência” (RQR, Junho de 1975: 92).

Restava saber se o Estado brasileiro, controlado pelos militares, desejava o diálogo com os municípios ou comunidades locais. Além disso, se o Estado compreendia a construção da BR-101 como um possível “problema social por excelência”. De acordo com a revista,

Caraguatatuba tentou em vão mudar o traçado da Rio-Santos enquanto que Paraty só teria sido “salva” por contar com a ajuda do Instituto Histórico Nacional.

Apesar das comunidades locais serem citadas pelo arquiteto francês, as belezas naturais e o desenvolvimento do turismo a partir destes atrativos parecem ser a maior preocupação da reportagem. O texto elogia, por exemplo, a iniciativa tomada em Março de 1972, pela Embratur, de firmar um convênio com a estatal francesa *Société Centrale Pour L'Équipement du Territoire* (SCET).

No acordo Embratur – SCET estava previsto o levantamento da capacidade de ocupação e desenvolvimento econômico do litoral Rio Santos. O objetivo era construir normas para a ocupação do solo e para a implantação de atividades turísticas para cada uma das faixas do litoral inaugurado pela BR-101. O resultado do convênio ficou conhecido como Projeto Turis (RQR, Junho de 1975: 89).

Um ano após o convênio, o Projeto Turis foi publicado em três volumes: o primeiro sobre a filosofia do projeto turístico; o segundo acerca das possibilidades de aproveitamento turístico da região; e, por último, as normas para a ocupação território. Havia ainda dois outros volumes sobre praias, que de acordo com a revista, tiveram a circulação restrita. (RQR, Junho de 1975: 89).

A maior concentração dos estudos dizia respeito às praias. No total foram contabilizadas e descritas 220 praias entre os municípios de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, e Bertioga, em São Paulo. Somam-se a esse número, as ilhas de Itacuruça, Grande, Gipóia, Anchieta e São Sebastião que também foram pesquisadas. Para cada uma das praias e ilhas foram analisadas e fixadas a densidade populacional, a capacidade total de leitos turísticos, às áreas de vocação ou não turísticas, entre outros aspectos. Por fim, as praias foram classificadas de acordo com três categorias:

- “a) praia para turismo de qualidade tipo enseada pequena, calculando-se sua densidade em um banhista por 25 m²;
 - b) turismo médio, tipo enseada grande (como a praia de Botafogo, no Rio), um banhista por 10m²;
 - c) turismo econômico, tipo “praia linear, um banhista por 5m²”.
- (RQR, Junho de 1975: 89).

O projeto Turis ainda previa, além da capacidade suporte de cada uma das praias, a obrigatoriedade dos projetos de edificações se adequarem à topologia da área, impedindo, assim, qualquer modificação nos acidentes geográficos naturais na região. Determinava-se a altura limite das edificações, “normas técnicas para as unidades de tratamento e descarga do esgoto sanitário e de águas servidas, vazão de lixo e detritos, principalmente para conjuntos mote-hoteleiros e residenciais (...) e fixação de normas técnicas para captação de água (...)” (RQR, Junho de 1975: 89).

Entre os estudos do Projeto Turis e a prática das normas pré-estabelecidas havia um imenso abismo. A Embratur, através da Resolução do Conselho Nacional de Turismo nº 413 (13 de Fevereiro de 1973), e do decreto de lei nº 71.791 de 31 de Fevereiro de 1973, poderia selecionar as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e exigir o cumprimento das normas de ocupação. A intuição estabelecia que, entre o mar e até um quilometro após o eixo da Rodovia Rio Santos, o que incluía as Ilhas, era área de interesse turístico e, por isso, deveria ter a ocupação planejada. As únicas exceções, por se tratarem de áreas de segurança nacional ou já urbanizadas, eram: a ilha Guaíba, a praia de Itaorna, a praia de Jacuecanga e os perímetros urbanos de Mangaratiba, Angra dos Reis, Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba e Bertioga.

O abismo, no entanto, era formado pela dependência da Embratur em relação aos municípios. Cada um deles deveria elaborar um plano de desenvolvimento local respeitando as normas do Projeto Turis – Embratur. O órgão que ficou responsável pela supervisão dos projetos foi o próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aliado, no caso

específico do Rio de Janeiro, à Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Já no Estado de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico e Turístico do Estado (Condephaat), aliava-se ao IPHAN (RQR, Junho de 1975: 89).

Os municípios, a Embratur, o IPHAN e o Condephaat parecem ter se perdido no meio de tantas burocracias e, principalmente, no meio das corrupções. De acordo com a RQR, era visível a expansão de loteamentos ilegais ao longo de toda a BR-101 e, o pior, a ausência de fiscalizações ou mesmo punições aos infratores (RQR, Junho de 1975: 89). A BR-101 se transformava, inegavelmente, em um espaço que atendia aos interesses privados dos empreendimentos imobiliários na região.

Se os empreendimentos ilegais expandiam-se, também os legalizados eram difundidos e não cumpriam com as normas pré-estabelecidas para o desenvolvimento da região. De acordo com a RQR, muitos dos loteamentos realizados em trechos da BR-101 tinham o aval para existir (RQR, Junho de 1975: 89). Mas de onde viria um aval tão destruidor?

O que a RQR ainda não conseguia dimensionar eram os efeitos práticos da execução das políticas públicas previstas no Projeto Turis, extremamente elogiadas no texto jornalístico, somada à defesa dos interesses privados praticados pelas instituições envolvidas no projeto. O resultado era a morte da política voltada para os interesses públicos e a consolidação da política voltada para interesses privados.

Para além dos problemas de corrupção, o próprio Projeto Turis trazia em seu texto uma classificação perigosa para a região e, em especial, para Angra dos Reis. Aquele espaço foi classificado como podendo suportar um turismo classificado como do Tipo A, ou seja, de grandes complexos de lazer e, por conseqüência, caros e excludentes (EMBRATUR, 1973: p.14).

A cidade de Angra dos Reis foi descrita como pequena e dinâmica, mas, por causa de sua já existente urbanização e industrialização estava desautorizada à exercer atividades turísticas com grande envergadura (RQR, Junho de 1975: 98). Como consequência da determinação, o centro da cidade desaparecia dos roteiros turísticos de Angra dos Reis. Era substituído por espaços como o do Bracuí e do Frade, áreas classificadas como de “potencial turístico apreciável”, aptas para a instalação de áreas de marinas e grandes hotéis. (RQR, Junho de 1975: 98).

A área de construção da Usina Termonuclear foi considerada de segurança nacional e, por isso, sem a possibilidade de qualquer execução da atividade turística. Ao mesmo tempo, elegeu-se a nova jóia de Angra dos Reis: Ilha Grande. A Ilha teria a vocação náutica e a balneária, sendo, por isso, uma das maiores possibilidades turísticas da região.

O Projeto Turis, somado a desorganização dos setores responsáveis pela implantação de políticas públicas, possibilitou o surgimento de uma nova Angra dos Reis. A cidade passou a enfrentar a migração de uma grande parcela dos antigos e novos moradores para as zonas urbanas da cidade. O resultado da migração e da ausência de estrutura econômica e política para acomodá-la foi:

“a expansão desordenada do centro e de outras zonas urbanas, a ocupação ilegal e perigosa das encostas pela população de baixa renda e o isolamento da região do centro às demais localidades do município, levando à sub-utilização do seu potencial turístico e de lazer e à degradação deste importante espaço urbano, onde concentram-se os principais monumentos históricos e arquitetônicos da cidade” (PMAR, 1999).

É importante ressaltar que a destruição da cidade é relacionada à sua ocupação por populações de baixa renda. A instalação de condomínios de alto luxo, mesmo os ilegais, na

região sequer é mencionada em seu potencial destrutivo e desestabilizador. Dois pesos e duas medidas usadas para a análise dos mesmos problemas: a ausência de planejamento para o desenvolvimento das cidades e o descumprimento das regras de ocupação já existentes.

Isso porque a desestruturação da cidade foi acompanhada pela instalação de esplendorosos complexos turísticos. De acordo com a pesquisadora Deusdedith de Souza Alves Filho, em sua tese de mestrado *Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a transformação de Angra dos Reis em um paraíso turístico deu-se através da eliminação de lugares de memória já existentes e desconsiderando o núcleo urbano original que, apesar da riqueza patrimonial, parece não interessar ao tipo de turismo praticado. O novo turismo é marcado pela existência de grandes complexos que misturam as funções de hotel, marinas e condomínios de alto luxo exclusivos para quem pode comprar os seus serviços (Alves Filho, 2004: p.48-49).

A nova Angra dos Reis estava pronta. Em Outubro de 1983, a RQR publicava a cidade como “o balneário mais sofisticado do último trecho da Rodovia Rio-Santos” (RQR, Outubro de 1983: 163). A cidade passava a ser compreendida como o paraíso ambiental, formado por belas praias e ilhas e freqüentada por personalidades “chiques e famosas”, nacionais e internacionais. O ambiente tornava-se o maior trunfo turístico da cidade: ambiente significado como exclusivamente belas paisagens. A cidade deixava de ser entendida como um jardim do Éden, formado por Homens, uma Natureza espetacular, e um ritmo de vida vagarosa, para ser a cidade exclusivamente da Natureza que serve aqueles que podem comprá-la.

Se é possível perceber uma ruptura discursiva brusca sobre a cidade de Angra dos Reis datada do ano de 1983, o mesmo não ocorre com os imaginários elaborados sobre Paraty. A RQR sempre representou a cidade de Paraty como a cidade marcada pela inexistência do tempo presente. O que muda com o decorrer das publicações é o destaque dado à cidade no cenário turístico nacional. O município será divulgado como aquele que preservou uma “identidade humana”, materializada em suas construções históricas e nos espaços para a convivência social (RQR, Novembro de 1984).

Essa identidade atribuída à Paraty refere-se, principalmente, ao esforço de preservação da memória histórica local. A cidade será consagrada como o espaço em que o tempo congelou e no qual o turista pode se desvincular de suas preocupações cotidianas. A primeira referência ao município é produzida na reportagem de Marilda Varejão, “15 idéias para as férias de Julho”, publicada na edição de Junho de 1969; quase oito anos após a inauguração da Revista.

O texto não é dedicado à Paraty, em especial. Ao contrário, seu objetivo era elencar as possibilidades de lazer nas cidades de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, Campos do Jordão, Angra dos Reis, Paraty, São Lourenço, Caxambu, Itamonte, Itatiaia, Mauá, Penedo, Miguel Pereira e Pati do Alferes. Para Paraty foi dedicada uma descrição breve sobre o município ocupando o espaço de uma coluna com três pequenos parágrafos. O pouco espaço para a apresentação da cidade era proporcional ao que a RQR afirma que Paraty poderia oferecer aos turistas.

A cidade é apresentada com o seguinte subtítulo: “Em Parati, aprenda a viver a paz antiga” (RQR, Junho de 1969: 140). A paz antiga seria marcada pela não necessidade do uso do relógio e pela possibilidade de sentir preguiça ao longo do dia todo e mais ainda nas noites

silenciosas. A reportagem afirma que o tempo ali teria parado, não apenas nas construções humanas, ou seja, nos prédios que permitiam recordar a cidade colonial, mas também nas construções divinas. Afinal, “o tempo há muito está parado, nas águas da maré que vêm dormir no fundo dos quintais”. (RQR, Junho de 1969: 140).

A morosidade da cidade, humana e natural, tornaria Paraty uma verdadeira “área de encantamento”. O turista poderia desfrutar do descanso e da “generosa cachaça dos velhos engenhos, que eram 50, mas hoje, infelizmente, são poucos” (RQR, Junho de 1969: 140). A cidade, nesse primeiro momento, parece atrair um turista bastante específico: aquele que procura o silêncio do dia, agravado a noite, e que não se importa com certa “decadência econômica”, explicitada pela reportagem nos dados sobre a quantidade de engenhos de cachaça no passado e no presente. O resto, construções humanas ou paisagens naturais, parecem apenas elementos atrativos para o verdadeiro turismo: o do silêncio.

Essa inexpressividade turística, dentro dos discursos da RQR, permaneceu por quase oito anos: a segunda reportagem sobre Paraty foi publicada apenas em Janeiro de 1977. Esquecida até o final daquela década, Paraty adentrou no cenário do turismo nacional de forma triunfante: em uma matéria de 22 páginas escrita por José Roberto Penna, o município é apresentado como “A primitiva cidade do século XVIII, estendida entre o mar e a serra”, que permaneceu “quase intocada, lembrando nas ruas e casarões o passado colonial” (RQR, Janeiro de 1977: 66). A cidade passa a ser configurada como um “imenso museu”, no qual é possível observar e interagir com a História do Brasil (RQR, Janeiro de 1977: 77).

A cidade, cujo nome é grafado com i ao invés de y, é afirmada como sendo a mesma do século XVIII. Nada teria mudado. As ruas estreitas, o calçamento de pedras irregulares e os sobrados guardariam as lembranças das tropas de mulas que carregariam o ouro de Minas

Gerais (RQR, Janeiro de 1977: 66). Essa característica de permanência do século XVIII, em pleno século XX, é o que parece encantar o jornalista.

Penna afirma que a história da cidade teria começado no século XVII, quando vicentinos partiram de São Paulo em busca de um novo caminho para o mar. A reportagem destaca que eles teriam seguido antigas trilhas dos Guaianás para se locomover no território (RQR, Janeiro de 1977: 66). Nessas terras recém-adentradas, beneficiários das sesmarias teriam se instalado e construído uma cidade fortificada. Paraty se transformava “numa das mais importantes cidades do tempo do Brasil colônia, com 16 000 habitantes, 150 engenhos, 12 usinas e 10 000 escravos” (RQR, Janeiro de 1977: 66). Essa economia esplendorosa teria sido golpeada por uma seqüência de acontecimentos nos séculos XVIII e XIX: em especial, a abertura de novos caminhos para as Minas que partiam do Rio de Janeiro; a epidemia de febre amarela e a Lei Áurea. Todos esses supostos problemas, o que incluiria a própria lei de abolição da escravatura, assinada em 1888, teriam provocado o êxodo da população e o colapso da cidade. Os prédios teriam sido abandonados e muitos teriam ruído (RQR, Janeiro de 1977: 66).

A cidade “perdida no tempo” teria sido descoberta, na década de 1960, por turistas que teriam sido conquistados e, por isso, conquistado, o local:

“Alguns vieram para ficar, conquistados pela cidade. Entre eles, a pintora Djanira, que teve uma casa no saco do Corumbê. O cineasta Nélon Pereira dos Santos fez o último filme de Leila Diniz (Mãos Vazias) na fazenda Itatinga, perto do povoado de Patrimônio. O príncipe D. João de Orleans e Bragança restaurou um belo sobrado na Rua da Praia. Abel, personagem famoso da cidade, abriu um bar que virou ponto de encontro, e o poeta José Kleber cantou Parati em prosa e verso” (RQR, Janeiro de 1977: 66).

Agora Paraty contava, dentro das narrativas das RQR, com tanto glamour quanto a cidade de Angra dos Reis. Se em Angra era possível encontrar Ivo Pitanguí e Chico Buarque, Paraty havia se tornado cenário de filme e até contava com a presença da realeza luso-brasileira, além dos próprios artistas locais que ganhavam destaque. Esses novos descobridores, turistas do século XX com certo poder aquisitivo, tornaram-se, de acordo com a própria reportagem, “os responsáveis por cuidar da cidade e fazer os restauros” (RQR, Janeiro de 1977: 70). Deste modo, a cidade estaria sendo reconstruída por novos moradores, e, por causa da construção da BR-101, estaria mais perto do Rio de Janeiro e de São Paulo. A facilidade de acesso à cidade por pessoas advindas dos dois Estados é percebida pela Revista como algo bastante positivo, já que isso permitiria a consolidação de um novo setor turístico (RQR, Janeiro de 1977: 71).

Na “nova cidade” do século XVIII, o turista poderia conhecer, conversando com os moradores locais, “histórias de tesouros enterrados, de escravos fugidos e de piratas que rondavam a baía” (RQR, Janeiro de 1977: 73). Além de “visitar Igrejas (há a Santa Rita dos Pardos, feita por mulatos no século XVIII), casarões, fortes, festas, engenhos (Boa Vista), e as praias e as ilhas (42 ilhas e 65 praias)” (RQR, Janeiro de 1977: 71).

Para a reportagem, as construções históricas de Paraty constituiriam, sem dúvida nenhuma, a maior jóia turística do município. Mas, o que a tornava ainda mais agradável seria a paisagem que a cercava. Como o próprio título da matéria, a cidade estava entre o mar e a serra, desfrutando plenamente das belezas destes “cenários”. A vista seria tão irresistível que nas manhãs de sol personalidades como Paulo Autran, D. João, entre outros ilustres moradores de Paraty, poderiam ser encontrados na Praia do Pontal. A única praia da cidade, marcada pelo mar calmo, limpo e raso (RQR, Janeiro de 1977: 73). Neste caso, teríamos dois atrativos interessantes: as praias e as “estrelas” sociais.

Para aqueles que desejassem explorar ainda mais as belezas da região haveria a opção terrestre e a opção marítima. Por terra, seria possível visitar a praia da Jabaquara, Corumbê (onde está a casa de Maria Della Costa), Vermelha, Taquari, São Gonçalo, Iriri e Patinguera. Todas estariam no caminho Paraty -Rio de Janeiro e teriam a areia branca e o mar calmo. Em direção oposta, Paraty-São Paulo, poderiam ser encontradas as praias de Parati-Mirim, cujo povoado é descrito pela reportagem como tendo sido um importante centro comercial, Trindade, Caxadaço e a praia de Laranjeiras, onde o turista encontraria um loteamento fechado, de luxo, e uma bela paisagem (RQR, Janeiro de 1977: 73).

A opção marítima era realizada com o aluguel de barcos, que tinham preços considerados acessíveis (cerca de Cr\$ 80,00/hora). A acessibilidade das embarcações dava-se por dois motivos: 1) o fato de serem baleeiras com capacidade de levar até quinze pessoas (quanto maior o número de pessoas menor o preço *per capita*); 2) os pilotos serem pescadores comuns e, por isso, não cobrarem valores exorbitantes aos serviços. Através das embarcações seria possível conhecer, num roteiro de aproximadamente três horas:

“as praias Vermelha, Brava, Mambucaba e as ilhas da Bexiga, com as ruínas do antigo forte. Sapeca, que tem uma praia sombreada de pitangueiras, Comprida, Malvão, Ponta Grossa, Mamangá e Cotia. Sobre essa última ilha conta-se que no passado os escravos velhos e inúteis eram acorrentados e lançados ao mar. Durante muito tempo os pescadores da região chegaram a puxar ossadas em suas redes de pesca”. (RQR, Janeiro de 1977: 76).

Algumas das praias e ilhas destacadas no roteiro são escolhidas por possuírem histórias ou construções históricas para além de suas belezas naturais. No trecho acima transcrito, temos o exemplo da ilha da Bexiga, com vestígios de fortes defensivos, e a Ilha da Cotia, que, de acordo com a memória regional, era o espaço para o “descarte” de escravos velhos e inúteis.

Estas misturas entre história e natureza permitiriam que Paraty se consagrasse como uma cidade completa: formada pelo humano, histórico e natural. Satisfaria, de acordo com a RQR, qualquer visitante.

Entre os anos de 1969, quando foram escritas as primeiras linhas sobre o município, e 1977, quando a cidade se tornou um museu a céu aberto com uma paisagem deslumbrante, não há publicações sobre Paraty. Na primeira reportagem, a cidade não traz nada além da preguiça, enquanto que na segunda, ela se torna a possibilidade de viver em um cenário do século XVIII permeado por uma natureza atemporal.

A imagem de um lugar onde o tempo parou será constante em todos os artigos subsequentes sobre a cidade de Paraty. Em Janeiro de 1981, José Roberto Penna, mesmo jornalista responsável pela matéria de 1977, publicou o texto: “O tempo parou nesta baía. E deixou para sempre nas margens um testemunho de beleza: Parati”. (RQR, Janeiro de 1981: 62). A atmosfera encantada da cidade é retratada agora como “uma atmosfera mágica”, que envolve “as ruas estreitas, os belos sobrados, as igrejas de fachadas austeras e interiores simples de Parati” (RQR, Janeiro de 1981: 63). O autor afirma que a cidade é uma espécie de cenário deserto, isso porque, “para algumas pessoas, Parati é apenas um cenário, às vezes deserto, pois 70% de suas casas só abrem e ganham vida durante a temporada” (RQR, Janeiro de 1981: 68). A cidade se configuraria, portanto, como uma espécie de portal para o passado histórico do Brasil, como se fosse um baú repleto de tesouros prontos para serem lustrados pelos seus novos descobridores: turistas sedentos por viver o século XVIII no século XX.

Penna destaca a simplicidade da cidade, característica que também estará presente no roteiro para os visitantes produzido, em 1994, por Diuner Mello. A simplicidade aliada às construções citadinas permitiria aos turistas, andando pelas ruas de Paraty, imaginar que ali passaram “os velhos e calejados marujos enquanto esperavam que seus navios de madeira

recebessem o carregamento do ouro que vinha de Minas Gerais” (RQR, Janeiro de 1981: 68). A memória da escravidão é valorizada nesse segundo artigo – no primeiro texto é apenas indicada a existência da Igreja de Santa Rita dos Pardos, que teria sido feita por mulatos no século XVIII e o “descarte de escravos” na Ilha da Cotia. Agora, o turista poderia imaginar também a existência de muitos negros que “ajudaram a conquistar mais terras nos mangues periodicamente inundados e a aumentar a cidade. Eles ergueram vários sobrados, as igrejas e as casas baixas (...)” (RQR, Janeiro de 1981: 67).

A memória sobre os marujos e os escravos serve como fio condutor ao passado. Ela não é explicitada, mas apenas citada, transformando-se em símbolo remoto de tempos anteriores. Os maiores ícones da imagem de Paraty, contudo, não estariam centrados nos grupos humanos do passado: distribuir-se-iam em três categorias de construções.

O Histórico de Paraty, Revista Quatro Rodas.

Igrejas	Construções Coloniais	Engenhos
Matriz de Nossa Senhora dos Remédios (século XVII)	Sobrado dos Bonecos (século XIX)	Engenho Boa Vista (sem data)
Nossa Senhora das Dores (século XIX)	Forte Defendor Perpétuo (século XVIII)	Fazenda Bananal (sem data)
Nossa Senhora do Rosário (século XVIII)	Santa Casa de Misericórdia (século XIX)	Engenho da Muricana (sem data)
Santa Rita [Museu de Arte Sacra] (século XVIII)	Paço Municipal (sem data)	
	Antigo Prédio da Cadeia (sem data)	
	Construções nas ruas Da. Geralda e Dr. Pereira, pelo menos. (sem data)	
	Rampas de pedra do antigo porto (sem data)	
	Praia do Pontal (sem data)	

Quadro construído a partir das informações da RQR, Janeiro de 1981, p.71.

Observando a tabela, é possível notar a presença da Praia do Pontal indicada dentro da categoria de “construção colonial”. Localizada nas proximidades do centro da cidade de Paraty e à margem esquerda do rio Perequê-Açu, ela é a única praia a entrar na categoria de construção humana. É possível que isso tenha acontecido por ela ter sido o principal meio de escoação dos produtos da cidade para seu exterior, durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Bastante alterada pela ação humana, ela é percebida como uma intersecção do universo histórico e do natural.

A ação humana, como fato essencial para a construção de Paraty, é destacada pelo texto tanto no passado como no presente. Se no passado os escravos e marujos são citados, no presente, moradores da região participariam da Fundação Pró-memória para a construção de Paraty. Essa instituição foi um órgão submetido ao Governo Federal com o objetivo de articular a proteção dos patrimônios da cidade com o desenvolvimento social. Após inúmeras transformações institucionais, a Fundação teria dado origem ao programa *Monumenta*, ligado ao IPHAN e à Unesco¹⁷. Para Penna:

“a fundação... já tem bons planos para a cidade, a partir da experiência de Ouro Preto: o mais importante é fazer com que a guarda e a preservação dos bens históricos sejam feitas pela população que convive com esses bens” (RQR, Janeiro de 1981: 68).

Quando o artigo da revista afirma que Paraty estaria se inspirando na experiência de Ouro Preto, ela refere-se ao Tombamento Mundial de Ouro Preto, em 1980. É possível imaginar, portanto, que já havia uma intenção dos órgãos públicos da cidade em transformar Paraty em um Patrimônio da Humanidade. Para conquistar o título, a cidade precisa comprovar sua importância histórica, natural, material ou imaterial, além de se mostrar capaz de gerir seu próprio patrimônio. A comprovação da existência de um patrimônio histórico parece, analisando as narrativas da RQR, em andamento desde final da década de 1970.

¹⁷ http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=166 Acessado em 30/05/2008.

A existência de belezas naturais na região não é negada pela reportagem, mas não recebe nenhum destaque. Um exemplo disso é a listagem de todos os atrativos históricos do município, acompanhados, sempre, por informações sobre as construções ou mesmo sobre as curiosidades a respeito da materialidade. Os atrativos naturais, bem como a possibilidade de lazeres marítimos (o que incluiria os passeios a barco e as pescas submarinas) são mencionados de forma sucinta. Se, na reportagem anterior havia o aconselhamento a visitar as praias e ilhas da região, nesta publicação o foco são as construções históricas de Paraty.

Até o ano de 1984, três outras reportagens foram publicadas sobre a cidade, reforçando o imaginário de sua imutabilidade desde o século XVIII. A eleição de Paraty como cidade histórica tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1953, parece pesar sobre a própria imagem da cidade: ela não poderia ser outra coisa além de uma cidade do século XVIII. Ao mesmo tempo, a aspiração de situá-la como o Patrimônio da Humanidade, concorrendo na categoria Paisagem cultural (posteriormente analisada), parece abrir a possibilidade da cidade conciliar o histórico e o natural. Paraty se torna, deste modo, um discurso estritamente histórico com aberturas para o natural.

No artigo “Velhos sobrados, rua de pedras, sacadas de ferro. Vamos ver, em Parati, como o tempo parou”, de responsabilidade do editor José Roberto Penna, publicado em Janeiro de 1982, o bairro histórico é apresentado como um “núcleo colonial com 16 ruas que se conservou inalterado” (RQR, Janeiro de 1982: 70). Ao turista, bastava reservar 4 horas para conhecer a ilha da Cotia, “onde os escravos inúteis eram lançados ao mar. Na ponta do Bom Jardim há ruínas de um forte que defendia a baía, e na praia do Engenho d’água surge no meio de vegetação, coberto de samambaias”. (RQR, Janeiro de 1982: 70). Após a década de 1970, parece que até as praias, para serem dignas da visita dos turistas, precisam ser praias históricas!

A vocação histórica de Paraty é atestada pelo Projeto Turis. De acordo com a RQR, o projeto mostrava a cidade “tombada pelo Patrimônio Histórico, como excelente pólo de atração turística por suas riquezas históricas e arquitetônicas” (RQR, Junho de 1975: 89). A prática do discurso histórico sobre Paraty, implícita na existência da cidade como Patrimônio Histórico, na tentativa de levá-la ao *status* de Patrimônio Histórico da Humanidade e, atestado no Projeto Turis, é consagrada na publicação da RQR de Outubro de 1983.

A Reportagem “Das Ruas de Parati até as Ilhas de Angra”, de responsabilidade do Editor Renato Modernell, não deixa dúvidas sobre a imagem produzida acerca das cidades: Angra dos Reis é composta por suas ilhas e Paraty é formada por suas histórias.

O mesmo discurso é encontrado na última publicação analisada para a redação do presente texto. Em Novembro de 1984, na reportagem “Alegres Paisagens do passado Parati”, escrito por Ângela Zirollo, novamente a cidade aparece como uma cidade cenário: “E quando se caminha pelas ruas estreitas calçadas de pedra... tudo bem cuidado, tudo tão preservado, a impressão é de um cenário” (RQR, Novembro de 1984: 149). As ilhas e praias são, inegavelmente, parte deste cenário, mas, como afirma a própria reportagem: “Apesar do mar, a principal atração é a própria cidade”. (RQR, Novembro de 1984: 151). Cidade que funciona como um portal temporal que permite à atualidade encontrar o passado.

O termo cenário, empregado pelas revistas, é bastante emblemático. De acordo com a arquiteta Maria da Glória Lanci da Silva, os espaços urbanos têm sofrido, desde meados do século XX, um processo de cenarização planejada que visa a atender às expectativas do mercado (Silva, 2004:15). A cenarização seria um fenômeno global, no qual cidades que visam a atrair um determinado número de visitantes investem na composição de uma auto-imagem que poderia ser facilmente identificada pelo turista. Cria-se, dessa forma:

“uma espécie de ‘arquitetura de fachada’ que pode ser verificada no espaço urbano, identificada por edifícios semelhantes em forma, dimensão e partido projetual, mas diferenciado por ornamentos que podem ser modificados ao sabor da moda ou segundo temas específicos”(Silva, 2004: 22/23).

Nesse jogo de cenários, o contexto ambiental-paisagístico realçaria a auto-imagem das cidades. No caso específico do Brasil, teríamos sete categorias de cenários: cenários europeus, cidades históricas, praias urbanizadas, praias rústicas, cidades do interior, complexos turísticos e centros metropolitanos (Silva, 2004: 64). Como exemplos de cada uma dessas categorias poderíamos citar, respectivamente: Campos de Jordão (SP); Ouro Preto (MG); Santos (SP); Jericoacoara (CE); Aparecida (SP); Costão do Santinho (SC) e, por último, a cidade de São Paulo (SP). Apesar de essas categorias apresentarem características bem definidas, seria possível uma mesma cidade diversificar a sua cenarização, como o município de Paraty, que, para a autora, se apresenta como Cidade Histórica, mas também se constituirá por suas praias rústicas.

De acordo com Silva, as praias rústicas estão associadas à valorização do imaginário dos ambientes naturais preservados ou que abrigam a convivência não destrutiva entre o Homem e o seu entorno. Neste grupo estão as praias “selvagens”, ou seja, pouco freqüentada pelos seres-humanos, as vilas dos pescadores, pequenos distritos urbanos e cidades (Silva, 2004: 79). As praias rústicas formam o contra-exemplo das praias urbanizadas ou cidades litorâneas abarrotadas de moradores e turistas sem nenhuma estrutura básica para suportar a existência de grupamentos humanos. É importante destacar que não necessariamente são ambientes que permitem a realização de uma vida marcada pelo equilíbrio entre o Homem e a Natureza, mas, parecem possibilitar a convivência harmoniosa.

O cenário da praia rústica é criado a partir da utilização de objetos e técnicas construtivas consideradas rudimentares, em especial, com o emprego de uso de materiais “naturais” e preservação das matas nativas no ambiente. Para a autora, muitas das praias

rústicas não passam de apelos comerciais onde é possível encontrar condomínios turísticos residenciais com o “mesmo padrão urbano e arquitetônico do existente nas grandes cidades, com o mesmo conforto, mas com detalhes do despojamento estético da praia rústica” (Silva, 2004:79-80).

As praias de Paraty indicadas pela RQR são marcadas pela rusticidade e pela historicidade. Tanto as praias como as ilhas do município são assinaladas pela revista por serem de difícil acesso, marcadas pela imensa beleza natural, propiciarem o esquecimento do tempo do relógio e por terem presenciado algum fato histórico ou mesmo alguma lenda acerca do próprio município. A cidade de Paraty, como uma cidade histórica, possui todos os seus ambientes narrados e escolhidos para consolidar a auto-imagem do próprio município. Sua vocação torna-se, portanto, uma escolha discursiva.

A partir da análise das RQR foi possível ponderar os imaginários existentes sobre as regiões e, em especial, mapear as rupturas discursivas dentro desses imaginários: no caso específico de Angra dos Reis, até 1983, ela era percebida como uma cidade com muitas histórias para contar. Após essa data, ela se torna especificamente um lugar com inúmeras belezas naturais e poucas histórias. Com Paraty, a inversão se ocorre em outra vertente: de cidade-museu monótona com praias e ilhas interessantes de serem visitadas, até 1977, ela passa a se configurar como a “cidade-cenário” do século XVIII onde até suas praias e ilhas possuem um forte aspecto histórico.

As mudanças percebidas nos imaginários divulgados nas RQR podem ou não encontrar consonância com os discursos das próprias secretarias de turismo analisadas. Para que possamos entender onde as tramas narrativas das RQR e das instituições públicas se encontram ou se distanciam é necessário analisar os próprios discursos das secretarias de turismo fundadas em Angra dos Reis, em 2004, e em Paraty, em 1979.

CAPÍTULO 4

O AMBIENTE HUMANO E O NATURAL ARQUITETADO PELAS SECRETARIAS DE TURISMO: A HISTÓRIA, CULTURA E NATUREZA.

“(…) há mais *vida* complexa no que se denomina ambiente do que a capacidade de estruturar o conceito pelos caminhos disciplinares da ciência moderna. Muito dessa *vida* complexa parece escapar do foco restrito das estruturas do pensamento moderno. Trata-se, muitas vezes, de uma vida – interior, invisível, de natureza plástica e etérea, híbrida –, que, repleta de movimentos simultâneos estimulados pelo acaso e desenhando a imagem de caos, reclama, para a sua representação ou interpretação, pela invenção de adjetivos, qualificações, metáforas, além de desafiar a ingênua definição objetiva;”

Hissa, Cássio Eduardo Viana, “Ambiente e Vida na Cidade”. In: Brandão, Carlos Antônio Leite (org). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 83.

ANGRA DOS REIS E SEUS ATRATIVOS HISTÓRICOS E NATURAIS

Como resultado da pesquisa encomendada pela Turisangra ao SEBRAE em 2006, a cidade de Angra dos Reis foi reorganizada em cinco corredores turísticos: Ponta Sul, Contorno, Centro, Ponta Leste, Ilha Grande e Ilhas. A divisão do município em áreas turística foi realizada para facilitar a administração e a elaboração de publicidades específicas para cada área. Para todos esses corredores foram elaboradas listagens dos serviços oferecidos na região e dos atrativos turísticos locais. Na imagem abaixo, é possível localizar os corredores turísticos indicados na própria página da Turisangra.



A imagem acima abre a página da Turisangra que apresenta o turismo na região. Cada uma das cores utilizadas no mapa refere-se a uma área turística. A mancha amarela representa, por exemplo, Ilha Grande. (Fonte: <http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/index.aspx> Data de acesso: 05/06/2008).

Além de um Guia de Serviços para cada uma das regiões destacadas, a Turisangra criou uma listagem dos atrativos Histórico-Culturais e Naturais. A autarquia emprega-se de uma distinção entre um universo Humano, ou histórico-cultural, e, paralelamente, um universo Natural, como se este fosse isolado das ações humanas. Cria, desta forma, uma categorização arbitrária do universo que ela própria divulga.

Pela grande extensão dos corredores turísticos e pela variedade de elementos que cada área apresenta para ser analisada, foi necessário recortar as áreas de investigação para a produção deste trabalho. Dentre os cinco corredores, três passaram por análise¹⁸. O primeiro corredor escolhido para a pesquisa foi a “Região Central”. A escolha desse ambiente foi motivada pelas descrições realizadas pelo trabalho desenvolvido pelo SEBRAE (2006). No

¹⁸ Os outros corredores turísticos não foram objetos de análise por uma questão de tempo para a pesquisa de doutorado e por repetirem os poucos atrativos associados à região da Ponta Sul. A lógica de estruturação dos discursos sobre essas áreas, no entanto, é a mesma repetida nos demais corredores.

relatório produzido pela instituição, a Região Central de Angra dos Reis é descrita como a de maior concentração de atrativos históricos do município e nenhum atrativo natural. Por essas características, de acordo com o relatório, a região receberia um grande número de turistas que se utilizariam da área apenas como zona de passagem para o “verdadeiro” turismo de Angra dos Reis: as ilhas.

A narrativa desse ambiente como sendo estritamente histórico, apesar da existência de praias, montanhas e outros itens que a própria Turisangra classifica, para outras regiões, como sendo “naturais”, tornou a região objeto de estudos. Afinal, como um ambiente histórico seria construído? Quais elementos ele precisaria ter para se configurar como um ambiente estritamente Humano versus um ambiente exclusivamente Natural?

Se a Região Central seria Humana e histórica, logo a sua frente estaria o paraíso Natural: Ilha Grande. Reconhecida pela pesquisa SEBRAE (2006) como a região de maior potencial turístico em Angra dos Reis, a Ilha é apresentada como o local para a realização do ecoturismo, turismo náutico, *trekking*, caminhadas em trilha e mergulhos; atividades que se configurariam como a “grande força motriz do turismo na Ilha Grande” (Plano Diretor Angra dos Reis, 2007). Na região haveria também algumas possibilidades do turismo histórico, representados, em especial, pela “Igreja de Santana, Mansão do Morcego, Farol dos Castelhanos, Ruínas do Lazareto e as Ruínas do Antigo Aqueduto, além de saborosas histórias de piratas” (Plano Diretor Angra dos Reis, 2007). Por se constituir como fonte do turismo do ambiente natural de Angra dos Reis, a Ilha, que é o destino de quase 54% (Plano Diretor Angra dos Reis, 2007) dos turistas da região, também se tornou foco da presente pesquisa; como se constrói um ambiente como potencialmente “natural”? Que elementos devem ser destacados ou ignorados nas narrativas sobre o local?

Por último, como uma região intermediária entre o centro e Ilha Grande, foi escolhida para análise a região da Ponta Sul do município. A área faz divisa com o município de Paraty e, de acordo com as pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2006), possui um pequeno potencial natural, representado por algumas praias, e um quase inexistente turismo histórico. O curioso é que na região, quase ignorada pelas pesquisas do SEBRAE, foram instaladas as Usinas Nucleares de Angra dos Reis, que possuem escritórios, programas e funcionários também no município de Paraty. Na região, estão em andamento trabalhos de investigação arqueológica e Arqueologia Pública patrocinados pela Eletrobrás Termonuclear SA (ELETRONUCLEAR), em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sob a coordenação da Prof. Dra. Nanci Vieira de Oliveira, que envolvem moradores tanto de Paraty como de Angra dos Reis. A região da Ponta Sul se configura como uma área onde podemos transitar entre os dois municípios analisados e entender os elementos que são destacados e silenciados em cada discurso oficial sobre a região.

A pesquisa SEBRAE e o Plano diretor elaborado para o município de Angra dos Reis estão intimamente ligados com os textos produzidos pela Turisangra para incentivar o turismo na região. Afinal, eles forneceram os dados sobre o que os turistas consideravam como sendo importante na cidade, bem como informações sobre as avaliações dos turistas acerca dos serviços prestados em cada uma dessas zonas. A partir dessas pesquisas, a Turisangra compôs narrativas sobre a própria cidade, criando uma imagem oficial e, conseqüentemente, uma memória oficial, para Angra dos Reis.

A memória oficial de Angra transita entre dois ambientes: histórico cultural e natural. Os atrativos do ambiente histórico-cultural foram categorizados pela Turisangra em cinco possíveis tipos, independente do corredor turístico: 1) igrejas; 2) casarões; 3) monumentos; 4) festas e 5) danças.

Para o ambiente natural, o número de categorias é o mesmo do existente no ambiente histórico, ou seja, há cinco grandes grupos: 1) Praias; 2) Cachoeiras; 3) Mergulho; 4) Ecoturismo e 5) Turismo de Aventura. A diferença se concentra, porém, nas subdivisões existentes em algumas categorias.

Dentro do grupo do mergulho, o turista encontra três subcategorias: Mergulho em Naufrágio, Costão ou Caverna. O mesmo se aplica para o Ecoturismo e o Turismo de Aventura. Dentro do Ecoturismo há a subcategoria Trilhas e, para o turismo de aventura, é possível escolher entre: Bike; Surf; Vôo Livre; Skate; Rapel e, por último, Rafting.

Mais do que as subdivisões existentes para os atrativos naturais, o que causa estranhamento é a estruturação das categorias. Ao lado das praias e cachoeiras, a categoria mergulho refere-se a ações humanas (mergulhar), feitas em um ambiente natural, no caso, o mar, para observar, além das belezas marítimas, vestígios de acidentes e construções realizadas pelos próprios homens, em especial, naufrágios. O mergulho concilia ações humanas em ambientes que são “essencialmente” naturais, ou seja, que foram originalmente criados por Deus ou por outros contextos não humanos. Apesar da “essência natural”, criada discursivamente a partir de textos religiosos, mesmo estes ambientes são constantemente alterados ou modificados pelo Homem. E nesses ambientes é possível encontrar os vestígios humanos, por exemplo, as embarcações ou aeronaves naufragadas. Se o mergulho traz interseções das ações humanas e naturais, porque ele está localizado nos atrativos naturais?

A mesma pergunta é realizada para o turismo de aventura. A categoria é composta por ações humanas (Bike; Surf; Vôo Livre; Skate; Rapel e Rafting) que podem acontecer em uma diversidade de ambientes, sejam eles tido como naturais ou artificiais, por exemplo, praças, fazendas, parques de diversões, entre outros. O turismo de aventura, assim como o mergulho,

não é uma categoria essencialmente natural. Mas, dentro da narrativa da Turisangra, ambas são transformadas em características de um ambiente natural apto a receber turistas.

O mesmo ocorre com a categoria ecoturismo. Para as estudiosas Heloisa Bruhns e Célia Serrano, a atividade pode ser definida como viagens realizadas “por áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas” (Bruhns e Serrano: 1998, p.387). A atividade poderia ocorrer em inúmeros ambientes naturais listados pela Turisangra, mas se tornam sinônimo exclusivo de trilhas. A princípio, são afastadas das praias, das cachoeiras, dos mergulhos e do turismo de aventura para compreender passeios realizados a pé por áreas protegidas por matas densas. Apesar do esforço da Turisangra para criar um item “ecoturismo”, na prática ele acaba por esbarrar em outros itens da lista de atrativos naturais do município. Isto porque, no caso de Angra dos Reis, é difícil desconectar trilhas de praias, de cachoeiras, de mergulhos, da significação do turismo de aventura ou mesmo da ação humana.

A fragilidade destas categorias e, o uso que se faz delas, indica a impossibilidade de repartir o mundo em duas esferas estanques: ou natural ou histórico cultural. Apesar da possibilidade de compreender o mundo de forma mais flexível e complexa, a Turisangra opta por trabalhar com as duas categorias para, didaticamente, apresentar-se ao turista. Não importam as conseqüências destas categorizações no imaginário humano sobre o ambiente, arbitrariamente seccionado: mais vale oferecer ao turista uma pluralidade de ações que possam ser adquiridas. Apresentar diversas formas de turismo segmentado parece garantir um maior número de visitantes no município.

Mas se há pluralidade de atrativos, como é possível gerar uma identidade vocacional para a cidade? A resposta se encontra em como estes atrativos, naturais e histórico-culturais,

são vinculados a determinados corredores turísticos. Para a Região Central, por exemplo, apesar de existirem praias, trilhas, vegetação e outros atrativos considerados naturais, ganham destaques apenas seus aspectos histórico-culturais.

Para a região de Ilha Grande, antítese do centro da cidade, assinala-se poucos atrativos histórico-culturais. E, os que existem, são classificados dentro do campo do ambiente natural. As categorias continuam arbitrárias, mas discursivamente, Angra dos Reis se torna o paraíso ambiental. Ela cumpre, deste modo, sua vocação; por localizar-se em meio a tantas belezas naturais (ou seriam também histórico-culturais?) não haveria outra opção além de ser um paraíso ambiental.

A identidade de paraíso ambiental é facilmente vendida aos turistas. Angra dos Reis cria para si uma “marca” que a define e a distingue de outros lugares como, por exemplo, de Paraty. Como ambiente natural a cidade pode ser facilmente reconhecida “por turistas, moradores e pela própria indústria turística” (Silva: 2004, p. 22 – 23).

Nas páginas que se seguem, analisamos como, apesar de trabalhar com a noção de vocação turística associada à idéia de Natureza, a Secretaria de Turismo também oferece a outras possibilidades de lazer aos visitantes.

IGREJAS, CASARÕES, MONUMENTOS, FESTAS E DANÇAS: A ALMA HISTÓRICA E CULTURAL DE ANGRA DOS REIS.

A distribuição dos atrativos históricos e naturais para a Região Central é bastante desequilibrada. De todos os corredores turísticos de Angra dos Reis, esta região é a que concentra o maior número das construções histórico-culturais, transformando-se, assim, em um ambiente majoritariamente histórico. De acordo com o *Guia do Turista*, o visitante pode visitar os seguintes pontos históricos permanentes:

O Histórico do corredor turístico Centro, Angra dos Reis, Turisangra

Igrejas	Casarões	Monumentos
Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco (século XVIII)	Biblioteca Municipal Professor Guilherme Briggs (Sem Data)	Chafariz da Carioca (século XIX)
Convento São Bernardino de Sepa (século XVII)	Casa da Cadeia Pública/ Câmara Municipal de Vereadores (século XVII)	Chafariz da Saudade (século XX)
Nossa Senhora da Boa Morte (século XVIII)	Casa de Cultura (século XIX)	Chafariz Marquês de Herval (século XIX)
Nossa Senhora do Carmo (século XVII)	Prédio do Governo Municipal (século XIX)	Conjunto da Praça General Osório (século XVIII)
Capela de Santa Luzia (século XVII)	Sobrado da Ladeira de Santa Luzia (século XVIII)	Espaço Angra (Sem Data)
Nossa Senhora da Conceição (século XIX e XX)	Sobrado da Praça General Osório (século XIX)	Imagem de Nossa Senhora da Conceição (século XVII)
	Sobrado Laranjeiras (século XIX)	Mercado de Peixe (século XX)
		Mercado Municipal (Sem Data)
		Relógio do Convento de São Bernardino de Sena (século XVIII)

A tabela acima foi produzida a partir das informações do *Guia do Turista*, produzido e divulgado pela Turisangra.
Fonte: http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra/turis_guiia.asp

A instituição faz uma diferenciação não justificada entre as Igrejas, Casarões e Monumentos. As igrejas, todas católicas, compreenderiam apenas as construções com finalidades litúrgicas. Porém, a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, está indicada como um monumento. Ao mesmo tempo, o conjunto da Praça General Osório, composto por casarões, é consagrado como monumento.

A hipótese poderia se centrar na explicação de que toda construção com a finalidade de sediar uma liturgia oficial católica é categorizado como igreja. Por outro lado, casas isoladas referentes aos séculos passados configurar-se-iam como casarões. Já construções, pequenas ou grandes, que, por algum motivo, poderiam representar maior importância para a história da cidade, ganham o destaque como monumento. A escolha daquilo que pode ser importante para a cidade, no entanto, parece bastante arbitrária.

Dentro da categoria monumento, por exemplo, encontramos a própria Usina Nuclear de Angra dos Reis. Ela estaria dentro dessa categoria por sua importância econômica ou social? Pela dimensão de sua construção? Pelo impacto ambiental que sua edificação causou? Não há uma explicitação sobre os instrumentos para a categorização de cada construção em determinado grupo, mas há a prática de separação e catalogação das construções ditas históricas.

Na região de Ilha Grande, a tabela possui um menor número de elementos nas categorias casarões e monumentos, mas um maior número de Igrejas.

O Histórico de Ilha Grande, Angra dos Reis, Turisangra

Igrejas	Casarões	Monumentos
Cosme e Damião (Sem Data)	Casa de Cultura (Sem Data)	Farol dos Castelhanos (século XX)
Espírito Santo (Sem Data)		Mansão do Morcego (século XVII)
Nossa Senhora da Lapa (Sem Data)		Ruínas da Praia de Parnaioca (Sem Data)
Nossa Senhora Mãe dos Homens (Sem Data)		Ruínas do Lazaretto (século XIX)
Sagrado Coração de Jesus (Sem Data)		
Santa Cruz		

(Sem Data)		
São Benedito (Sem Data)		
São Pedro (Sem Data)		
São Sebastião (Sem Data)		
Senhora Santana (século XVIII)		
Senhora Santana (Lopes Mendes) (Sem Data)		

A tabela acima foi produzida a partir das informações do *Guia do Turista*, produzido e divulgado pela Turisangra.
Fonte: http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra/turis_gui.asp

Por último, na ponta sul de Angra dos Reis, podemos encontrar uma menor quantidade de pontos turísticos assinalados.

O Histórico da Ponta Sul, Angra dos Reis, Turisangra

Igrejas	Casarões	Monumentos
Capela Nossa Senhora de Amparo (século XX)	Núcleo Histórico da Vila de Mambucaba (século XVIII)	Casa da Fazenda do Pontal (século XIX)
Nossa Senhora do Rosário (século XIX)		Ruínas do Engenho Central de Bracuhy (Sem Data)
		Usina Nuclear – Eletronuclear (Sem Data)

As três tabelas possuem como organizador as categorias Igrejas, Casarões e Monumentos. Esse critério arbitrário permite a construção de uma homogeneidade do que seria o histórico de Angra dos Reis. Na primeira categoria, encontramos apenas a indicação de Igrejas cujas datas de fundação variam entre o século XVII e o XX. Trata-se apenas de Igrejas Católicas, escolha que leva a exclusão de qualquer outra possibilidade de culto religioso dentro

da memória oficial de Angra dos Reis. Igrejas Protestantes, Centros Espíritas, Terreiros de Umbanda, entre outras expressões religiosas, apesar de existentes no município, não são configuradas como pertencentes ao que deve ser lembrado da cidade.

Para o historiador e arqueólogo Pedro Paulo A. Funari, a escolha da preservação dos edifícios de igrejas coloniais está intimamente ligada à importância que essa instituição teve durante todo o período de colonização no Brasil e em todo o resto da América Latina. Muitas vezes, esses edifícios eram construídos sobre símbolos ou locais importantes para as culturas que existiam no território muito antes da chegada dos europeus (Funari, 2007, p.60). Deste modo, pode-se inferir que as igrejas católicas são dotadas de significados: elas são a materialidade da presença europeia em um território que se configuraria como a nação brasileira. Dentro de uma valorização histórica eurocêntrica, os edifícios católicos tornam-se dignos de serem comemoradas no presente e no futuro por nos lembrarem como temos uma herança europeia; possuiríamos algo em comum com o velho continente.

Na categoria casarões, estão citados prédios que tiveram finalidades públicas, por exemplo, a Cadeia, Governo e Câmara Municipal, e, um conjunto de prédios particulares construídos até o século XIX. Esses prédios possivelmente pertenciam a uma elite angrense, por serem grandes construções localizadas em locais de destaque até o século em que foram constituídos. Nas listagens realizadas para o turismo histórico das áreas analisadas não há referências às construções destinadas a residência de pessoas com um menor poder aquisitivo, seja no passado ou no presente. Mesmo no núcleo histórico de Mambucaba, datado do século XVIII, os pontos turísticos são constituídos por vestígios da importância econômica que a vila de Mambucaba detinha por suas lavouras de cana-de-açúcar e, posteriormente, por seu porto, que era responsável pela importação de produtos manufaturados e pela exportação de produtos

agrícolas na região, além de receber, de forma clandestina, no final do século XIX, escravos africanos.

Para os três corredores turísticos analisados, há uma consonância de valorização da materialidade que remete ao poder político e ao poder financeiro. A categoria “casarões”, criada pela Turisangra, assinala prédios públicos e da elite angrense como dignos de serem visitados e, como conseqüência, de serem percebidos como a memória da cidade. Essa prática de valorização de poderes exclusivos a determinados grupos sociais não é novidade na política patrimonial brasileira. Como afirma o sociólogo Octávio Ianni, estamos acostumados a considerar como patrimônio a arquitetura, música, pintura e outros elementos pertencentes ao universo das famílias aristocráticas (Ianni, 1988: 82-83). A novidade trazida pela Turisangra é a clivagem entre os casarões e as igrejas católicas em relação ao suposto monumento.

No interior do grupo de monumentos podemos encontrar conjuntos de casarões, mercados, farol, imagens religiosas, ruínas de ocupação de determinadas praias e de hospitais-presídios (Lazareto), chafarizes, a própria Usina Nuclear e seu espaço destinado à divulgação do potencial positivo e de “baixo impacto ambiental” da Energia Nuclear (Espaço Angra). Mas o que seria um monumento?

As discussões historiográficas acerca da conceituação de monumento advêm do final do século XVIII, atreladas aos debates acerca da definição de patrimônio. Para o historiador da arte Aloïs Riegl, que viveu na segunda metade do século XIX, o monumento era uma representação de um período da História ou da Arte. Os monumentos seriam marcados por intencionalidades, ou seja, seriam “criados pela vontade de alguns visando, sobretudo a exaltação patriótica e/ou a comemoração de um evento importante e, por isso, possuidores de um ‘valor de rememoração intencional’” (Rodrigues, 2006: 4).

Quase cem anos após a definição de monumento de Riegl, o historiador francês Jacques LeGoff aproximou as definições de monumento e documento. Para ele, para a compreensão do sentido do monumento seria imprescindível retomar a própria filologia da palavra:

“A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, donde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta hujus ordinis* (...), designa os actos comemorativos, quer dizer; os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LeGoff, 1985: 95).

Assim, o monumento seria tudo aquilo que poderia evocar o passado. Essa evocação, contudo, não seria constituída por uma neutralidade. Ao contrário, um monumento seria sempre fruto de escolhas, conscientes ou não, da história, época ou sociedade que o produziu. Em sentido bastante próximo ao de monumento, o documento seria aquilo que poderia trazer algum “testemunho ou ensinamento” (LeGoff, 1985: 103). Esses testemunhos, todavia, também gozariam de intencionalidades implícitas. Assim como o monumento, o documento resultaria do “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias (...)” (LeGoff, 1985: 103).

Dentro das teorias históricas pós-modernas, os documentos-monumentos perdem a função de testemunho ou ensinamentos: a história não analisa o passado com o intuito de refletir sobre o presente e construir um futuro supostamente melhor. Ao invés disso, é o próprio presente que é percebido como um construtor do passado, por isso, não há

ensinamentos. A história passa a ter como possibilidade a análise de si própria, o que permitiria a compreensão da constituição de determinadas regras discursivas, com suas práticas, que orientam as ações humanas dentro de contextos específicos.

Nesse sentido, o monumento é percebido como uma escolha, feita por autores específicos, com intenções bem delimitadas. O intuito não é analisar o que eles nos ensinam como, por exemplo, datas de fundação, nomes de pessoas ilustres, entre outros, mas, quais símbolos eles podem representar para a constituição de uma memória coletiva. Por isso, o monumento, como defendia o próprio LeGoff, não se limita a um objeto, mas sim, pode compreender, portanto, todos os documentos usados pelo historiador.

Os monumentos de Angra dos Reis, definidos pela própria Turisangra, remetem a memórias pouco explicadas, mas pertencentes a grupos específicos. Nos três corredores turísticos os seguintes monumentos são listados:

Monumentos Centro de Angra dos Reis, Turisangra

Monumentos – Centro da Cidade
Chafariz da Carioca (século XIX)
Chafariz da Saudade (século XX)
Chafariz Marquês de Herval (século XIX)
Conjunto da Praça General Osório (século XVIII)
Espaço Angra (Sem Data)
Imagem de Nossa Senhora da Conceição (século XVII)
Mercado de Peixe (século XX)

Mercado Municipal (Sem Data)
Relógio do Convento de São Bernardino de Sena (século XVIII)

Monumentos Ilha Grande, Turisangra

Monumentos – Ilha Grande
Farol dos Castelhanos (século XX)
Mansão do Morcego (século XVII)
Ruínas da Praia de Parnaioca (Sem Data)
Ruínas do Lazaretto (século XIX)

Monumentos Ponta Sul, Turisangra

Monumentos – Ponta Sul
Casa da Fazenda do Pontal (século XIX)
Ruínas do Engenho Central de Bracuhy (Sem Data)
Usina Nuclear – Eletronuclear (Sem Data)

No centro da cidade, as memórias consolidadas como monumentos, ou seja, que foram escolhidas para serem lembradas se destacando dos simples casarões ou igrejas, remetem às histórias de amor cortês, à religiosidade, à grandiosidade ou mesmo à segurança do município. Os três primeiros monumentos destacados são Chafarizes construídos em distintas épocas. Um

chafariz possui como função o abastecimento de água à população da cidade. Os três chafarizes destacados, no entanto, além de terem fornecido água aos moradores de Angra dos Reis estão permeados de histórias fantásticas.

O Chafariz da Carioca teria sido construído em 1842 e teria testemunhado a dor de uma moça apaixonada. Diz a lenda, bastante popular na cidade, que uma jovem bastante enriquecida teria se apaixonado por um poeta. A família teria proibido o namoro. Mesmo com a proibição os jovens se encontravam no Chafariz da Carioca. Porém, com o romper da Guerra do Paraguai, o poeta teria sido obrigado a lutar na guerra onde teria morrido. Com a notícia da morte do amado, a jovem teria passado a chorar todos os dias no Chafariz. A dor seria tão grande que ela também faleceu. Logo após a morte da jovem, vultos de um casal apaixonado teriam sido visto às noites no Chafariz. Seria o amor resistindo à morte e assombrando os angrenses. A lenda afirma que o amor presente na água do Chafariz seria tão grande que os visitantes das cidades que dali beberem se apaixonariam por Angra dos Reis e da cidade nunca se afastariam!

O monumento ao amor impossível em vida, mas concretizado após a morte é acompanhado por outros dois chafarizes: o Chafariz da Saudade e o Chafariz Marquês de Erval. O primeiro teria sido construído, de acordo com a Turisangra, apenas em 1971, mas seu projeto é datado de 1863. Ele teria sido desenhado, como afirma a autarquia, para perpetuar a memória da visita do Imperador Dom Pedro II à cidade no dia seis de dezembro daquele ano. O porquê ele não foi construído no século XIX, mas sim no final do século XX, não é explicado pelo *Guia do Turista* elaborado pela Turisangra¹⁹.

¹⁹ Sobre a construção do Chafariz da Saudade há uma imensa divergência de datas. Para a Turisangra o Chafariz foi construído apenas em 1971, mas, para o historiador angrense Alípio Mendes o chafariz foi inaugurado em 1871 como um elogio ao Imperador Pedro II que teria visitado a cidade quatro vezes. Como nossa fonte documental principal é o discurso arquitetado pela Turisangra, escolhemos trabalhar com a data de 1971, mesmo considerando a possibilidade de ela não estar correta. Para outras informações sobre a construção do Chafariz da Saudade, em especial sobre as dificuldades

No final do século XX, a memória da monarquia e do império brasileiro, extintos há quase cem anos, teria se tornado politicamente menos espinhosa e motivo de orgulho para uma cidade que recebeu o imperador. A cidade, dentro dessa linha argumentativa, teria sido tão importante e bonita que até o imperador a teria visitado! A construção do Chafariz da Saudade se configuraria desse modo como consolidação da auto-imagem da cidade. Resta a dúvida se a Saudade que nomeia o chafariz foi deixada por Dom Pedro II aos angrenses ou por Angra dos Reis ao imperador do Brasil.

O terceiro monumento da Região Central de Angra dos Reis, o Chafariz Marquês de Erval, foi construído pela Câmara Municipal em 1881, sendo restaurado pela prefeitura municipal em 1980. O *Guia do Turista*, elaborado pela Turisangra, não fornece outras informações sobre o chafariz, além da data de sua construção e restauro. É importante notar, no entanto, que o Marquês de Erval, ou General Osório, nascido em Santa Catarina, foi o único brasileiro que acumulou os títulos de barão, visconde e marquês. Sua participação na Guerra do Paraguai o tornou patrono da Arma de Cavalaria do Exército brasileiro. O chafariz foi construído pouco mais de dois anos após a sua morte (1879) com a intenção de reconhecer o “herói” Marquês de Erval.

Dos três chafarizes assinalados, dois, o da Saudade e do Marquês de Erval, possuem histórias não exploradas pelo *Guia do Turista*. Caso o visitante sinta-se instigado a investigar os monumentos, ele precisaria recorrer a outras fontes de informações para compreender a memória que está sendo exaltada por essas construções. Questiona-se, por isso, a própria função dos chafarizes como monumentos. Quais seriam as rememorações intencionais ali presentes? O amor do passado, a visita de Pedro II à cidade e uma construção chamada de

financeiras e na escolha do local para a construção do Chafariz, podem ser encontradas na obra: Ouro, Incenso e Mirra de Alípio Mendes (1970).

Marquês de Erval? A memória dos Chafarizes que abastecem a cidade? Ou porque são construções “velhas”, “oficiais” e conservadas e, por isso, monumentos?

A dificuldade do entendimento sobre o que é percebido ou construído como um monumento pela Turisangra permanece em todas as outras materialidades assinaladas como pontos turísticos histórico-culturais. O conjunto da Praça General Osório, datado do século XVIII e tombado pelo SPHAN, em 1969 e 1970, é definido como monumento por sua “conotação histórico-urbana que apresenta, além do apuro da construção a grandiosidade da concepção”²⁰. Mas, como seria possível traduzir essa definição de monumento da Praça General Osório para o leitor do *Guia do Turista*? Podemos inferir que as construções da praça foram definidas como monumentos por remeterem a uma arquitetura praticada pela elite da cidade durante o período colonial brasileiro. Outras arquiteturas celebradas estariam impressas no Mercado de Peixe, construído no início do século XX, e o Mercado Municipal, cuja data de construção não é mencionada pelo *Guia do Turista*.

Esses monumentos assinalados poderiam ser compreendidos como exemplos materiais da importância econômica ou mesmo cultural que a cidade teria desfrutado no passado. O Relógio do Convento São Bernardino de Sena, também indicado como um monumento de Angra dos Reis, tombado pelo SPHAN em 23/07/1947, incorporar-se-ia nessa categoria de materialidade que almeja atestar um passado esplendoroso. O relógio, localizado na torre sineira do Convento, teria sido adquirido na Alemanha e montado no Convento no ano de 1763. Em funcionamento, o relógio seria o testemunho da riqueza angrense.

À riqueza do passado da cidade é acrescentada a religiosidade. Dois monumentos, o Cruzeiro e a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, constituiriam a possibilidade de rememoração da fé católica. O Cruzeiro, localizado na ladeira que dá acesso ao Convento de

²⁰http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=220&ds_tipo=Monumentos&id=6. Acesso em 01/06/2008.

São Bernardino de Sena, foi esculpido em mármore de Lioz, que teria sido doado, em 1758, pelo Rei D. José I de Portugal ao convento de São Bernardino de Sena. Junto com o convento, o Cruzeiro se tornou uma das imagens históricas oficiais da cidade, já apresentadas pelas reportagens produzidas pela RQR. O segundo monumento religioso, a escultura de Nossa Senhora da Conceição, localiza-se no altar-mor da Igreja Matriz de mesmo nome. A imagem teria sido tombada como patrimônio histórico em 01/12/1954 e, de acordo com a Turisangra, estaria ligada à Lenda da Padroeira.

Apesar da autarquia responsável pelo turismo no município afirmar que a imagem de Nossa Senhora da Conceição relaciona-se à Lenda da Padroeira, não há explicações para o leitor do *Guia do Turista* sobre qual seria a lenda citada. A explicação sobre o monumento precisa ser pesquisada fora do texto produzido pela Turisangra. De acordo com o historiador Alípio Mendes, um apaixonado pela cidade de Angra dos Reis e responsável pelo levantamento dos “personagens e histórias ilustres angrenses” (Mendes, 1970: 16), a história da chegada da Virgem Conceição à Angra dos Reis seria a prova de um verdadeiro milagre.

Em oito de Dezembro de 1632, as águas azuis e calmas da baía de Ilha Grande teriam se tornado bravias e escuras. Uma grande tempestade teria jogado sob as areias do porto da Vila um imenso veleiro. A tempestade só teria parado quando o barco aportou. A embarcação estaria toda danificada e o seu capitão desesperado para recuperar o navio e seguir para Itanhaém. Sua carga era preciosa; o navio levava a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que havia sido doada pela Condessa Dona Mariana de Souza Guerra, donatária da Capitania de São Vicente, para a vila de Itanhaém. O esforço para a reconstrução do navio foi rápido. No mesmo dia, o veleiro tentara sair da Vila de Angra dos Reis, mas enquanto ele se afastava do porto, o tempo logo se fechava e o mar se agitava. O mau tempo teria obrigada a embarcação a voltar para o porto. O capitão ainda tentou sair da Vila por mais uma vez, mas a resposta do

tempo teria sido a mesma: tempestade e escuridão. Após três tentativas sem nenhum sucesso, o próprio capitão e os moradores da Vila passaram a acreditar que a Nossa Senhora da Conceição havia escolhido Angra dos Reis como sua nova morada. Após entendida a escolha de Nossa Senhora, o tempo não mais se fechou. Nossa Senhora da Conceição tornava-se padroeira da Vila de Angra dos Reis e sua imagem nunca mais teria saído da cidade.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição, junto com o Cruzeiro, também simboliza o passado colonial e católico da cidade. Não necessariamente pelas explicações fornecidas pela Turisangra, mas por serem elementos já reconhecidos como pertencentes a um universo religioso católico. Como a autarquia não produz explicações sobre os seus monumentos, para os turistas que visitam a cidade, os monumentos não necessariamente são carregados de memórias locais. Ao contrário, eles passam a configurar simbologias de uma cultura geral, seja ela do catolicismo ou da elite de Angra dos Reis.

Nesta linha argumentativa, o Espaço Angra, como um monumento, para os turistas, pode ser entendido como destituído de sentidos. Localizado em um sobrado no Centro da cidade, o Espaço Angra exhibe, de acordo com o *Guia do Turista*,

“Exposições e filmes sobre energia atômica, construção e operação da usina nuclear de Angra, produção de energia elétrica, meio ambiente e outros, além de esclarecer dúvidas sobre o funcionamento e a segurança da Central Nuclear”²¹.

O espaço seria aberto ao público de Segunda-Feira a Sexta-Feira de 08h00min as 21h00min e aos Sábados de 08h00min as 14h00min. Apesar do horário disponibilizado no Guia, o espaço nunca foi encontrado aberto, durante a pesquisa. Para o turista, portanto, o monumento pode ser compreendido apenas como um prédio comum sem uso. Por outro lado, sua existência sinaliza a instalação de uma Usina Nuclear no município.

²¹ http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=220&ds_tipo=Monumentos&id=6 Acesso em 28/05/2008.

A escolha da Turisangra em eleger esse espaço como um monumento nos permite deduzir a importância da existência da Usina Nuclear na vida cotidiana dos moradores de Angra dos Reis. Afinal, esse seria o espaço para a explicação do funcionamento e dos impactos causados pela empresa e mesmo da explicitação dos itens de segurança da manipulação da energia nuclear. Os impactos do espaço como monumento, todavia, são difíceis de serem equacionados, já que o foco da presente pesquisa não são as percepções de grupos de moradores da cidade sobre seus monumentos e, acrescenta-se a isso, o fato do espaço ter sido encontrado sempre fechado.

A Região Central de Angra dos Reis é configurada pela Turisangra como aquela que possui um maior número de construções materiais que remetem à história local, sejam elas igrejas, casarões ou mesmo monumentos. O significado dessas construções não é explicado ao turista que visita a cidade. Assim como o corredor turístico analisado é eleito como histórico, os atrativos históricos são escolhidos como pertencentes à memória oficial. Não se explica as origens da padroeira da cidade ou, uma igreja católica, pois se pressupõe que todos os visitantes devam conhecê-la. O catolicismo, no entanto, não é algo natural ou inerente às pessoas. Escolhem-se atrativos que acabam por consolidar valores como oficiais. Supõe-se que esses valores sejam parte de um universo maior de informações, consideradas óbvias, dessa maneira, naturalizadas.

No caso específico de Ilha Grande, encontramos quatro monumentos históricos: Farol dos Castelhanos; Mansão do Morcego; Ruínas da Praia da Parnaioca e Ruínas do Lazareto. O Farol dos Castelhanos teria sido construído com tecnologia francesa no ano de 1900. Em toda a costa litorânea brasileira, ele seria um dos mais antigos faróis em funcionamento.

O segundo monumento, denominado A Mansão do Morcego, é uma construção datada do século XVII envolta em histórias lendárias. A única forma de acessá-la seria via mar saindo

da Vila do Abraão. Tombada pelo SPHAN, em 1942, a construção é atribuída ao pirata espanhol Juan de Lorenzo que teria se refugiado na região, e, atualmente, funciona como um pequeno museu e arquivo do escritor brasileiro Mario Peixoto. Em informativos ao turista encontrado na própria Ilha Grande é explicado que a família Breves, a qual pertencia Mário, era formada por grandes produtores de café e, principalmente, por traficantes de escravos. Durante todo o século XVIII e XIX, a mansão teria sido usada pela família para auxiliar em seus negócios. Em 1938, o pai de Mário teria decidido deixar a residência da família, a Mansão do Morcego, para seu filho. O uso da mansão por traficantes de escravos e mesmo a menção da família Breves como traficantes não é realizada pelo *Guia do Turista*.

Nesse mesmo sentido, as Ruínas da Praia da Parnaioca, que também são acessadas apenas via mar, são formadas por vestígios de uma antiga fazenda de café do século XIX. Na fazenda podem ser visitado o que restou da casa principal, senzala e capela. O *Guia do Turista* não aborda os motivos do abandono da fazenda de café. Alguns folhetos locais afirmam que a fazenda também pertencia à família Breves e seu abandono estaria ligado à própria proibição da escravidão e, posteriormente, crise na produção do café geradas pela crise financeira mundial dos anos 1930.

O último monumento de Ilha Grande é a Ruína do Lazareto. Próxima à Vila do Abraão, as ruínas são o testemunho da existência de um Hospital de Isolamento, construído no final do século XIX, para abrigar viajantes que vinham do exterior, contaminados com doenças contagiosas. Os vestígios são compostos não apenas por algumas alas do hospital/presídio que teriam resistido à demolição no ano de 1963, mas também por uma rede de aquedutos que abasteciam o Lazaretto. De acordo com o *Guia do Turista*, o hospital foi visitado por D. Pedro II duas vezes, em 1886 e 1889, o que demonstraria a importância da instituição durante o período Imperial. O hospital funcionou até o ano de 1910. Após esta data, o local foi se

transformando em uma colônia penal, aprisionando, por exemplo, líderes da Revolução Constitucionalista de 1932. No ano de 1963, o presídio do Lazareto foi desativado e parcialmente demolido. Os prisioneiros do Lazareto foram transferidos para a Colônia Penal de Dois Rios, ou Cândido Mendes, construído na mesma ilha.

Em comum com os monumentos da Região Central de Angra dos Reis, os monumentos do corredor turístico da Ilha Grande são descritos de forma sucinta. Há silêncios a respeito da colônia penal Cândido Mendes, sobre as atividades econômicas da família Breves e suas propriedades, bem como sobre os indígenas que habitaram aquela região. Esse silêncio é rompido por folhetos e guias locais, o que nos faz acreditar que o turista de Ilha Grande obtém acesso a essas informações por outros caminhos. A abstenção do *Guia do Turista* acerca dessas memórias, no entanto, nos indicam quais passados são intencionalmente esquecidos pelo órgão responsável pelo turismo na região. Na confecção da memória oficial da cidade se subtrai grupos indígenas, escravos africanos, presidiários e todos aqueles que os cercavam, além de grupos de caiçaras que existem no local, mas que não são mencionados. Valoriza-se, por outro lado e, em consonância com a Região Central de Angra dos Reis, grupos detentores de poderes políticos e econômicos capazes de construir materialidades julgadas bonitas ou mesmo aqueles grupos de pessoas envolvidos em histórias fantásticas: são casarões, igrejas católicas, faróis, ou mesmo, morada de piratas.

Destacar ruínas de fazendas do café e ressaltar a visita de D. Pedro II mostra uma glamourização do passado cafeeiro e imperial, um imaginário de que os tempos imperiais guardam uma aura de beleza incorrupta. Apontar a localização de casas de piratas nas ilhas ou mostrar ruínas antigas mostram a tentativa de associar turismo de aventura à idealização do passado: corsários romantizados e hospitais-prisões visitados pelo imperador, que, por sua presença (duas vezes!), torna o local digno de visita.

Os monumentos erigidos na região da Ponta Sul, ou da Mambucaba, não destoam das escolhas anteriormente realizadas pela Turisangra. Na área, há três monumentos destacados: Casa da Fazenda do Pontal; Ruínas do Engenho Central de Bracuhy e, por último, a Usina Nuclear (Eletronuclear). A casa da Fazenda do Pontal, localizada na BR-101, é descrita pelo *Guia do Turista* como um antigo engenho, datado do século XIX. Para o *Guia*, trata-se de uma “construção rural, típica do interior, sem nenhum elemento arquitetônico especial”²². Nenhuma outra informação sobre a construção, além das descritas acima, é fornecida ao turista. Apesar da indicação de uma construção do “interior” como um monumento, a descrição do edifício como “sem nenhum elemento arquitetônico especial” torna a visita a essa construção pouco convidativa.

O contraste entre as descrições da Casa da Fazenda do Pontal e das Ruínas do Engenho Central de Bracuhy torna-se evidentes não apenas pelo tamanho do texto que é produzido para cada um dos monumentos, mas também pelos elementos destacados como característicos de cada uma das materialidades. De acordo com o *Guia do Turista*, as Ruínas do Engenho Central:

“Está localizada na baixada do Rio Bracuhy, junto ao acesso do Condomínio de mesmo nome. Seu entorno é composto pelas vias de circulação, pelos edifícios do Condomínio e por uma vegetação típica de manguezal. Foi construído nas terras da Fazenda Bracuhy e, na época, era o mais bem equipado engenho do país, graças ao sistema empregado por suas máquinas importadas da Europa. A construção em si lembra a arquitetura típica da Revolução Industrial e, apesar de estar em ruínas, ainda é possível ver fossos subterrâneos e as grossas paredes de engenho. Não existe mais cobertura nem seus equipamentos”.

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=215&ds_tipo=Monumentos&id=1 Acesso em 21/05/2008)

²² http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=215&ds_tipo=Monumentos&id=1 Acesso em 21/05/2008.

Enquanto a Casa da Fazenda do Pontal é apresentada como uma construção sem nenhum elemento arquitetônico especial, as Ruínas do Bracuhy configuram-se como uma possibilidade de acesso à Europa estando no Brasil e, em especial, em Angra dos Reis. O turista, ao visitar a região, poderia conhecer um condomínio de moradias destinado às pessoas com um alto poder aquisitivo, além de visitar o que teria sido um dos mais equipados engenhos do país – composto por máquinas européias – com a configuração arquitetônica típica da Revolução Industrial. Quando comparada às descrições dos monumentos da Ponta Sul, evidenciam-se os referenciais de belo, agradável e, por isso, passíveis de serem valorizados para o turista da região, norteadores da política de turismo da Turisangra. O referencial europeu e, principalmente, do alto poder aquisitivo, é o que pode se tornar esplendoroso e, por isso, digno de pertencer à memória oficial local.

Nessa memória oficial também é inserida a Usina Nuclear. Porém a descrição deste último monumento da Ponta Sul é marcada pela reticência. No *Guia do Turista* é assinalado para o turista que deseja conhecer a Usina:

“No Centro de Informações de Itaorna você pode encontrar um painel eletrônico que mostra como a eletricidade é produzida numa usina nuclear, meio ambiente, etc. Possuindo ainda uma vista panorâmica da Central Nuclear”.

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=215&ds_tipo=Monumentos&id=1 Acesso em 21/05/2008)

O painel eletrônico e a vista da Usina parecem constituir os dois atrativos desse monumento. Contudo, além da informação sobre como seria produzida a energia nuclear, quais seriam as informações que o painel traria sobre o meio ambiente? Quais outras informações estariam contidas no “etc”? Os silêncios e a brevidade na descrição desse monumento indicam o quanto ele pode ser espinhoso para a memória local. Pelas discussões acerca dos impactos

ambientais e pela falta de consenso sobre a viabilidade da geração de energia nuclear, a Usina torna-se, ao mesmo tempo, impossível de ser ignorada e mencionada com descaso. Embora a instalação da Usina Nuclear na década de 1970 e sua inauguração na área de produção de energia comercial, em 1985, resultaram do esforço político do governo federal brasileiro e estadual do Rio de Janeiro, e rendam ao município de Angra dos Reis e Paraty uma expressiva quantia em tributos, ao lado do Espaço Angra, na Região Central da cidade, a Usina configura-se como um monumento difícil de ser compreendido. Em uma seqüência de valorizações de referenciais europeus, católicos, imperiais ou coloniais e dos poderes políticos e econômicos, a Usina destoa por ser polêmica, historicamente recente e sem supostos atrativos arquitetônicos.

Se os poderes políticos, econômicos e os referenciais europeus e católicos são valorizados nas três categorias criadas pela Turisangra para coordenar o ambiente histórico da cidade – igrejas, casarões e monumentos – as festas e danças destacadas pelo *Guia do Turista* trazem novos elementos para a identidade oficial do município.

As tabelas abaixo, construídas a partir das descrições realizadas no *Guia do Turista*, trazem os nomes e as explicações para cada uma das festividades, reconhecidas pela Turisangra, que são realizadas nos corredores turísticos Centro, Ilha Grande e Ponta Sul.

Festas, Centro de Angra dos Reis, Turisangra

Festas - Corredor Turístico Centro	
Aniversário da Cidade (06 de Janeiro)	As comemorações do aniversário da cidade são iniciadas no dia 01 de janeiro e finalizadas apenas no dia 06 do mesmo mês. As festividades são compostas por atos cívicos, apresentação de grupos folclóricos, bandas de música, e outras programações diversas. À zero hora do dia 06, acompanhado da Folia dos Reis, é cortado o imenso bolo de aniversário da cidade.

Ano Novo	As comemorações de Ano Novo são acompanhadas por uma queima de fogos na Praia do Anil e por uma procissão náutica. Na procissão, que é reconhecida como o maior evento náutico da América Latina, os barcos enfeitados tornam-se uma atração pré-canavalesca no mar.
Carnaval	Festa descrita como tradicional na cidade. As grandes atrações seriam os foliões e blocos de rua, entre os mais conhecidos estariam: Reizinho, Imprensa e Nega Maluca. Cada bairro da cidade teria uma programação especial.
Festa da Imaculada Conceição (08 de Dezembro)	Festa para a padroeira da cidade. As comemorações são compostas por: missas, procissão, feirinha e queima de fogos.
Festa do Divino	A cidade comemora a Festa do Divino há quatro séculos. Originalmente, a festa teria sido trazida pelos colonizadores da região dos Açores. Além de missas, o visitante pode encontrar danças típicas como Coquinhos, Jardineiras, Lanceiros, Velhos e Marujos.
Festas Juninas	Realizadas nos bairros e nas escolas públicas e privadas. No centro da cidade encontram-se as quadrilhas tradicionais da região.
Festival de Música 1º Etapa	Primeira etapa da festa tradicional de música popular brasileira. Nessa festa são selecionados os finalistas para a segunda etapa da mesma festividade (que ocorre em Ilha Grande)
São Benedito	Festa realizada na primeira segunda-feira após a Semana Santa. Como São Benedito também é padroeiro da cidade, é realizada procissão para o santo e uma feirinha no centro da cidade.

Tabela construída a partir das informações do *Guia do Turista* virtual:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=226&ds_tipo=Festas&id=6 Acessado em: 03/07/2008.

Festas, Ilha Grande, Turisangra

Festas - Corredor Turístico Ilha Grande

Festa do Mexilhão	Realizada na praia de Araçatiba. A festividade é composta por barracas de comidas feitas com mexilhão, cultivados na região, e apresentações de bandas de músicas variadas.
Festival de Música	Realizado em Julho na Praia do Abraão. O Festival traz importantes nomes da música popular brasileira.

Tabela construída a partir das informações do *Guia do Turista* virtual:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=224&ds_tipo=Festas&id Acessado em: 03/05/2008.

Festas, Ponta Sul, Turisangra

Festas - Corredor Turístico Ponta Sul	
Não há registros	

Tabela construída a partir das informações do *Guia do Turista* virtual:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=221&ds_tipo=Festas&id=1 Acessado em: 03/05/2008.

Danças, Centro, Turisangra

Danças – Corredor Turístico Centro	
Calango	Batalhas verbais dos repentistas em bailes da roça; animados com viola, cavaquinho, pandeiro e sanfona.
Folia de Reis	Composta por duas vertentes: 1) os Reis da Música, formado por grupos de rapazes e moças da alta sociedade que, vestindo trajes típicos da roça, cantam canções consagradas; e 2) os Reis da Viola, formado homens e mulheres, acompanhado de violas, que cantam elogiando os donos da casa que os recebem, personalidade, esposas e filhos.
Jongo, Chiba, Bate Caixa:	Danças originárias da África. Não possuem número definido de participantes. A dança é sempre

	motivada pelos instrumentos de percussão, como tambores ou atabaques, que marcam o ritmo.
Pastorinhas	Grupo de crianças e adolescentes que se vestem de personagens, como, por exemplo, as pastorinhas, e que visitam casas, acompanham a montagem de presépios, cantam nas ruas e acompanham bandas durante o período do Natal até a Folia de Reis.
Serra Velho	Brincadeira realizada no dia 19 de março (dia de São José). Jovens saem às ruas munidos de um serrrote. Em frente às casas dos idosos da cidade, passam a fazer o inventário dos bens e dos filhos da pessoa. Geralmente bem recebidos pelos idosos, os jovens fazem graças e imitam serrar o caixão da pessoa.

Tabela construída a partir das informações do *Guia do Turista* virtual:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=232&ds_tipo=Dan%C3%A7a&id=6

Acessado em: 03/05/2008.

Danças, Ilha Grande, Turisangra

Danças - Corredor Turístico Ilha Grande
Não há registros

Tabela construída a partir das informações do *Guia do Turista* virtual:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=230&ds_tipo=Dan%C3%A7a&id=4

Acessado em: 03/05/2008.

Danças, Ponta Sul, Turisangra

Danças – Corredor Turístico Ponta Sul
Não há registros

Tabela construída a partir das informações do *Guia do Turista* virtual:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=227&ds_tipo=Dan%C3%A7a&id=1

Acessado em: 03/05/2008.

As tabelas anteriores trazem um mapeamento das festas e danças que a Turisangra divulga no *Guia do Turista* para cada um dos corredores turísticos analisados. Nota-se que as maiores concentrações dessas atividades acontecem na Região Central do município. Nela podemos encontrar oito festividades oficiais: aniversário da cidade; ano novo; carnaval; festa da

padroeira; festa do divino; festa junina; festa da música e festa de São Benedito. Com exceção da festa da música e do aniversário da cidade, todas as outras seis festas estão interligadas às comemorações católico-cristãs; heranças de um “catolicismo barroco”.

De acordo com a historiadora Martha Abreu, durante o período colonial, a coroa Portuguesa enviava poucos recursos ao Brasil e, em especial, às Igrejas Católicas. A limitação financeira fez com que as organizações leigas se expandissem por toda a colônia. O resultado foi a criação do “catolicismo barroco”; definido como manifestação cultural que mesclava o catolicismo institucional e sobrevivências pagãs cheias de “superstições e feitiços”. Este catolicismo, herdado por Angra dos Reis, é marcado pelas manifestações espetaculares de fé, demonstradas em pomposas missas, celebradas por inúmeros clérigos, acompanhadas por corais, orquestras, fogos de artifícios e uma multidão de devotos (Abreu: 2004, 1-2).

O *Guia do Turista* pressupõe o reconhecimento dessas festividades por todos os seus leitores já que não explica, por exemplo, em que data ocorre a Festa do Divino ou mesmo o que seria essa festividade. Por outras fontes, o turista pode ser informado que a Festa do Divino ocorre cinquenta dias após a Páscoa e, comemora o dia do Pentecostes: quando o Espírito Santo, sob a forma de “línguas como de fogo”, teria descido do céu sobre os apóstolos de Cristo (At, 2, 1-13). Parte-se da premissa de que não é necessário explicar aquilo que já é um domínio comum entre as pessoas, ou seja, o conhecimento cristão e católico (a Festa da Padroeira, Festa de São Benedito e as Festas Juninas também não são explicadas) por parte do *Guia do Turista*, marca a própria identidade oficial da cidade como sendo católico-cristã.

Nesse sentido, as festividades reforçam a argumentação de que a Turisangra arquiteta uma imagem de Angra dos Reis embasada em uma memória dupla: construída ora sobre as materialidades produzidas por pessoas detentoras dos poderes político e econômico ou sobre as materialidades e crenças católicas e cristãs. Todavia, as festividades listadas pela Turisangra para

o centro da cidade e, mesmo para o corredor da Ilha Grande, trazem um novo elemento construtor de memórias: o povo angrése. Não é possível afirmar quem faria a composição desse bloco homogêneo, mas sabe-se, pela descrição fornecida pelo *Guia do Turista*, que “esse povo”, independente do poder aquisitivo, participa do carnaval, com os blocos de música, das festividades de ano novo, folia de reis e mesmo nas danças como a pastorinha, calango, entre as outras citadas. É notável que na região da Ponta Sul não sejam listadas nem danças nem festas, enquanto que para a região da Ilha Grande, não haveria danças.

Dentro da concepção de ambiente não natural, ou seja, humano, a Turisangra trabalha com cinco categorias formadoras, do que ela denomina, de atrativos histórico/culturais: igrejas, casarões, monumentos, festas e danças. Os três primeiros constituem o universo histórico da cidade, presos às memórias materiais católicas e de grupos de pessoas com alto poder aquisitivo. As duas últimas categorias retratariam o “universo cultural”. Para além de marcadamente religiosa e católica, a novidade dessa categoria é a ampla e anônima participação popular. Participação que se concentraria, majoritariamente, no centro da cidade.

O corredor turístico Centro pode ser caracterizado, dentro do próprio discurso do *Guia do Turista*, como o espaço de convivência entre os moradores da cidade. É nesse local em que se concentram as atividades e materialidades tidas como histórico-culturais, em especial, as festas e as danças com a ampla participação popular. De acordo com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, é a população que inaugura os locais de convivência dentro das cidades e, a cidade, por si só, deve ser compreendida como o lugar absoluto para conviver. Em um momento histórico em que os *shoppings centers* se propagam, favorecendo a discriminação entre quem pode ou não entrar em um centro de compras, a rua torna-se o espaço da democracia. Para Rocha, a rua e o centro são do povo (Rocha, 2002). No caso de Angra, na ausência de shoppings propriamente ditos, as ilhas configuram-se como espaços elitizados e de acesso restrito e caro, enquanto o

centro apresenta-se como espaço mais democrático (valendo-se da concepção de Rocha) e de convívio.

Nessa linha argumentativa, dentro do *Guia do Turista*, o ambiente humano, formado pelas marcas da história e da cultura, estaria concentrado na Região Central de Angra dos Reis. Afinal, na Ponta Sul, de forma quantitativa, haveria “pouca história, nenhuma dança, nenhuma festa”. Já na Ilha Grande haveria “alguma história e alguma festa”. No centro estaria concentrada “toda história, dança e festa”. Por consequência, é possível entender que o centro de Angra dos Reis, dentro das próprias categorias criadas pela Turisangra, seria aquilo que a cidade teria de mais humano, mas menos desejável.

A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

Enquanto o ambiente histórico estrutura-se sob os casarões, igrejas e monumentos, com uma pitada de festas e danças - elementos próprios daquilo que a Turisangra considera como cultura -, o ambiente natural é formado a partir de outros pilares. De acordo com a secretaria de turismo local, este ambiente pode ser subdividido em cinco categorias e, algumas delas, sofrem subdivisões.

Na tabela a seguir estão listadas as categorias que estruturam o ambiente exclusivamente natural arquitetado pela Turisangra.

DIVISÃO DO AMBIENTE NATURAL	SUBCATEGORIA
1. Praias	
2. Cachoeiras	
3. Mergulho ²³	3.1 Naufrágios

²³ Os mergulhos assinalados pela Turisangra compõem o mergulho recreativo. No caso específico do mergulho em naufrágios, o mergulhador pode realizar uma visita externa ou interna em áreas que apresentam navios, aeronaves ou outras materialidades naufragadas. A atividade é marcada pela necessidade da superação de determinadas dificuldades.

	3.2 Costão 3.3 Caverna
4. Ecoturismo	4.1 Trilhas
5. Turismo de Aventura	5.1 Bike 5.2 Surf 5.3 Vôo Livre 5.4 Skate 5.5 Rapel 5.6 Rafting

Tabela construída a partir das informações do *Guia do Turista* virtual:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=227&ds_tipo=Dan%C3%A7a&id=1

Acessado em: 20/10/2008.

A tabela traz uma lista de ações que caracterizam o turismo natural e, como conseqüência, nos permitem entender o que é definido como sendo o ambiente natural. Para o turista haveria um imenso leque de opções. Com as praias e as cachoeiras, o visitante pode tomar banhos de água doce, água salgada, de sol, além da possibilidade da pesca. O mergulho também é desenvolvido em um ambiente aquático, seja ele mais profundo ou superficial. Nestas três primeiras categorias – praias, cachoeiras e mergulho – há uma clara vinculação entre as águas da região, sejam elas doces ou salgadas, e o ambiente natural.

Considerando-se estas três primeiras categorias, a Região Central de Angra dos Reis não apresenta, de acordo com a descrição da Turisangra, características do ambiente natural. O único atrativo que este corredor tem destacado é a Praia do Anil, descrita não por suas prováveis belezas naturais, mas como o local onde são realizados os principais eventos da Prefeitura. No calçadão do Anil, concentrar-se-iam quiosques que servem moradores e alguns visitantes.

Se o centro é apresentado como detentor de uma única praia burocrática, que serve aos eventos da prefeitura, o corredor Ilha Grande é agraciado pela narrativa de trinta e duas praias,

Entre elas: a possível presença de um teto sobre o mergulhador, a existência de sedimentos que reduzem a visibilidade, caminhos labirínticos, entre outras (ver: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/>). O mesmo se aplica à região de cavernas, que exige técnicas específicas para o mergulho em áreas escuras e de difícil acesso. Já os costões são regiões marcadas pela passagem de um ambiente terrestre para outro aquático. O mergulhador precisa se preocupar, nestas áreas, com a entrada e a saída de água da região, bem como a ameaça de acidentes gerados pela força da água do mar batendo sobre as pedras (Carvalho, Maurício. *Revista Mergulhar*, ano VII, Nº 53, Outubro/1989. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/matpartindoterra4.htm>).

três cachoeiras e nove opções de mergulho. Estruturalmente, considerando-se apenas o lazer relacionado às águas, Ilha Grande seria o ambiente mais natural que Angra dos Reis possuiria.

A descrição das praias traz uma mescla de belezas naturais e construções humanas, formando um paraíso idílico. Estes ambientes são descritos a partir da tonalidade de suas águas, de suas areias, da quantidade de suas árvores, da calma do mar e, por vezes, pela presença de pequenas colônias de pescadores. Os Homens, neste caso, ajudam na composição de um ideal de paraíso perdido como se ali, naquele ambiente, vivessem em plena harmonia com a natureza e, por isso, pudessem ser observados pelos turistas.

Para o visitante é oferecida a possibilidade de experimentar o paraíso, refazer-se dos afazeres e correrias do cotidiano, para, depois, voltar às suas realidades. Como se nos seus cotidianos fosse impossível vivenciar uma harmonia com um ambiente natural. É importante destacar que a concepção de ambiente natural, como aquele visitado pelo turista, é construído a partir dos discursos da secretaria de turismo. O ambiente natural torna-se um sinônimo de praias idílicas.

O mesmo esplendor atribuído às praias é vinculado às cachoeiras. Acrescenta-se, como novidade, o fator dificuldade. O turista para ter acesso às belezas “indescritíveis” das cachoeiras teria que ter preparo físico para superar a caminhada por matas fechadas e cheia de surpresas. É evocada uma alma exploradora para o turista que, novamente, estaria em harmonia com o ambiente natural.

As dificuldades, o prazer da superação e a suposta sintonia com o ambiente natural, vinculado às águas, também caracterizam a atividade do mergulho. Nessa atividade, o visitante pode sentir-se um explorador, não por desbravar matas fechadas, mas por adentrar o mar e vasculhar vestígios de catástrofes humanas, em especial, de naufrágios e de quedas de helicópteros. Não se valoriza a observação do próprio ambiente natural, mas, ao contrário,

destaca-se a observação dos restos de construções humanas que estariam enterradas neste ambiente natural, aquático.

Na tabela abaixo estão listadas as praias assinaladas para o turista de Ilha Grande de acordo com as descrições realizadas pela Turisangra. É importante salientar que a “Breve Descrição” segue a narrativa do texto oficial sobre a cidade.

Praias	Breve descrição
1. Grande de Palmas	Localizada a 5,5 milhas da Vila do Abraão, na parte oeste da Enseada das Palmas. Com águas verdes, transparentes e mornas e areia grossa e clara. É circundada por palmeiras quaresmeiras e amendoeiras. No local, há um antigo núcleo de pescadores, com construções do final do século XIX e pequena capela em louvor a São Benedito.
2. Morcego	A principal atração é a casa construída em 1629, pelo pirata espanhol Juan Lorenzo, considerada a terceira construção de alvenaria do Brasil.
3. Ponta e Gruta do Acaiá	O acesso à gruta se dá por terra (trilhas) ou por mar (mergulhos). A região é procurada para mergulhos e caça submarina.
4. Praia Camiranga	Localizada na Enseada das Estrelas. A praia testemunha o desaguar do rio Camiranga no mar. As águas são verdes, transparentes e mornas. A areia é clara e fina. Local bastante freqüentado pelos turistas.
5. Praia Comprida	Localizada na Enseada do Abraão. Recobertas com vegetação tropical densa, a praia é propícia para banhos. Suas águas são verdes, transparentes e mornas, com areias finas e claras.
6. Praia da Crena	Localizada na Enseada do Abraão, a praia é bastante protegida e, por isso, excelente para banhos. Suas águas são verdes, transparentes e mornas, com areia clara e fina. Da praia avista-se grande parte da enseada do Abraão.
7. Praia da Freguesia de Santana	Localizada no Saco da Freguesia de Santana e acessada, principalmente, via mar. Região plana, arborizada com coqueiros e amendoeiras em seu contorno. Nela pode ser encontrado o antigo cemitério e a Igreja de Santana, construída em 1796. Suas águas são verdes, transparentes e mornas, com areia fina e clara.
8. Praia da Grumixama	Considerada virgem, a praia é pequena e descrita como acolhedora. A areia é muito clara e fina e cercada pela vegetação.
	Localizada na Enseada do Abraão. Tem seu entorno composto pelas encostas da Serra do Abraão, com densa

9. Praia da Júlia	vegetação tropical. Suas águas são verdes, transparentes e mornas, com areia grossa e escura. Nas proximidades da praia podem ser encontradas as ruínas de uma antiga casa de fazenda.
10. Praia da Longa	Com um pequeno vilarejo e uma enseada bem protegida, a praia é usada por barqueiros para pernoitar.
11. Praia da Tapera	Localizada na Enseada do Sítio Forte. Acessada via mar, na praia localiza-se um pequeno núcleo de pescadores. Suas águas são verdes, transparentes e frias, com areias finas e claras. Possui uma trilha que permite a ligação entre a praia e às praias da Enseada do Sítio Forte.
12. Praia de Araçatiba	Localizada na Enseada de Araçatiba. Na praia, rodeada por coqueiros e bambuzais, encontra-se uma antiga fábrica de enlatados de sardinha.
13. Praia de Baixo	Localizada na Freguesia de Santana. É uma praia com vegetação de gramíneas na faixa arenosa, possui águas verdes, transparentes e mornas, com areias finas e amareladas. A praia é ligada à Praia da Freguesia de Santana por uma trilha íngreme.
14. Praia de Caxadaço	Praia com águas calmas e verdes. É protegida do mar aberto e, por isso, é descrita como tendo sido usada no passado para o desembarque de escravos e mantimentos. A praia é interligada com o vilarejo de Dois Rios por uma pequena estrada de pedras (3 km de extensão) construída por escravos. O turista pode encontrar também um poço de água doce, apropriado para banho, a 20 minutos de caminhada da praia.
15. Praia de Dois Rios	Localização do atual campus da UERJ – Ilha Grande. Na praia são encontradas as ruínas do presídio (na descrição da Turisangra, o presídio Cândido Mendes não é nomeado).
16. Praia de Fora	Próxima da cachoeira do Perequê (a 1 km), a praia de Fora é marcada pela areia amarelada e pela vegetação na orla. É descrita como o local da pesca de pitus e de camarões de água doce.
17. Praia de Lopes Mendes	Localizada na Enseada de Lopes Mendes, a área possui uma densa vegetação. Descrita como dividida em parte “selvagem” e parte propícia para a pesca, a praia é marcada por suas águas verdes, transparentes e mornas, com areia muito fina e clara. Da praia, através de uma trilha de 40 minutos a pé, é possível chegar à Enseada de Palmas. A lenda local é a de existência de um antigo pirata que teria habitado a região. Excelente área para pesca submarina. A praia é muito procurada para a prática de surf.
	Localizada na Parte Leste da Enseada da Praia do Sul. Com a

18. Praia de Parnaioca	faixa de areia recoberta por gramíneas, coqueiros e amendoeiras, a praia possui águas verdes, transparentes e mornas, com areia fina e clara. Próxima a praia é possível encontrar a Cachoeira de Parnaioca, que tem difícil acesso e o maior volume de água comparado com outras cachoeiras da Ilha. Também nas proximidades da praia podem ser encontradas as ruínas de uma capela, de um cemitério, e de uma casa de fazenda, construída na época do comércio de escravos (a Turisangra não determina a periodização da construção).
19. Praia de Perequê	Com estreita faixa de areia e terreno em declive, a praia possui águas verdes, transparentes e mornas, com areia fina e escura. Próxima a praia, cerca de 1 km de caminhada, encontra-se a Cachoeira do Perequê (local de pesca do pitu e camarão de água doce).
20. Praia de Ubatuba	Localizada na Enseada do Sítio do Forte, a praia de Ubatuba, de águas verdes, frias e tranqüilas, possui a curta extensão de 500 m. No local há uma vila de pescadores e uma trilha que liga a praia às demais praias da Enseada do Sítio do Forte. É possível visitar as ruínas de uma antiga fábrica desativada de enlatamento de sardinhas. Encosta bastante desmatada.
21. Praia do Abraão	Localizada na Enseada do Abraão, junto com o núcleo urbano da ilha. Nela estão localizadas as embarcações responsáveis pela entrada e saída dos turistas da região. Região bastante desmatada, na qual vem sendo instaladas obras de saneamento básico para melhorar a qualidade do banho.
22. Praia do Aventureiro	Localizada na Enseada da Praia do Sul, dentro da Reserva Estadual da Praia do Sul. A praia permite o acesso às praias do Leste e do Sul, mas estas só podem ser visitadas com autorização dos fiscais da reserva (que moram na própria praia do Aventureiro). Além disso, o visitante pode cegar até a praia do Provetá através de uma trilha. De mar aberto, com águas verdes, transparentes e mornas, areia fina e clara. Os barcos só podem ser fundeados à distância da praia.
23. Praia do Bananal	Praia onde está localizado um vilarejo e algumas pousadas. Tem 150 m de extensão e areia amarelada e grossa.
24. Praia do Iguaçu e Praia da Feiticeira	Localizadas na Enseada das Estrelas, são praias com águas mornas e transparentes, com areias claras de diversas espessuras. Coqueiros, ipês-roxos e quaresmeiras dominam a vegetação. Próxima à praia do Iguaçu podem ser encontradas a Cachoeirinha, uma pequena praia particular, e a Cachoeira da feiticeira, que lança suas águas na praia.
25. Praias do Leste e Praia do Sul	Localizadas na Enseada da Praia do Sul e com a visitação controlada pelos fiscais da Reserva. De mar aberto, a praia é marcada pelas águas verdes, mornas e transparentes. Próximas às praias estão as lagoas do Sul e do Leste, de

	águas doces e represadas, onde cardumes de sardinhas e tainhas desovam.
26. Praia do Provetá	Localizada na Península Ocidental da Ilha Grande. A praia é excelente área de pesca. Nela podem ser encontrados peixes em abundância e moluscos (em especial, lulas). No local está instalada uma colônia de pescadores. É o segundo núcleo de maior população residente na Ilha Grande (a Vila do Abraão é o primeiro). As águas locais são mornas, verdes e tranqüilas e a areia é fina e escura.
27. Praia dos Mangues	Localizada na Enseada das Palmas. A praia é cercada por pequenos riachos que desembocam no mar. Cercada por amendoeiras e coqueiros, a praia possui águas verdes, transparentes e mornas e com areia fina e clara. Nela pode ser encontrada uma ducha represada, muito usada pelos banhistas. Nesta praia localiza-se o Hotel Paraíso do Sol (único hotel mencionado pelo texto da Turisangra).
28. Praia dos Meros	Localizada na Península Ocidental da Ilha Grande. Praia propícia para a atividade da pesca e do mergulho. Suas águas são claras, transparentes e mornas e sua areia é clara e de espessura média.
29. Praia Grande de Araçatiba	Localizada na Enseada de Araçatiba. Usada para a prática de esportes náuticos, a praia é cercada por coqueiros, ipês amarelos e bambuzais. Suas águas são verdes, transparentes e mornas, com areia fina e clara.
30. Praia Preta	Situada próxima a Vila do Abraão, 1,5 km, a praia é marcada pelas palmeiras do antigo Lazareto. Com muitas rochas em seu entorno, a praia tem águas verdes, transparentes e mornas e areia monazítica, de coloração escura. Na praia deságua um pequeno riacho.
31. Praia Vermelha	Apontada como um dos melhores pontos de mergulho de Angra dos Reis. Próximo à praia, é possível encontrar o naufrágio do Navio Califórnia. As encostas da região estão semi-desmatadas, e contam com a presença das casas de moradores locais. A praia possui águas verdes, transparentes e mornas, e areias finas e escuras.
32. Saco do Céu	Cercada por mangues e protegida por montanhas, a praia é descrita como um santuário ecológico que não tem ondas. Local bastante procurado para passeis de barcos e mesmo pernoites nas embarcações (para se observar as estrelas)

A seqüência das praias foi organizada obedecendo à ordem estabelecida pela própria Turisangra. O breve histórico de cada uma das praias foi adaptado a partir do texto da própria secretaria de turismo. As informações estão disponíveis no site: http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca2.aspx?id=4. Acessado em: 20/10/2008.

A narrativa acerca das praias é feita a partir do entrelaçamento de seus aspectos físicos, notadamente a espessura e cor de suas areias, bem como a tonalidade e a temperatura de suas

águas, bem como de outros atrativos existentes no local. Narra-se também a existência das trilhas, cachoeiras, mergulhos e construções humanas. Apesar da possibilidade de construir um único roteiro para a região, marcado pela complexidade, ou seja, pela possibilidade de indicar ao turista um conjunto de atividades que existiriam no local sem separá-las em inúmeras categorias, a Turisangra opta por secionar seus atrativos e, conseqüentemente, o ambiente.

Dentro dos atrativos naturais relacionados às águas, a Turisangra constrói as cachoeiras e o mergulho. Nas tabelas abaixo estão listadas as três cachoeiras e as nove opções de mergulho assinaladas pela Turisangra para a região de Ilha Grande.

Cachoeiras	Descrição da Cachoeira
1. Cachoeira da Feiticeira	Encravada na montanha, a cachoeira da Feiticeira é de difícil acesso. Em seu topo há um escorregador natural.
2. Cachoeira da Parnaioca	De difícil acesso. A trilha que dá acesso à cachoeira deve ser realizada com guia especializado.
3. Cachoeira de Dois Rios	Com uma beleza indescritível, às águas da cachoeira foram usadas para gerar energia para o presídio, a população de Dois Rios e parte da Vila do Abraão. Nela há uma pequena usina hidrelétrica em funcionamento.

A seqüência das cachoeiras e a descrição de cada uma delas foi organizada obedecendo à ordem e ao texto da própria Turisangra. As informações estão disponíveis no site:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca2.aspx?id=4. Acessado em: 20/10/2008.

Mergulho (Categoria Naufrágio)	Descrição do Mergulho
1. Avião das Barras de Ouro	O Quadrimotor DC-6 argentino decolou do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro no dia 10 de junho de 1958, com destino a Buenos Aires. Próximo à cidade de Ubatuba, o avião passou a sofrer panes em seu motor. Forçado a descer, o avião pousou de barriga na Praia do Sul. Tripulantes e passageiros foram resgatados. O avião explodiu parcialmente e os destroços espalharam-se pelo mar. Uma lenda local afirma que muitos caçaras começaram a retirar as peças do avião e se depararam com uma carga acompanhada pelo aviso: PERIGO!

	RADIOATIVIDADE. Apesar do aviso, os caixas saquearam a carga e, ao invés de radioatividade, encontraram muitas barras de ouro. Essa lenda teria dado o início à corrida do ouro (pelo mergulho) na região.
2. Comandante Manoel Lourenço	Cargueiro a vapor brasileiro, afundado em 1927. O navio levava entre seus passageiros, 34 presos para o presídio de Dois Rios. Uma tempestade teria arremessado o navio entre duas ilhas, onde ele teria encalhado e depois naufragado.
3. Helicóptero Esquilo	Helicóptero brasileiro, tipo Esquilo AS 355 f2, pertencente a uma empresa de táxi aéreo. A aeronave caiu e naufragou em 4 de janeiro de 1998. Nela eram transportadas cinco pessoas, das quais quatro foram salvas com vida. Hoje a aeronave forma um recife artificial.
4. Japurá	Cargueiro a vapor brasileiro, naufragado em 1897, próximo a Praia da Parnaioca. O Navio teria se perdido durante um nevoeiro e batido em um costão. Estava carregado (não é especificado o tipo de seu carregamento). Ele é chamado na região de navio fantasma.
5. Márcia	Navio cargueiro de nacionalidade desconhecida e naufragado, provavelmente, em 1956. Era um navio de frete cujo naufrágio é tido como intencional (para que seus donos recebessem o seguro da embarcação). O navio ficou boiando de “cabeça para baixo” durante três dias e apenas após este período afundou. Por causa disso, os donos não teriam recebido o seguro.
6. Navio das Louças	Embarcação do tipo Brigue (de dois mastros, movido à vela, muito usado na época para grandes travessias oceânicas) de nacionalidade desconhecida. Naufragou no final do século XIX, repleto de louças, bebidas e moedas. Acredita-se que o navio tenha vindo da Europa, já que a maior parte das porcelanas é de marca alemã. Os resgates começaram a ser feitos em 1937 e as louças foram datadas entre os anos de 1875 a 1885. Toda a área do naufrágio foi transformada em Sítio Arqueológico subaquático. Por isso, o mergulho só pode ser feito com a autorização do município. Para conseguir a autorização é preciso consultar uma operadora de mergulho legalizada e cadastrada no município.
7. Rebocador D.N.O.G	Rebocador de alto mar, brasileiro, construído em 1919, foi adquirido em 1928 pela Divisão Naval em Operações de Guerra, da Marinha Brasileira. Em 1939, bateu forte na laje chata

	próxima à Ilha Botinas, e lá ficou semi-submerso. Em 1942, ao ser rebocado para um estaleiro no Rio de Janeiro, naufragou na Ponta Grossa da Marambaia e dos Castelhanos.
8. Vapor Califórnia	Navio a vapor brasileiro naufragou em 1866 após uma explosão, próximo a praia vermelha. Parte da tripulação conseguiu se salvar nadando até a praia.
9. Caverna do Acaiá (caverna)	Não há texto referente a esse mergulho.

A seqüência dos naufrágios bem como a descrição de cada um deles foi organizada obedecendo à ordem e ao texto da própria Turisangra. No texto original é possível encontrar informações sobre a localização de cada um dos naufrágios, estado de conservação, profundidade, tipo de fundo e indicações sobre quando mergulhar ou se seria necessário acompanhamento especializado para o mergulho. As informações estão disponíveis no site: http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca2.aspx?id=4 Acessado em: 20/10/2008.

As descrições das cachoeiras existentes em Ilha Grande são bastante sintéticas e poderiam estar vinculadas tanto as próprias praias como também às descrições de trilhas. A necessidade de mostrar-se plural nos atrativos naturais parece comprimir a Turisangra a criar categorias cada vez mais específicas dentro do universo natural. Neste caso, uma maior quantidade de atrativos naturais é compreendida como algo capaz de atrair um maior número de turistas à Angra dos Reis e, em especial, à Ilha Grande.

A mesma lógica se aplica aos mergulhos. A atividade poderia estar vinculada à categoria dos atrativos históricos culturais, uma vez que não é estimulada a observação de algo propriamente natural, mas, de feitos humanos submersos em um ambiente tido como natural (o oceano). O texto produzido pela Turisangra, que almeja alcançar o leitor turista, explora a tradição “romântica” da aventura subaquática (Rambelli, 2002:14). Nas narrativas dos mergulhos, recebem destaques as lendas do ouro encontrado pelos caiçaras, o “navio fantasma”, o navio de guerra e os cargueiros acidentados.

Mesmo em um texto sintético, característico do Guia do Turista, opta-se por não explicar o que seria o sítio arqueológico subaquático do Navio de Louças. É interessante que a

área está destacada como um sítio arqueológico, mas as possibilidades do viajante neste sítio, bem como a importância da área, não são nem mencionadas na narrativa oficial da cidade.

A categoria mergulho, assim como as anteriormente citadas, reforça a superficialidade da divisão de ambiente em exclusivamente Natural ou Humano. E, a existência de uma grande quantidade dessas categorias na região da Ilha Grande, preenchidas com opções de lazer, torna esse ambiente “exclusivamente Natural”.

Ao contrário da Região Central, que se apresenta quase como exclusivamente histórico-cultural, e da Ilha Grande, majoritariamente natural, a região da Ponta Sul apresenta um equilíbrio entre os atrativos históricos, culturais e naturais. A existência destes elementos, usados para a leitura da concepção de ambientes, no entanto, não é suficiente para tornar a região um grande atrativo turístico da Angra dos Reis. Frente à Ilha Grande não há concorrência.

Os atrativos naturais da Ponta Sul, dentro das categorias praias, cachoeira e mergulho, são estruturados a partir de suas cinco praias, três cachoeiras, um mergulho de naufrágio e nove mergulhos do tipo costão. Nas tabelas abaixo são listados os atrativos naturais da Ponta Sul para cada uma das três categorias criadas pela Turisangra. Os textos da coluna Breve Descrição foram retirados e adaptados da própria narrativa da instituição.

Praia	Breve Descrição
1. Piraquara de Dentro	Excelente ponto para quem gosta de pescar. Apresenta alguns costões.
2. Praia Brava	Localizada dentro da Vila Residencial da Eletronuclear. É uma praia de continente onde se pode praticar o Surf
3. Praia da Vila Histórica de Mambucaba	Situada em uma pequena vila tombada pelo Patrimônio Histórico. Nela se encontra a igreja de Nossa Senhora do Rosário.
4. Praia de Mambucaba	Localizada na Vila Residencial da Eletronuclear. É de livre acesso, desde que

	o visitante se apresente na portaria da Vila. A praia tem grande extensão de areia e águas limpas e é muito freqüentada por turistas durante os feriados prolongados.
5. Praia Vermelha	Considerada um dos melhores pontos de mergulho de Angra dos Reis. A Praia Vermelha dá acesso ao naufrágio do Navio Califórnia. Suas águas são verdes, transparentes e mornas, e suas areias finas e escuras.

As informações estão disponíveis no site:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca2.aspx?id=1 Acessado em: 20/10/2008.

Cachoeiras	Breve descrição
1.Cachoeira Bracuhy	Uma das mais conhecidas corredeiras da região. Algumas partes da cachoeira são acessíveis de carro, outras apenas a pé.
2. Rio Mambucaba	O texto usado pela Turisangra para descrever o Rio Mambucaba foi retirado (e citado) do site especializado em turismo Urban Space: “o Rio Mambucaba, maior bacia hidrográfica da Costa Verde, localiza-se entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty e a séculos orienta aventureiros na transposição da Serra do Mar. Índios, contrabandistas de ouro, comerciantes, cafeicultores e outros, utilizaram-se dos caminhos seculares instalados em suas margens. Hoje, outros aventureiros o tem como destino, tanto para travessias da Bocaina quanto para prática de rafting nível 3, com 1 hora de descida em meio a floresta atlântica, com acesso em 4x4 a partir da Rodovia Rio Santos. Um passeio inesquecível que une história e aventura” ²⁴ .
3. Serra Dágua	Localizada na altura do trevo de entrada para Barra Mansa, BR-101, são inúmeras cachoeiras e poços com águas cristalinas.

As informações estão disponíveis no site:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca2.aspx?id=1 Acessado em: 20/10/2008.

	Tipo	Descrição

²⁴ Urban Space - <http://www.ecoviagem.com.br/agencia-turismo/rio-de-janeiro/angra-dos-reis/urban-escape-ecoturismo-expedicoes-e-hospedagem.asp>. Acesso em 27/10/2008.

Mergulho	Naufração	<p><u>Navio Negreiro Camargo</u></p> <p>Navio norte-americano encarregado de transportar escravos, mesmo quando a escravidão já estava proibida. Naufragou na Baía da Ribeira quando desembarcava escravos. O navio está desmantelado, mas, de acordo com a Turisangra, “em local seguro, pois, a área virou sítio arqueológico subaquático, onde só se pode mergulhar com autorização”.</p>
	Costão	<p>Ilha Botina Ilha Comprida Ilha dos Macacos Ilha dos Porcos Ilha Imboassica Queimada Grande e Pequena Ilha Sandri Ilhas: Brandão, Josefa, Redonda, Papagaio, Búzios, Laje Coronéis, Parcel dos Coronéis Laje Preta</p> <p>(não há descrições para as localidades)</p>

As informações estão disponíveis no site:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca2.aspx?id=1 Acessado em: 27/10/2008.

As categorias utilizadas na composição dos atrativos naturais representam uma tentativa de ler e explicar os possíveis lazeres proporcionados por este ambiente aos viajantes. A fragilidade da leitura centra-se nas divisões e subdivisões de ambientes que são complexos, mas que se tornam simples e superficiais quando categorizados. A Turisangra trabalha com a premissa da divisão do ambiente em Natural e Histórico-cultural, mas, ao descrever alguns ambientes naturais acaba por valorizar apenas seus aspectos históricos.

Como a premissa é de que os ambientes são estanques, o que pode parecer um estímulo à percepção da complexidade, ou seja, da demonstração de que o natural também é histórico e cultural (ou vice-versa), acaba por tornar o natural não tão interessante para a atividade turística. Ao descrever o Natural como Histórico-cultural, o entendimento é de que o natural, em si, não é suficientemente bom. Se este natural fosse realmente belo ou interessante, ele não precisaria ser descrito apenas pelo seu aspecto Histórico-cultural.

Os atrativos naturais da Ponta Sul, assim como da Região Central, inserem-se dentro deste viés argumentativo. Apesar de a região apresentar um misto entre histórico, cultural e natural, seus atrativos naturais são descritos por suas virtudes Histórico-culturais que, numericamente, são muito inferiores aos da Ilha Grande. Assim, a Ponta Sul se torna majoritariamente Histórico-cultural; como o centro da cidade. E, em oposição, Ilha Grande se consolida como paraíso do ambiente natural, já que são muitos os seus atrativos naturais, “autênticos” ou “suficientemente belos” para serem descritos sem ajuda da história ou da cultura.

Os primeiros exemplos de redução do ambiente natural que encontramos na Ponta Sul estão impressos na categoria praias. Estas são descritas pela possibilidade da pesca, da vista dos costões, por estarem dentro da Eletronuclear, por serem próxima à vila histórica, por possibilitarem o surf ou, por último, por permitirem o mergulho até o navio naufragado Califórnia (que também pode ser acessado pela Ilha Grande). Poucas são as descrições sobre a tonalidade ou temperatura da água, cor da areia, ou paisagens. Estas menções existem, mas não constituem o cerne da narrativa acerca dos atrativos.

O Histórico-cultural também persiste na categoria mergulho. Esta característica não é exclusiva da Ponta Sul de Angra dos Reis, mas de todos os mergulhos descritos pela Turisangra. No caso específico da Ponta Sul, o navio negreiro Camargo é assinalado como protegido por

ter se tornado um sítio arqueológico. Assim como para os outros mergulhos em sítios arqueológicos de Angra dos Reis, não é explicado a importância ou os sentidos de uma área arqueológica.

Além disso, diferente dos naufrágios existentes na Ilha Grande, para o naufrágio do Navio Camargo não são indicadas a localização do navio, a especificidade do mergulho ou outras descrições importantes para esse turismo. O navio está ali, em algum lugar. Constituída de forma inexata, o texto sobre como realizar um mergulho em um naufrágio na Ponta Sul parece tentar contribuir para tornar a região mais charmosa, ainda que de forma leviana.

O charme, aquilo que configuraria a Ponta Sul como mais atraente ao turismo, poderia ser reforçado pela descrição dos mergulhos nos costões. A opção narrativa da Turisangra, no entanto, foi apenas listar uma série de localidades propícias para a atividade.

Dos atrativos naturais da Ponta Sul vinculados às três primeiras categorias analisadas, restam apenas as cachoeiras. Contando com três áreas de quedas de água e corredeiras, apenas uma é descrita de forma mais extensa: o Rio Mambucaba. Com um texto retirado da página da internet *Urban Space*, site dedicado à divulgação de localidades turísticas nacionais e internacionais, a Turisangra descreve o rio valorizando seus aspectos históricos, naturais e aventureiro.

O Rio Mambucaba é indicado como a maior bacia hidrográfica da Costa Verde, localizado entre as cidades de Angra dos Reis e Paraty. O rio é usado desde tempos anteriores à colonização do Brasil até os dias de hoje: indígenas, contrabandistas de ouro, comerciantes, cafeicultores, aventureiros e outros, passaram por suas margens. Hoje, estas margens estariam à disposição de um novo aventureiro: o turista. Seja para a travessia da Bocaina, para prática de rafting em meio à Floresta Atlântica, ou para passeios de 4x4, o rio é descrito como uma garantia de passeio “inesquecível que une história e aventura”.

Considerando apenas as praias, cachoeiras e os mergulhos, a Região Central de Angra dos Reis apresenta-se como exclusivamente histórica, já que não possui nenhum dos elementos naturais assinalados pela Turisangra (sua única praia tem finalidades burocráticas). A ponta sul é arquitetada como pendente entre um simulacro de natural e um pouco de histórico. Ilha Grande, por fim, torna-se numericamente aquela que sintetiza as belezas naturais da região. Mas, para a Turisangra, não apenas nas águas descansam os turistas. Além destas três categorias construídas a partir de uma relação com as águas da região, a instituição criou mais duas opções de turismo: o ecoturismo e o turismo de aventura.

A pesquisadora na área de turismo, Patrícia Côrtes Costa, relembra a dificuldade de definir o ecoturismo. Para a pesquisadora, é possível afirmá-lo como uma atividade humana, cuja principal motivação é a “observação e apreciação da natureza, bem como das culturas tradicionais que prevalecem nas áreas naturais” (Costa, 2005:10). Na atividade, que deve ter pouco impacto sobre as áreas visitadas, geralmente, estão implícitos valores educacionais para a conscientização da conservação de valores e recursos naturais e culturais de determinada região. O ecoturismo pode ser vinculado às atividades econômicas voltadas para o sustento das áreas e culturas visitadas e, em casos bastante específicos, às atividades conhecidas como “esportes radicais”.

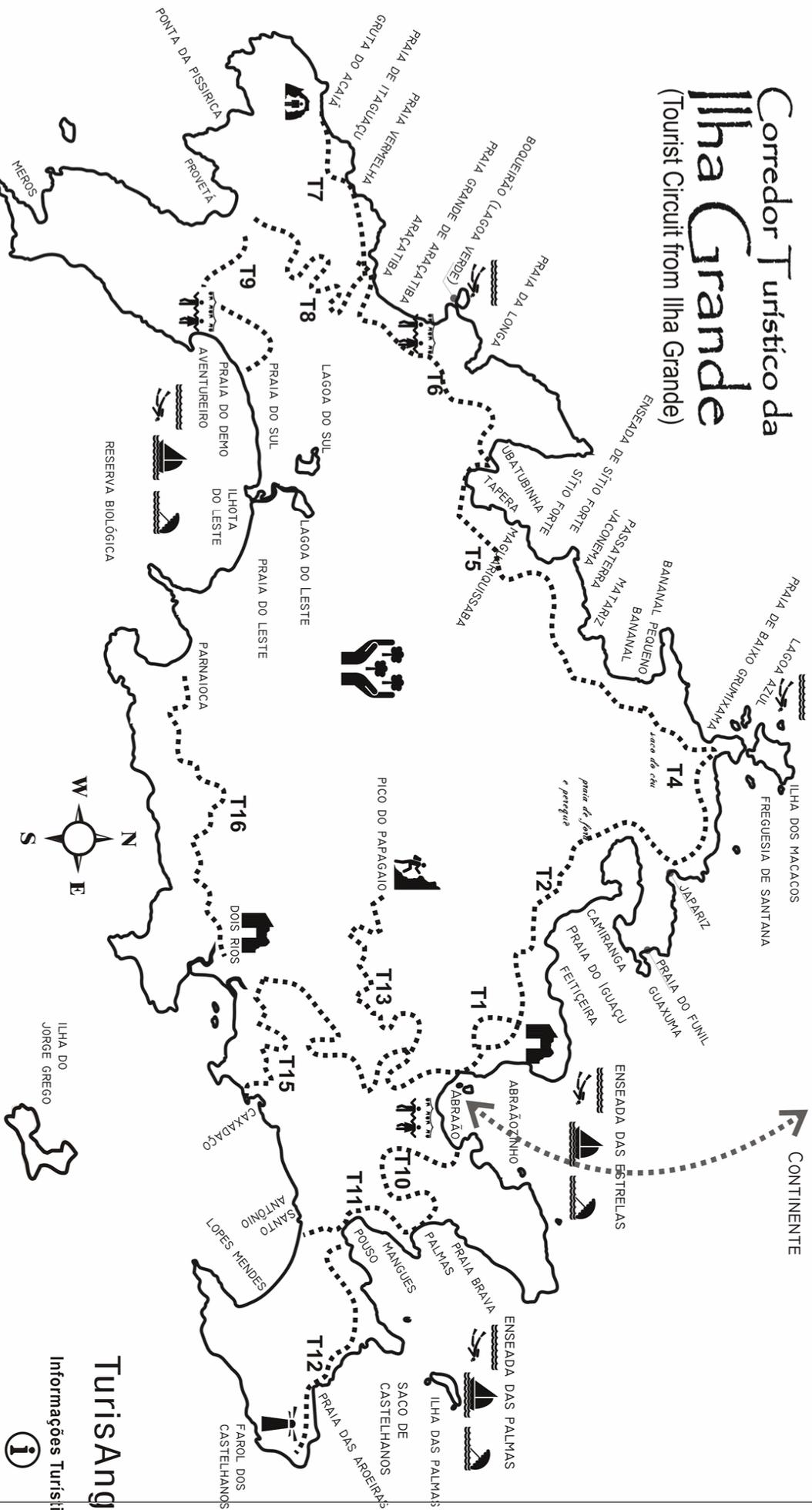
Para a Turisangra, ecoturismo é um sinônimo de trilhas e diferente da categoria dos “esportes radicais” ou “turismo de aventura”. Nestas duas categorias, pertencentes ao ambiente “Natural”, a Região Central aparece, novamente, como uma área inóspita. Não possui nenhuma indicação de trilhas e, no caso do turismo de aventura, a Turisangra apenas indica os telefones das associações de Ciclismo, Vôo Livre e Skate. Como um complemento aos telefones fornecidos é citado a existência de um bom ponto da cidade para a prática de vôos livres. O local fica próximo à “Marina Clube”, na entrada da fazenda Mombaça. As descrições do

ecoturismo e do turismo de aventura para a Região Central se encerram com menos de 10 linhas.

De forma não surpreendente, Ilha Grande concentra o maior número de possibilidades para a prática do ecoturismo e do turismo de aventura. A Ilha conta com dezesseis trilhas demarcadas, sinalizadas e classificadas por graus de dificuldades pela Turisangra. Seja no Guia do Turista ou na própria Ilha, o visitante pode adquirir gratuitamente o mapa que está copiado na página seguinte.

Corredor Turístico da Ilha Grande

(Tourist Circuit from Ilha Grande)



TRILHAS

Trilha / percurso médio (m) / Tempo médio (h) / Classificação
(Track / course circuit (m) / duration (h) / classification)

- T1** Circuito Abraão / 1.800 m / 1,0 h / ☺
- T2** Aqueduto - Saco do Céu / 5.800 m / 3 h / ☺
- T3** Saco do Céu - Freguesia de Santana / 4.000 m / 2,0 h / ☺
- T4** Freguesia de Santana - Bananal / 3.000 m / 1,30 h / ☺
- T5** Bananal - Sítio Forte / 5.000 m / 3,30 h / ☺
- T6** Sítio Forte - Praia Grande de Aracatiba / 6.000 m / 3,30 h / ☺
- T7** Praia Grande de Aracatiba - Gruta do Acaia / 5.300 m / h / ☺
- T8** Praia Grande de Aracatiba - Provetá / 4.500 m / 2,30 h / ☺

- T9** Provetá - Aventureiro / 3.500 m / 2,30 h / ☺
- T10** Abraão - Mangues - Pousou / 6.000 m / 2,30 h / ☺
- T11** Mangues - Pousou - Lopes Mendes / 1.100 m / 50 min / ☺
- T12** Mangues - Pousou - Farol de Castelhanos / 6.000 m / 3 h / ☺
- T13** Abraão - Pico do Papagaio / 6.000 m / 3,30 h / ☺
- T14** Abraão - Dois Rios / 7.000 m / 2,30 h / ☺
- T15** Dois Rios - Caxadado / 4.200 m / 2,30 h / ☺
- T16** Dois Rios - Parnaícoca / 7.500 m / 3 h / ☺

Classificação da Trilha (Track Classification)

- ☺ Fácil (easy)
- ☺☺ médio (medium)
- ☺☺☺ Rígida (Hard)
- ☠ Perigosa (Dangerous)
- ☒ Topografia (Topography)
- ☐ Plano (plane)
- ☒ Pouco íngreme (medium)
- ☒ Íngreme (High)

TurisAngra

Informações Turísticas:



(24)3367-7826/3369-7709/3369-7777

Ilha Grande / Angra dos Reis - Maravilha do Rio

A Ilha Grande é uma Área de Preservação Ambiental. A Ilha Grande faz parte da Área de Proteção Ambiental de Tambores (Decreto Lei 9.452/2006) (Ilha Grande is an Environmental Preservation Area. Ilha Grande is part of Tambores's Environmental Preservation Area (Decr. Law 9.452/86))

De forma organizada, o turista tem acesso a informações sobre o tempo de duração da caminhada, o tipo de terreno e a periculosidade encontrada. Os locais acessados pelas trilhas são acompanhados por ilustrações que permitem ao viajante visualizar as atividades possíveis no local: mergulho, visita às ruínas, banho de sol e de mar, escalada e navegação. O visitante recebe, através do folheto, os números de telefones da Turisangra e é informado que Ilha Grande é considerada uma das Maravilhas do Rio de Janeiro e que pertence à Área de Proteção Ambiental de Tamoios (informação dada em Português e Inglês).

A inserção ou não em uma área de Proteção Ambiental não é mencionada em nenhum outro corredor turístico ou mesmo em outra categoria de atrativos, sejam eles naturais ou históricos. A escolha por mencionar Ilha Grande e a Área de Proteção Ambiental, dentro da categoria ecoturismo, reforça a constituição de Ilha Grande como um ambiente natural e, principalmente, intocado.

Dentro deste paraíso intocado, o turismo de aventura é associado à existência e à estrutura das próprias trilhas. De acordo com a instituição, o turista pode fazer os seguintes percursos de bicicleta: “Abraão para Dois Rios” (14 km); “Abraão para Saco do Céu” (10 km); e “Palmas para Saco de Palmas/Aroeira/Lopes Mendes” (8 km). Outra opção seria o vôo livre, mas para isso é indicado na narrativa da Turisangra que se procure um guia local especializado em uma agência de turismo legalizada.

Para a região da Ponta Sul, não são indicadas atividades relacionadas ao turismo de aventura. Seus atrativos concentram-se no ecoturismo formado por quatro trilhas. Na tabela abaixo estão listadas as trilhas da Ponta Sul e uma breve descrição de cada uma delas.

Trilha	Breve Descrição
1. Abrigo Curumanha	Base de apoio a pesquisadores e visitantes que se adentram na Costa Verde e na bacia do rio Bracuhy (vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Situada entre o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Reserva indígena Sapucay, a região é rica em cachoeiras, rios e nascentes. O abrigo é formado

	<p>por acomodações modestas que atendem até 15 pessoas. Atende a escolas e grupos de interessados que desejam conhecer a rotina de campo de pesquisadores.</p>
2. Calçadas de Pedra	<p>Os Caminhos de Pedra eram rotas de ligação entre o Vale do Paraíba e o litoral sul do estado do Rio de Janeiro usados por grupos indígenas. Cortando as escarpas da Serra do Mar, foram utilizados para a exploração de ouro e café na região.</p> <p>Atualmente, “são excelentes rotas para trekkistas que se aventuram em um dos trechos mais contínuos desse bioma, com suas inúmeras cachoeiras, mirantes e piscinas naturais”.</p>
3. Trilha de Jussara	<p>A trilha permite o acesso à estação de trem do Jussara (que tem como destino Paraty). Como a trilha possui várias bifurcações e longos trechos íngremes, não é aconselhável fazê-la sem a ajuda de um guia especializado ou sem estar em boa forma. É importante levar água, já que há trechos em que a água é de difícil acesso ou não é potável. O melhor ponto da trilha é a travessia de um dos túneis da estrada de ferro que liga Angra dos Reis à Barra Mansa.</p> <p>A trilha dura entre 2h e 2h30min. É importante contratar um guia de turismo ecológico bem experiente.</p>
4. Trilha do Ouro	<p>Trilha marcada pela beleza e pela história. Localizada na divisa dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, dentro da Serra da Bocaina. “Caminhar pela trilha do ouro é como voltar no tempo. Ela era usada para contrabandear o ouro que era explorado nas minas de Ouro Preto e levado a Portugal por esta trilha alternativa, que não passava pela fiscalização da época.</p> <p>Nela podemos apreciar um dos trechos mais exuberantes da Mata Atlântica, com cachoeiras e paisagens de tirar o fôlego, e um cenário que começa com araucárias e hortênsias, típicas de climas mais temperados, e termina com bromélias e bananeiras tropicais, além de vários vestígios de uma época antiga ao longo do caminho, como as ruínas do antigo engenho de cana e os trechos de pedras feitas pelos escravos (pés-de-moleque). O ponto de partida para a trilha do Ouro é o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a 27 quilômetros de São José do Barreiro uma cidade localizada à 174 quilômetros de São Paulo, no Vale do Paraíba. A trilha começa logo depois da corrente do parque, mas se preferir dá para ir de Jipe até o trecho em que aparecem os primeiros” (texto retirado integralmente do Guia do Turista).</p>

A seqüência das trilhas bem como a descrição de cada uma delas foi organizada obedecendo à ordem do texto da Turisangra. As informações estão disponíveis no site:

http://www.angra.rj.gov.br/turismointerativo/tur_loca3.aspx?id_dado=259&ds_tipo=Ecoturismo Acessado em: 27/10/2008.

Os textos usados pela Turisangra para descrever o “Abrigo Curumanha” e a “Calçada de Pedra” foram retirados de um site na internet denominado *Urban Space*. A página é citada e é

destacado que a cópia do texto foi realizada com autorização dos responsáveis pelo site. Destoando das descrições das trilhas de outros corredores turísticos, há menção a existência de pesquisas acadêmicas na região, cuja observação por parte de não acadêmicos se torna um atrativo turístico; reservas indígenas; usos das trilhas em diferentes momentos históricos (transporte de ouro e café); possibilidade de observação do bioma (conceito não utilizado anteriormente), com suas cachoeiras, mirantes e piscinas naturais e, por fim, a possibilidade de diversão e aventura vinculada aos itens assinalados.

A descrição da trilha do Jussaral e do Ouro é de responsabilidade da Turisangra. Na primeira, não são descritos momentos históricos de sua constituição, nem ganham destaque suas belezas naturais. Em um texto curto, é assinalada a possibilidade de acessar a estrada de ferro e a necessidade de ser guiado por especialistas na região. Texto diferente do constituído para a Trilha do Ouro.

Quase como uma resposta à existência da Trilha do Ouro de Paraty, a Trilha do Ouro de Angra dos Reis é vangloriada como uma passagem para o passado. Construída para que os colonos pudessem fugir da fiscalização do ouro e, conseqüentemente, do pagamento de impostos, o caminho possibilitaria aos aventureiros visitar, em plena Mata Atlântica, ruínas de engenho de cana e resquícios do calçamento de pé-de-moleque, construído pelos escravos. De acordo com o texto analisado, o cenário exuberante é marcado pelas cachoeiras e paisagens de tirar o fôlego, começando com araucárias e hortênsias (elementos típicos de climas mais temperados), e terminando com bromélias e bananeiras tropicais.

A Trilha do Ouro é o único atrativo turístico de Angra dos Reis que é apresentado como um túnel do tempo para o passado. Não coincidentemente, ser ou ter um “túnel do tempo” é o argumento que estrutura o turismo de Paraty. Com um agravante, a Trilha do Ouro de Paraty é seu principal argumento para pleitear o título de Patrimônio da Humanidade. Em

uma clara concorrência turística com Paraty, Angra dos Reis parece configurar sua trilha do ouro como algo misto entre a História e o Natural.

A criação de inúmeras categorias no ambiente natural e, principalmente, sua separação do ambiente Histórico-cultural, realizada para atender aos mais diversos gostos turísticos para a região, acaba por produzir ambientes artificiais e não necessariamente atrativos aos visitantes. Como a premissa é a da segmentação, a Região Central e a Ponta Sul da cidade pouco têm a oferecer aos turistas que almejam os atrativos naturais. Ilha Grande, em oposição, se torna o único destino viável. O contrário ocorre com os turistas que almejam o histórico-cultural. Estes poderiam visitar o Centro e talvez a Ponta Sul do município. Mas, com uma cidade como Paraty tão próxima, quem gostaria de visitar o centro de Angra dos Reis?

A construção destes ambientes, a partir de seus atrativos, é um elemento discursivo. A forma como se narra cada ambiente gera práticas de turismos específicas. Pelo ambiente histórico, a cidade de Paraty se constrói de forma tão eficiente que parece impossível haver concorrência turística para ela. Mesmo quando se tem um caminho do ouro para o contrabando. Mas como se dá a construção de Paraty como um ambiente histórico?

PARATY E A VOCAÇÃO PARA PATRIMÔNIO

A CANDIDATURA

Paraty transpira História e Natureza. Ou, pelo menos, é imaginada para ser assim. As vocações atribuídas ao município são constituídas através de discursos e práticas articulados pelos próprios órgãos públicos da cidade, entre outras instituições e estes discursos não são necessariamente constantes. Como veremos a seguir, eles se adaptam de acordo com os novos contextos nacionais e internacionais vivenciados pela cidade. Para percebermos as mudanças

discursivas acerca da vocação de Paraty é imperativo analisar como o ressurgimento do município como um atrativo turístico no cenário nacional foi acompanhado por uma série de leis municipais, estaduais e federais que protegiam determinadas áreas da cidade, tornando-as patrimônios.

O primeiro passo, neste sentido, foi o decreto de lei nº 1450, de 18 de Setembro de 1945, que elevava a pequena cidade à categoria de Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro. Os turistas estavam longe de invadir a cidade e suas praias, mesmo assim, pouco mais de dois anos após a decisão estadual, em 1948, a própria prefeitura da cidade delimitou o que seria o centro histórico do município. Com o Decreto de lei nº 50, de 27 de Maio daquele ano, a instituição impedia a prática de ações que pudessem descaracterizar a área.

A proposta de demarcar conjuntos patrimoniais na cidade não estava isolada do contexto nacional. Em 1933, através do Decreto de lei nº 22.928 (12/06/1933), a cidade de Ouro Preto havia sido considerada Monumento Nacional, tornando-se um símbolo da identidade nacional e a primeira cidade do mundo a ser considerada um monumento (Oliveira, 2007).

Quatro anos após o tombamento de Ouro Preto foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), futuro Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A nova instituição tinha como finalidade identificar, fiscalizar, documentar, preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro (Fenelon, 1992: 29 – 33). O SPHAN e suas distensões consideravam os núcleos urbanos não como cidades dinâmicas e, por isso, passíveis de serem transformadas ou subjetivadas. Ao contrário, percebiam, nas marcas do passado, verdadeiros objetos de artes que poderiam e deveriam ser protegidos de ações transformadoras futuras (Oliveira, 2007).

Em consonância com o contexto de tombamento da cidade de Ouro Preto e de criação do SPHAN, ou seja, de escolha dos símbolos da identidade nacional, órgãos públicos de Paraty almejavam selecionar e preservar memórias representativas do passado da nação brasileira. Inserido nesta busca, o centro histórico da cidade, protegido por lei, passava a representar a materialidade colonial do século XVIII e, por isso, não poderia ser alterado.

Entre as décadas de 1950 e 1960, apesar do IPHAN já ter definido quais eram os seus campos de ação, o instituto não possuía uma política clara, acompanhada de verbas públicas, sobre como manter ou mesmo reutilizar os patrimônios tombados. De acordo com o geógrafo Carlos Murilo Prado dos Santos, o Brasil passava por um período de euforia pela industrialização e pelo “moderno”, o que dificultava a implementação de políticas de valorização e preservação de materialidades do passado (Santos: 2006, p. 68).

A dificuldade de administrar os bens já tombados e instaurar novos tombamentos fez com que o IPHAN recorresse à Unesco em busca de orientações. A resposta parecia simples: era necessário aliar a preservação à rentabilidade econômica e, principalmente, à garantia de benefícios sociais para as comunidades envolvidas com o patrimônio (Santos: 2006, p. 69). Desta nova postura nasceram o *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas* (PCH), criado em 1973, e a *Fundação Pró-Memória*, instituída em 1979. Todos almejavam articular a defesa do patrimônio com atividades lucrativas para as economias regionais, em especial, o turismo.

A busca pela revitalização das ações do IPHAN foi acompanhada pela ação do Governo Federal que, em 1966, inaugurava Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Com a criação da Embratur, a atividade turística passava a ser uma questão de planejamento dentro das políticas públicas. Naquela efervescência de

redefinição das diretrizes patrimoniais e turísticas brasileiras, a cidade de Paraty adquiriria *status* de patrimônio histórico nacional (Decreto de lei n. 58 077 de 24 de Março de 1966).

Como o IPHAN já havia iniciado uma parceria com a Unesco no início da década de 1960 para repensar suas políticas patrimoniais, assim que Paraty foi tombada como patrimônio nacional, o instituto recorreu ao órgão internacional para pedir ajuda: como seria possível incrementar o turismo em Paraty e proteger seu patrimônio?

A resposta foi dada em Janeiro de 1968, em um documento inédito e de distribuição limitada denominado *Plan National de mise en valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique*, de responsabilidade de Frédéric de Limburg Stirum (Unesco, 1968). O relatório tinha como objetivo investigar o potencial do valor turístico e do patrimônio cultural de Paraty (Unesco, 1968:1). Para o relator, a cidade possuiria dois fatores decisivos para o desenvolvimento da atividade turística: 1) a natureza e 2) os monumentos históricos, sendo, por isso, bastante harmoniosa.

O relatório aponta a cidade de Angra dos Reis como uma antiga concorrente turística de Paraty, afinal, *‘Elle était plus belle que Parati?’*. No entanto, a destruição de casas no centro da cidade, instalação de indústrias e portos no município (ou seja, o “progresso”) teriam sacrificado o patrimônio cultural de Angra dos Reis (Unesco, 1968: 15). Para o relator:

“Angra dos Reis, cût pu devenir le premier centre touristique du l’Est-méridional du Brésil. Elle a perdu cette chance. Il lui rest heureusement sa baie admirable en forme d’anse; il lui reste son collège naval sur fond de montagne admirable; il lui reste sés fles et plages enchanteresses; il lui reste surtout une extraordinaire réputation de lieu de villégiature paradisiaque”. (Unesco, 2008: 16).

Se em Angra dos Reis uma suposta “modernidade” teria determinado sua reputação como paraíso, eliminando a possibilidade do turismo cultural, em Paraty haveria uma perfeita conjugação entre elementos naturais (materializados na própria baía e na floresta local) e os humanos (simbolizados pelo centro histórico). Por isso, Paraty teria uma imensa vocação para o turismo. Afinal, para o relatório:

“Le tourisme n’est jamais que l’heureux résultat des efforts déployés pour rendre aisément accessibles aux voyageurs les richesses d’un pays. Ces richesses, Parati les possède toutes: une baie admirable et poissonneuse, une forêt mystérieuse et bruisante, une ville coloniale vivante” (Unesco, 1968: 37)

O relatório é categórico ao afirmar que o futuro da cidade é o turismo, mas, para que ele acontecesse, seria necessário desenvolver os setores hoteleiros, de alimentação e de artesanato, quase inexistente. Feito isso, não haveria dúvidas de que Paraty seria um grande destino turístico no Brasil (Unesco, 1968: 39).

A cidade aceitou sua “vocação” turística e, desde 1982, tenta consolidar-se não apenas como Patrimônio Histórico Nacional, mas também Patrimônio da Humanidade. O projeto, contudo, só ganhou força nacional no dia 05 de Novembro de 1999, quando o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso apoiou publicamente a candidatura da cidade ao título (Capovila, 2007).

Dois anos após o apoio presidencial, o projeto de tornar Paraty um patrimônio da humanidade também ganhou a adesão do governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (gestão de 1999 a 2002). A partir de então, a prefeitura da cidade de Paraty, junto com representantes da sociedade civil, passaram a compor o *Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável*, com o objetivo de discutir o plano diretor do município. As ações que tornariam a

cidade competitiva estavam no cerne do debate. Seria necessário desenvolver não apenas o setor turístico, mas comprovar a capacidade local de gerir e valorizar o seu próprio patrimônio.

A conjugação das forças da sociedade civil, dos governos municipal, estadual e federal, conquistou a atenção da Unesco e de grandes empresas privadas. Em 14 de Julho de 2001, o embaixador da Unesco, Jorge Wertin, esteve em Paraty e assinou um documento comprometendo-se a apoiar a candidatura da cidade (Capovila, 2007). No mesmo ano, o IPHAN, órgão ligado ao Ministério da Cultura e a Fundação Roberto Marinho passaram a apoiar formalmente a cidade para conquistar o título. Posteriormente, a empresa de telefonia Vivo se juntou ao grupo das empresas privadas incentivadoras da candidatura de Paraty.

O caminho até o lançamento oficial da cidade como pretendente ao título de Patrimônio da Humanidade foi longo: a inscrição ocorreu apenas em 2003. Neste período, a sociedade civil organizada inaugurou a “Associação Pró-Paraty Patrimônio Mundial”. A organização passou a se dedicar unicamente aos trabalhos para a campanha. Seminários e oficinas de trabalho foram organizados para discutir as categorias em que Paraty poderia se candidatar. Era necessário “estabelecer as estratégias da campanha, tanto em âmbito local como nacional, e o formato do dossiê” (Capovila, 2007).

O resultado do trabalho foi o dossiê *O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem*, coordenado por José Pedro Costa; professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e membro do Conselho Consultivo do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). De acordo com o dossiê, Paraty é candidata a Patrimônio da Humanidade, concorrendo na categoria de Paisagem Cultural.

A categoria de Paisagem Cultural é relativamente recente para a Unesco. Até o ano de 2003, a instituição trabalhava com dois tipos de patrimônio: o natural e o cultural. No primeiro conjunto estavam os bens relativos à própria natureza, por exemplo, parques nacionais como o

Parque Nacional do Iguaçu (PA), inscrito em 05 de Dezembro de 1986. Já os conjuntos culturais faziam alusão às construções humanas como, por exemplo, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto (MG), tombado em 05 de Setembro de 1980 (Bo, 2003:153 e 128).

Com o decorrer do tempo, a Unesco concluiu que era difícil fragmentar os patrimônios em exclusivamente culturais ou naturais. Esta dificuldade não estava sendo enfrentada apenas pela Unesco, mas por uma série de instituições patrimoniais, de diversas nações, que se viam obrigadas a aproximar as noções de patrimônio cultural e natural. Isto porque as paisagens, antes tidas como exclusivamente naturais, também exibem atributos que lhe são humanos. Um exemplo seriam os sítios inscritos na Unesco como naturais, mas que contam com a presença das populações indígenas integradas ao ambiente (Bo, 2003:31). A presença humana em uma área inscrita como patrimônio natural não poderia tornar a paisagem essencialmente humana ou unicamente natural. Criou-se, por isso, uma categoria mista denominada Paisagem Cultural. Para concorrer a esta categoria seria necessário comprovar não apenas a representatividade mundial no aspecto cultural, mas também nas características tidas como naturais.

De acordo com o professor José Pedro Costa, em entrevista para o Instituto Vivo, publicada em 17 de Novembro de 2003, Paraty não conseguiria concorrer apenas na categoria Natural, já que o Parque Nacional da Bocaina, criado pelo Decreto Federal nº 68.172, de 4 de março de 1971, não está suficientemente implantado (Costa, 2003).

Costa não explica na entrevista o que seria necessário para viabilizar a candidatura de Paraty nesta categoria. A leitura do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina - IBAMA/DIREC/CGEUC, contraposta às exigências da Unesco, entretanto, nos faz levantar alguns itens que deveriam ser colocados em prática para que a cidade pudesse ser um concorrente a Patrimônio Natural. Entre eles: 1) trabalhos efetivos com as comunidades locais para buscar alternativas às ações predatórias na região; e 2) maior número de Centro de

Visitantes espalhados pelo parque para que fosse possível trabalhar, interdisciplinarmente, com os visitantes, a importância desta área não apenas localmente, mas também globalmente.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina apresenta expressividade nacional e mundial, afinal traz:

“um importante fragmento do Domínio da Mata Atlântica, agrupando ampla diversidade de tipos vegetacionais, grandes extensões contínuas de áreas florestadas, sob diversos domínios geomorfológicos. Abrange desde áreas costeiras até vertentes íngremes no alto do planalto dissecado da Bocaina, do nível do mar a 2.088 metros de altitude. É considerado um dos principais redutos de Floresta Atlântica, coberto pela Floresta Ombrófila Densa (Submontana, Montana e Alto Montana), Floresta Ombrófila Mista Alto Montana e Campos de Altitude, ainda em bom estado de conservação, apesar de inúmeros pontos de interferência humana. Deve-se destacar a alta diversidade e complexidade natural da área, resultantes das inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, características topográficas, rede de drenagem, substrato rochoso, solos e cobertura vegetal natural. É um território com endemismos, refúgios ecológicos e espécies ameaçadas de extinção”. (Plano de Manejo do P.N. da Serra da Bocaina - IBAMA/DIREC/CGEUC, 2000: Encarte 1 - p.1).

A morosidade na implantação de projetos voltados à valorização e o cuidado do próprio parque, envolvendo as comunidades locais, impossibilita a cidade de Paraty a concorrer como Patrimônio Natural da Humanidade. Por outro lado, sabemos que a Unesco considera que os fundamentos teóricos que justificam o tombamento de novos patrimônios históricos no Brasil estão no limite. O país já possui dez patrimônios da humanidade tombados pela categoria cultural²⁵ e, por isso, Paraty precisaria provar uma imensa excepcionalidade cultural e histórica

²⁵ Lista dos bens culturais nacionais tombados pela Unesco: 1) Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto (MG), 5/9/1980; 2) Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico de Olinda (PE), 17/12/1982; 3) Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões (RS), 9/12/1983; 4) Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Salvador (BA), 6/12/1985; 5) Santuário do Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas (MG), 6/12/1985; 6) Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de

para conseguir ser aprovada. Estes dois elementos conjugados tornariam as chances de Paraty se tornar um patrimônio da humanidade quase nula.

A abertura da categoria “Paisagem Cultural” reavivou as esperanças das organizações envolvidas com o processo de tombamento da cidade. Os sítios mistos, “que contenham atributos da natureza e registros humanos e possam ser inscritos com base em critérios culturais e naturais” (Bo, 2003: 135-236), seriam a única saída para o impasse de Paraty.

De acordo com José Pedro Costa, a cidade centrou todos os seus esforços e apostas no “Caminho do Ouro de Paraty”. Para ele, o caminho é essencial para se compreender a história do Brasil e mesmo do Mundo. Afinal, por este caminho:

“foi possível descobrir ouro em Goiás e no Mato Grosso e a cultura européia foi introduzida no interior do continente, pela primeira vez. Foi a maior descoberta de ouro desde o Império Romano. A repercussão disso foi fundamental na Europa, para a subsistência de Portugal, para alimentação da igreja. Parte desse ouro parou no Vaticano, e outra grande parte, em Londres. Ele serviu de base, inclusive, para a Revolução Industrial. Nada mais, nada menos, o Caminho representou uma mudança de qualidade de vida para a humanidade. Paraty é muito mais bonita do que o Caminho, mas por aquelas pedras passaram uma revolução” (Costa:2003).

Além de ser o espaço da revolução, de acordo com a narrativa de Costa, o caminho do ouro de Paraty também permitiria aos visitantes que visualizassem um trecho do Parque

Brasília (DF), 11/12/1987; 7) Parque Nacional Serra da Capivara (PI), 13/12/1991; 8) Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico de São Luís (MA), 3/12/1997; 9) Centro Histórico da Cidade de Diamantina (MG), 30/11/1999; 10) Centro Histórico de Goiás (GO), 18/12/2001. (Bo, 2003: 128)

Lista dos bens naturais nacionais tombados pela Unesco: 1) Parque Nacional do Iguaçu (PA), 5/12/1986; 2) Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica (BA e ES), 29/11/1999; 3) Reservas da Mata Atlântica do Sudeste (PA e SP), 29/11/1999; 4) Parque Nacional do Jaú (AM), 28/11/2000; 5) Área de Conservação do Pantanal (MT e MS), 28/11/2000; 6) Zonas Protegidas do Cerrado: Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros e Emas (GO), 14/12/2001; 7) Ilhas Atlânticas Brasileiras: as reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE e CE), 14/12/2001. (Bo, 2003: 153)

Nacional da Serra da Bocaina, sendo, por isso, essencialmente uma Paisagem Cultural de importância mundial.

A partir do Dossiê enviado à Unesco, a cidade de Paraty se torna um sinônimo do Caminho do Ouro. Como dito na própria entrevista de Costa, “Paraty é muito mais bonita do que o Caminho, mas por aquelas pedras passaram uma revolução”. Desta forma, a memória oficial da cidade é enquadrada (Pollak, 1989); reduzida a uma história escolhida sobre a exploração do ouro. Não se menciona a pobreza ou mesmo a escravidão, mas a penetração da cultura europeia no interior do Brasil e a riqueza que o caminho teria proporcionado não apenas a Portugal, mas também a Inglaterra e ao próprio Vaticano.

A memória de Paraty passa a ser narrada de forma coesa e estável para conquistar o título de Patrimônio da Humanidade. Título que, de acordo com Costa, traria imensas transformações à cidade. Afinal, Paraty passaria a fazer parte da lista de lugares especialíssimos. Ela estaria ao lado das Pirâmides do Egito, do Templo de Amon e da Muralha da China (Costa, 2003). Com tanto status seria mais fácil conseguir promover ações de proteção à cidade.

O resultado da campanha de Paraty será divulgado apenas no primeiro semestre de 2009. É preciso analisar, no entanto, se este enquadramento de memória, ou seja, esta imposição de Paraty como um sinônimo de seu caminho do Ouro, presente no Dossiê enviado para a Unesco, encontra repercussões nos discursos da Secretaria de Turismo de Paraty e em sua materialidade.

PARATY DA SECRETARIA DE TURISMO

O Roteiro do Visitante, escolhido como documentação para a análise do discurso oficial da secretaria de turismo de Paraty, é composto por trinta e oito páginas. Destas, trinta e quatro são

destinadas a descrever o histórico da cidade e as materialidades dos acontecimentos históricos. Apenas quatro páginas são reservadas para a apresentação de “Outros Atrativos” da cidade. Na composição desta categoria, são citadas as praias e ilhas, engenhos de pinga, cachoeiras e trilhas na montanha. A divisão bastante desigual entre as páginas de atrativos históricos e os outros atrativos, nos quais se incluem passeios no ambiente natural, indicam o valor da história para a cidade de Paraty. A história e o turismo histórico são compreendidos nos discursos oficiais como a vocação do município.

Enquanto a Turisangra traça uma arbitrária divisão entre igrejas, monumentos e casarões para aquilo que considera histórico dentro da cidade de Angra dos Reis, o *Roteiro do Visitante* de Paraty trabalha com apenas uma categoria para a composição da Paraty Histórica: os monumentos. Estes são subdivididos em duas categorias: 1) religiosos: compostos por igrejas católicas ou símbolos relativos a esta religião; e 2) Monumentos Cívicos e Militares: formados por prédios públicos e privados, cujas funções variaram com o decorrer dos séculos. No mesmo grupo, são inseridas as próprias ruas, praças e a malha urbana do centro histórico da cidade. A tabela abaixo traz a listagem de todos os monumentos religiosos, cívicos e militares assinalados pelo *Roteiro do Visitante*, com suas respectivas datas de fundação.

Monumentos, Paraty, Roteiro do Visitante.

Monumentos religiosos	Monumentos Cívicos e Militares
Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios (primeira capela datada de 1646)	Quartel da Fortaleza da Patitiba (século XVIII)
Igreja de Santa Rita (construção iniciada em 1722)	Forte Defensor Perpétuo (1703)
Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (construção iniciada em 1725)	Portão de Ferro (sem data)
Igreja Nossa senhora das Dores (datada de 1800)	Antiga Câmara e Cadeia (sem data)
Os “Passos da Paixão”	Câmara Municipal

(sem data)	(século XVIII)
Cruz das Almas (século XIX)	Casa da Cultura (1754)
Capela de Santa Cruz da Generosa (datada de 1901)	Santa Casa de Misericórdia (1822)
Igreja Nossa Senhora da Conceição de Paraty-Mirim (datada de 1720)	Chafariz de Mármore (1822)
	Sobrado dos Bonecos (século XIX)
	Ruas e Praças do centro histórico
	O Calçamento das ruas
	Malha Urbana
	Antigas Fazendas

Tabela construída a partir das informações fornecidas pelo *Roteiro do Visitante*, escrito por Diuner Mello e publicado em 2002, com apoio da Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade.

No *Roteiro do Visitante*, cada monumento citado recebe um breve texto descritivo sobre a história de sua fundação, seus fins e seu estado de conservação atual. Os primeiros monumentos citados são os religiosos. Todos eles estão ligados à religião católica, considerada, pelo próprio *Roteiro*, como a religião crucial para a fundação do município. De acordo com o texto, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, primeira capela de Paraty, fundada em 1646, teria sido construída a pedido da dona daquela Sesmaria, Maria Jácome de Melo. A senhora teria doado as terras para a construção do povoado de Paraty com a condição de que na área do atual morro do Forte fosse construída uma capela para a Santa de sua devoção: Nossa Senhora dos Remédios.

O *Roteiro* não se detém em explicações sobre quem seriam os santos, mas valoriza a participação popular, em especial a de pardos, negros libertos e escravos, na construção de algumas das capelas. Um exemplo seria o destaque dado pelo *Roteiro* à Igreja de Santa Rita, construída no ano de 1722. Segundo o texto escrito por Diuner Mello, a Igreja teria começado a ser edificada por pardos libertos sob a invocação do Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria.

Quando edificada, o templo teria passado a receber devotos brancos que passaram a utilizá-la como matriz. Os motivos que teriam levado as “famílias brancas” à Igreja não são explicados. Mas é assinalado pelo texto que o uso da construção por “brancos” teria sido crucial para a preservação da construção jesuítica, com elementos do barroco e do rococó.

O *Roteiro* não disserta sobre a relação entre o uso da Igreja por famílias brancas e a preservação do monumento. Poderíamos, entretanto, imaginar que a Igreja de Santa Rita, Matriz da cidade, passou a ser importante para os homens e mulheres considerados brancos na cidade e, também, com maior influência política e econômica no município. Apesar do roteiro não expor a existência de grupos com maior ou menor importância política e econômica na região, através da leitura do texto explicativo da Igreja de Santa Rita, é possível afirmar uma equação onde os homens e mulheres considerados como brancos são sinônimo de poder.

Poder que não estaria exclusivamente nas mãos dessas famílias brancas. Três anos após a construção da Igreja de Santa Rita, teria se iniciado a edificação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. O templo teria sido elevado por negros escravos e não teria sido concluído até o ano de 1757. O fim das obras teria sido uma conquista da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty, fundada em 20 de Agosto de 1750. Somente após a intervenção da irmandade, formada apenas por homens negros, na construção da Igreja, é que ela teria sido finalizada.

O *Roteiro* não explica as influências da irmandade na sociedade de Paraty. Mas podemos inferir seu poder ao verificarmos que a Igreja de Nossa Senhora dos Rosário e de São Benedito só foi concluída quase trinta anos do início de sua construção, com a intervenção da irmandade e, por conseqüência, dos considerados “homens negros”.

O texto que produz a imagem histórica oficial do município de Paraty não explana a constituição da sociedade, seus enfrentamentos e entendimentos entre os seus moradores. Mas,

através da descrição de alguns dos monumentos religiosos, é possível notar a existência desses conflitos e negociações: a Igreja de Santa Rita passou a ser preservada a partir do momento que foi freqüentada por “famílias brancas”, como explicado no próprio *Roteiro*, que detinham maior poder político e econômico na cidade. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito foi finalizada apenas após a organização e a intervenção da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty: ou seja, os escravos libertos não tiveram força política e econômica para finalizá-la, mas, com a ajuda da irmandade, puderam fazê-lo em menos de sete anos!

Das negociações entre grupos sociais, parte-se para a diversidade dentro da própria religião católica. No começo do século XX, um escravo liberto chamado Theodoro teria morrido afogado quando pescava no rio Perequê-açu. Como era sexta-feira de Passos (sexta-feira antes da Semana Santa), sua ex-proprietária, Dona Maria Generosa, teria mandado construir uma capela em homenagem ao seu antigo escravo. Em 1901, teria sido levantada a Capela de Santa Cruz da Generosa. A Igreja Católica, de acordo com o próprio *Roteiro*, nunca a reconheceu oficialmente. Independentemente disso, nela são celebradas festas religiosas onde o povo se reúne para cantar ladainhas.

A leitura da descrição dos monumentos religiosos feita pelo *Roteiro do Visitante de Paraty*, em um primeiro momento, parece apenas celebrar a religião católica existente no Brasil colonial e, em especial, na cidade de Paraty até o primeiro ano do século XX. Com toda certeza, o texto faz a celebração da memória católica ao negar o espaço de monumento a qualquer outro tipo de culto existente no município. Porém, além da celebração da identidade católica da cidade, é possível pontuar a existência de uma sociedade onde havia conflitos sociais, grupos de pessoas excluídas, e mesmo uma falta de obediência popular em relação à direção central da Igreja Católica expressa no caso da Capela de Santa Cruz da Generosa.

A presença de grupos sociais diversos é percebida em menor escala nas descrições dos monumentos civis e militares. Com esses monumentos, o *Roteiro* destaca o prestígio da cidade durante o ciclo do ouro no Brasil colônia. As construções militares configuram-se como símbolos da importância estratégica de Paraty: o quartel militar da Patitiba, junto com o Forte Defensor Perpétuo e o portão de ferro da cidade, formaria o sistema defensivo da cidade e do escoamento de ouro para Portugal. O texto não destaca, porém, quem ou o que ameaçaria a cidade e o escoamento do ouro. Com inimigos e defensores anônimos, sabe-se apenas que a cidade precisava se defender e que, talvez, ela estivesse pronta para isso.

O mesmo anonimato estende-se sobre as construções civis públicas e particulares. Todas elas têm sua arquitetura descrita e, no caso das construções públicas, também vemos suas funções no decorrer dos séculos. Para as construções particulares, não há distinção sobre quem eram os seus donos ou mesmo sobre seus possíveis usos. Acerca do Sobrado dos Bonecos, por exemplo, é narrado:

“Apesar da beleza de sua fachada é uma das últimas construções do séc. XIX na cidade. Já se notam em sua fachada elementos que caracterizam o estilo “Belle Epoque”, com as volutas das colunas, o gradil da sacada e os batentes de granito em seus dois pavimentos. Sobre a platibanda que arremata a cimalha de telhas de louça pintada existem cinco estátuas, provavelmente representando os cinco continentes, que foram vendidas na década de 1930”. (Mello: 2002; sp)

É possível imaginar, pela grandiosidade da construção privada, que o prédio deveria pertencer a alguma família enriquecida da cidade. Mas, ao turista, nenhuma outra informação é fornecida. A construção se estabelece como “mais um exemplo da riqueza arquitetônica que pode ser encontrada em Paraty”. Por outro lado, os edifícios públicos, como a Cadeia, a Câmara municipal, a Santa Casa e o Chafariz tornam-se representativos da vida institucional da

cidade: mas as pessoas que usariam esses prédios são silenciadas pela história oficial da cidade apresentada ao turista.

Nessa história formada por grandes e simbólicas construções, o *Roteiro do Visitante* inova, em relação à cidade de Angra dos Reis, ao destacar como monumentos da cidade as suas próprias ruas, o seu calçamento, as praças e a malha urbana do centro histórico. Segundo o texto analisado, a concepção e a construção de todo o conjunto da malha urbana histórica de Paraty seria de responsabilidade da Maçonaria, organização masculina e exclusivista. O conjunto desses elementos consagra, portanto, todo o centro histórico como um monumento sinalizado para a visita do turista e protegido pelas leis municipais, estaduais e federais, pelo menos, desde a década de 1940. Mas, assim, como todos os outros monumentos civis e militares, a malha urbana torna-se exemplo material da grandiosidade da cidade de Paraty e não necessariamente das pessoas que as fizeram ou mesmo as utilizaram.

Fora do centro histórico os monumentos se restringiriam às Antigas Fazendas. De acordo com o *Roteiro*, é possível destacar desses monumentos:

“Das centenas de fazendas aqui existentes, poucas restaram, e dentre estas sobraram a Fazenda da Itatinga, do Bom Retiro, do Bananal e da Boa Vista. Nesta última, que se situa em frente à cidade, viveu até seus oito anos, Júlia da Silva Bruhns, mãe do escritor alemão Thomas Mann, prêmio Nobel da Literatura. Júlia nasceu em Paraty, filha de pai alemão e mãe brasileira, na região de Graúna e Rio Pequeno em 14 de Agosto de 1851, levada para Alemanha lá se casou com o Senador Thomas J. Heinrich Mann.”
(Mello:2002, sp.)

Observa-se que algumas das muitas fazendas que teriam existido na região têm seus nomes citados. Não é possível compreender, apenas com o texto analisado, a importância que as fazendas desempenharam no passado, seja ela econômica, política ou social, ou quais grupos

sociais estariam vinculados a essas propriedades. Se a memória passada das fazendas é silenciada, o mesmo pode-se dizer das imagens dessas propriedades no presente. O *Roteiro* não explicita o papel atual desempenhado por essas fazendas nas memórias locais: seriam ali produzidas as famosas cachaças de Paraty? Através de guias locais, descobre-se que as fazendas listadas vivem da produção da bebida, de produtos para o consumo local e mesmo do turismo. Mas estas informações são extra-textuais e dependem do interesse do turista em explorar os monumentos intitulados “antigas fazendas”.

Destaca-se, na descrição realizada pelo *Roteiro*, a informação de que a mãe do prêmio Nobel Thomas Mann, Júlia Bruhns, nasceu na fazenda Boa Vista. Ela viveu no local até os oito anos de idade. A princípio, a informação poderia ser concebida como uma curiosidade local, mas ela ocupa quase que todo o texto sobre as fazendas monumentos. A possível vinculação entre Paraty e o Prêmio Nobel torna-se mais notável que as próprias fazendas da região: construção narrativa que tornaria Paraty ainda mais elegante. A cidade contaria não apenas com seus monumentos religiosos, civis e militares, mas também com os primeiros oito anos da mãe de Thomas Mann!

O *Roteiro do Visitante* é datado de 2002. Nos seis anos que se passaram após sua impressão, a secretaria de turismo local desenvolveu novos atrativos turísticos para a região. Estes são divulgados, junto com os já listados pelo *Roteiro*, no *Centro de Informação Turística*, espaço localizado no portal da cidade com o objetivo de orientar e auxiliar os visitantes do município. Ali, através de cartazes espalhados por suas paredes, o turista é convidado a conhecer as comunidades caiçaras tradicionais e a comunidade Quilombola do Campinho; defendido como um território exclusivo da cultura afro-brasileira. Não há informações sobre as datas de fundação ou mesmo o histórico destas comunidades. Assinala-se a sua existência e a possibilidade de conhecê-las.

Para conhecer as comunidades citadas, o turista deve se organizar para visitá-las de forma autônoma. Não há uma estrutura turística montada para o percurso. O interessante é que o motivo para o breve convívio com as comunidades, advogado pelo próprio *Centro de Informação*, é conhecer e conversar com as pessoas que ali vivem. A sinalização da existência dessas comunidades como pertencentes à memória regional de Paraty indicam um esforço da secretaria de turismo local para diversificar as identidades da cidade para além dos monumentos religiosos, civis e militares, para além das correntes que cercam o chamado Centro Histórico.

O mesmo movimento de diversificação da memória e construção de uma identidade para a cidade de Paraty é encontrado no próprio *Roteiro*. Após a nomeação de todos os monumentos do município, memória histórica da região, passa-se a qualificar o que a secretaria denomina como manifestações culturais. Estas são divididas em dois grupos: 1) Festas religiosas e populares e 2) Danças Folclóricas. As manifestações culturais, escolhidas pelo *Roteiro*, se caracterizariam por serem expressões consideradas típicas de um ou mais grupo sociais que viriam de tempos anteriores e não estariam materializadas em construções. Na tabela abaixo, seguem as festas e as danças que formariam cada um desses grupos.

Festas e Danças, Paraty, Roteiro do Visitante

Festas religiosas e populares	Danças Folclóricas
Semana Santa	Danças de Salão: Ciranda, Cana-verde-de-mão; Cana-verde-de-valsas; Canoas; Arara; Marca do Lenço; Felipe; Carangueijo.
Festa do Divino Espírito Santo	Danças de Grupo: Chiba Cateretê; Dança dos Velhos; Dança das Fitãs;
Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	
Outras festas: Nossa Senhora dos Remédios, Santa Rita, São Pedro, Santo Antônio, São Roque, Santa Terezinha, Nossa senhora das Dores.	
Festas populares: o carnaval e o festival da pinga.	

Tabela construída a partir das informações fornecidas pelo *Roteiro do Visitante*, escrito por Diuner Mello e publicado em 2002, com apoio da Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade.

As festas são subdivididas em dois grupos: festas religiosas e as festas populares. Assim como em Angra dos Reis, as festas religiosas são relacionadas às festividades católicas; as homenagens aos santos acabam por ocupar quase a totalidade da lista de festividades da região. Entre as doze festividades que estão no calendário, apenas duas não possuem o caráter exclusivamente religioso: são as festas populares. Entre elas está o carnaval, que marca o início do período da Quaresma religiosa, e o festival da pinga, que serve para a divulgação e a comemoração da produção da cachaça pelas fazendas locais.

O *Roteiro* não se detém nas explicações dos motivos de cada uma das festividades, nem das datas e locais onde elas ocorrem. Trata-se apenas de um panorama daquilo que o turista pode encontrar. As mesmas ausências são encontradas na descrição das danças, que podem ser de dois tipos: de salão e de grupo. O texto traz uma pequena descrição de como se dança cada uma das modalidades listadas, mas não cita as pessoas que praticam esses exercícios, as datas e os locais onde é possível assistir a prática dessas danças.

Esses silêncios, combinado com os monumentos assinalados pelo *Roteiro*, tornam Paraty um cenário atemporal: nela o turista pode encontrar construções que permitem a visualização de uma cidade colonial, danças e festividades que podem ser tão ou mais antigas que a própria cidade. Essas festas e danças poderiam acontecer em qualquer hora ou lugar.

Estes elementos assinalados constituem grande parte da memória oficial de Paraty, afinal, suas descrições ocupam, como já afirmado, trinta e quatro páginas de todo o *Roteiro do Visitante*. Haveria, no entanto, outras partes formadoras desta memória oficial. Um quinhão menor, restrito a quatro páginas e descritos de forma sucinta, categorizado como “Outros Atrativos”. De acordo com o *Roteiro*, o turista não deveria visitar apenas o Centro Histórico, afinal, haveria opções para “todos os gostos: praias de águas limpas, tranquilas ou agitadas,

engenhos de fabricação de pinga, passeios de barco, caminhada por trilhas seculares, mergulhos e muito mais” (Mello:2002, sp).

Dentro de “Outros Atrativos” podem ser encontradas quatro categorias de lazer que parecem permitir a fuga do turista de tantos monumentos. As categorias são: 1) Praias e Ilhas; 2) Os Engenhos de Pinga; 3) Cachoeiras; e 4) Trilhas nas Montanhas.

Todas as quatro categorias são descritas respeitando uma mesma forma. A primeira característica da narrativa dos “Outros Atrativos” é a generalização. Para nenhum dos pontos turísticos assinalados é fornecido detalhes sobre suas constituições, usos ou particularidades. Em Praias e Ilhas, por exemplo, é afirmado: “Praias da cidade não são boas para banhos” (Mello: 2002, sp). Não há explicações sobre os motivos que tornam as praias da cidade impróprias para o banho. Mas é importante assinalar que as RQR, até a década de 1970, assinalavam estas praias como boas e, que os moradores da cidade de Paraty, de acordo com o próprio centro do turista, usavam as praias da cidade.

Se ao turista não é indicado o banho na praia do centro, em quais locais ele deveria ser praticado? Segundo as instruções do *Roteiro*, as melhores praias e ilhas poderiam ser alcançadas através das embarcações ou mesmo utilizando automóveis. Para aqueles que optassem pelos barcos, há solução dada pelo *Roteiro* é que os turistas procurassem agências especializadas no serviço. O roteiro dura cerca de cinco horas e possui os pontos de parada pré-estabelecidos. Com estes serviços, é possível conhecer as praias: Vermelha, Conceição, Lula, Saco da Velha, Baía da Preguiça, Pouso da Cajaíba, Grande da Cajaíba, Itaoca, Panema e Pouso da Cajaíba. E as ilhas: Sapeca, Catimbáu, Cotia, Ventura, Comprida e do Algodão.

Para os visitantes desejosos de roteiros mais personalizados, outra opção seria procurar barcos menores, alugados por hora, e conversar com os “exímios marinheiros” existentes em Paraty. Os mestres, como descreve o *Roteiro*, são capazes de levar o turista para paraísos não

acessados pelos barcos padrões, pequenas ilhas e praias verdadeiramente desertas. O local mais indicado, neste caso, seria o Saco do Mamanguá, braço de mar que avança seis quilômetros terra adentro.

Com grandes barcos ou com embarcações à disposição de um pequeno grupo de pessoas, a cidade se mostra capaz de oferecer ambientes para todos os tipos de turistas, inclusive para aqueles que optam por conhecer os arredores com um automóvel. Neste caso, as praias indicadas são: Mambucaba, Tarituba, São Gonçalo, Praia Grande, Jabaquara, Paraty Mirim e as praias de Trindade (Cepilho, de Fora, dos Ranchos, do Meio, do Caixadaço e da Figueira). Como opção de hospedagem, é assinalado Trindade que, além de especial beleza, já possui “infraestrutura hoteleira no povoado” (Mello: 2002, sp).

Para além das praias e ilhas, a segunda categoria de “Outros Atrativos” oferece ao turista um “verdadeiro espetáculo”. Os engenhos Corisco, Maré Alta, Coqueiro, Vamos Nessa, Itatinga e Murycana, de acordo com o *Roteiro*, permitem o acompanhamento do processo de produção da pinga e a compra de diversas espécies do produtos: branca, azulada, envelhecida, caramelada, etc. A água-ardente, principal produto econômico de Paraty entre o final do século XIX e meados do século XX, não é assim indicada no *Roteiro*. Inserido na categoria da generalização, assim como as praias e ilhas, os engenhos são sinalizados como bons atrativos aos seus interessados.

A criação de “Outras Categorias” se insere na necessidade própria ao setor turístico de criar opções para os mais variados tipos de consumidores: de acordo com o interesse e possibilidade financeira se vislumbram possibilidades na cidade. Para aqueles aventureiros ou não tão afeiçoados às ilhas e praias, haveria mais duas categorias de atrativos em Paraty: as cachoeiras e as trilhas nas montanhas. É curioso, entretanto, que para se acessar as cachoeiras assinaladas é necessário fazer pequenas ou longas trilhas. Desta forma, as duas categorias que

são classificadas como diferentes poderiam fazer parte de um todo. Ao separar este todo em duas partes, cria-se, por outro lado, o imaginário de um número maior de opções de lazer. A cidade, a partir da identidade construída para ela, se torna mais completa.

As cachoeiras e as trilhas nas montanhas fazem parte dos passeios no Parque Nacional da Serra da Bocaina. Por se tratar, em alguns casos, de áreas de difícil acesso, o *Roteiro* indica a procura por guias especializados nos passeios. Os guias podem ser encontrados nas Agências de Turismo ou no Centro Excursionista de Paraty, “que possui guias formados e experientes, profundos conhecedores dos caminhos o que evita que alguém se perca nas matas” (Mello: 2002, sp).

Munidos de guias, os turistas podem conhecer as cachoeiras: dos Penhas; da Pedra Branca; do Corisco; da Ponte Branca; da toca de Engrácia; do Taquari; do Iriri, entre outras. E fazer as diversas trilhas que entrecortam a Serra do Mar, entre elas: “Caminho do Ouro”, Estrada dos Degraus, Trilha do Corisco-Picinguaba, Paraty Mirim-Mamanguá, Pouso da Cajaíba - Martins de Sá. Como algumas trilhas são longas e, por isso, exigem o pernoite, o *Roteiro* reforça a necessidade de fazer estes passeios sempre com os guias locais e, principalmente, que os visitantes tenham cuidado com a preservação do ambiente visitado, “não jogando lixo, arrancando espécimes da flora, etc” (Mello: 2002, sp).

Apesar da Trilha do Ouro de Paraty ser a principal aposta de organizações da cidade para conquistar o título de Patrimônio da Humanidade, dentro da narrativa do *Roteiro* o Caminho do Ouro recebe apenas um parágrafo de destaque. Segundo o texto, trata-se de uma Trilha Guaianá, usada pelos colonizadores para se atingir os sertões e as Minas Gerais. A estrada seria calçada de pedra e, no seu percurso, seria possível visitar “as ruínas do antigo Quartel da Serra e do Registro da Cachoeira, antiga casa de cobrança de impostos sobre as

mercadorias que subiam e desciam a serra, especialmente o “Quinto” do ouro, diamantes e outras riquezas que desciam das Minas” (Mello: 2002, sp).

O Caminho do Ouro, dentro da narrativa analisada, não faz parte da memória principal da cidade. Ele é circunscrito dentro de “Outros Atrativos”, ao lado de várias trilhas que o visitante poderia fazer. Ao mesmo tempo, ele se configura como um dos poucos “outros atrativos” turísticos que recebe uma descrição, mesmo que sucinta, sobre o que ele oferece. O caminho do ouro, portanto, foge da característica da generalização.

Mas, como uma cidade que pleiteia o *status* de Patrimônio da Humanidade através do Caminho do Ouro não tem, em seu texto principal, uma preocupação em valorizar o Caminho? A resposta para a questão não é encontrada no texto da secretaria de turismo, e sim na análise da materialidade local, analisada no próximo capítulo.

Da análise do *Roteiro do Visitante* conclui-se que Paraty constroe-se como detentora de uma vocação histórica. Seus principais atrativos são permeados pelas lembranças remotas de um passado. A cidade, composta discursivamente pela descrição de construções e festividades, torna-se um símbolo inabalável do tempo colonial brasileiro. Ela teria sobrevivido às mudanças do século XVII, passando pelo quase esquecimento no século XX, e estaria preservada na atualidade. Imutável.

Ao lado da imutabilidade, estaria o charme e a intelectualidade. Características expressas na mãe de Thomas Mann, que teria nascido e vivido ali até os seus oito anos, e na própria Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), inaugurada em Agosto de 2003. Por ser mais recente que a última edição do *Roteiro do Visitante*, a Flip não é citada no texto analisado. As referências à Festa podem ser encontradas no *Centro do Turista* ou mesmo em páginas da internet vinculadas à prefeitura da cidade.

Como analisado anteriormente, os organizadores da FLIP almejam consagrá-la no seleto grupo de importantes festivais literários que incluem, por exemplo, o Hay-on-Wye, Adelaide, Harbourfront de Toronto, Festival de Berlim, Edimburgo e Mântua. Para fazer isso, utiliza-se o mesmo recurso retórico: encontra-se na cidade de Paraty um excelente cenário para a composição de uma atmosfera agradável e charmosa. De acordo com o site oficial da FLIP:

“Poucos locais poderiam ser mais agradáveis para sediar a FLIP que esta charmosa cidade. Suas ruas de pedra propiciam encontros casuais proveitosos, enquanto restaurantes e bares convidam a um bate-papo descontraído. As pousadas e os serviços oferecem excelente padrão de qualidade”.

http://www.flip.org.br/sobre_flip.php3 (Acesso em 02/05/08)

O discurso oficial exalta a cidade como uma construção humana excepcional e de onde a cultura seria exalada de cada uma das suas ruas e construções. A vocação da cidade seria viver de sua própria história. Para os turistas que não se contentam com isso, para não perdê-los ou desagradá-los, há praias e ilhas povoadas ou desertas, cachoeiras e trilhas, além de engenhos que produzem as mais variadas cachaças,. Paraty é descrita como a possibilidade de contato com o passado. Mas seria isso que suas culturas materiais permitiriam ler?

CAPÍTULO 5

O AMBIENTE HUMANO E O NATURAL LIDO NAS CIDADES.

“Você sabe melhor do que ninguém, (...), que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. Se descrevo Olívia, cidade rica de mercadorias e de lucros, o único modo de representar a sua prosperidade é falar dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos bífores (...). Mas, a partir desse discurso, é fácil compreender que Olívia é envolta por uma nuvem de fuligem e gordura na parede das casas; que, na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo os pedestres contra o muro”.

Calvino, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 59

A cultura material é presente na vida humana. Nascemos, crescemos e morremos interagindo com as mais diversas materialidades, criadas dentro de diferentes propósitos. Apesar da história da cultura material ligar-se a história humana, seu conceito nasceu apenas na segunda metade do século XIX com estudos da pré-história. O geólogo francês Boucher de Perthes, nas obras *Antiquités celtiques et antédiluviennes* (1847) e *De l'homme antédiluvien* (1860), teria sido o primeiro pesquisador a empregar-se do conceito para analisar objetos produzidos por Homens durante a pré-história. A institucionalização do termo só teria ocorrido em 1919, quando da criação, na Rússia Soviética, da *Akademiia istorii material'noi Kul'tury* (Academia da História da Cultura Material). Apesar de ser a primeira institucionalização do termo, para a criação da Academia, utilizaram-se, em russo, expressões eruditas e de origem estrangeiras:

academia (grego), istoria (grego), materialnaia (latim), kultura (latim), todas citadas no nominativo russo (Romano e Gil: 2004, 11-16).

Com quase um século de existência, o termo, que passou a ser central para os estudos arqueológicos, recebeu inúmeras definições. Para algumas correntes arqueológicas, a cultura material era compreendida como os vestígios daquilo que os Homens constroem. Estes vestígios seriam provas concretas que poderiam elucidar o funcionamento de determinadas culturas.

A cultura, neste viés, definir-se-ia como uma soma de todas as idéias, atividades e materiais que caracterizariam a natureza de um determinado grupo humano (Jones: 1997:17). Seria, portanto, uma herança social, que corresponderia a todo um compartilhar de tradições, instituições, modos de vida, entre outros elementos (Childe: 1956).

Como a cultura material seria uma documentação palpável e, por isso, objetiva, não haveria possibilidades de erros nos seus estudos. A objetividade da cultura material, de acordo com o arqueólogo francês, André Leroi-Gourhan, permitiria que a Arqueologia não encontrasse limites espaciais ou temporais aos seus estudos, podendo, como quase nenhuma outra ciência, elaborar sínteses gerais e particulares dos objetos estudados (Leroi-Gourhan: 1945).

A acessibilidade a determinadas culturas providenciadas por esse tipo de documentação, bem como sua objetividade, passaram a ser questionadas, principalmente a partir da década de 1980, com o nascimento da Arqueologia pós-processual e do pós-modernismo. As ciências humanas no geral e, a Arqueologia em especial, buscaram redefinições para a conceituação de cultura e de objetividade do pesquisador. Nesse novo contexto, a identificação de culturas através de artefatos arqueológicos tornou-se uma equação difícil de resolver.

As dificuldades encontradas para se traçar os limites culturais entre determinados grupos estariam centrados na própria impossibilidade de se determinar identidades aos grupos ou pessoas. A identidade, neste caminho, passa a ser entendida como processos fluidos e contextuais de construções de respostas para perguntas como “quem eu sou?”, “quais são os grupos em que me insiro?”, entre outras. As respostas às questões podem ser múltiplas e variar de acordo com a inserção individual/grupal no tempo ou mesmo no espaço. Para o pesquisador jamaicano-britânico Stuart Hall, a identidade configura-se como:

“algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em 'processo', sempre 'sendo formada’” (Hall, 2005: 38-39).

A instabilidade nas identidades é acompanhada pela mutabilidade da própria cultura. As formas como grupos de pessoas determinariam a si próprios e aos outros se arquivariam dentro das subjetividades. A cultura, portanto, não existe como uma categoria sólida, homogênea e singular, ao contrário, ela é fluída e varia sempre na ótica de seu interlocutor. Este pode ou não compartilhar de etnicidades, ou seja, de “práticas e visões culturais de determinada comunidade de pessoas e que as distinguem das outras” (Giddens, 2005: 206). A etnicidade poderia ser compreendida como o que é possível de existir em comum entre as pessoas, mas mesmo esse provável é bastante volúvel.

Assim, o que antes era classificado, dentro da Arqueologia histórico-cultural, em 1930, como determinada cultura estática, nos dias de hoje, pode ser percebido como detentora de múltiplas identidades e etnicidades, incontáveis possibilidades dos indivíduos perceberem a si próprios, aos seus próximos e aos outros. Cada um destes indivíduos estaria habilitado a ler o

mundo ao seu redor de acordo com suas identidades e etnicidades, o que tornaria cada leitura também subjetiva. Dentro dessa argumentação, seria impossível defender a cultura material como reveladora da verdade sobre os grupos que a produziram. Por dois motivos: 1) A verdade sempre variaria de acordo com o contexto do pesquisador ou de sua subjetividade e, 2) os grupos culturais não seriam dotados de uma sólida homogeneidade passível de ser revelada ou mesmo reconstruída.

A cultura material pode se configurar, dentro de correntes teóricas pós-modernas, como tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo homem e que, constantemente, é interpretada pelas pessoas. A documentação da Arqueologia não revela o passado ou o presente, mas permite responder aos anseios do presente sobre como as múltiplas culturas, formadas pelas intersecções das identidades e etnicidades, podem se arquitetar e ter a intenção de funcionar. Um exemplo de leitura da cultura material com tais propósitos é o estudo realizado pelo arqueólogo inglês Matthew Johnson em sua obra *An Archaeology of Capitalism* (1996).

No livro, o autor almeja traçar um mapeamento das mudanças ocorridas na paisagem e na cultura material da Inglaterra durante a transição do final da Idade Média para o início da modernidade. A busca pelo nascimento do capitalismo é uma preocupação própria do autor, em seu tempo e contexto específicos. De forma bastante interessante, o pesquisador estuda estruturas como a de igrejas do período e, através da análise de suas distribuições espaciais, consegue propor uma relação entre as divisões sociais existente no período e os usos daqueles espaços. Para Johnson, a cultura material seria produzida em uma sociedade desigual e acabaria por reproduzir e reforçar essas disparidades.

O exemplo da análise material feita por Johnson poderia ser extrapolado e trazido para o nosso tempo presente como, por exemplo, a investigação da materialidade das escolas. A

disposição das salas, carteiras dos alunos, mesa do professor, arquitetura do prédio da escola, entre outros elementos, conduzem alunos e professores a adotarem comportamentos socialmente aceitos. De acordo com o arqueólogo Pedro Paulo A. Funari: “não lemos regras e nos tornamos membros do rebanho de alunos, na escola; são as estruturas materiais de controle, no edifício “Escola”, que nos transforma em rebanho” (Funari: 1995: 05).

A cultura material, portanto, é repleta de intencionalidade; ela é concebida, materializada e utilizada dentro de determinadas culturas e, por isso, pode ser lida para a compreensão do funcionamento das regras culturais. Até o presente momento, analisamos os discursos da *Revista Quatro Rodas* sobre as cidades de Angra dos Reis e Paraty e de suas próprias secretarias de turismo. Mas, entre as cidades narradas por essas duas instituições e as leituras de algumas das suas estruturas materiais (selecionadas para a presente pesquisa), quais seriam os possíveis diálogos? Em quais pontos esses discursos se encontrariam ou se distanciariam? Quais identidades estariam sendo silenciadas ou celebradas nesses discursos? Quais seriam os efeitos dessas celebrações e anulações?

Para responder essas perguntas é preciso analisar algumas das materialidades das cidades de Angra dos Reis e Paraty. A leitura dessas culturas materiais compõe-se como mais um corpo discursivo, assim como os produzidos pela RQR e pelas secretarias de turismo. O confronto entre as fontes não almeja a busca de uma verdade sobre a cidade, mas, ao contrário, as discontinuidades e rupturas existentes em cada categoria documental, respeitando, sempre, suas especificidades.

A MATERIALIDADE, O HISTÓRICO CULTURAL E O NATURAL DE ANGRA DOS REIS.

A maior parcela dos turistas que decidem visitar a cidade de Angra dos Reis chega ao município através de dois meios de transportes: ônibus ou carro. O carro é amplamente empregado pelos turistas brasileiros, enquanto que os estrangeiros optam pela utilização do ônibus (Plano Diretor, 2006: p. 57-59). Para aqueles que chegam à cidade de ônibus, no terminal rodoviário, é possível escolher o que fazer na região em uma agência de turismo localizada no próprio terminal. A agência promove o deslocamento dos visitantes da rodoviária diretamente para Ilha Grande. Sua especialidade é o turismo natural (passeios de barcos, lanchas, mergulhos e *trekking*) compreendido, pela instituição, como sinônimo da Ilha Grande.

Não há propagandas sobre outros corredores turísticos no município. Quanto aos atrativos histórico-culturais, a agência não os divulga (por meio de pacotes de serviços ou de cartazes), isto porque estas visitas poderiam ser concretizadas pelo turista de forma autônoma.

Os visitantes que chegam a Angra dos Reis utilizando-se da rodoviária podem consolidar um imaginário há bastante tempo propagado: a cidade pertence à natureza! Estudos realizados pela Pesquisa de Demanda Turística afirmam que as quatro principais motivações que levam os turistas à Angra dos Reis são: belezas naturais, praias, visita às ilhas e esportes náuticos (Sebrae, 2006: 9). Exatamente os únicos atrativos vendidos pela agência de turismo.

Para aqueles que chegam à cidade de carro, no portão principal de Angra dos Reis é possível visualizar placas que indicam o caminho para a marina, espaço de onde partem pequenas embarcações para a região das ilhas, ou para o centro da cidade. Assim, o condutor do veículo pode escolher duas vias: caminho em direção ao centro ou acesso à Ilha Grande.

De acordo com a pesquisa bilíngüe realizada no período de 09 a 11 de Fevereiro de 2006, com 377 turistas, poucos parecem ser aqueles que, de carro ou de ônibus, escolhem a direção centro: 53,8 % dos turistas ficaram na região de Ilha Grande, 12,7% na Ponta Sul e, 9,5% na Região Central. É importante ressaltar que os números referem-se à localização dos hotéis onde se hospedaram os turistas (motivados pelo lazer ou pelo trabalho). É possível imaginar, apesar de não ter sido mensurado, que uma porcentagem destes turistas tenha se hospedado no centro e visitado Ilha Grande (ou vice-versa) ou se hospedado na Ponta Sul e visitado o centro e Ilha Grande (ou ao contrário).

Para aqueles que decidem pelo caminho do centro, por ali estarem hospedados ou por outras motivações, é possível visitar a maior concentração de casarões, monumentos e igrejas assinalados pela Turisangra como atrativos históricos da cidade. Mas, não há sinalizações para o turista da existência de qualquer ponto turístico histórico na área em si.

As igrejas, casarões e monumentos apontados pela Turisangra localizam-se em diversos pontos do centro da cidade: estão espalhados dentro do cotidiano das pessoas que ali vivem. Para conhecê-los é necessário um guia turístico nas mãos e a vontade de embrenhar-se no centro de Angra dos Reis. Grande parte das edificações históricas não possui sinalizações ou informações sobre sua construção, uso ou mesmo modificações pelos quais os prédios passaram. Por isso, para conhecer o turismo histórico no centro, o turista precisa desejá-lo e caçá-lo no meio de tantas outras edificações. Por se tratar de um centro citadino, com um intenso fluxo de carros e pessoas, os passeios a pé configuram-se como os mais fáceis para o conhecimento das edificações históricas: é possível encontrá-las com maior facilidade, a partir das informações dos moradores locais que conhecem as ruas e as construções, e observá-las sem se preocupar com o trânsito ou em achar um local para deixar o carro.

Apesar do esforço da Turisangra em pontuar a possibilidade de um turismo histórico no centro de Angra dos Reis, existe uma estrutura material que dificulta a execução deste turismo: 1) a existência de uma rota direta rodoviária–marina ou entrada da cidade–marina; 2) a dispersão dos pontos histórico-culturais na Região Central e, por último, 3) a quase inexistência de sinalizações que destacam os pontos turísticos do centro.



Nas imagens ao lado e acima, no sentido anti-horário: antiga cadeia, prédio Jorei e fachada do Sobrado da Ladeira de Santa Luzia. Construções consideradas pontos turísticos históricos pela Turisangra, mas sem nenhuma sinalização informativa sobre os prédios, seus significados ou importâncias para a história da cidade.

Crédito das fotografias: Aline Carvalho, Março de 2007

Às dificuldades anteriores, percebidas nas três fotografias, soma-se a própria estrutura narrativa dos discursos construídos pela Turisangra. Ao separar o turismo em duas categorias, histórico-cultural e natural, e listá-los para cada um dos corredores turísticos, a Turisangra

oferece ao seu leitor duas possibilidades de ação: conhecer o ambiente histórico-cultural (centro da cidade) e/ou o ambiente natural, com pitadas de histórico-cultural (Ilha Grande ou Ponta Sul).

A escolha parece não ser muito difícil: a maior parte dos turistas opta por conhecer a Ilha Grande ou, em menor escala a Ponta Sul, e não visita o centro da cidade (Plano Diretor, 2006: 49-54). A materialidade da Região Central, notadamente marcada pela dispersão dos atrativos que não recebem destaques em meio às outras construções, reforça a existência de um grande fluxo de pessoas que chegam a Angra dos Reis e partem para Ilha Grande conhecendo apenas a o caminho da marina. De acordo com o Plano Diretor da região, a maior parte dos turistas busca Angra dos Reis por suas belezas naturais, o que faz com que Ilha Grande se constitua como o maior atrativo do município (Plano Diretor, 2006: p. 57-59). Segundo o *Guia do Turista*, arquitetado pela Turisangra, a Região Central do município não possui nenhum atrativo natural ou, por consequência, nenhuma beleza natural que poderia encantar aos seus visitantes.

As conjugações das fontes nos permitem arquitetar um ciclo vicioso que relega a Região Central de Angra dos Reis ao esquecimento dentro dos discursos e práticas turísticas.

Nas fotografias abaixo é possível perceber a existência de atrativos na Região Central que poderiam unir as categorias histórico-cultural e natural criadas pela própria instituição. Mas que são propagandeados exclusivamente como históricos. São dois os exemplos escolhidos:



Crédito das fotografias: Aline Carvalho, Março de 2007.

**Vista da Praça Lopes Trovão (Centro de Angra dos Reis).
O visitante pode observar a praia do anil (classificada como natural) e os canhões do século XVIII (determinados como histórico), possivelmente usados na defesa da cidade.
Para a Turisangra, essa junção, na Região Central, não existe.**





Vistas interna (pátio, na página anterior) e externa (a partir do último piso) do mosteiro franciscano do litoral da cidade de Angra dos Reis. História, paisagem citadina e “natureza” encontram-se dentro e fora do convento, mas não são consideradas pela Turisangra.

A autarquia responsável pelo turismo na Região Central propaga a inexistência de belezas naturais para a região, o que se choca com os próprios interesses dos turistas que visitam o município almejando justamente essas belezas naturais. Assim, o centro não se configura como a primeira escolha de quem viaja para Angra dos Reis. Esse turista de um suposto ambiente natural é facilmente deslocado da entrada da cidade para a marina e, depois, para Ilha Grande. O viajante não necessariamente conhece o centro e não recebe motivos para conhecê-lo. Caso ele decida visitar a Região Central, encontra poucas informações sobre os pontos históricos assinalados e a inerente disposição esgarçada desses pontos (que, logicamente, não pode ser modificada).

Para aqueles que buscam o ambiente natural, Ilha Grande é narrada como o espaço perfeito. A travessia de barco entre o continente e a Ilha já daria uma pequena mostra da beleza local.



Créditos das fotografias: Aline Carvalho, Março de 2007

Fotografias tiradas na marina, Corredor Centro: local coberto para os turistas esperarem seus transportes (rodoviários ou marítimos) e funcionários da Turisangra uniformizados. As informações dadas aos turistas são bilíngües (português e inglês) e o custo do transporte Centro-Ilha Grande (ou vice-versa) custa uma média de R\$ 20,00 (embarcações autorizadas pela Turisangra para levar passageiros-turistas).



Crédito da fotografia: Aline Carvalho, Março de 2007.

No caminho para Ilha Grande, inúmeras ilhas e um mar verde e calmo parecem seduzir o turista. Ali, o visitante encontra aquilo que aguardava. De acordo com a pesquisa Sebrae, 44,8% dos visitantes de Angra dos Reis encontraram exatamente o que esperavam da região e 41,6% dos entrevistados afirmam ter encontrado belezas ainda mais bonitas do que imaginavam.

Ao desembarcar em Ilha Grande, na Vila do Abraão, o turista se depara com o cartaz bilíngüe produzido pela *Associação dos Meios de Hospedagem de Ilha Grande (AMHIG)*. O informativo chama a atenção do turista para o fato dele estar adentrando uma área de proteção ambiental e, por isso, da necessidade deste turista ajudar na preservação daquele ambiente. As maneiras pelos quais os visitantes podem agir na preservação ambiental não são especificadas.

O informativo ainda traz dados sobre a estrutura de hotelaria e diversão. O visitante pode encontrar 130 pousadas, 60 restaurantes (ou similares) e vendas de um “substancial comércio de ‘souvenires’” em toda a Ilha. No quesito lazer, o cartaz adverte que ali não se encontra uma vida noturna “agitada”, mas o local “bucólico que você precisa”. Afinal, você pode “freqüentar bons restaurantes, beber bons vinhos, ouvir boa música, sentar na praia com a namorada e contar as estrelas”! De acordo com o cartaz, a “Ilha foi feita para descansar a cabeça e relaxar o corpo”. Assim, sua vocação é servir aos turistas que buscam fugir das atribulações de seus cotidianos.

Para desfrutar deste “*spa* natural”, o cartaz indica que os turistas recorram às agências especializadas, capazes de oferecer passeios por 100 praias, pela Mata Atlântica, atividades de mergulho, *táxi bouts*, caiaques e *city tour* pela Praia Preta, Lazareto, Aqueduto, Poção e vila do Abraão. Tudo para proporcionar ao visitante a sensação do imperativo: “sinta-se você mesmo como parte do ecossistema”.



Entrada dos turistas em Ilha Grande (via Abraão). Movimento ao longo de todo o dia, principalmente, de sexta-feira a domingo (entre os meses de Dezembro a Fevereiro e Abril a Agosto).

Crédito das fotografias:
Aline Carvalho, Março de 2007



Cartaz exposto no deck de entrada da Ilha Grande. Com belas imagens da ilha e texto convincente, a descrição do paraíso que o turista pode ali encontrar.

Os passeios realizados pelas agências possuem custos variados: deve-se levar em conta o número de pessoas e o tipo de atividade desenvolvida. Um passeio considerado simples, como um *city tour* pela região, sai, em média, R\$ 30,00²⁶ por pessoa. Como o público de Ilha Grande é bastante variado, há turistas estrangeiros e brasileiros, hospedados em grandes ou pequenos hotéis e mesmo “mochileiros” em barracas, há uma imensa procura por passeios

²⁶ Valor estimado no primeiro semestre de 2007.

através das agências. O preço não é necessariamente impeditivo para que os passeios pelas agências ocorram. Algumas empresas especializadas no turismo conseguem ter embarcações saindo do Abraão para outras regiões a cada meia hora²⁷.

Para aqueles que não querem pagar os preços das agências é possível negociar com barqueiros locais. Neste caso, os preços, os trajetos e as durações variam de acordo com os negociadores.

Outra opção de lazer, bastante usada na Ilha, são as próprias trilhas. Estas podem ser feitas com guias especializados ou por conta própria. Todas as trilhas são bastante sinalizadas. Logo na entrada delas, e ao longo do percurso, é possível encontrar placas com informações sobre as direções a serem seguidas, a duração e as dificuldades de cada percurso e os atrativos que podem ser visitados. A placa é ilustrada, o que facilita a compreensão do caminho que está sendo percorrido. Em baixo das informações específicas da trilha escolhida, há um mapa geral de todas as trilhas da região. As placas informativas são de responsabilidade da Turisangra.

²⁷ Movimentação encontrada aos sábados em alta e média temporada (Dezembro – Fevereiro; Abril – Agosto)



Crédito das fotografias: Aline Carvalho, Abril de 2007.

Na primeira imagem, placa informativa do circuito de trilhas T1 (Circuito da Abraão). Informações escritas e ilustradas facilitam a compreensão da trilha. Ao longo do percurso, podem ser encontradas placas iguais à da primeira imagem ou sinalizações mais simples (segunda imagem), que mostram as direções a serem seguidas e os principais pontos de referência nas proximidades.

As placas informativas formam uma estrutura material que possibilita maior segurança aos turistas (que podem facilmente se localizar), além de permitir o desenvolvimento da atividade de forma autônoma. Curiosamente, não apenas os atrativos classificados como “ecoturismo” recebem sinalizações, mas também os pontos turísticos históricos.

Casa da cultura, Mansão do Morcego, farol, Lazareto, Cândido Mendes e Igrejas Católicas, materialidades formadoras dos atrativos históricos da região, são explicados aos

visitantes brasileiros e estrangeiros pelos guias das agências de turismo ou por placas bilíngües informativas. As placas estão nos atrativos próximos à Vila do Abraão e que, por isso, podem ser acessados a pé. Locais distantes, como a Mansão do Morcego, não recebem uma sinalização específica.



Placa informativa da Ruína do Lazareto. Dados sobre o ano de construção, usos do prédio e posterior desativação. Algumas pichações (nomes ou apelidos de pessoas) podem ser encontradas na placa.

Crédito da fotografia: Aline Carvalho, Abril de 2007

Alguns desses pontos históricos, como, por exemplo, a própria Mansão do Morcego, tem o acesso é dificultado, por ser realizado apenas por mar. Geralmente, agências de turismo e barqueiros locais são os responsáveis por levar o turista de um ponto a outro. Se, no centro da cidade o acesso é percebido como um obstáculo às visitas, no caso de Ilha Grande, ele se torna um elemento atrativo ao conhecimento. Os caminhos aliam aquilo que é tido como

exclusivamente natural e, por isso, uma aventura para aqueles que possuem cotidianos distantes do encontrado em Ilha Grande, com o exclusivamente histórico-cultural.

É importante ressaltar que esse “novo” ambiente, mais complexo do que aquele que possui apenas o histórico ou apenas o natural, é um ambiente composto por memórias selecionadas, tanto humanas quanto naturais. Estas memórias podem ser encontradas nos discursos das revistas e instituições analisadas ou mesmo nas materialidades encontradas em Ilha Grande.

Um dos desdobramentos da RQR, a Revista *Viaje Mais*, publicada pela Editora Europa, na Edição de Março de 2007 (Ano 6, n. 70, 2007, p.39) afirma que o passado de Ilha Grande seria “assustador”, tendo sido marcado por: índios canibais (Tamoios), piratas, traficantes de escravos, exílio de doentes durante o Império e depois o cárcere. O assustador configura-se como aquilo que deve ser excluído: do indígena ao marginal, passando pelo passado escravocrata. Segundo a mesma revista, agora o turista pode andar tranquilo pela região, já que o assustador não existe mais. Resta o imaginário de que, em um presente seguro, o turista pode experimentar pílulas de um cenário daquilo que já foi transgressor no passado, em meio a belezas naturais inenarráveis. O imaginário materializa-se nas ruínas em frente às praias: vê-se o antigo presídio Cândido Mendes após um longo passeio de barco ou uma trilha feita na reserva ambiental.

Na revista especializada em divulgar a atividade turística, um passado plural de Ilha Grande é narrado como um fantasma inofensivo: ele existiu no passado e pode ser sedutor saber, no presente, de sua existência; mas ele, ainda bem, não assombra mais! Em contraposição, no *Guia do Turista*, elaborado pela Turisangra, experimenta-se uma imensa indiferença a esse passado. Os Tamoios não são citados e, tanto os piratas como os traficantes de escravos, são referenciados na categoria Mergulho, ou seja, dentro de uma classificação de

turismo natural. E, nesse caso, é mais valorizado o próprio mergulho do que as memórias de grupos sociais.

Aquilo que é considerado histórico pela Turisangra pode ser circunscrito em tradição política de valorização da casa-grande, igrejas barrocas, fortes militares, câmaras, cadeias, entre outros elementos elitistas, católicos e institucionais (Fernandes, 1993: 275) para a construção da identidade histórica e cultural da própria cidade. São as materialidades históricas assinaladas como pontos turísticos para a Ilha. Memórias que desviam ou destoam destas premissas tornam-se indesejáveis e, por isso, não divulgadas. Além disso, perdem sua condição humana: piratas e traficantes de escravos, junto com os atuais caiçaras e suas vilas, passam à condição de atrativos naturais.

Se o critério usado pela Turisangra para definir o ambiente histórico e natural é o mesmo para a Região Central e para Ilha Grande, a estrutura material que permite o conhecimento desses ambientes por parte dos turistas em cada uma das regiões é completamente diferente. Na Região Central não há indicativos dos monumentos, casarões e igrejas selecionados para a construção da memória local. Ao contrário de Ilha Grande, cada atrativo histórico ou natural é explicado pelas agências de turismo especializadas ou mesmo por placas que permitem a visita autônoma por parte do visitante. A Região Central exige o esforço do turista em se embrenhar-se no meio do cotidiano citadino e, em meio à confusão, localizar aquilo que parece ser um atrativo. Logo, a dificuldade de acesso é impeditiva. Em Ilha Grande, os atrativos falam por si próprios, já que possuem suas legendas bilíngües e ilustradas. O acesso difícil, por sua vez, torna-se atrativo.

Entre os atrativos históricos e naturais de Ilha Grande é possível encontramos propagandas pela manutenção da limpeza das praias e das trilhas. Estas são feitas pela Brigada Mirim Ecológica (uma organização da prefeitura municipal junto às escolas públicas da região)

e pela própria prefeitura. A quantidade de sinalizações para a limpeza local espalhadas pela Ilha atribui sentido à frase escrita no painel de boas vindas aos turistas (instalado no cais do Abraão): “Hoje, preservar é uma tarefa muito difícil. Mas uma questão de sobrevivência”. Para uma Ilha que vive de sua imagem de paraíso ecológico, a preservação daquele ambiente torna-se crucial para a manutenção de sua auto-imagem e, por consequência, da continuidade da atividade turística.



Crédito das fotos: Aline Carvalho, Abril de 2007.

No sentido horário: fotografia da sede da brigada mirim ecológica, organizada pela prefeitura, junto a escolas públicas da região. Fotografia de propaganda do projeto “Angra Legal” para a manutenção da limpeza das praias. E, nas proximidades do Abraão, é possível encontrar cartazes da guarda mirim sobre o tempo de decomposição do lixo (como na terceira foto): um estímulo para moradores e visitantes manterem a Ilha limpa.

Placas ou propagandas semelhantes não são encontradas no corredor do centro de Angra dos Reis. As manifestações culturais – festas e danças – não são sinalizadas para nenhum dos dois corredores turísticos.

O terceiro corredor analisado em Angra dos Reis, a Ponta sul, não é mencionado nas reportagens da RQR. Os textos das revistas tendem entre a Região Central, que marca as publicações até a década de 1980, e Ilha Grande, posterior ao período mencionado. Nas narrativas produzidas pela Turisangra, no entanto, há uma valorização do turismo histórico centrado nas construções que materializariam o passado áureo do local e uma rápida menção à existência da Usina Nuclear instalada na área. A narrativa dada pela autarquia sobre a usina nuclear, bastante sucinta, não permite ao seu leitor imaginar as dimensões físicas ou culturais da instituição.

A concepção da Usina de Angra I, primeira usina nuclear construída no país, é datada de 1968. Naquele ano, a Eletrobrás, estatal brasileira controlada por governantes militares, decidiu pelo investimento em novas formas de geração de energia, entre elas, a nuclear. Para a execução da obra foi escolhida a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A, que deveria abrir licitações públicas para determinar o construtor. O vencedor da concorrência foi a empresa norte-americana Westinghouse. A construção da usina iniciou-se apenas em 1972 e, após treze anos do início de sua construção, Angra I estava produzindo energia que poderia ser comercializada. Tempo maior foi empregado para a execução de Angra II, cuja construção se iniciou em 1981 e, apenas em Julho de 2000, entrou em funcionamento²⁸.

Desde o fim do regime militar brasileiro, marcado pela aprovação da Assembléia Nacional Constituinte, em 22 de novembro de 1985, acadêmicos, ambientalistas e outros grupos sociais discutem a viabilidade da produção de energia nuclear, tendo como parâmetros a

²⁸ Dados da construção da Usina de Angra I: <http://www.eletronuclear.gov.br/tecnologia/index.php?idSecao=2&idCategoria=58> Acessado em: 01/05/2008.

quantidade de energia consumida e futuramente necessária no país, o custo da produção desta energia (construção das usinas nucleares e comercialização do produto), impactos ambientais gerados pela produção, entre outros. Mesmo frente à inexistência de consensos, em 23 de Maio de 1997, foi inaugurada a Eletronuclear: resultado da fusão da empresa Furnas, responsável pela operação da Usina Angra I e pela construção de Angra II, com a empresa Nuclen, especializada na execução de projetos de centrais nucleares. A nova empresa organiza-se para a construção da Usina de Angra III, em andamento, e almeja “atuar definitivamente na construção do Programa Nuclear Brasileiro e na divulgação dos benefícios do uso da energia nuclear para o país”. (Guia Informativo da Cnnaaa, Dezembro de 2005).

Com o total de três usinas nucleares, a Eletronuclear conta com as seguintes instalações físicas na cidade de Angra dos Reis:

Áreas ocupadas pela Eletronuclear em Angra dos Reis

Eletronuclear – Instalações Físicas		
Instalação	Composição	Área construída (m ²)
Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto	2 usinas em operação, 1 usina em construção e 1 centro de treinamento	1.620.000
Espaço Angra	Centro de informação	194
Vila Residencial de Praia Brava	540 unidades habitacionais, 2 hotéis, 1 hospital e 2 escolas, 2 clubes, 1 cine teatro e centro comercial	349.500

Tabela construída a partir das informações fornecidas pelo Guia Informativo da Cnnaaa, Dezembro de 2005.

Apesar do espaço ocupado pela Usina no município de Angra dos Reis e por sua importância estratégica, seja para a produção de energia nuclear ou pelo impacto ambiental

gerado pela sua construção e produção, Angra I e II não são mencionadas nos textos produzidos pela RQR e podem passar despercebidas nas narrativas da Turisangra. De acordo com a autarquia, os monumentos nucleares existentes na cidade são o “Espaço Angra” e o painel explicativo da Usina localizado na Praia de Itaorna, na rodovia BR-101. As construções de Angra III inexistem para a Turisangra.

O silêncio relativo às construções, classificadas pela própria Turisangra como pontos atrativos históricos, pode ser motivado pelo medo. Desde o acidente nuclear na cidade de Chernobil, ocorrido em 26 de Abril de 1986, na Ucrânia, acidentes como usinas nucleares tornaram-se quase sinônimos de catástrofe humana. Nesse sentido, a presença das Usinas poderia abalar a identidade de paraíso ambiental construída para a própria cidade. As belezas naturais, que atraem os visitantes, poderiam ser ofuscadas pelo risco do desastre. Dentro deste viés, parece que a opção discursiva da Turisangra foi assinalar a existência das Usinas, mas não detalhar, explicar ou explorar.

É válido notar que a construção da memória de Angra dos Reis como um ambiente natural em detrimento de um ambiente humano e histórico, traçado dentro da RQR, coincide com a abertura da Rodovia Rio-Santos, mas também da decisão governamental de instalar um programa nuclear no Brasil. É impossível determinar se a mudança de paradigmas do turismo local está intimamente ligada à inauguração da tão controversa energia nuclear brasileira. De qualquer forma, em meio a um imaginário de paraíso ambiental e quase esquecido ambiente humano, foram erguidas duas usinas com uma terceira em andamento.

Se a Eletronuclear possui uma presença dúbia nos discursos da Turisangra, também seus trabalhos, mesmo que potencialmente relacionados ao setor turístico, são apagados da memória local. O litoral sul fluminense, onde se localiza a região de Angra dos Reis, tornou-se objeto de pesquisas arqueológicas nos anos de 1990 e 1991. A investigação, idealizada pela

arqueóloga e diretora do Laboratório de Antropologia Física da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Nanci de Oliveira Vieira, tinha como objetivo localizar e estudar as ocupações indígenas e européias do local, além de analisar a memória regional.

Dez anos após o início dos trabalhos, a pesquisa adquiriu novo fôlego com a entrada de dois novos parceiros: a Eletronuclear, interessada em financiar projetos de Arqueologia Pública e Educação Patrimonial para adquirir reconhecimento internacional e que, nesse sentido, deu aval e apoio financeiro; e o *Núcleo de Estudos Estratégicos* (NEE)²⁹. Com os novos amparos, formou-se uma equipe interdisciplinar, com investigadores das áreas da Geologia, Geografia, História e Antropologia. A praia da Piraquara, onde foram encontrados vestígios de ocupação pré-colonial e colonial³⁰, tornou-se centro das atividades arqueológicas. Um dos resultados destas pesquisas é a possibilidade de visita, com autorização da Eletronuclear, de vestígios de sambaquis que habitaram a área.

As escavações realizadas na região estão inseridas nas discussões da Arqueologia Pública. Essa área da Arqueologia tem como preocupação a divulgação do conhecimento produzido através dos estudos da cultura material entre as comunidades próximas a esses patrimônios. Almejava-se promover uma interação entre os saberes das comunidades e os dos campos acadêmicos, levando à preservação patrimonial através da atuação de diversas forças sociais. No caso específico do trabalho realizado em território da Eletronuclear, considerado como área de segurança, a divulgação das pesquisas arqueológicas passam a depender da autorização da própria usina.

Além da montagem de exposições permanentes, estava prevista a elaboração de estratégias de educação patrimonial bem como estudos que estimulassem novas Políticas

²⁹ Projeto desenvolvido com a parceria do *Núcleo de Estudos Estratégicos* – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - e o Laboratório de Antropologia Biológica, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

³⁰ Os sítios coloniais datam do século XVIII e XIX. Oliveira, Nanci Vieira, *Projeto: “área arqueológica de Piraquara, Angra dos Reis”*.

Públicas nessa área de conhecimento: palestras realizadas com alunos e professores de escolas públicas e privadas da região, elaboração de um material didático sobre os patrimônios históricos, arqueológicos e culturais de Angra dos Reis, montagem de exposições permanentes dos trabalhos arqueológicos e treinamento de voluntários para guiarem visitas aos sítios arqueológicos e outros patrimônios locais.

Em 2004, dentro do contexto de análise arqueológica do município de Angra dos Reis e da Arqueologia Pública, foi concebido um projeto que selecionava alunos do ensino médio das escolas públicas de Angra dos Reis e Paraty, pertencentes às comunidades indígenas e não indígenas da região. Os estudantes seriam capacitados para reconhecer e auxiliar na preservação e na divulgação dos vestígios já escavados e na identificação de áreas em que possivelmente haveria vestígios a serem escavados. A atividade, em andamento, recebe verbas do projeto *Jovens Talentos para a Ciência* (FAPERJ) e tem como sede as instalações da Eletronuclear na praia da Piraquara.

Atualmente, o projeto atende um total de trinta alunos vindos de três escolas de Angra dos Reis e três escolas de Paraty. Dos trinta alunos, dez são indígenas guaranis, que vivem em Bracuí, município de Angra dos Reis, e os outros vinte não são detentores das identidades indígenas: não se reconhecem e não são reconhecidos como tal. O projeto, de acordo com a sua idealizadora³¹, foi apresentado às aldeias indígenas de Angra dos Reis e Paraty, mas apenas os pais dos alunos do Bracuí autorizaram a participação de seus filhos no projeto. Para Nanci Vieira, os grupos indígenas locais temem a interação entre seus filhos e pessoas consideradas não indígenas. O medo seria motivado pelo receio de que seus filhos fossem ofendidos de

³¹ O projeto idealizado pela arqueóloga Nanci Vieira chegou a nosso conhecimento no mês de Julho de 2007. Realizamos trabalhos de campo para o reconhecimento do projeto, bem como para análise da materialidade da cidade de Angra dos Reis, vinculados a esse projeto e financiados pelo próprio Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam). As observações sobre o funcionamento do projeto são de responsabilidade da pesquisadora Aline Vieira de Carvalho e não estão publicadas.

alguma forma ou mesmo “contaminados” com as seduções que poderia haver nas culturas dos “Homens brancos”.

O convencimento dos pais para a adesão ao projeto só teria ocorrido após um intenso trabalho com os professores indígenas da aldeia e com a própria comunidade. Os guaranis do Bracuí estariam esperançosos por escavar e encontrar a história de seus antepassados. Nesse sentido, os filhos teriam um papel fundamental, já que eles seriam capacitados para analisar a cultura material e mesmo explicá-la.

A maior dificuldade do projeto, no entanto, centra-se na linguagem. As palestras são realizadas em português e os alunos do Bracuí não dominam essa língua. Para solucionar a barreira lingüística, os indígenas, junto com a coordenação do projeto, escolheram um intérprete: Leandro, guarani vindo da região da Argentina e, por isso, fluente em espanhol, que entende o português e domina o Guarani. O intérprete é responsável por codificar as palestras ao grupo indígena e ao palestrante, tirando as dúvidas de ambos os lados.



Crédito da fotografia: Aline Carvalho, Julho de 2007.

Alunos do projeto *Jovens Talentos* assistem palestra sobre Arqueologia Subaquática (ministrada pelo Prof. Dr. Gilson Rambelli, 20 de Julho de 2007) nas dependências da Eletronuclear, Vila Mambucaba. Os alunos que compartilham a identidade guarani sentam-se ao fundo da sala. Nanci Vieira, idealizadora do projeto, senta-se na primeira fileira (de azul) e ao seu lado está Leandro, responsável pelas traduções.

Todos os alunos recebem uma bolsa de pesquisa e assistem aulas interdisciplinares de Geografia, Geologia, Biologia, História, Arqueologia, Patrimônio, entre outros temas. Para análise da percepção dos alunos sobre suas próprias cidades, a cultura material e o turismo no local foi pedido para que eles respondessem um questionário, identificando o próprio nome, idade, escolaridade, matérias escolares que mais gostavam, o que eles consideravam como Arqueologia, como tinham conhecido o projeto, se conheciam a história da cidade, se na cidade havia um turismo arqueológico e, por último, o que eles achavam que o turista não poderia perder na sua cidade (Anexo 1).

Como o preenchimento do questionário era facultativo, apenas treze alunos responderam. Todos não indígenas, possivelmente pela própria dificuldade da tradução lingüística. Do total de alunos que responderam ao questionário, apenas um era da região de Angra dos Reis. As respostas deste aluno, apesar de únicas, são bastante interessantes. Com 16 anos, ele afirma não conhecer a história de sua cidade e acredita que seus antepassados não fizeram parte desta história. Para ele, que declara conhecer os pontos turísticos de Angra dos Reis, a cidade possui outros atrativos mais bonitos do que os escolhidos como pontos turísticos. As cachoeiras da cidade, por exemplo, deveriam ser conhecidas por todos os visitantes. O aluno escreve que a arqueologia poderia ser definida por três palavras Natureza, Homem e Cultura e que ela seria crucial para que ele estudasse os antepassados de todos da cidade e, principalmente, que todos preservassem mais o “nosso ambiente”.

As respostas desse aluno indicam a potencialidade da cultura material e da Arqueologia para mobilizar sentimentos relativos à identidade. A cultura material, os artefatos, por si só, não trazem informações, mas, ao serem narrados, adquirem sentidos que podem configurá-los como mediadores entre as narrativas e a construção de identidades pessoais ou coletivas (Tamanini, 2000: 22). Dentro desse viés teórico, os artefatos podem ser compreendidos como

signos mutantes, ou seja, como aquilo que passa a representar algo para uma pessoa ou grupo de pessoas e que é constituído a partir da interação entre um significante (imagem) e o significado (conceito) das coisas (Tamanini, 2000: 20). Como as interações entre os significados e significantes variariam de acordo com os próprios contextos em que seriam constituídas, e que constituiriam, os signos e, de forma interligada, as próprias identidades também seriam constantemente modificados.

Um exemplo concreto das mobilizações identitárias geradas pelo confronto com a cultura material pode ser encontrado na própria escavação do Sambaqui, coordenada pela professora Nanci Vieira, na praia da Piraquara. Em julho de 2004, muitos curiosos aproximavam-se das escavações e indagavam sobre o que seria aquilo. Ao serem informados que eram vestígios da presença de grupos indígenas na região, a maior parte destes curiosos afirmava que um de seus ancestrais distante também era indígena. O ancestral indígena talvez não existisse até aquele momento e, possivelmente, desapareceria no futuro. Mas a cultura material visitada permitia que aquelas pessoas, naquele instante, também se sentissem herdeiros dos vestígios dos sambaquis.

Não é possível afirmar o porquê, para o adolescente que respondeu nosso questionário, a Arqueologia seria importante para preservação do ambiente. Podemos inferir que a ciência permitiria novas visões acerca das interações entre a Natureza, Homem e a Cultura e, por consequência, do próprio ambiente. Os significados de cada um dos termos, contudo, não são explicitados pelo estudante.

De qualquer forma, para além do campo hipotético, importante para a elaboração de novas identidades individuais e coletivas e para a valorização das memórias indígenas locais, os trabalhos arqueológicos existentes e estruturados no município de Angra dos Reis simplesmente não existem nos discursos elaborados pela Turisangra.

Se, por um lado, existe uma memória esquiva sobre as Usinas Nucleares em Angra dos Reis, por outro lado, as memórias sobre indígenas da região são caladas. A materialidade da cidade, sua composição, indica a existência de identidades múltiplas na e região. É a presença de indígenas no passado e no presente do município, de escravos, de caiçaras, de piratas, de usinas nucleares, e tantas outras infindáveis e subjetivas possibilidades identitárias pessoais ou coletivas. Nas narrativas produzidas pela Turisangra, e mesmo pela RQR, consagra-se uma memória elitista e católica, baseada nas grandes construções. O ambiente histórico de todo o município é narrado de forma singular; sem espaços para debates ou divergências.

No caso específico da Ponta Sul, seguindo a lógica aplicada a todo o município, valorizam-se as materialidades da colônia brasileira e seu posterior auge, gerado pela produção e exportação do café, durante o Império. A vila de Mambucaba é exemplar. Tombada em 1968 pelo IPHAN, a vila que conserva casarões do século XVII e XVIII é narrada pela Turisangra em duas categorias diferenciadas: por suas construções é considerado um bom atrativo histórico, por sua praia, como um bom atrativo natural.



Casarões do centro da Vila Histórica de Mambucaba e Praia da Vila. A vila é bem preservada, mas não conta com sinalizações turísticas. A região é freqüentada por moradores de Angra dos Reis e um pequeno percentual de turistas brasileiros e estrangeiros (estima-se que cerca de 10% dos turistas se hospedam na região – Sebrae, 2006: 50).

Créditos: Francisco Nogueira, 2006.

As agências de turismo não focam seus pacotes para a região da Ponta Sul, mas é possível encontrar hotéis na região e serviços que guiam os turistas entre as praias e as cachoeiras do corredor. Assim como o centro da cidade, não há sinalizações específicas para os atrativos históricos ou naturais e o uso desses ambientes é, majoritariamente, realizado pelos próprios moradores da cidade de Angra dos Reis ou por públicos bastante específicos, como os surfistas que procuram a praia Brava, localizada dentro da área residencial da eletronuclear, para a prática do surf.



Créditos: Aline Carvalho, Julho de 2007.



Na primeira imagem, área residencial da Eletronuclear. Em frente à área residencial (imagem 2), Praia Brava, freqüentada principalmente por moradores locais e surfistas.

O mesmo acontece com as cachoeiras e trilhas da região. Apesar de serem citada como atrativos turísticos naturais, elas são usadas principalmente pelos moradores locais. Para os turistas que escolhem conhecê-las existem guias especializados, mas a atividade não faz parte dos principais roteiros vendidos pelas agências de turismo local (conhecer a região da Ponta Sul é a terceira opção dos turistas de Angra dos Reis. A área está atrás da Ilha Grande e da Estrada do Contorno, conhecida por suas praias, no interesse dos visitantes).

Entre as trilhas, a que recebe mais destaque no texto da Turisangra é a Trilha do Ouro. Curiosamente, até o ano de 2007, não havia sido realizado nenhum trabalho de pesquisa histórica ou arqueológica sobre a região. Trata-se de uma suposição da instituição responsável pelo turismo de que aquela deveria ser o roteiro do contrabando de ouro no Brasil Colônia. O local, de difícil acesso, principalmente nos meses de chuva, e de rara sinalização, já era palco para as aventuras de pequenos grupos de turistas que almejavam uma trilha difícil e cheia de aventura.

Após a candidatura de Paraty ao posto de Patrimônio Histórico da Humanidade, no ano de 2006, com base na existência de sua trilha do ouro, a Turisangra criou a sua própria: a Trilha do Ouro de Angra dos Reis. A trilha, assim como outras existentes na Ponta Sul, recebe um número pequeno de turistas que não encontram estrutura para a prática autônoma e segura do caminho.

Ao escolher viajar para Angra dos Reis, os turistas elaboram imagens sobre aquilo que vão encontrar. De acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE, 53,3% dos visitantes são motivados a conhecer Angra por causa dos comentários de parentes ou amigos e 19% são estimulados por imagens e textos encontrados na internet. A porcentagem restante é pulverizada entre sugestão de agências de viagens, propagandas nas mais diversas mídias, promoção em eventos, qualidade das pousadas, entre outras justificativas (SEBRAE, 2006:50).

Ao chegar à cidade de Angra dos Reis, o visitante encontra uma imensa estrutura turística voltada para a região de Ilha Grande: o paraíso do ambiente natural da região. O viajante conhece aquilo que mais é divulgado. A área central quase não é visitada (é usada, geralmente, como local para o pernoite) e a Ponta Sul satisfaz os interesses de grupos turísticos bastante particulares (interessados em surf, no distanciamento do “agito”, ou outras motivações).

Ao sair de Angra dos Reis o turista está bastante satisfeito. Encontrou aquilo que imaginava ou elementos ainda mais exuberantes do que esperava. Afinal, 41,6% dos visitantes afirmaram que melhoram a imagem que tinham em relação à Angra (de acordo com a expectativa inicial) e 44,8% mantiveram as imagens e as expectativas (SEBRAE, 2006:50). Quando forem contar a viagem aos seus amigos (principal motivação das visitas à região), esses visitantes, que estavam majoritariamente em Ilha Grande, reforçam o quanto Angra dos Reis é um paraíso do ambiente natural e quase um sinônimo de Ilha Grande.

No imaginário, o único ambiente existente ali é o natural. Natureza desvinculada da História e da Cultura. Sendo que as manifestações culturais, dentro das categorias criadas pela Turisangra, não são mencionadas em nenhuma das materialidades da cidade.

A MATERIALIDADE, O HISTÓRICO CULTURAL E O NATURAL DE PARATY.

A empresa Eletronuclear possui instalações na cidade do Rio de Janeiro, onde se localiza seu escritório central; em Brasília, local da sede regional; em Angra dos Reis, com as usinas e construções destinadas ao cotidiano de seus funcionários e a divulgação da energia produzida; e, por último, em Paraty. Nesta cidade, a empresa conta com a Vila Operária,

formada por 201 residências e um hotel, totalizando 900.000 m², além da Vila Residencial de Mambucaba, formada por 551 unidades habitacionais, um laboratório, um centro de treinamento com simulador e três escolas, um destacamento de bombeiros, um clube e três centros comerciais. A área total construída da Vila de Mambucaba soma 1.172.970 m² (Guia Informativo da Cnnaaa, Dezembro de 2005).

Apesar da imensa propriedade da Eletronuclear no município de Paraty, nenhum meio de divulgação do turismo local, seja ele produzido pela secretaria de turismo ou pela RQR, cita as relações entre o município e a empresa. Em caminho semelhante, a proximidade da cidade às instalações nucleares também não são mencionadas. Estes silêncios permitem a desvinculação da cidade a qualquer forma controversa ou “perigosa” de produção de energia. A memória nuclear não pertence à identidade oficial da cidade, mesmo que, fisicamente, ela esteja ali materializada.

O esquecimento da Eletronuclear por parte da secretaria de turismo e da RQR, assim como em Angra dos Reis, vem acompanhado do silenciar acerca de alguns grupos sociais, em especial, dos indígenas. De acordo com o censo realizado pelo IBGE, em 2007, no município vivem cerca de 256 indígenas que são identificados como Guaranis (IBGE: 2007). Os grupos estariam distribuídos em quatro aldeias: a de Araponga, Paraty-Mirim, Rio Pequeno e Mamangá. A vida destes grupos é garantida pela agricultura de subsistência, e extrativismos de bambu e madeira para lenha.

O turista atento nota a presença dos guaranis na vida cotidiana da cidade: alguns deles podem ser encontrados nas ruas do centro histórico vendendo artesanato, ou mesmo nos supermercados das cidades fazendo compras e conversando entre si na língua guarani e com os atendentes do estabelecimento em português. Apesar de estarem presentes fisicamente, as memórias desses indivíduos desaparecem nas narrativas relativas à cidade de Paraty.

Discursivamente, nas esferas da RQR e da própria secretaria de turismo, os guaranis vivos não existem na cidade. Já os indígenas que pertencem ao passado, pré-colonial e colonial, são mencionados de forma sucinta apenas para divulgar as trilhas existentes na localidade.

O estado de inexistência nas memórias oficiais também afeta caiçaras e quilombolas. Nas publicações da RQR e no *Roteiro do Visitante* não há menções a essas identidades. Porém, no *Centro do Turista*, há cartazes e informações sobre as possibilidades de visitação às comunidades. O *Quilombo do Campinho*, em especial, localizado há quase quatorze quilômetros do centro de Paraty, na Rodovia Rio-Santos, sentido Ubatuba, é celebrado por ser considerado a maior organização comunitária de remanescentes quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. Reconhecido oficialmente no dia 21 de Março de 1999 (dia internacional contra a discriminação racial), pelo então governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, o quilombo não é retratado como o principal atrativo turístico da cidade, mas como mais um dos elementos constituintes do município que o tornaria ainda mais atraente aos visitantes.

As materialidades produzidas por esses grupos identitários, no entanto, não se configuram como os principais estímulos ao turismo na cidade. De acordo com a RQR e o *Roteiro do Visitante*, que compartilham das mesmas escolhas narrativas, a principal jóia de Paraty seria o seu centro histórico. As edificações do centro permitiriam transposições temporais: no presente, seria possível desfrutar, em Paraty, ares do passado. O passado, contudo, seria bastante exclusivista. Materializado nas construções dos grandes edifícios, resquícios de materiais militares, nas igrejas católicas e no calçamento e traçado do centro histórico, o passado pertenceria aos grupos sociais mais abastados da cidade, geralmente católicos e ligados à maçonaria. As construções que teriam sido realizadas por negros escravos ou pertencentes às irmandades, quando percebidos, tornam-se meras curiosidades deste centro.



Na imagem ao lado, calçamento do centro histórico de Paraty. Poucos turistas são encontrados na área histórica durante o dia. Na fotografia da página seguinte, vestígios do muro que protegia a cidade durante o período colonial. Não há informações explicativas nos lugares.



Crédito das fotografias: Aline Carvalho, Novembro de 2007.

Analisando a materialidade da cidade é bastante visível que, assim com em Angra dos Reis, não há sinalizações explicativas do que seria cada um dos pontos turísticos apontados pelo *Roteiro do Visitante*. O entendimento dos contextos, mudanças e das funções da cada um dos edifícios assinalados depende do próprio turista, que pode se utilizar de guias especializados ou da leitura dos roteiros de acordo com os monumentos visitados. Nesse sentido, as construções se diferenciam ou por estarem mais ou menos preservadas ou por serem maiores ou menores. Por isso, as igrejas dos escravos ou de cultos não oficiais, por seus tamanhos reduzidos e

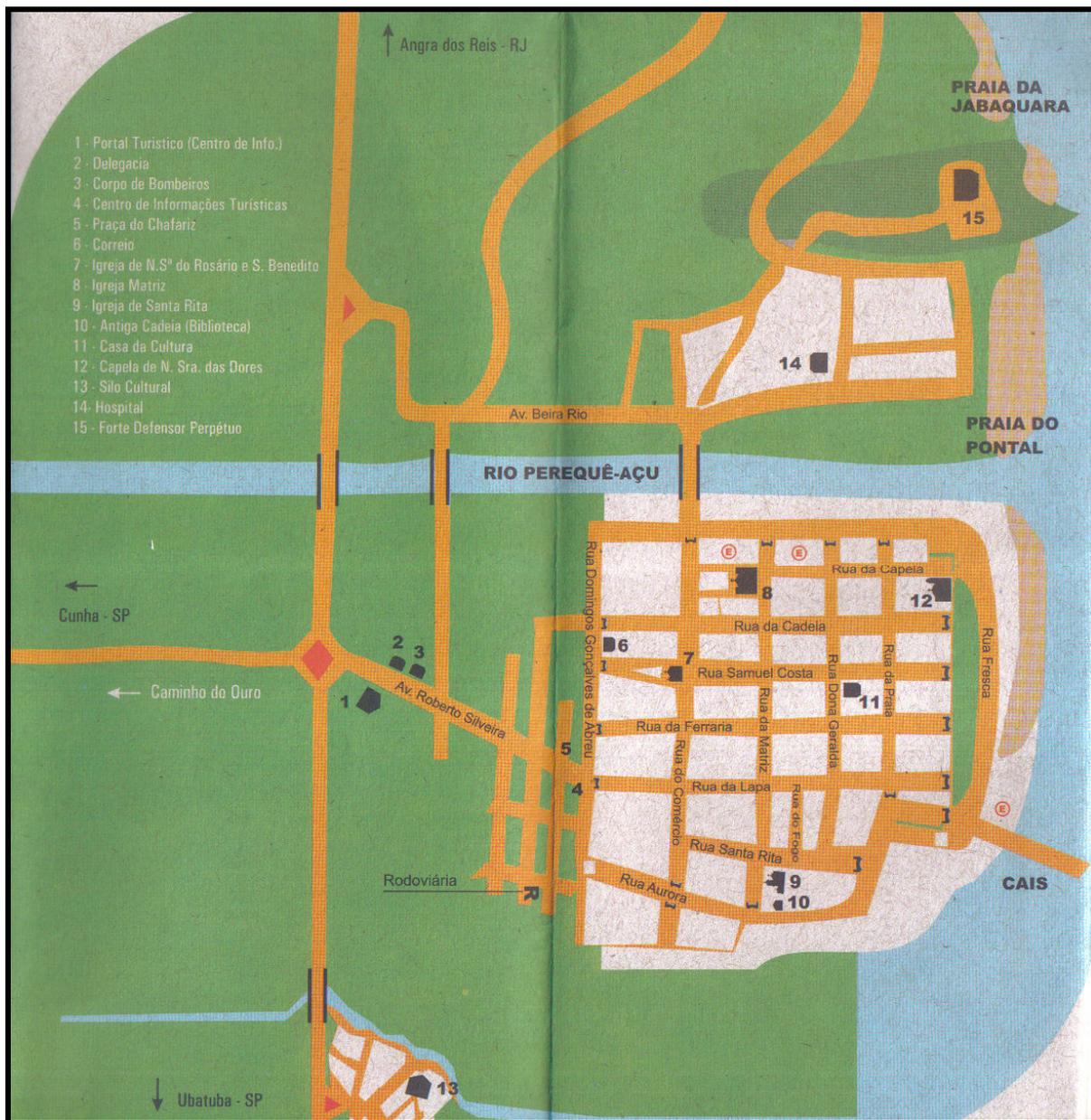
simplicidade arquitetônicas, podem ser tornar apenas mais uma construção no centro histórico de Paraty.

Apesar da falta de sinalização dos monumentos, o centro histórico configura-se como uma unidade coesa. A coesão é dada por uma decisão municipal de 1948: isolar o centro histórico com correntes que limitam a circulação de veículos preservando o calçamento e outras construções. O resultado prático do cercamento do centro é a preservação das construções. As simbologias ali presentes, no entanto, parecem ir além da garantia da integridade da cultura material local.

A Região Central de Paraty extrapola os limites do centro histórico delimitado. No lado externo às correntes, existe a vida cotidiana dos moradores locais: comércios, casas, bares, pousadas, entre outras edificações que são construídas e modificadas com o passar do tempo. Mas este centro, dentro das narrativas sobre Paraty, não é histórico. A história estaria limitada, dentro das correntes. Imutável, ela se materializaria nas paredes de cada um dos pontos turísticos assinalados. Católica, maçônica, elitista e, algumas vezes, negra escrava, a história encerrada pelas correntes da secretaria de turismo, permitiria a reconstrução de um cenário da vida no Brasil Colonial e Imperial. O cenário, porém, é apenas ilustrativo. Ele faz a decoração do ambiente onde se desenvolvem as ações humanas (Silva, 2004).

Por esse viés, os contextos das construções materiais, ou mesmo suas sinalizações, pouco importam. Para atividade turística, o que interessaria seria a composição do conjunto que pudessem “compor repertórios de lugares turísticos que possam ser facilmente identificáveis ou categorizados pelo turista” (Silva, 2004: 22), como, por exemplo, uma cidade colonial. A análise material da centro histórico de Paraty permite a percepção desse centro como deslocado de um centro mais amplo existente no município. Mas como seria possível diferenciar o centro da cidade em relação ao centro histórico cenarizado?

Fonte: Folder *Paraty – Roteiros Turísticos*, distribuído no Centro do Visitante (Novembro de 2007).



Apesar do centro histórico de Paraty corresponder a poucos quarteirões delimitados por correntes dentro do centro da cidade, em sua representação gráfica (imagem acima), divulgada para os visitantes através de folhetos e mapas espalhados pelas agências turísticas, este centro histórico é representado como maior do que o próprio bairro do centro. No imaginário produzido e representado, o centro de Paraty torna-se um sinônimo de sua área delimitada como histórica. Cria-se, dessa forma, um grande cenário para o desenvolvimento da atividade turística. Paraty tem sua “vocação” histórica realimentada.



Crédito das fotografias: Aline Carvalho, Novembro de 2007.

Centro “não histórico” de Paraty: Para além das correntes, a vida cotidiana: moradores descolam-se rumo às suas ocupações.



Na imagem acima, a faixa que aparece na fotografia anterior foi ampliada. Diferente do encontrado na cidade de Angra dos Reis, a festa religiosa de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, marcada pelas missas, novenas, shows musicais, ciranda, jongo, bancas e barracas de comidas típicas é anunciada para os moradores de Paraty. Se, no Roteiro do Visitante, essas manifestações populares não têm os locais nem as datas indicadas, nas ruas da cidade elas são divulgadas.

Para a historiadora Cristina Meneguello, a percepção do que seria o centro de uma cidade é dotado de historicidade. Antes da década de 1950, o centro não se configurava como objeto de debates entre os arquitetos e mesmo os historiadores. Apenas após a Segunda Guerra Mundial, com a destruição de grande parte dos centros citadinos europeus e com o fenômeno de valorização dos subúrbios pelos norte-americanos, tornou-se imperativo aos acadêmicos refletir e definir o que seria o centro da cidade. Como consequência do surgimento de novos

objetos de análises, no Oitavo CIAM, (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizado em Julho de 1951, na cidade de Hoddesdon, na Inglaterra, o centro urbano passava a ser conceituado como o “elemento caracterizador de uma comunidade, voltado aos seus habitantes (...), o repositório da memória da coletividade (...), e o local que possibilitava entender o aspecto comunitário da vida humana (...)” (Meneguello: 2005).

O centro passava a ser definido a partir de seus próprios habitantes. Tornava-se o local do desenvolvimento da vida comunitária e, por isso, significativo àqueles que o construiriam e o utilizariam. Nestes parâmetros teóricos, o centro não estaria mais restrito a uma espacialidade; não seria, necessariamente, o centro físico de um município. A descentralização do centro resultaria do próprio crescimento das cidades e a conseqüente diluição daquilo que antes localizava o coração físico desta cidade. Com a descentralização, novos centros surgiriam: o centro físico, comercial, cívico, histórico, entre outros possíveis.

O centro histórico se configuraria como um conjunto de manifestações culturais plurais; resquícios de muitos passados. Mas, longe de se tornarem cenários para o desenvolvimento das atividades humanas, de acordo com as recomendações da Unesco expostas na Carta de Nairóbe (1976), deveriam ser mantidas as pluralidades culturais e a vivência das inúmeras pessoas que construíram o centro, por agora, definido como histórico.

Além das recomendações internacionais para o não esvaziamento do centro histórico e sua posterior cenarização turística, em 1987, foi realizado, na cidade de Petrópolis, o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. O resultado do encontro foi a publicação da *Carta de Petrópolis*, que deveria orientar as políticas públicas nas escolhas para a revitalização e preservação destes centros. De acordo com a *Carta de Petrópolis*, um sítio histórico urbano, por exemplo, o centro histórico, seria definido como o espaço que agregaria “testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” (Carta de

Petrópolis, 1987). O sítio histórico, porém, seria apenas uma delimitação arbitrária para a execução das políticas públicas em áreas críticas, mas não significaria que outras parcelas urbanas seriam a-históricas. Ao contrário, toda a cidade deveria ser compreendida como constituída historicamente, a partir de composições de “paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação” (Carta de Petrópolis, 1987).

Os espaços urbanos, como definido na Carta de Petrópolis, seriam testemunhos ambientais em constante formação. Ter-se-ia, por conseqüência, o ambiente urbano complexo e mutável. A preservação desse ambiente, almejaria, de acordo com a Carta de Petrópolis,

“a manutenção e potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida. (...) Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU <Sítio Histórico Urbano>, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência”. (Carta de Petrópolis: 1987).

Apesar das orientações internacionais e nacionais, o centro histórico de Paraty consolida aquilo que Meneguello sintetiza como “simulacros da vida tradicional, voltados aos turistas” (Meneguello: 2005). Acorrentado e formado, principalmente, por casarios destinados ao comércio (pousadas, restaurantes e lojas de presentes), o centro histórico do município consagra-se como um túnel do tempo para o Passado. Constituído textualmente apenas como

um ambiente histórico, distante do universo natural, o centro, como afirma a edição de novembro de 1984 da RQR, configura um cenário: “(...) quando se caminha pelas ruas estreitas calçadas de pedra (...) tudo tão preservado, a impressão é de um cenário” (RQR, 1984: 149).

O centro histórico de Paraty não possibilita entender os aspectos comunitários da vida humana, ao contrário, permite aos turistas viverem suas próprias aventuras como se estivessem no passado. Durante o dia, o centro pouco é usado: as lojas estão fechadas e raros são os passantes por aquela região. No final da tarde e noite afora, as luzes do centro se acendem, as lojas e restaurantes se abrem e o turista, maior consumidor do centro histórico, passeia.

A construção narrativa acerca de Paraty como exemplo congelado do passado colonial brasileiro, se dá através da conjugação de discursos: a cidade é assim divulgada pelas revistas turísticas, pela sua secretaria de turismo e por sua materialidade composta pelo centro histórico. O resultado da harmonização das narrativas pode ser compreendido ao analisar os questionários respondidos pelos alunos do projeto arqueológico desenvolvido com apoio da Faperj e da Eletronuclear.

Dos treze alunos que responderam ao questionário, doze são moradores da cidade de Paraty. Ao serem indagados sobre qual o lugar o turista não poderia deixar de visitar em sua cidade, um aluno afirmou não saber responder, uma estudante aconselhou Paraty-Mirim e Trindade como os locais mais indicados, e os outros dez alunos afirmaram que o turista não poderia sair de Paraty sem visitar o seu centro histórico. Os discursos sobre a cidade possuem efeitos práticos sobre como as pessoas olham e sentem a cidade. Esses alunos não moram no centro da cidade, não freqüentam cotidianamente este centro, e, ainda assim, o consideram aquilo que a cidade tem de mais bonito.

Apesar de o centro histórico ser configurado como a identidade oficial da cidade de Paraty, e de ser sentido dessa forma pelos alunos do projeto arqueológico, a prática turística

não se restringe a este ambiente. De acordo com o *centro de informação*³², a maior parte dos turistas que visitam a cidade opta por se hospedar no centro histórico. Os turistas, no entanto, passam o período da manhã e da tarde nos passeios de escunas pelas praias locais e, apenas à noite, andam pelo ambiente definido como histórico. Tal prática explica o porquê é possível observar que um número expressivo das lojas do local abra suas portas apenas por volta das quatro horas da tarde e as feche entre vinte e três horas e meia noite. O turista aproveita o centro histórico para fazer compras, jantar e passear. O centro histórico torna-se um lugar de consumo do lazer.

O comércio do centro da cidade, diferentemente do centro histórico, abre ainda no período da manhã e fecha com o findar da tarde. Assim, para além das correntes do centro histórico, os ritmos de vida impressos à cidade são aqueles próprios de seus moradores. O distanciamento do centro histórico coincide com um afastamento do próprio turista. De acordo com o *Centro do Turista*, pontos turísticos histórico-culturais mais afastados do centro da cidade não recebem visitas freqüentes de turistas. Enquadram-se nessa situação as comunidades caiçara-tradicional e quilombola, e os engenhos de cachaça. Para Júlio Ronaldo, informante do *Centro do Turista*, há dois tipos de turistas na cidade:

“aqueles que são estimulados pelas propagandas de Paraty em novelas, revistas e sites, mas que não possuem a mínima idéia sobre o que vão encontrar e, os turistas que chegam à cidade com destinos certos (praia do algodão, por exemplo). Estes turistas que procuram destinos predeterminados usam espaços que nem os moradores da cidade saberiam explicar onde é! Quem mora na cidade de Paraty usa as praias da cidade! O centro histórico é usado pelos turistas apenas a noite, raros são aqueles que o utilizam durante o dia” (Júlio Ronaldo, em depoimento dado em Novembro de 2007).

³² Informações a respeito do cotidiano turístico da cidade foram fornecidas no *Centro de Informação Turística* no trabalho de campo realizado em Novembro de 2007. Não há publicações estatísticas sobre os comportamentos analisados.

Apesar de estarem fisicamente distantes do ambiente histórico, alguns grupos sociais possuem suas memórias registradas e exibidas em um local específico deste ambiente: a Casa da Cultura. Financiada pela Eletronuclear, a casa da cultura é formada por livraria, loja de artesanatos e, em seu piso superior, abriga uma exposição permanente sobre a cidade. A exposição foi montada pela historiadora especialista em História da África, da Universidade de São Paulo, Marina de Mello e Souza.

Com inúmeros computadores e televisões espalhados em um salão, a exposição conta a história do município e apresenta depoimentos de seus moradores. No teto do salão foram colados imagens de animais, tradições culturais e objetos do local. Apesar de fixos, cada uma das imagens e dos objetos podem ser puxados pelo visitante do teto para o chão, através de fitas brancas, o que proporciona sua melhor visualização. Com muita interatividade e empregando-se de tecnologias culturalmente valorizadas na atualidade (televisão e computadores), a exposição traz os moradores de Paraty para o centro histórico da cidade. Pelo menos de forma virtual.

Pela televisão, é possível ver e ouvir depoimentos como os transcritos abaixo:

“Agora tem mais dinheiro, mas o nosso conhecimento está desaparecendo.
Ninguém quer saber como se constrói uma canoa”.

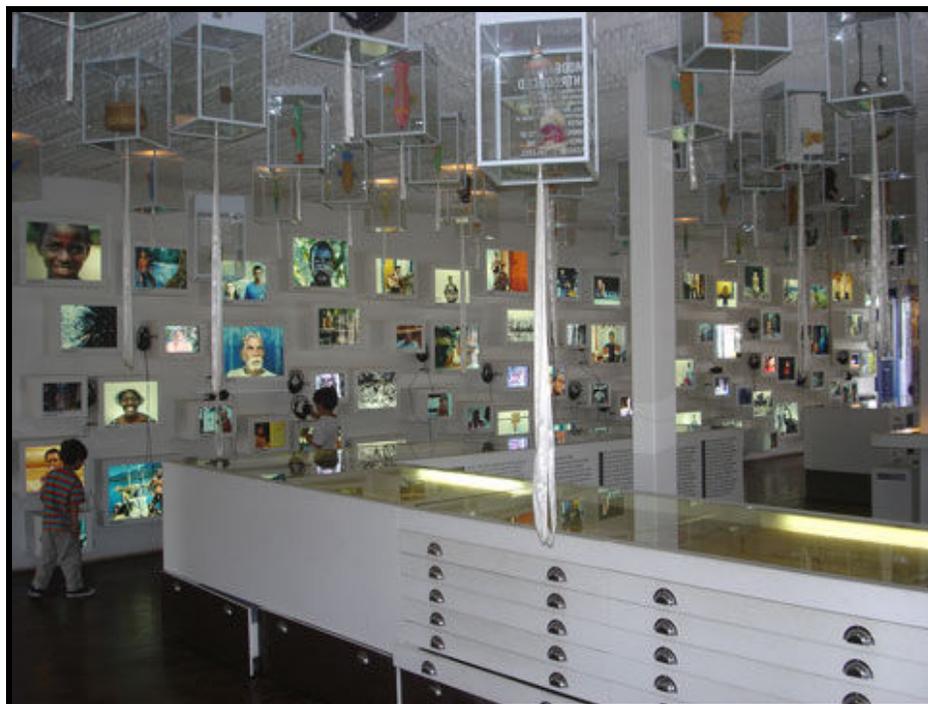
Flávio Lopes, caiçara.

“Da roça; antes se valorizava a terra, agora ela não é vista como grande coisa”.

Álvaro Martins, do Quilombo do Campinho.

No livro de recados da exposição, podem-se encontrar inúmeros elogios à iniciativa e algumas observações sobre as dificuldades trazidas pela tecnologia: “excelente não, magnífico!” ou “eu não entendo nada de computador, mas tudo é muito bonito!”. O que chama a atenção,

no entanto, é que o único lugar em que é possível ouvir e ver memórias dos moradores locais é em uma exposição de museu, através da televisão.



Crédito da fotografia: João Matar, s.d.

Casa da cultura de Paraty: Memórias dos moradores de Paraty expostas através de televisores e computadores. Lendas, fauna e flora local podem ser acessadas pelos visitantes através de fitas brancas que permitem abaixar suas representações do teto até o chão.

Para além da excelente iniciativa de elaborar uma exposição a partir da história e memórias locais, a Casa da Cultura torna-se sintomática do processo passado por Paraty de transformação de um pedaço de seu centro citadino em ilha histórica. É possível conhecer a multiplicidade de memórias locais através da televisão e do computador, mas não nas ruas do centro histórico. O isolamento desta área a torna bastante diferente do centro histórico de Angra dos Reis. Enquanto na primeira aparta-se um cenário passado da vida cotidiana de seus habitantes, na segunda o histórico dilui-se na vida de seus habitantes.

Para conhecer o ambiente histórico de Paraty, delimitado por sua secretaria de turismo e pelas RQR, basta passear sobre sua área acorrentada. Para conhecer o ambiente histórico de

Angra dos Reis, apresentado em um primeiro momento pela RQR, depois esquecido por ela, e divulgado pela Turisangra, é necessário caçá-lo em meio a tantas pessoas e tantas outras construções. O tempo histórico em duas construções: em uma, constrói-se um cenário coeso que convida um turista a ficar longe da comunidade, ilhado por correntes. Em outra, constrói-se um cenário disperso, em que para fugir da comunidade, um turista acorrenta-se a ilhas.

Para além do ambiente histórico, é possível encontrar no *Roteiro do Visitante* a indicação de “outros atrativos”. Em quatro páginas de um total de trinta e oito, são apresentadas as praias e ilhas, engenhos de pinga, cachoeiras e trilhas nas montanhas. Não surpreende, no entanto, uma divergência entre o destaque dado pelo *Roteiro* aos “outros atrativos” e o descoberto na prática turística da cidade.

As agências de turismo de Paraty oferecem 10 opções de lazer na cidade. Essas opções são escalonadas de acordo com a procura. Na tabela abaixo é possível visualizar as atividades oferecidas pelas agências de turismo da cidade.

Passeio	Atividades incluídas
1. Baía de Paraty	Passeio de escuna com duração de 5 horas. São realizadas paradas em ilhas e praias.
2. Trindade	Passeio a Vila de Trindade. São visitadas as praias e a piscina natural da região.
3. Cachoeiras	Visita às cachoeiras da região. O passeio inclui a passagem por um alambique e a uma exposição permanente de bromélias.
4. Caminho do Ouro	Caminhada de 3 km. O passeio inclui a visita a cachoeiras, ruínas e mirantes.
5. Vilas Caiçaras	Visita às praias do Sono, Ponta Negra e Trindade acompanhada por guias credenciados. O passeio é indicado para os “amantes da natureza”.
6. City Tour	Passeio guiado pelo centro histórico, acompanhado de guia especializado. Com o passeio conhecem-se os monumentos históricos, detalhes arquitetônicos e curiosidades acerca da cidade.
7. Mergulho	Mergulho autônomo, batismo e curso básico e um barco especial para o mergulho.
8. Teatro de Bonecos	Espectáculo para adultos, sem palavras, feito pelo grupo <i>Contadores de Estórias</i> .

9. Kaik Tours	Passeio de caiaque na costa de Paraty. São visitadas ruínas históricas, manguezais e praias desertas. O passeio tem a opção de guia bilíngüe.
10. Locações diversas	Aluguel de lanchas, barcos, carros, motos e equipamento para mergulho livre.



Cartazes semelhantes com o fotografado podem ser encontrados em diversas agências de turismo espalhadas pela cidade. A posição de cada uma das atividades oferecidas é feito de acordo com a procura dos turistas. O cartaz traz informações sobre a prática do turismo em Paraty, não necessariamente em consonância com o *Roteiro do Visitante*.

Crédito da imagem: Aline Carvalho, Novembro de 2007.

As praias, ilhas, engenhos, cachoeiras e trilhas indicadas no *Roteiro do Visitante* são as mesmas realizadas pelas agências de turismo. O enfoque que cada uma delas dá ao tipo de lazer é diferente. Para o *Roteiro*, Paraty é essencialmente histórica com um pouco de “outros atrativos”. Por outro lado, para as agências de turismo e, como consequência, para a prática desta atividade, Paraty é primeiramente suas praias e cachoeiras (três primeiros atrativos) e, posteriormente, histórica (quarto atrativo).

Em alguns momentos, como no caso do Caminho do Ouro (quarto atrativo), é possível encontrar a conjugação das ruínas históricas com as cachoeiras e mirantes; ou seja, o histórico e o natural constituindo um só ambiente. Portanto, se, pela secretaria de turismo, a cidade de Paraty possui uma vocação histórica, a materialidade da cidade indica a valorização de ambientes que destoam do estritamente histórico. Esta materialidade da cidade permite a leitura do destaque atribuído ao ambiente natural e, por vezes, dos ambientes que são descritos como a interseção do histórico e do natural.

A partir da leitura da materialidade da cidade, torna-se compreensível o porquê o Caminho do Ouro se tornou o alicerce para a candidatura de Paraty à Patrimônio da Humanidade na categoria paisagem cultural. Apesar de receber pouco destaque nas narrativas oficiais da cidade e, por isso, não constituir o principal símbolo de Paraty (posição ocupada pelo centro histórico), na prática o caminho é o primeiro atrativo valorizado como formado pelo histórico e o natural. Como o Brasil já possui patrimônios tombados pela Unesco nas categorias Histórico e Natural, separadamente, resta às organizações sociais interessadas no título como uma alavanca para o turismo local se arriscar com a paisagem cultural.



Crédito das imagens: Gazeta da Cidade, Paraty, Agosto de 2005.

Caminho do Ouro: alicerce da candidatura de Paraty à Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural. A concepção de ambiente formado não apenas pela natureza, mas também pelo histórico, como um ambiente complexo, passou a ser valorizada pela Unesco e, como consequência, nos turismos locais. Na primeira imagem, placa com o corpo técnico responsável pela implantação do Caminho do Ouro e do Sítio Histórico-Ecológico. Na segunda e terceira imagem, sentido horário, fonte de água da região e calçamento reconstruído.

Contudo, disputas legais colocam em xeque o tão almejado título de Patrimônio da Humanidade. Um trecho do Caminho do Ouro foi fechado pelo IBAMA. De acordo com a ONG Espaço Cultural Paraty, responsável pela execução do restauro do Caminho do Ouro e do funcionamento do *Sítio Histórico-Ecológico Caminho do Ouro*, bem como pela organização da candidatura de Paraty ao título, trata-se de uma disputa de poder entre o IPHAN e o IBAMA.

A Trilha do Ouro usada no Brasil Colônia localiza-se dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Grande parte da trilha está fragmentada em inúmeras propriedades particulares, nem sempre legalizadas, existentes dentro do Parque. A partir das ruínas encontradas na propriedade de Marcos Caetano Ribas, ou seja, em um pequeno trecho da trilha do ouro, foi criado o projeto Caminho do Ouro de Paraty.

O projeto foi organizado pela ONG Espaço Cultural Paraty, presidida pelo próprio Marcos Caetano Ribas, escritor de peças de teatros e dirigente do Teatro Espaço de Paraty. Com o financiamento da Petrobrás, apoio do SEBRAE e com uma equipe formada por arqueólogo, historiador (o próprio Diuner Mello, responsável pelo *Roteiro do Visitante*), engenheiro florestal, arquiteto, biólogo e turismólogo (Ribas, 2003), o Caminho do Ouro de Paraty tornou-se a base da candidatura da cidade à Patrimônio Mundial.

O projeto foi realizado com o aval do IPHAN que, atualmente, é o único responsável pela guarda dos artefatos escavados na Casa de Registro e ruínas do caminho (o material, antes do imbróglia na justiça, estava exposto no sítio histórico dentro da propriedade de Ribas).

Apesar do apoio do IPHAN ao projeto do Caminho do Ouro, o IBAMA alega que a guarda e a gestão do patrimônio nacional (como as terras do Parque Nacional da Serra da Bocaina) são de responsabilidade da União, que tem como dever a conservação e proteção do patrimônio público³³. Para o projeto funcionar, as terras pertencentes a Ribas devem ser desapropriadas e integradas à União.

Após a desapropriação, haveria uma licitação para escolher os responsáveis pela realização do projeto Sítio Histórico e Ecológico. A ONG Espaço Cultural Paraty poderia concorrer à licitação, mas não poderia atuar sem passar pelo processo previsto pela legislação

³³ Capítulo II, da União: Art. 23, I e Art. 24, II.; Capítulo VIII, do Meio Ambiente: Art. 225. Constituição Federal de 1988.

brasileira. A desapropriação está prevista no plano de manejo do Parque, mas não há datas concretas para a sua realização.

Mais do que uma disputa de poder entre o IBAMA e o IPHAN, como apresenta a ONG em questão, o fechamento do *Sítio Histórico e Ecológico* mostra um conflito de interesses entre a ONG, cujo presidente é proprietário de terras no Parque Nacional da Serra da Bocaina, e o órgão estatal responsável pelas atividades referentes ao Parque.

Até o mês de novembro de 2008, nenhuma decisão havia sido tomada. Os artefatos da escavação arqueológica estão em um escritório do IPHAN, e não é possível visitar as ruínas da Casa de Registro, já que elas estão dentro de uma propriedade privada (dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina!) e o título de Patrimônio da Humanidade, por tudo isso, parece ficar mais distante de Paraty.

Espera-se, no entanto, que os entraves entre a ONG e o IBAMA resultem em uma verdadeira ação governamental visando à proteção, gestão e mesmo a divulgação de um patrimônio que pode pertencer a todos os cidadãos.

CONCLUSÕES

A pesquisa apresentada almejou entender como determinadas memórias são construídas e atribuídas para as cidades e como essas memórias tornam-se sinônimo da existência de ambientes específicos. Como estudo de caso, analisamos as cidades de Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro. Dentro do senso comum sobre esses municípios, o turista ao decidir conhecer Angra dos Reis pode imaginar se encontrar com a aventura, ter contato com a natureza e quem sabe compartilhar um pouco de glamour com outros visitantes ilustres da cidade, em especial, artistas nacionais e internacionais. Para Paraty, o imaginário traçado é um pouco diferente: o turista espera encontrar uma cidade colonial preservada nos dias atuais, com o charme da história e um pouco dos encantos da natureza.

Essas memórias turísticas, impressas no senso comum, são construídas ao longo do tempo, por instituições específicas e com objetivos bem determinados. Os resultados práticos da composição destas memórias são o reforçar de determinadas visões de mundo, há muito tempo consolidadas, mas que necessariamente precisam ser repensadas. Dentro do senso comum, Angra dos Reis é compreendida como uma cidade constituída pela natureza, presente de Deus, e Paraty é o resultado da História, ou seja, uma produção humana. As memórias segmentadas – *Natureza x História, Deus x Homem, Natureza x Homem* – acabam por reforçar a percepção de que os ambientes podem ser divididos em Naturais e Humanos, e que, por isso, são segmentados e não necessariamente relacionais. Para analisar essa arquitetura da memória, que gera uma visão de ambiente bifurcado, percorremos cinco capítulos.

De início, dedicamo-nos à apresentação e justificativas das ferramentas teóricas usadas para ler a constituição da memória e, por conseqüência, do ambiente. Através da interdisciplinaridade, História Ambiental, Arqueologia Histórica e a compreensão do próprio

Ambiente como um conceito dotado de historicidade e construído a partir de narrativas, perguntamo-nos como e o porquê as visões de ambiente repartido permanecem nos dias atuais. A resposta é encontrada a partir da análise de três fontes documentais – *Revista Quatro Rodas*, discursos das secretarias de turismo e materialidade das cidades.

Para cada uma das fontes documentais foi confeccionado um capítulo diferente. As fontes, que foram analisadas dentro de suas especificidades, não necessariamente produzem a mesma visão das cidades e de seus ambientes. É justamente na percepção das continuidades e rupturas a respeito dos olhares sobre as cidades e seus ambientes que entendemos quais são os critérios usados nas suas estruturações e, principalmente, o que encontrará eco no senso comum, reforçando-o.

Dentro dos discursos da *Revista Quatro Rodas*, produzidos entre os anos de 1960 e 1984, encontramos um processo de especialização das memórias das cidades e de seus ambientes. De maneira geral, até 1980, década marcada pela finalização da construção da Rodovia Rio-Santos, bem como pelo processo de descentralização da criação e gestão das atividades turísticas, tanto Angra dos Reis como Paraty são apresentadas como redutos de múltiplas atividades de lazer. Nas cidades, são destacadas possibilidades de interação com os ambientes históricos e naturais. É importante ressaltar que a *Revista Quatro Rodas* não trabalha, até 1980, com um binarismo Homem x Natureza. Ao contrário, as oposições realizadas são entre os centros das cidades e as ilhas do município.

Neste período, o centro de Angra dos Reis é narrado como o principal atrativo da cidade. Nele podem ser encontrados os resquícios de uma esplendorosa história colonial e pessoas comuns. Ao lado de grandes casarões e construções que marcam a modernidade no município, por exemplo, o estaleiro Verolme, está o Dr. Leo Sabonete e o cozinheiro Fortunato. Pessoas simples, por isso, notáveis, que, com suas histórias fabulosas, imprimem ao

centro de Angra dos Reis a possibilidade de ser familiar aos visitantes e, ao mesmo tempo, surpreendente.

Em oposição à beleza da vida cotidiana do centro da cidade, está Ilha Grande. A ilha é narrada pela magnificência das praias quase intocadas. Esta natureza selvagem configura-se como uma possibilidade que o visitante tem para se sentir um verdadeiro Capitão James Cook. A Ilha, contudo, não fornece nenhuma estrutura para que o James Cook diurno pudesse voltar à sua “identidade original” à noite. A falta de hotéis, restaurantes, afazeres e mesmo pessoas, fazem da Ilha Grande um mero local de passagem. Com sua natureza selvagem, o conselho da *Revista Quatro Rodas* é para que ela fosse visitada. Mas, no discurso da Revista fica claro que toda a vida e alma da cidade estariam em seu centro histórico.

Lógica um pouco dissonante é compreendida nas narrativas sobre Paraty. Com uma secretaria de turismo ativa desde 1979, a cidade é apresentada como detentora de uma disposição natural e espontânea, ou seja, uma vocação, para o turismo histórico. O centro histórico da cidade, acorrentado desde 1948, é exposto como um sinônimo de Paraty. Outras atividades de lazer são narradas de forma sucinta. Independente dos atrativos assinalados para a cidade, em grande parte históricos, o município é julgado como extremamente monótono, quase despovoado e, portanto, indicado para os viajantes que desejam paz e sossego.

A construção da Rodovia Rio-Santos é um marco nas mudanças acerca dos discursos produzidos pela *Revista Quatro Rodas* sobre Angra dos Reis e Paraty. Nas publicações destinadas a avaliar a construção da Rodovia, a Revista apresenta a nova estrada como uma real possibilidade de criar uma Côte d’Azur brasileira. A partir de então, as atividades turísticas do município são apresentadas como especialidades.

Angra dos Reis perde o centro da cidade como o seu principal atrativo. Ele continua a existir, mas as narrativas da Revista passam a focar as 365 ilhas de Angra dos Reis e Ilha

Grande como a principal possibilidade turística na região. Há uma redefinição da própria memória de Angra dos Reis, logo, do que ela tem a oferecer. Como os atrativos são deslocados das construções históricas para a natureza, cria-se a ilusão da oposição Homem x Natureza e, principalmente, de que Angra dos Reis é composta basicamente pela natureza.

A especialização da memória ocorre em torno de um ambiente exclusivamente natural, narrado, na maior parte das vezes, como selvagem e, por isso, distante e desvinculado da atividade humana.

Para Paraty, encontramos a continuidade. O centro permanece como essência turística da cidade. Assim, seu ambiente histórico e humano, destaca-se como sua vocação. A ruptura se dá no destaque que a cidade recebe no cenário turístico nacional. Se antes ela era pouco mencionada e, quando citada, era percebida como sinônimo de monotonia, após 1980, Paraty se torna a nova jóia turística brasileira. Encantadora por preservar a história do Brasil e por seus “agitos” noturnos.

A nova Côte d’ Azur brasileira é constituída pela “Cidade da História” e pela “Cidade da Natureza”. As duas são dotadas de graças sedutoras, cada qual em sua especialidade.

Se a *Revista Quatro Rodas* trabalha, preferencialmente, com a idéia de especialização dos municípios, as secretarias de turismo apresentam as vocações das cidades. Enquanto no primeiro caso, as características são adquiridas, modificadas ou aperfeiçoadas, com o passar do tempo, no segundo caso, existem propriedades que são inerentes aos municípios. As cidades, ao nascerem, apresentariam qualidades fundamentais.

A *Revista Quatro Rodas* trabalha com a idéia de vocação apenas para a cidade de Paraty. Não estranhamente, a cidade já possuía uma secretaria de turismo atuante quando da confecção dos discursos da Revista.

A secretaria de turismo de Paraty foi criada como uma forma de aliar a preservação do patrimônio local, a dinamização da economia, às políticas de planejamento urbano. Com o *Roteiro do Visitante*, escrito pelo historiador Diuner Mello, e reeditado em 2002, a instituição apresenta a cidade aos seus visitantes.

Na narrativa, Paraty exhibe uma “vocalção comercial”. O município teria nascido para permitir a ligação entre o sertão brasileiro e a Europa. O trânsito de gêneros alimentícios, tecidos e especiarias, teriam enriquecido o povoado. Apesar dos inúmeros contratemplos, incluindo o quase abandono e ruína da cidade no século XIX e início do XX, na década de 1960, a vocalção comercial teria novamente se manifestado. Com uma diferença: se antes o comércio era voltado para os gêneros de sobrevivência do interior em relação à Europa, agora ele estaria impresso na atividade turística.

O turismo vocacional, no entanto, não se relaciona com os ambientes naturais da cidade. Ao contrário, ele é construído como algo intrínseco a própria história local. Como Paraty preservou “testemunhos” do passado colonial brasileiro, agora, ela vive deste passado. O Roteiro não deixa dúvidas: Paraty nasceu como pioneira na cultura, na preservação, na arquitetura simples e funcional etc.

Exemplos do pioneirismo destacado pela secretaria de turismo são: a própria elevação da cidade à categoria de Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro, em 1945; a delimitação e preservação do centro histórico, em 1948; e, agora, à candidatura da cidade à Patrimônio da Humanidade. Como a História e sua preservação são entendidas como uma vocalção da cidade, os ambientes relacionados a essas atividades continuarão tendo destaque em relação a qualquer outro, seja ele ambiente relacional ou apenas natural.

O conceito da vocalção permite uma leitura teleológica do passado. Todos os acontecimentos são narrados a partir de um fio condutor que torna tudo absolutamente

naturalizado e, portanto, inquestionável. Isso explica a construção de um guia para os visitantes composto por trinta e oito páginas a respeito da história local, e seus monumentos, em que apenas quatro páginas sejam destinadas a “outros atrativos”.

Dentro destes “outros atrativos”, há uma miscelânea entre lazeres realizáveis em ambientes históricos e naturais. Eles estão agrupados por não fazerem parte do centro histórico da cidade. Logo, a vocação de Paraty estrutura-se sobre o centro delimitado por suas correntes. Um ambiente narrado como exclusivamente histórico e humano.

Como não apenas do interesse histórico sobrevive o turismo, os “outros atrativos”, bem como a divulgação do quilombo e da comunidade caiçara pelo Centro do Visitante, acalentam os interesses dos visitantes que procuram diversificar as atividades. A secretaria de turismo trabalha com a vocação, mas como ela precisa atrair turistas com os mais variados interesses, motivando a economia local, há uma diversificação dos atrativos divulgados.

Por isso, é possível afirmar que na memória oficial da cidade de Paraty existe apenas um ambiente histórico valorizado. O ambiente natural é propagado como apenas um bônus para aqueles que não se satisfazem com “o melhor” da cidade. Situação oposta da arquitetada pelas narrativas da autarquia responsável pelo turismo em Angra dos Reis.

A Turisangra, fundada no ano de 2004, no contexto de lançamento do programa de regionalização do turismo criado pelo Ministério do Turismo, produz uma vocação para o município direcionada ao ambiente natural. Toda a região é dividida em corredores turísticos. Para cada um destes corredores, a Turisangra criou uma listagem de atrativos naturais e histórico-culturais. Como não existem categorias que valorizam a intersecção dos ambientes ou mesmo as inter-relações entre essas duas esferas aparentemente estanques, considera-se que a instituição trabalha com a premissa da divisão dos ambientes entre aqueles que pertencem aos homens, históricos e culturais, e os que não são humanos, portanto, naturais.

Dos cinco corredores, três foram analisados na pesquisa: Centro, Ilha Grande e Ponta Sul. A Região Central é apresentada como exclusivamente histórico-cultural. Os atrativos naturais da região, apontados pela Turisangra, são raros e, os existentes, são tidos como de uso burocrático.

Ilha Grande, em contraste, é narrada como o grande tesouro natural de Angra dos Reis e do Brasil. Com uma imensa área de proteção ambiental (Área de Proteção Ambiental de Tamoios), repleta de cachoeiras, trilhas, praias e possibilidades de mergulho, a Ilha é descrita como o melhor do município. Além de dispor de uma natureza narrada como esplendorosa, a Ilha conta com atrativos históricos. Assim, a Ilha seria capaz de agradar os mais diversos gostos turísticos.

É importante ressaltar que mesmo Ilha Grande exibindo atrativos naturais e históricos, estes não são narrados de forma complementar ou relacional. Trata-se de opções estruturadas de formas separadas. Há uma lista de atrativos históricos e outra de atrativos naturais. Não existe um espaço textual sobre onde ou como esses atrativos podem se encontrar.

A categorização posta em prática pela Turisangra é uma escolha repleta de intencionalidade. Não se trata de algo implícito à cidade. Por exemplo, os mergulhos que são assinalados para a Ilha poderiam ser classificados como históricos. Ou mesmo, o turismo de aventura, pertencente à classificação natural, poderia estar classificado como cultural. Ao escolher nomear tais atrativos como naturais, e não históricos ou culturais, a Turisangra opta por reforçar uma imagem que ela atribui a cidade como vocacional. O município de Angra dos Reis apresenta um maior número de possibilidades de ações relacionadas a um suposto e construído ambiente natural do que a um ambiente histórico cultural. Como consequência, o município se torna vocacionalmente da natureza.

Dentro destes parâmetros, Ilha Grande é o local mais natural e, portanto, mais interessante, de Angra dos Reis. O centro, mais histórico, torna-se o “bônus” para aqueles turistas que não se satisfazem com o “melhor” que Angra dos Reis tem a oferecer. Ilha Grande torna-se, pois, bandeira do município.

Para a região da Ponta Sul, há um equilíbrio entre os atrativos históricos e naturais. Mas frente à Ilha Grande, a região tem pouco de natural a oferecer. Frente ao centro, a região não possui quase nada de histórico. Por sua inexpressividade dentro das categorias criadas, comparada com outros corredores turísticos, a Ponta Sul torna-se passível de esquecimento.

Os discursos projetados pelas secretarias de turismo de Angra dos Reis e Paraty desenham as memórias oficiais das cidades que reverberam no senso comum. Como visto através da *Revista Quatro Rodas*, Angra dos Reis era compreendida, até a década de 1980, como seu centro histórico. Após a construção da rodovia Rio Santos, Angra dos Reis teve sua memória estreitada ao ambiente natural e, após a criação da Turisangra, a cidade adquiriu uma vocação natural. Logo, é possível contextualizar os imaginários sobre o ambiente natural de Angra dos Reis.

No caso de Paraty, a secretaria de turismo discursa há muito tempo sobre seu potencial histórico. Desde as primeiras edições da *Revista Quatro Rodas*, a cidade já era propagada como seu centro delimitado por correntes. A narrativa continua a mesma.

Apesar do esforço das secretarias de turismo em manter uma bipolarização entre o Homem e a Natureza, que é, como afirma Thomas, centrada no pensamento bíblico, as materialidades da cidade nem sempre condizem com os discursos vocacionais.

No caso específico de Paraty, o centro histórico da cidade é usado majoritariamente à noite por turistas ávidos pelo consumo, seja ele de refeições nos restaurantes ou de “lembranças autênticas” de Paraty. Por mais que o discurso oficial da cidade esteja delimitado

pelas correntes inauguradas em 1948, a prática turística pertence, em primeiro lugar, às praias e ilhas. Apesar de ser uma cidade histórica, dentro dos parâmetros inaugurados pelas secretarias de turismo, Paraty é usada por seus ambientes ditos naturais.

Se há uma discordância entre as materialidades da cidade e o discurso oficial de Paraty, em Angra dos Reis o discurso encontra ecos mais eficazes na constituição da cidade. Há um imenso esforço em Angra dos Reis para propagar o turismo em Ilha Grande. Dos caminhos assinalados que levam o visitante direto à marina, até os impressos coloridos sobre a Ilha (em oposição às cópias em preto e branco a respeito do centro da cidade), a estrutura material da cidade contribui para que quase 50% dos visitantes da região dirijam-se, diretamente e exclusivamente, à Ilha Grande.

Nos dois municípios a cultura material escolhida como digna de visitação faz sempre referência às memórias brancas, católicas e coloniais brasileiras. Trabalhos de escava es arqueológicas em Sambaquis, que acontecem na Ponta Sul de Angra dos Reis, e a existência de tribos indígenas nos dois municípios não são mencionados nos discursos oficiais da cidade. Outros grupos sociais, como os quilombolas e caiçaras, não possuem existência nos discursos sobre Angra dos Reis. A não ser para imprimir rusticidade às praias que são propagadas como selvagens. Ou, em Paraty, estes grupos ganham existência apenas nas telas dos computadores da Casa da Cultura no centro histórico da cidade ou nos discursos sobre própria História do município. As memórias desses grupos são lembradas na medida em que não lhes proporcionam força de reivindica es sociais, mas caráter meramente ilustrativo ou romantizado para atrair turistas.

Após cinco capítulos, voltamos à pergunta inicial: como e por que as memórias dos ambientes repartidos permanecem na atualidade? Analisando os mecanismos discursivos das secretarias do turismo, percebemos que a confec o do mundo em ambiente Natural x

Humano não é um dado naturalizado. Trata-se de uma escolha discursiva, uma construção textual. Os discursos emitidos por estas secretarias de turismo, como visto no caso de Angra dos Reis e Paraty, constroem ambientes seccionados.

O objetivo é criar algo facilmente palatável para que os viajantes escolham seus destinos de férias. A consequência da criação destes ambientes distintos, no entanto, é o reforçar do imaginário de que as ações Humanas não necessariamente ligam-se à Natureza. Como no discurso bíblico, a Natureza serve ao Homem. Mas, nas práticas observadas, além de sustentá-lo, pode permitir a sua diversão.

Nossa conclusão, após analisar os mecanismos de constituição das memórias oficiais das cidades, é a necessidade de se recriar categorias mais complexas para classificar os atrativos turísticos dos municípios. Ao invés de segmentar o a Natureza do Humano, torna-se imprescindível destacar como a história, a cultura e a natureza fazem parte de um mesmo ambiente. Para isto, ao invés de criar listas específicas para os atrativos de cada região, seria interessante criar um discurso ressaltando a complexidade local; as múltiplas relações existentes no ambiente (não apenas Humano ou Natural).

É claro que é impossível não fazer escolhas discursivas, mas essas escolhas precisam ser orientadas no sentido da diversidade e da complexidade. Novos discursos a respeito de nossas ações e nossas relações podem, aos poucos, agir no senso comum, gerando novas posturas a respeito do ambiente.

Além disso, torna-se urgente levar à inclusão das memórias de outros grupos sociais (que não apenas os católicos, brancos e do passado colonial) nas memórias oficiais das cidades. O envolvimento destes grupos em atividades como a turística, que é lucrativa para a cidade e que orienta escolhas políticas, pode ser um caminho para a elaboração de políticas públicas que

tenham como um real objetivo a defesa e valorização do próprio espaço público, ou seja, o espaço da convivência e do debate.

Afinal, ao silenciarmos memórias, incluindo a do ambiente como constituídos das relações entre os Homens e a Natureza, geramos processos de exclusão. A memória, como afirma Arendt, é o nosso único caminho para a percepção da finitude do Homem e por isso é fundamental para a reflexão sobre as possibilidades da vida pública, da qualidade da vida e, por consequência, da própria política. O reconhecimento da memória como uma construção é crucial para a reflexão sobre os efeitos destas memórias, bem como para a construção de outras mais plurais e, por isso, democráticas.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. “Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX”. *Revista de Estudos Históricos*. CPDOC – FGV. Comemorações - nº 14 - 1994/2. Disponível na internet: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/154.pdf> (acesso: 10/10/2008).

AGUIAR, Lígia Maria Brochado de. *A Sociedade e a Natureza*. Campinas: Unicamp (Tese de Mestrado), 1997.

ALVES FILHO, Deusdedith de Souza, *Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso*, Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.

ARENDT, Hannah. *Between Past and Future*, New York: Viking Press, 1968.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Editora Paulus, 2000.

BITAR, Omar Yazbek. *Meio Ambiente e Geologia*. São Paulo: Senac, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). São Paulo: Melhoramentos, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) – Coleção de Leis Ambientais. São Paulo: Manole, 2004.

BRUHNS, Heloísa T; SERRANO, Célia M de Toledo. “Refletindo sobre o Ecoturismo”. In: *A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do Nepam*. Sônia Regina Barbosa (cord). Campinas: Unicamp – Nepam (Textos Nepam: Série Divulgação Acadêmica: número 04), 1998.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CALI, Plácido. *Sítio Arqueológico Engenho Pacuíba I*. São José dos Campos: Asseart, 2003.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CAPOVILA, Lia. “Governos Federal, Estadual e Municipal se mobilizam para trazer a Paraty o título de patrimônio mundial concedido pela Unesco”. *Jornal Paraty.com*: Maio de 2007. Disponível no site: http://www.paraty.com/index.php?option=com_content&task=view&id=314&Itemid=130 Acesso: 20/06/2008.

CARVALHO, Aline V. *Palmares como espaço de sonhos: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga*. Dissertação de Mestrado: Unicamp – IFCH, 2005.

CARVALHO, Maurício. *Revista Mergulhar*, ano VII, Nº 53, Outubro/1989. Disponível no site: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/matpartindoterra4.htm>. Acesso em 27/10/2008.

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora UnB, 1999.

CHILDE, V. Gordon. *Para uma Recuperação do Passado*. São Paulo: Difel, 1956.

COSTA, José Pedro. “Paraty”. Entrevista concedida ao Instituto Vivo. Publicada em 17 de Novembro de 2003. Disponível em: http://www.institutovivo.org.br/institutovivo/jose_pedro.php Acesso: 02/12/2007.

COSTA, Patrícia Côrtes. *Ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

CRONON, William. “Um lugar para relatos: natureza, historia y narrativa”. In: *Repensando la naturaleza*. Palácio, G.; Ulloa, A. (editores). Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

DAGNINO, Evelina (org). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. *Ecopercepção*. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

DUARTE, Lílian C. B., *Política externa e meio ambiente*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

EMBRATUR. *Projeto turis*: 1973. [S.l.]: Embratur, 1973. 1 vol.

EMÍDIO, Teresa. *Meio Ambiente e Paisagem*. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FENELON, D. R. “Políticas culturais e patrimônio histórico”. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1992, p. 29 – 33.

FLÓREZ, Alberto G. “La historia ambiental frente a las ciencias sociales”. In: *Repensando la naturaleza*. Palácio, G.; Ulloa, A. (editores). Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia. 2002.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Editora Habilis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A; Pelegrini, Sandra C A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A; CARVALHO, Aline V. de, *Palmares, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A.; OLIVEIRA, Nanci Vieira de. *Arqueologia em Angra dos Reis, RJ*. Campinas: IFCH-Unicamp - Textos didáticos (n° 55), 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Antiguidade Clássica: a História e a Cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. "Public Archaeologic from a Latin American perspective". *Public Archaeology* (vol 1): Maney Publishing, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. "Memoria Historica e Cultura Material". *Revista de ciências históricas: Porto*, v. 10, p. 327-339, 1995.

GIDDENS, Anthony. *A Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IANNI, Octávio. *Uma Cidade Antiga*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

IBAMA/DIREC/CGEUC. Plano de Manejo do P.N. da Serra da Bocaina, 2000. Disponível no site: <http://www.paraty.com.br/bocaina/index.htm> Acesso em: 30/09/2008.

JOHNSON, Matthew. *Archaeological Theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

JOHNSON'S, Matthew. *An Archaeology of Capitalism*. Oxford: Blackwell, 1996.

JONES, Siân. *The Archaeology of Ethnicity*. Londres: Routledge, 1997.

KARNAL, Leandro (org). *História na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2005.

KINGSLAND, Sharon E. *Modeling Nature*. Editora Chicago, 1985

KRAMER, Lloyd S. "Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra". In: *A nova história cultural*. HUNT, Lynn (org.). São Paulo: Martins Fontes, 1992

LACAPRA, Dominick, "Repensar la historia intelectual y leer textos". *Giro Lingüístico e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LACAPRA, Dominick, *History & Criticism*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985b.

LACAPRA, Dominick, *Rethinking Intellectual History: Text, Contexts and Language*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985.

- LAVALLE, Adrián Gurza, *Vida pública e identidade nacional*. São Paulo: Globo, 2004.
- LEAL, Claudia. “La naturaleza em los estudios sociales”. In: *Repensando la naturaleza*. Palácio, G.; Ulloa, A. (editores). Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia. 2002.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. *Enciclopédia Einaudi*, Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. v. 1, 1985.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas – Aracaju: Editora da Unicamp - Editora UFS, 2007.
- LEONE, M; POTTER, P. *The Recovery of Meaning*. Smithsonian Institution Press: Washington D.C., 1988.
- LEROI-GOURHAN, André. *Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel, 1945.
- LIMA, Honório. *Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis*: Rio de Janeiro: Ed. Da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1972.
- MARGARITA, Nilda Barreto Angeli. “As ciências sociais aplicadas ao turismo”. In: *Turismo e Meio Ambiente*. Campinas: Editora do IFCH – Unicamp (textos Didáticos, n.31 (1)), Novembro de 1997.
- MELLO, Diuner. *Paraty – Roteiro do Visitante*. Paraty. Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade – Prefeitura Municipal de Paraty. 2002.
- MELLO, Diuner. *Paraty e a Maçonaria*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2003.
- MELLO, Diuner. “Paraty com “y” ou “i”?”. In: *Jornal a Tribuna de Paraty*. Paraty, 07/08/1992.
- MENDES, Alípio. *Ouro, Incenso e Mirra*. Angra dos Reis: Edição da Gazeta de Angra, 1970.
- MENEGUELLO, Cristina. “O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos”. *Revista Eletrônica do Iphan*. Dossiê Grandes Cidades. N. 2. Nov./ Dez. 2005. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>
- MORIN, Edgar. *Complexidade e transdisciplinaridade*. Natal: EDUFRN, 2000.
- ODUM, Eugne P. *Fundamentos de Ecologia*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.
- OLIVEIRA, Melissa R. S. “Ouro Preto e a gênese da cidade patrimônio”. In: *X Simpurb - Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, 2007, Florianópolis. X Simpurb - Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007.
- PALACIO, Germán. “Notas sobre lanoción ambiental:¿ un nuevo matiz en el análisis histórico?”. In: *Repensando la naturaleza*. Palácio, G.; Ulloa, A. (editores). Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia. 2002.

PALESTRINI, Luciana; MORAIS, José Luiz. *Arqueologia Pré-Histórica Brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Museu Paulista, 1982.

PAULA, João Antônio de. “As Cidades”. *As cidades da Cidade*. Carlos Antônio Leite Brandão (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PARATI. *O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem*. Manuscrito inédito, 2003.

PMAR. *Plano Diretor*. Manuscrito inédito, 2006.

PMAR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: *Invest Angra 2000. Perfil Sócio econômico da cidade de Angra dos Reis-RJ*, 1999.

PMAR. Informativo da PMAR – Especial de Turismo, Maio de 1990.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

RAGO, Margareth, “A História repensada com ousadia”, in: Keith, Jenkins. *A História Repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002.

RAYNAUT, C.; DAMASCENO, A.D. “Metodologia do diagnóstico interdisciplinar: a construção de um quadro de trabalho comum”. In Raynaud, C. *et al. Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Paraty. Contest Produções Culturais, 2003.

ROCHA, Paulo Mendes da. “Entrevista – A natureza é um trambolho”. *Revista Caros Amigos*. Ano 5, Abril de 2002.

RODRIGUES, Cristiane Moreira, “Cidade, Monumentalidade e Poder”, *Revista Eletrônica GEOgrafia*. Rio de Janeiro: UFF, Dezembro de 2004.

Disponível no endereço eletrônico: http://www.uff.br/geographia/rev_06/cristiane6.pdf

ROMANO, RUGGIERO; GIL, FERNANDO. *Enciclopédia Einaudi – volume 10*. Porto: Incm, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Carlos Murilo Prado dos. *O Reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do Patrimônio Cultural de São Luis do Paraitinga/SP*. Tese de Mestrado. Instituto de Geociências – Unicamp. 2006.

SEBRAE. *Pesquisa de Demanda Turística – Projeto Caminhos Singulares do Turismo e Artesanato da Costa Verde*. Documento inédito, 2006.

SENATORE, Maria Ximena; Zarankin, Andrés. “Perspectivas Metodológicas em Arqueologia Histórica. Reflexiones sobre la utilización de la evidencia documental”, *Páginas sobre Hispanoamérica Colonial* (n. 4). Buenos Aires: PRHISCO-CONICET, 1996-1997.

SERRANO, Célia. “Turismo e Meio Ambiente: leituras das Ciências Sociais”. In: *Turismo e Meio Ambiente*. Campinas: Editora do IFCH – Unicamp (textos Didáticos, n.31 (1)), Novembro de 1997.

SILVA, Christian Luiz da; Mendes, Judas Tadeu Grassi (orgs). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SILVA, Maria da Glória. *Cidades Turísticas – Identidades e Cenários de Lazer*. São Paulo: Editora Aleph, 2004.

SHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SOUZA, Paulo Antônio Viana. *Os impactos dos grandes empreendimentos na estrutura demográfica de Angra dos Reis (RJ) 1940-2000*. Revista geo-paisagem, Ano 2, nº 3, Janeiro/Junho de 2003.

Disponível no endereço eletrônico:

<http://www.latindex.unam.mx/larga.php?opcion=1&folio=13235>

TAMANINI, Elizabete, *Vidas Transplantadas: museu, educação e a cultura material na (re) construção do passado*. Tese de Doutorado: Unicamp – IFCH, 2000.

THOMAS, Julian. “Where are we now – archaeological theory in 1990’s”. *Theory in Archaeology – a word perspective*. Londres: Routledge, 1995.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural - Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

UCKO, Peter J. “Archaeological interpretation in a world context”. In: *Theory in Archaeology – a world perspective*. Londres: Routledge, 1995.

UNESCO: *Plan National de mise en valeur de Parati dans le cadre d’un développement touristique*. Responsável: Frédéric de Limburg Stirum. Janeiro de 1968. Número de série 774. Manuscrito inédito e de distribuição limitada.

WAINBERG, Jacques. “Cidades como sites de excitação turística”. In: *Turismo Urbano*, Antônio Carlos Castrogiovanni (org). São Paulo: Editora Contexto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Para Abrir as Ciências Sociais*. Cortez Editora: São Paulo, 1996.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

WHITE, Hayden. “Method and Ideology in Intellectual History”. In: *Modern European Intellectual History*. Dominick LaCapra; Steven L. Kaplan (editores). Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985.

WOODWARD, Kaathryn. “Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: Tomas Tadeu da Silva (org). *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

ZARANKIN, Andrés. “El Pensamiento Moderno y El Pensamiento Posmoderno em Arqueología”. In: *Narrar o Passado, Repensar a História*. Rago, Margareth; Gimenes, Renato Aloízio de Oliveira (orgs). Coleção Idéias2. Campinas: IFCH- Unicamp, 2000.

SITES CONSULTADOS

CARTAS PATRIMONIAIS:

<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio25.asp>

FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY:

http://www.flip.org.br/sobre_flip.php3.

FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY / CASA AZUL:

<http://www.flip.org.br/parati.php3?sessao=Casa%20Azul>

GUIA REVISTA QUATRO RODAS (HISTÓRICO):

<http://guia4rodas.abril.com.br/conheca>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)/ CENSO 2007:

<http://censos2007.ibge.gov.br/> Acesso em 20/05/2008

MINISTÉRIO DO TURISMO – NOTÍCIA SOBRE PARATY:

http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/noticias/arquivos/projeto_do_mtur_promove_turismo_cultural_em_paraty.html Acesso em 19/06/2008

MINISTÉRIO DO TURISMO – PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO:

<http://www.turismo.gov.br/> Acesso em 10/02/2008

MINISTÉRIO DO TURISMO – MONUMENTA:

http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=166 Acesso em 16/01/2008

TURISANGRA:

<http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra>. Acesso em 10/01/2008

TURISANGRA – APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra/turis_quem.asp Acesso em 10/01/2008

TURISANGRA – GUIA DO TURISTA:

http://www.angra.rj.gov.br/asp/Turisangra/turis_guia.asp. Acesso em 11/01/2008

URBAN SPACE – SITE ESPECIALIZADO EM VIAJENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

<http://www.ecoviagem.com.br/agencia-turismo/rio-de-janeiro/angra-dos-reis/urban-escape-ecoturismo-expedicoes-e-hospedagem.asp>. Acesso em 27/10/2008.

REVISTAS CITADAS

Guia Informativo da Cnmaaa, Eletronuclear. Dezembro de 2005.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Janeiro de 1961.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Julho de 1967.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Junho de 1969.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Novembro de 1969.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Agosto de 1972.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Junho de 1975.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Janeiro de 1977.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Janeiro de 1981.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Janeiro de 1982.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Outubro de 1983.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Novembro de 1984.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Abril de 1991.

Revista Quatro Rodas, Editora Abril. Dezembro de 1993.

Revista Viaje Mais. Editora Europa. Março de 2007.

SIGLAS USADAS

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico e Turístico

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTur – Ministério do Turismo

PMAR – Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

RQR – *Revista Quatro Rodas*

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TURISANGRA – Fundação de Turismo de Angra dos Reis

ANEXOS

1. Questionário Projeto Jovens Cientistas – Angra dos Reis e Parati

Data da Aplicação:

Aplicador:

Dados de Identificação Geral

- 1) Nome: _____
2) Idade: _____
3) Escola: _____
4) Série: _____
5) Local de nascimento: _____
6) Sexo: Masc () Fem () Outro: _____
7) Você se considera: (é possível assinalar mais de um item)
Branco () Negro () Asiático () Mulato () Mestiço () Indígena () Guarani ()
Mameluco () Caiçara () Brasileiro ou outra possibilidade _____

Dados do cotidiano escolar / Introdução a Arqueologia

- 8) Trabalha: Sim () Não ()
Se sim, o que você faz no seu trabalho?

- 9) Filhos: Sim () Não ()
Se sim, quantos? _____

- 10) Gosta de Estudar: Sim () Não () Depende da matéria ()

- 11) Qual (s) sua matéria preferida (pode ser mais de uma):
Guarani () Português () Inglês () Ensino Religioso () História () Geografia ()
Matemática () Física () Química () Biologia () Artes () Educação Física ()
Desenho Geométrico ()
Outras: _____

- 12) Qual (s) matéria você não gosta (pode ser mais de uma):
Guarani () Português () Inglês () Ensino Religioso () História () Geografia ()
Matemática () Física () Química () Biologia () Artes () Educação Física ()
Desenho Geométrico ()
Outras: _____

- 13) Você já conhecia Arqueologia antes do Projeto Jovens Cientistas?
Sim () Não ()
Se sim, de onde: _____

Dados sobre a cidade

14) Você mora na cidade de: _____

15) Você conhece a História de sua cidade?

Sim () Não ()

16) Você conhece os pontos turísticos de sua cidade?

Sim () Não ()

17) Você acha que os pontos turísticos da sua cidade são os lugares mais bonitos/ legais para um visitante conhecer?

Sim () Não ()

18) Você acha que seus antepassados fizeram parte da História de sua cidade?

Sim () Não ()

19) Na sua cidade há turismo arqueológico?

Sim () Não ()

20) Em sua opinião, qual lugar o turista não pode deixar de visitar?

Sobre o Projeto

21) Como você conheceu o Projeto Jovens Cientistas?

Escola () Amigos () Família () Outros: _____

22) Por que você se inscreveu no Projeto?

Gostar de Arqueologia () Curiosidade () Bolsa () Para aprender uma profissão ()
Outros: _____

23) Você pretende ser arqueólogo?

Sim () Não ()

Justifique: _____

24) Você já usou o que você aprendeu no curso em sua casa/ escola/ entre amigos?

Sim () Não ()

O que: _____

Onde: _____

25) Qual aula você mais gostou do Projeto?

26) Em um balanço geral, a linguagem das aulas foi:

Muito fácil () Fácil () Difícil () Extremamente Difícil ()

27) Escolha três palavras que definam Arqueologia.

28) A Arqueologia:

Estuda a História ()

Estuda a natureza ()

Estuda o passado e o presente ()

Estuda tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo homem ()

29) Para você, qual a importância da Arqueologia?

30) Para você, qual a importância do Projeto Jovens Cientistas Arqueologia?

2. CORREDORES TURÍSTICOS: PRAIAS E ILHAS DE ANGRA DOS REIS

No mapa da página 262, disponibilizado pela Turisangra, é possível localizar os corredores turísticos estabelecidos pela PMAR, bem como suas respectivas praias. É importante observar que a Turisangra não oferece aos turistas mapas referentes ao centro histórico ou à existência de atrativos Histórico-culturais. A instituição sustenta, sempre, a vocação Natural do município.

(http://www.angra.rj.gov.br/downloads/turisangra/mapa_ilhas.jpg)

Acessado em 15/12/2008)

3. CORREDORES TURÍSTICOS DE ANGRA DOS REIS

No mapa da página 263, também disponibilizado pela Turisangra, encontramos os principais corredores turísticos do município, assim como um índice de seus atrativos. Nota-se o destaque recebido pelas praias em todos os corredores. O centro histórico não recebe nenhum mapa específico. Mais uma vez, o discurso, mesmo aquele constituído através dos mapas, consolida a vocação da cidade para a Natureza.

(http://www.angra.rj.gov.br/downloads/turisangra/mapas_corredores_turisticos.jpg)

Acessado em 15/12/2008)

4. CENTRO HISTÓRICO DE PARATY

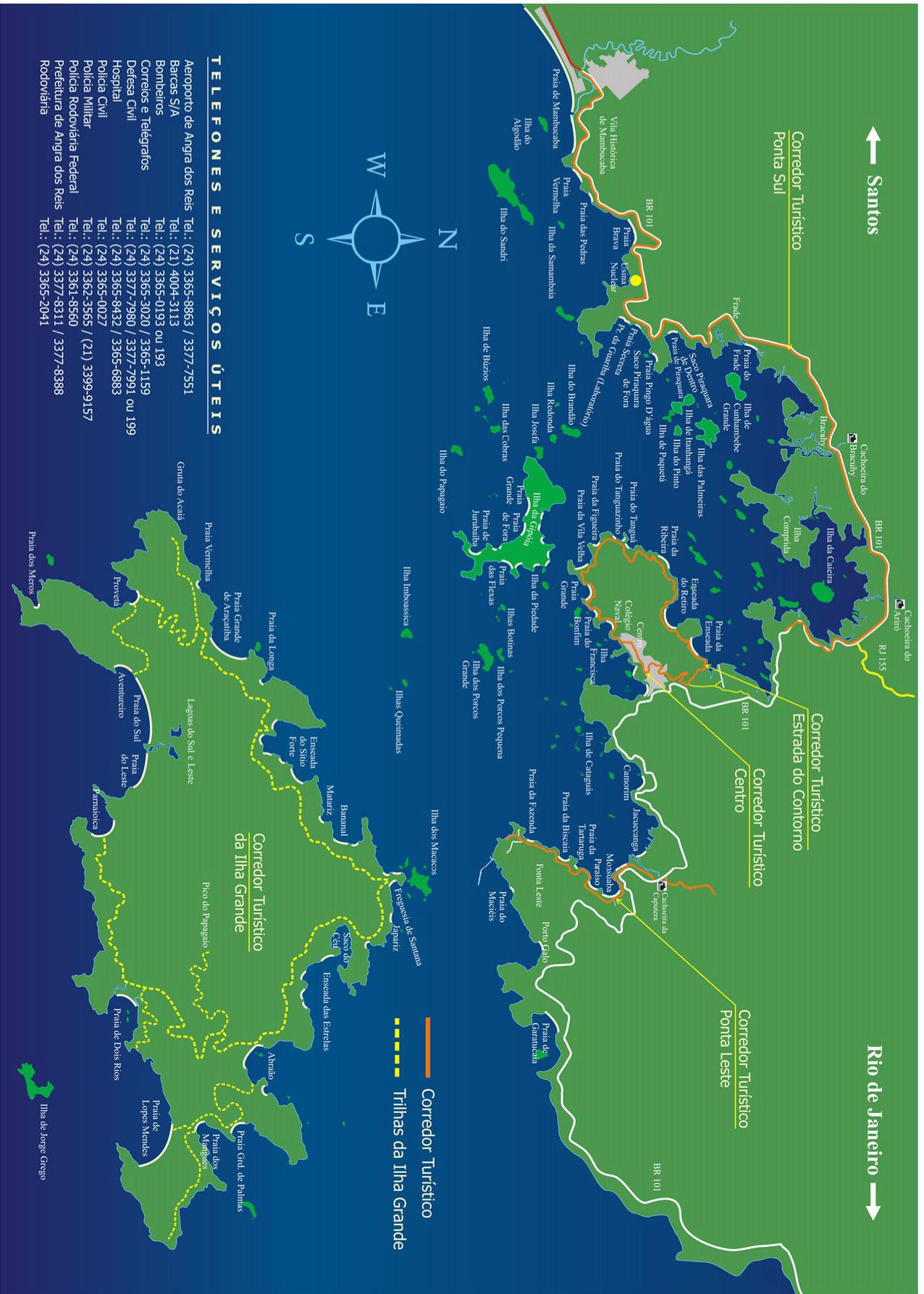
No mapa da página 264, retirado do folder da empresa *Paraty Tours*, é possível localizar os quinze principais pontos turísticos da cidade (mais a própria agência responsável pela divulgação da imagem). Esses pontos, junto com o destaque dado ao centro histórico do município, são repetidos em propagandas de outras agências de turismo.

5. PRAIAS E ILHAS DE PARATY

A Prefeitura da cidade de Paraty não disponibiliza em sua página na internet mapas turísticos relativos aos atrativos naturais. Esses são facilmente encontrados em folders de agências especializadas na atividade turística. O mapa da página 265 foi retirado da propaganda da empresa *Paraty Tours*, distribuída pela cidade. Nele podem localizar as praias e ilhas da região que podem ser acessadas pelos visitantes.

6. CAMINHO DO OURO DE PARATY

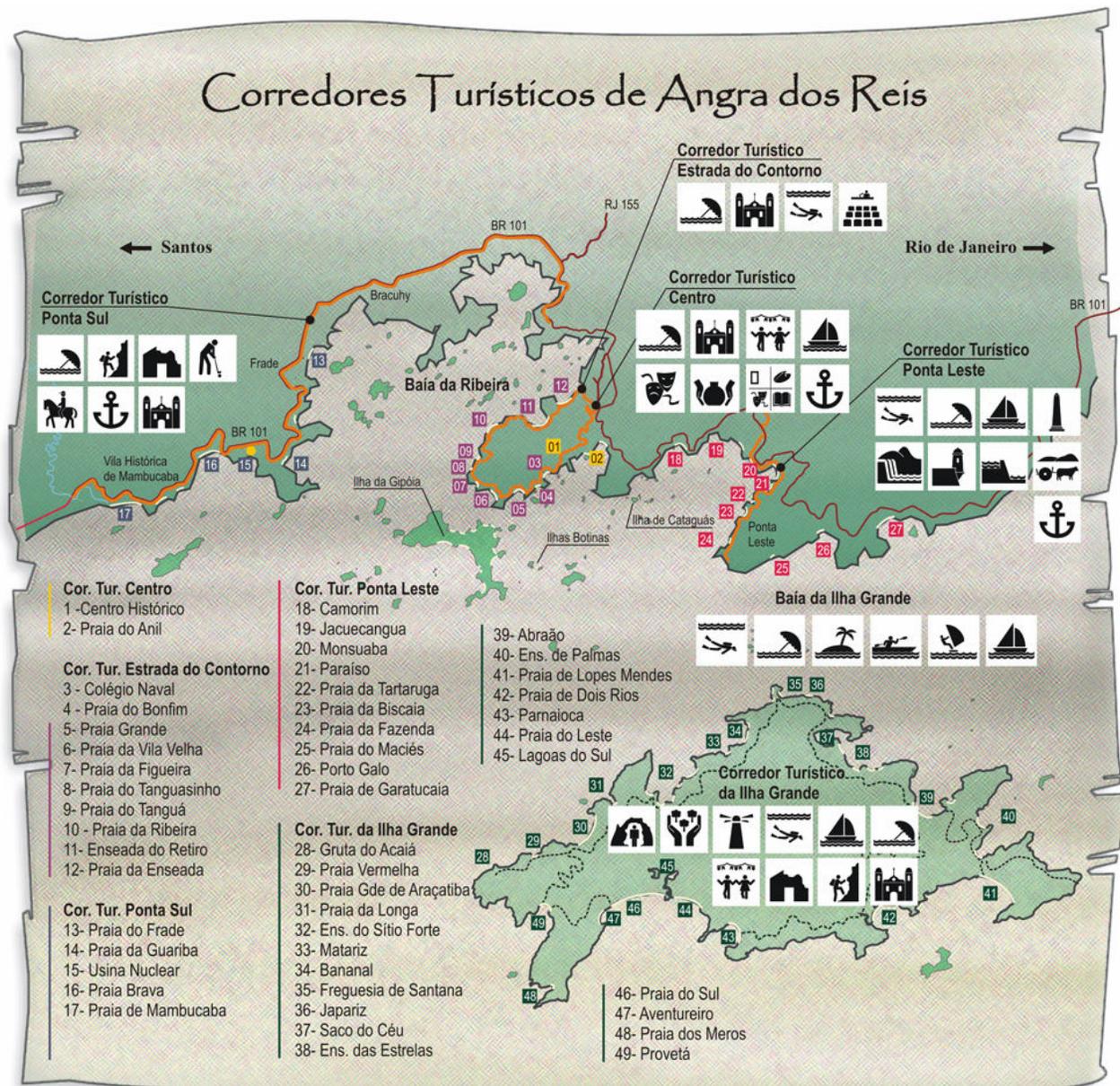
O mapa Auto-Guia, reproduzido na página 266, foi produzido e distribuído pelo *Espaço Cultural Paraty*. A Ong, tutelada pelo proprietário do principal trecho do Caminho do Ouro, é responsável pela execução do projeto “Sítio Histórico-Ecológico Caminho do Ouro”. A trilha constitui a bandeira de Paraty para conquistar o título de Patrimônio da Humanidade, concorrendo à categoria Paisagem Cultural.



TELEFONES E SERVIÇOS ÚTEIS

Aeroporto de Angra dos Reis Tel.: (24) 3365-8863 / 3377-7551
 Barcas S/A Tel.: (21) 4004-3113
 Bombeiros Tel.: (24) 3365-0193 ou 193
 Correios e Telégrafos Tel.: (24) 3365-3020 / 3365-1159
 Defesa Civil Tel.: (24) 3377-7980 / 3377-7911 ou 199
 Hospital Tel.: (24) 3365-8432 / 3365-6883
 Polícia Civil Tel.: (24) 3365-0027
 Polícia Militar Tel.: (24) 3362-3565 / (21) 3399-9157
 Polícia Rodoviária Federal Tel.: (24) 3361-8560
 Prefeitura de Angra dos Reis Tel.: (24) 3377-8311 / 3377-8388
 Rodoviária Tel.: (24) 3365-2041

Corredores Turísticos de Angra dos Reis





REFERÊNCIAS

- 1 - Antiga Cadeia (Old Jail)
- 2 - Igreja de Santa Rita
- 3 - Casa da Cultura
- 4 - Capela de N. Sra. das Dores
- 5 - Matriz de N. Sra. dos Remédios
- 6 - Praça da Matriz
- 7 - Igreja de N. Sra. do Rosário
- 8 - Sobrado dos Bonecos
- 9 - Praça do Chafariz
- 10 - Correios (Post Office)
- 11 - Santa Casa (Hospital)
- 12 - Forte Defensor Perpétuo
- 13 - Telefone Público (Public Phone)
- 14 - Rodoviária (Bus Station)
- 15 - Igreja de N. Sra. da Penha
- 16 - Agência PARATY TOURS

BR-101 direção norte
 + Praia Grande e Prainha: 10 km
 + Praia de São Gonçalo: 25 km
 + Tarituba: 35 km

BR-101 direção sul
 + Paraty-Mirim: 10 km
 + 6 km à esquerda
 + Trindade: 17 km
 + 10 km à esquerda



Mapa Auto-Guia



Sítio Histórico - Ecológico Caminho do Ouro

Informações no Teatro Espaço
24 3371-1575

reserva@caminhodoouro.com.br

www.caminhodoouro.com.br

Horário de Visitação
de 4ª a domingo das 9 às 17h
2ª e 3ª - Fechado para manutenção

Mais um projeto de qualidade do
Espaço Cultural Paraty

